



ANÁLISE DA PROBLEMÁTICA DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

DOCUMENTAÇÃO ENTREGUE
AO GRUPO DE TRABALHO

VOLUME III



RELATÓRIOS E PARECERES





FICHA TÉCNICA

TÍTULO | Análise da problemática dos incêndios florestais – Documentação entregue ao Grupo de Trabalho – Volume III

EDIÇÃO | Assembleia da República | Divisão de Edições

RELATOR | Miguel João Piseiro de Freitas

APOIO TÉCNICO | Joaquim Ruas

COORDENAÇÃO EDITORIAL E REVISÃO | Noémia Bernardo

DESIGN | Filipa Pissarra

PAGINAÇÃO | UNDO

ISBN | 978-972-556-665-7

Lisboa, dezembro de 2016

@ Assembleia da República.

Direitos reservados, nos termos do artigo 52.º da lei n.º 28/2008, de 30 de julho.

Documentação entregue ao Grupo de Trabalho para a Análise Problemática dos Incêndios Florestais

Balanço DECIF 2013 – ANPC – Autoridade Nacional de Proteção Civil	6
Comunicação do comandante Paulo Gil Martins – Autoridade Nacional de Proteção Civil – ANPC	36
ANPC – Comando Nacional de Operações de Socorro – Incêndios florestais – Uma reflexão para o futuro (CNOS, 18 de novembro de 2009 – Paulo Gil Martins, comandante operacional nacional da ANPC)	46
Propostas para reflexão 2014 – Paulo Gil Martins	60
Balanço da época de incêndios 2013 – ICNF (Departamento de Gestão de Áreas Classificadas, Públicas e de Proteção Florestal)	64
A ZIF da Aldeia do Mato	123
Associação de Produtores Florestais da Serra do Caldeirão	132
A visão da ANBP – Associação Nacional de Bombeiros Profissionais para um dispositivo nacional	147
ANBP – Diagnóstico aos incêndios florestais de 2013	155
Relatório DECIF 2013 – Análise da Liga dos Bombeiros Portugueses ao Dispositivo Especial de Combate a Incêndios florestais	182
Uma imagem vale mil palavras – Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários	195
Incêndios Florestais em Portugal – Pilar do Combate Domingos Xavier Viegas, CEIF/ADAI – Departamento de Engenharia Mecânica – Universidade de Coimbra)	205
A AFOCELCA e os seus princípios gerais de atuação – Desafios para a Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI)	230
Breve apresentação sobre a realidade do Distrito de Viana do Castelo – CODIS Viana do Castelo	253
Apresentação em <i>powerpoint</i> e documento em <i>pdf</i> onde se podem ver as instalações e as condições que oferece a Base de Apoio Logístico de Paredes. CODIS Porto	265
Apresentação feita pela ministra da Agricultura e do Mar durante a audição de dia 05.03.2014 – Iniciativas Floresta – Breve apresentação e ponto da situação	277
Plano Estratégico de Formação dos Bombeiros 2014-2016	291
Contributos do Grupo Portucel/Soporcel	303

Contributos escritos de associações/entidades

APEB – Associação dos Produtores de Energia e Biomassa	320
WWF Mediterrâneo (Portugal)	325
Diretor nacional da Polícia Judiciária	330
CNA – Confederação Nacional da Agricultura	340

CENTRO PINUS	345
Acréscimo	348
Floresta Atlântica	356
Emanuel Oliveira (Formador na área de incêndios florestais)	361
ANEFA – Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente	366
BALADI – Federação Nacional de Baldios	373
AJAP – Associação dos Jovens Agricultores de Portugal	379
FNAPF – Federação Nacional das Associações de Proprietários Florestais	385
FORESTIS – Associação Florestal de Portugal	391
GEOTA – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente	404
CONFAGRI/FENAFLORESTA – Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal e Federação Nacional das Cooperativas de Produtores Florestais	410
ASPROCIVIL – Associação Portuguesa de Técnicos de Segurança e Proteção Civil	417
CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal	429
AIMMP – Associação das Indústrias de Madura e Mobiliário de Portugal	435
UNAC – União da Floresta Mediterrânica	442

Contributos escritos de autarquias

Câmara Municipal do Porto	464
Câmara Municipal de Monção	466
Câmara Municipal de Alfandega da Fé	468
Câmara Municipal de Sátão	471
Câmara Municipal de Viana do Castelo	475
Câmara Municipal de Beja	478

Respostas às questões colocadas pelo grupo de trabalho

Ministério da Administração Interna	484
Ministério da Agricultura e do Mar	489



**DOCUMENTAÇÃO
ENTREGUE
AO GRUPO DE
TRABALHO PARA
A ANÁLISE DA
PROBLEMÁTICA
DOS INCÊNDIOS
FLORESTAIS**



BALANÇO DECIF 2013

ANPC – Autoridade Nacional de Proteção Civil

BALANÇO DECIF 2013



3º PILAR DFCI – **COMBATE**

Apresentação Pública
LNEC Lisboa, 19 Novembro 2013

A avaliação do DECIF 2013,
qualquer que seja a sua
perspectiva, ficará
dramaticamente marcada, pelas
baixas no 3º pilar...



...o Combate.



AUTORIDADE NACIONAL
DE PROTECÇÃO CIVIL

O Combate...

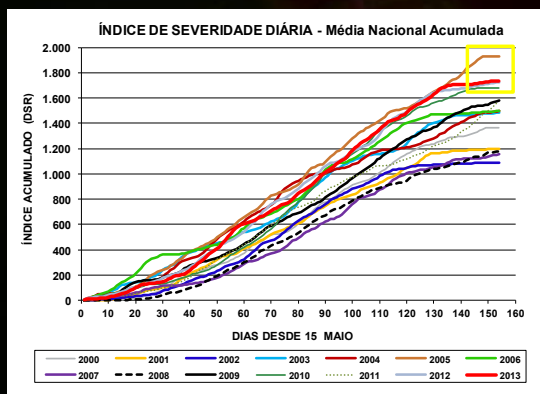
AFOCELCA	Agência Portuguesa do Ambiente (APA)	Associações Humanitárias de Bombeiros (AHB)	Associações de Radioamadores
Autoridade Marítima (DGAM)	Câmaras Municipais	Corpos de Bombeiros (CB)	Corpo Nacional de Escutas (CNE)
Cruz Vermelha Portuguesa (CVP)	Força Aérea Portuguesa (FAP)	Empresa de Meios Aéreos (EMA)	Energias de Portugal (EDP)
Estradas de Portugal (EP)	Exército	Força Especial de Bombeiros (FEB)	Guarda Nacional Republicana (GNR)
Instituto da Água (INAG)	Instituto Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)	Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)	Instituto Nacional de Aviação Civil (INAC)
Instituto Nacional Emergência Médica (INEM)	Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos (IPTM)	Juntas de Freguesia	Marinha
Organizações de Baldios	Organizações de Produtores Florestais	Portugal Telecom (PT)	Polícia Judiciária (PJ)
Polícia de Segurança Pública (PSP)	Rede Elétrica Nacional (REN)	Rede Ferroviária Nacional (REFER)	Sapadores Florestais

um dispositivo integrado envolvendo todos...



AUTORIDADE NACIONAL
DE PROTECÇÃO CIVIL

severidade meteorológica



2013 (15 maio a 15 outubro)

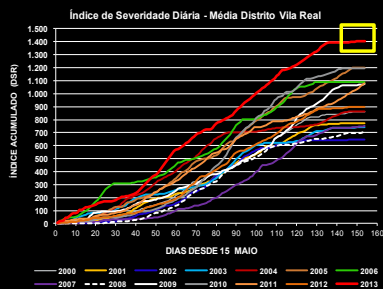
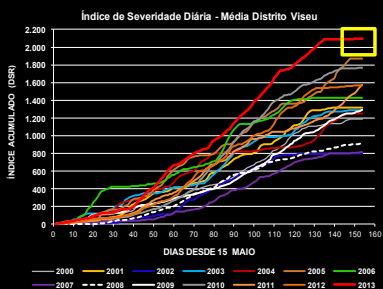
2º ano mais severo dos últimos 14 anos.

A **Organização Mundial de Meteorologia (OMM)** revelou que **2013** poderá ser um dos dez anos mais quentes desde **1850**.

Parâmetro que permite comparar as diversas campanhas incêndios do ponto de vista da severidade meteorológica.



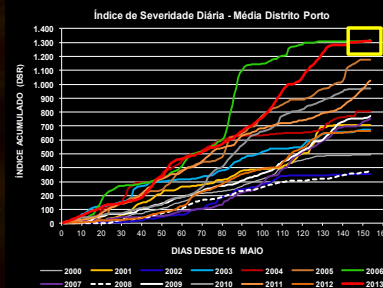
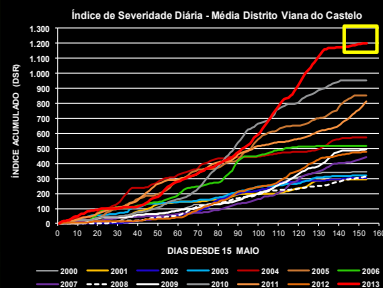
severidade meteorológica



Distritos da região norte registaram valores acumulados record de severidade meteorológica no período de **14 anos**, ultrapassando muito significativamente o ano de **2005**.



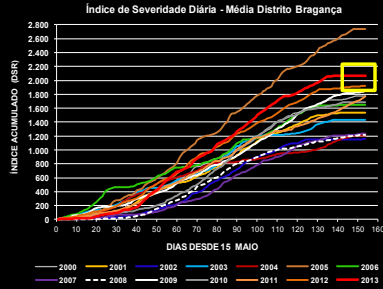
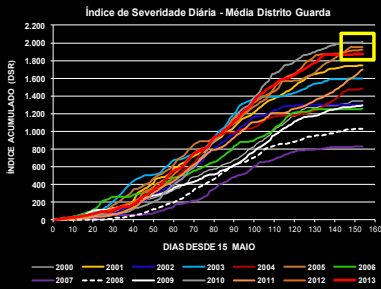
severidade meteorológica



Distritos da região norte registaram valores acumulados record de severidade meteorológica no período de **14 anos**, ultrapassando muito significativamente o ano de **2005**.



severidade meteorológica



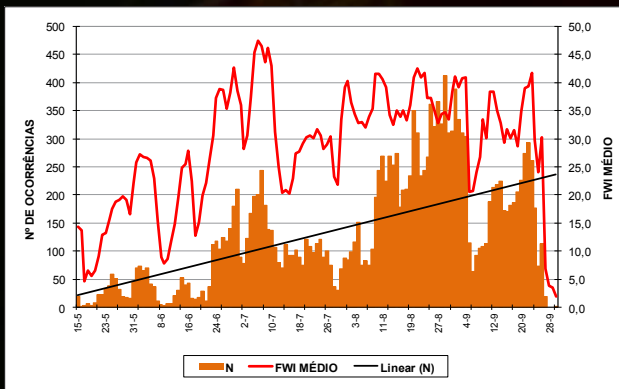
Distritos da Guarda e sobretudo Bragança com valores próximos dos valores máximos verificados.



severidade meteorológica

VS

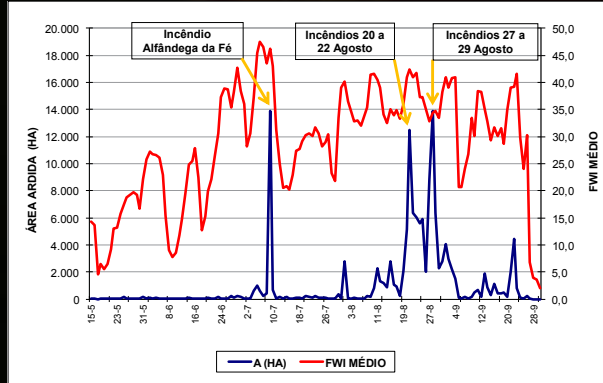
ignições e área ardida



Nem sempre picos de severidade meteorológica pressupõem elevado número de ignições.



severidade meteorológica VS ignições e área ardida

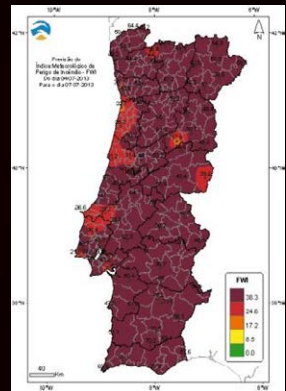
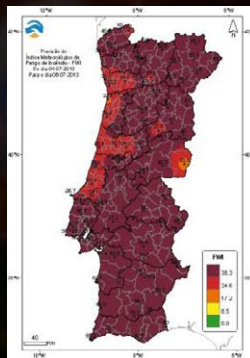
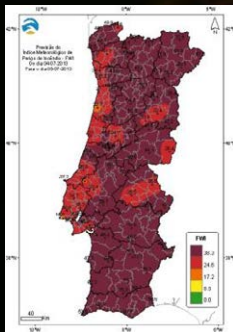


No entanto tem reflexos imediatos na probabilidade de haver valores elevados de área ardida.



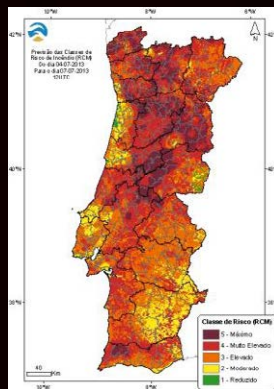
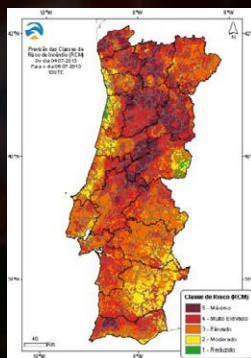
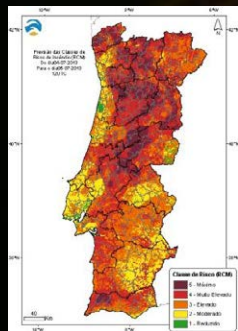
severidade meteorológica

DIFICULDADE DE SUPRESSÃO

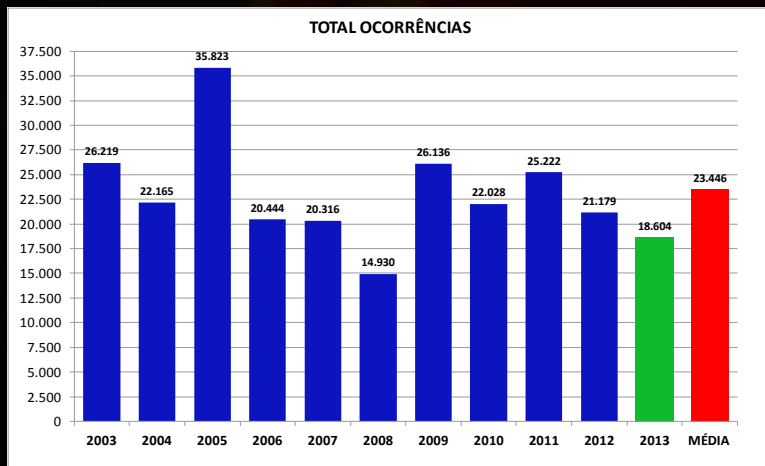


severidade meteorológica

RISCO DE INCÊNDIO

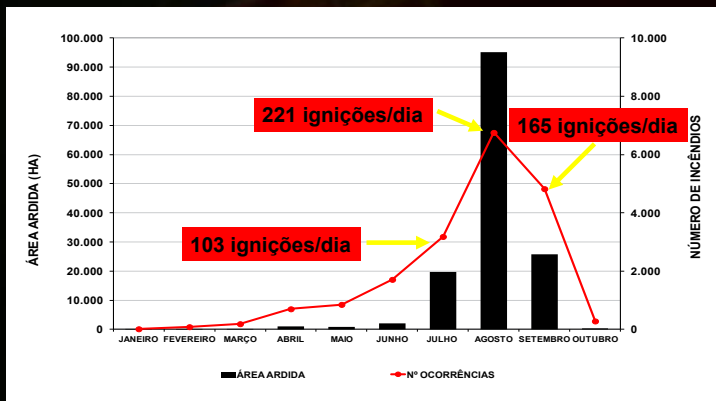


distribuição incêndios

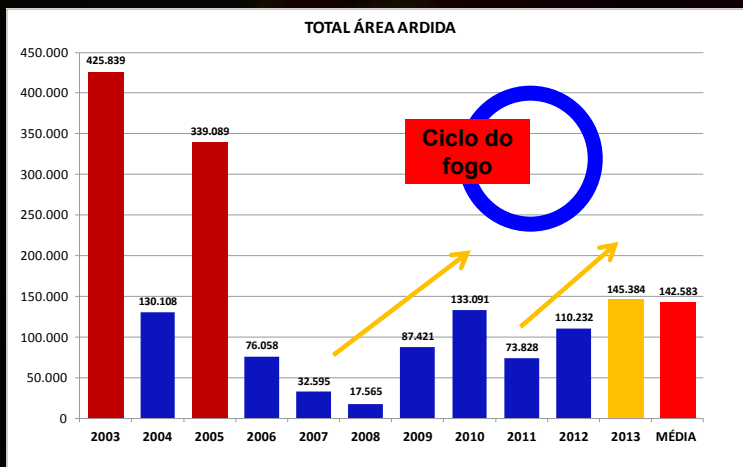


distribuição incêndios

distribuição mensal da área ardida e número de ignições

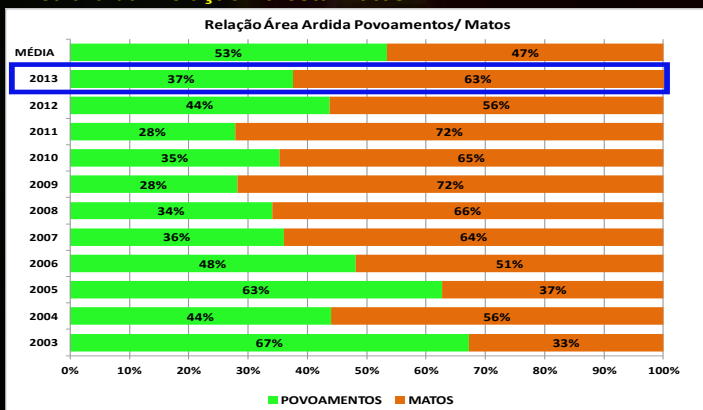


distribuição área ardida



distribuição área ardida

Área ardida : relação floresta/matos



2013 - ÁREA ARDIDA FLORESTA abaixo dos valores médios do decénio

63 % área ardida é composta por **MATOS**



distribuição área ardida

METAS DO PNDFCI

Ausência de metas para o **NÚMERO DE IGNIÇÕES**



Redução da área ardida a menos de 100 mil/ha em **2012**

145.384 ha

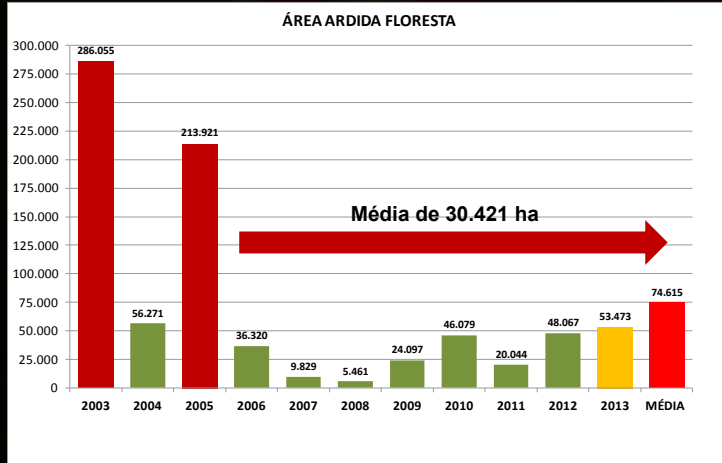
Verificar-se em **2018** uma área ardida anual inferior a 0,8 da superfície florestal* em povoamentos

25.238 ha

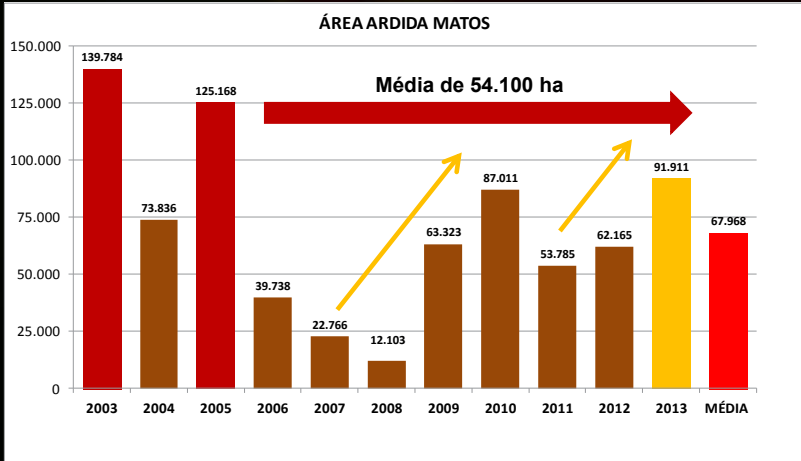
* Considerando 3.154.800 ha de floresta . Fonte: IFN6; 2010



distribuição área ardida



distribuição área ardida



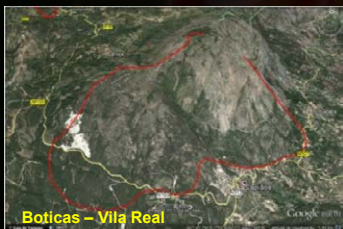


AUTORIDADE NACIONAL
DE PROTECÇÃO CIVIL

distribuição área ardida

vários incêndios em áreas de alta montanha ocupadas por matos:

renovação pastagens

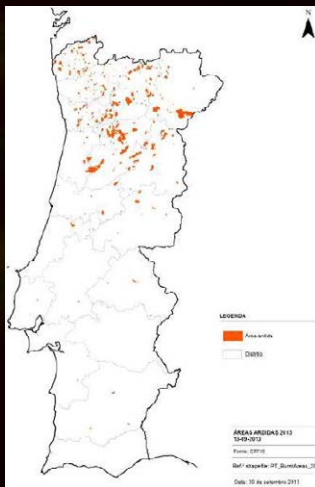


AUTORIDADE NACIONAL
DE PROTECÇÃO CIVIL

distribuição incêndios

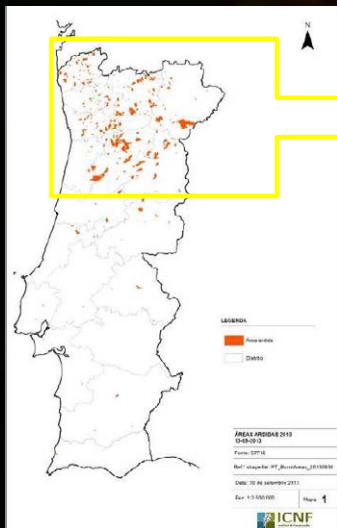


Áreas ardidas 2010



Áreas ardidas 2013

distribuição incêndios



7 DISTRITOS

(Viana do Castelo, Vila Real, Viseu, Braga, Porto, Guarda e Bragança).

CONCENTRAM:

90% do total da área ardida.

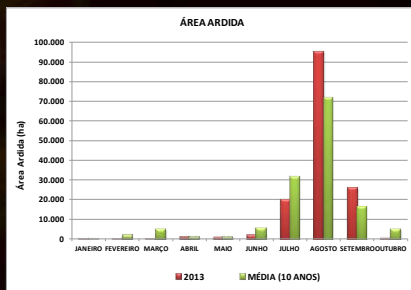
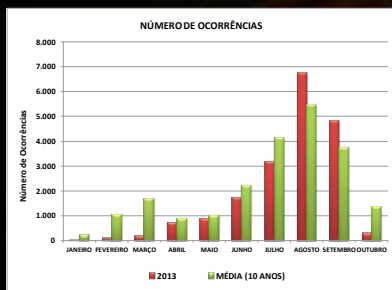
93% da área ardida de matos.

72% do total das ocorrências.



distribuição incêndios

distribuição mensal da área ardida e número de ignições



AGOSTO E SETEMBRO – NÚMERO DE IGNIÇÕES muito acima dos valores médios do decénio o que se traduz num valor de **área ardida** igualmente acima da média do mesmo decénio.

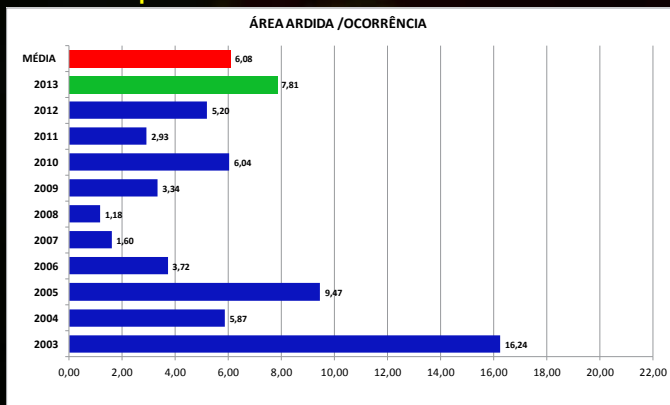




AUTORIDADE NACIONAL DE PROTECÇÃO CIVIL

distribuição área ardida

Área ardida por ocorrência



2013 - ÁREA ARDIDA/OCORRÊNCIA acima dos valores médios mas inferior aos valores de **2005** e **2003**



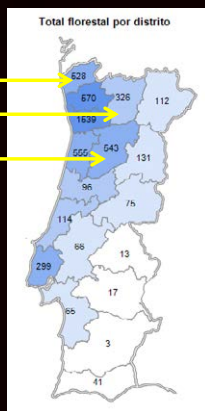
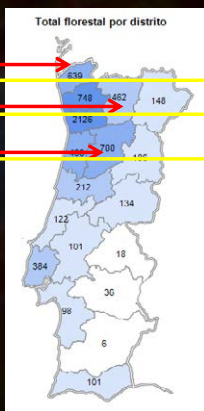
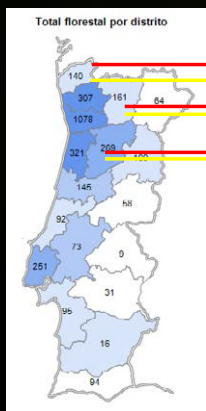
AUTORIDADE NACIONAL DE PROTECÇÃO CIVIL

atividade operacional

JULHO

AGOSTO

SETEMBRO



x 5

x 3

x 3

x 4

x 2

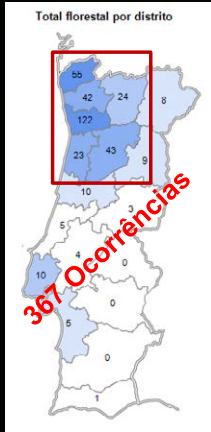
x 2



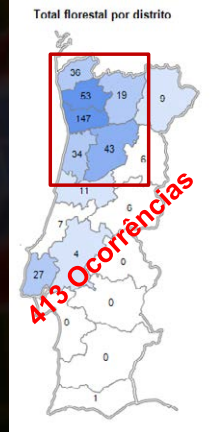
EVOLUÇÃO MENSAL DO NÚMERO DE IGNIÇÕES - FASE CHARLIE

atividade operacional

27 AGO



29 AGO



01 SET



DIAS COM MAIOR NÚMERO DE OCORRÊNCIAS

atividade operacional

01 AGOSTO A 03 SETEMBRO

INCREMENTO SIGNIFICATIVO DO NÚMERO DE IGNIÇÕES:
EM MÉDIA: **240** IGNIÇÕES/DIA; **284** ENTRE 09 AGOSTO E 03 SETEMBRO





AUTORIDADE NACIONAL
DE PROTECÇÃO CIVIL

atividade operacional

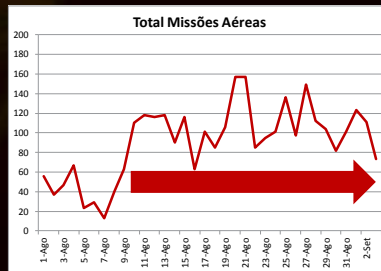
01 AGOSTO A 03 SETEMBRO



Dispositivo sujeito a grande e continuado esforço – média **6.419** operacionais/dia

9.811 no dia 21 Agosto

10.355 no dia 28 Agosto



Média **106** missões aéreas/dia



AUTORIDADE NACIONAL
DE PROTECÇÃO CIVIL

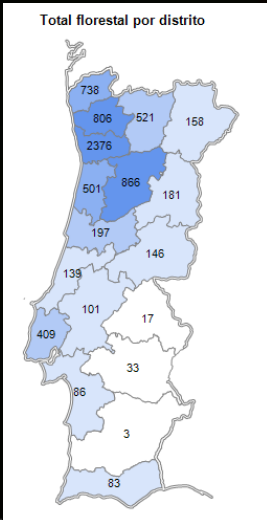
atividade operacional

7.361 ignições desde o início
Estado Alerta Especial
Nível AMARELO e LARANJA
(09/08 A 03/09)

Grande concentração **espacial e temporal** de ocorrências em alguns distritos :

Distrito Porto – elevado número ignições, embora com danos reduzidos.

Distritos vizinhos – menor número de ocorrências mas afetando grandes áreas de matos em zonas montanhosas (acima 800 m altitude).



comandante das operações de socorro



sem bombeiros no local

Chefe da primeira equipa a chegar ao local

com bombeiros no local

Mais graduado dos Bombeiros no local

Comandante do CB na área de atuação

Estrutura de comando da ANPC

CMDT designado pelo CODIS, por ausência do CMDT da AA

O COS é o responsável por toda a operação que, num dado momento, comanda.



resposta operacional

EFICÁCIA DO ATAQUE INICIAL - ATI

2012

2013

TAXA RESOLUÇÃO INCÊNDIOS EM ATAQUE INICIAL (90 MIN.)

89,70 %

90,03 %



(16.749 Ocorrências)



AUTORIDADE NACIONAL
DE PROTEÇÃO CIVIL

resposta operacional

EFICÁCIA DO ATAQUE AMPLIADO

2012

2013

TAXA RESOLUÇÃO INCÊNDIOS EM ATAQUE AMPLIADO

10,30 %

09,97 %



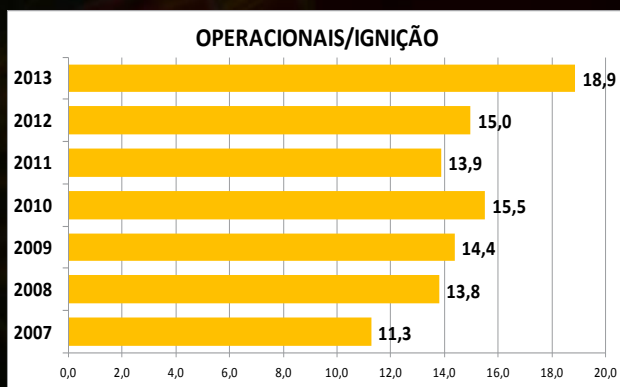
(1.855 Ocorrências)

0,91 % (170) advogados
EO ANPC

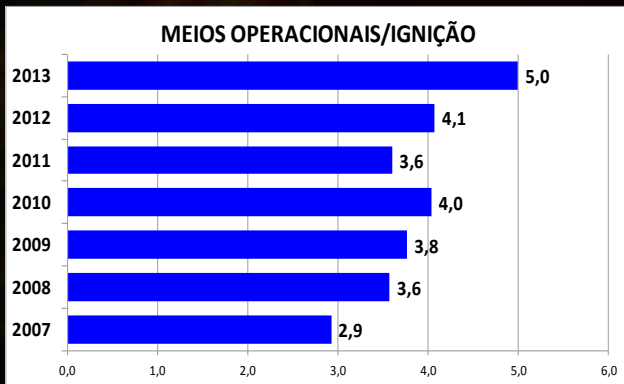
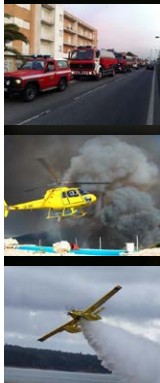


AUTORIDADE NACIONAL
DE PROTEÇÃO CIVIL

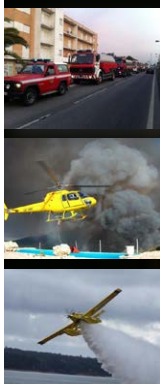
resposta operacional



resposta operacional



resposta operacional



TEMPOS DE RESPOSTA 2010 - 2013

	2010	2011	2012	2013
Tempo médio de despacho	00'11"	00'10"	00'22"	00'21"
Tempo médio de saída do primeiro meio à ocorrência após despacho	01'43"	01'46"	02'18"	02'00"
Tempo médio de chegada do primeiro meio (Ataque inicial)	13'12"	13'12"	13'00"	11'43"





AUTORIDADE NACIONAL DE PROTECÇÃO CIVIL

resposta operacional

TEMPOS DE RESPOSTA 2010 - 2013



2010

2011

2012

2013

Tempo médio de descolagem dos helicópteros de ataque inicial (ligeiros)

07'00"

06'00"

04'00"

04'00"



Tempo médio de descolagem dos helicópteros de ataque inicial (médios)

10'00"

09'00"

07'00"

07'00"

Tempo médio de descolagem dos helicópteros de ataque ampliado

20'00"

18'00"

17'00"

23'00"



Tempo médio de descolagem dos aviões de ataque ampliado

23'00"

11'00"

16'00"

16'00"



AUTORIDADE NACIONAL DE PROTECÇÃO CIVIL

resposta operacional

Recurso protocolo ajuda mútua com Espanha:

6 missões meios aéreos pesados.



apoio em 05 grandes incêndios





AUTORIDADE NACIONAL
DE PROTECÇÃO CIVIL

resposta operacional

Recurso protocolo ajuda mútua com França (2 + 1 avião):

38 missões meios aéreos pesados.



109 horas de voo

1.036 descargas (5.550 l /cada)



AUTORIDADE NACIONAL
DE PROTECÇÃO CIVIL

resposta operacional

Ativação do Mecanismo
Europeu de Protecção Civil

**2 meios aéreos anfíbios
da Croácia**



08 missões

23 horas de voo

222 descargas (5.550 l /cada)



AUTORIDADE NACIONAL
DE PROTECÇÃO CIVIL

resposta operacional

MOBILIZAÇÃO DE MEIOS DE REFORÇO:

□ GRIF / GRUATA/ BCIN E EPCO

- JULHO : 66 mobilizações
- AGOSTO: 174 mobilizações
- SETEMBRO: 91 mobilizações

TOTAL: 331 MOBILIZAÇÕES



AUTORIDADE NACIONAL
DE PROTECÇÃO CIVIL

resposta operacional

- **GRUATAS:** 84 mobilizações
- **GRUATAS FEB:** 45 mobilizações
- **GRIF:** 137 mobilizações
- **EPCO:** 28 mobilizações
- **BCIN:** 05 mobilizações



resposta operacional

GRUATAS



GRUATA	N.º MOBILIZAÇÕES
COIMBRA	07
GUARDA	06
LEIRIA	15
LISBOA 01	13
LISBOA 02	12
PORTO	08
SANTARÉM	10
SETÚBAL	13

ALGUNS COM MAIS DE 18 DIAS CONSECUTIVOS



resposta operacional

MÁQUINAS DE RASTOS



**276
MOBILIZAÇÕES**

(15 MÁQUINAS MILITARES)



AUTORIDADE NACIONAL
DE PROTECÇÃO CIVIL

resposta operacional

EMPENHAMENTO C295

APOIO À DECISÃO OPERACIONAL

- ❖ Maior incêndio 2013 (Alfândega da Fé).
- ❖ Dia 22 Agosto (situação global na região Norte e Centro).



AUTORIDADE NACIONAL
DE PROTECÇÃO CIVIL

resposta operacional

364 alertas:

- 213 FA;
- 151 Confirmados;
- 144 manuais;
- 220 automáticas.





AUTORIDADE NACIONAL
DE PROTECÇÃO CIVIL

resposta operacional

MEIOS MILITARES



58 pelotões
rescaldo e vigilância
após-incêndio

760 pelotões
patrulhamento áreas
florestais.



AUTORIDADE NACIONAL
DE PROTECÇÃO CIVIL

resposta operacional

EQUIPAS GAUF



104
MISSÕES

resposta operacional

MEIOS AÉREOS

MEIOS AÉREOS		MISSÕES	HORAS VOADAS
HEBL	ATI	4.198	2.886:25
	ATA	604	980:34
HEBM	ATI	1.132	779:49
	ATA	252	407:57
HEBP	ATI	1	00:17
	ATA	208	549:23
AVBM	ATA	360	1.132:04
TOTAIS		6.755	6.736:12



resposta operacional

MEIOS AÉREOS - INOPERATIVIDADES

CONTRATO	TEMPO INOPERATIVIDADE
25 helicópteros ligeiros	113:20
08 helicópteros médios	37:08
4 aviões anfíbios	20:48
03 helicópteros ligeiros EMA	39:27
05 helicópteros pesados EMA	2.318:38



resposta operacional

05 helicópteros pesados Kamov
2.318:38 INOP's (15mai a 15out)



A defesa da floresta contra incêndios é um imperativo colectivo, envolvendo a todos na protecção de um importante espaço, na criação de valor e preservação do ambiente



Se...

... existirem comportamentos de risco por parte dos cidadãos;

... o uso abusivo do “uso do fogo”;

... o agravamento de situações meteo extremas;

... um número excessivo de ignições;

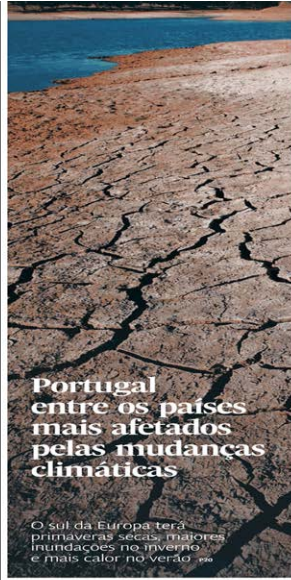
Irá...

... tornar-nos mais vulneráveis aos factores propícios à ocorrência IF;

... dificultar a supressão e contribuir, para a manutenção do problema;

... potenciar que os IF sejam cada vez mais um problema estrutural ...

... sem alterar o estrutural, os IF serão apenas conjunturais.



**Portugal
entre os países
mais afetados
pelas mudanças
climáticas**

O sul da Europa terá
primaveras secas, maiores
inundações no inverno
e mais calor no verão.

REFLEXÃO....



**O Combate assume
que...**

**... o difícil foi feito
de imediato,
o impossível,
sim, demorou um
pouco mais.**



AUTORIDADE NACIONAL
DE PROTECÇÃO CIVIL

INDIFERENÇA ...



AUTORIDADE NACIONAL
DE PROTECÇÃO CIVIL

Portugal sem fogos
Rigorosamente
depende de todos



...e não apenas de alguns.

BALANÇO DECIF 2013



3º PILAR DFCI – **COMBATE**

Apresentação Pública
LNEC Lisboa, 19 Novembro 2013

Grato pela atenção



COMUNICAÇÃO DO COMANDANTE PAULO GIL MARTINS

Autoridade Nacional de Proteção Civil – ANPC

Sr. Presidente
Srs. Deputados

Cumprimento V. Exas agradecendo o convite que me fizeram e permitam-me que inicie a minha intervenção prestando homenagem aos 8 Bombeiros e Bombeiras Mortos em Serviço no verão de 2013, assim como ao Presidente da Junta de Freguesia de Queirã, mas também aos 121 homens e mulheres que morreram desde 1981 em ambiente de incêndios florestais, incluindo pilotos, técnicos Chilenos ao serviço da Afocelca e militares do Gips da GNR.

(Ana Rita Pereira, António Nuno Ferreira, Bernardo Figueiredo, Bernardo Cardoso, Cátia Pereira Dias, Daniel Preto Falcão, Fernando Manuel Reis, João Pedro Mendes, Joaquim Silva Mendes, Nivalda Lemos Pedro Miguel Rodrigues)

Presto homenagem também aos Bombeiros Portugueses e a todos os operacionais e entidades que trabalharam e trabalham para reduzir a incidência e o impacto dos incêndios florestais em Portugal.

Relevo também o fato de em 2003 no final do verão, não ter tido oportunidade de ser ouvido em sede Parlamentar, sobre os incêndios florestais desse ano.

Srs. Deputados

A floresta não arde sozinha... arde porque lhe deitam o fogo. Quando estes fogos passam a incêndios Florestais são perigosos, traiçoeiros e têm comportamentos erráticos. Os incêndios florestais são particularmente difíceis de prever e combater e são um inimigo que só ataca.

Mark Beighley dos Serviços Florestais do EUA foi trazido a Portugal para fazer um balanço sobre a situação dos incêndios florestais e escreveu no seu relatório em 2009.

“Os Portugueses são o problema – 97% das ignições têm origem humana. Todo o sistema montado pode não ser suficiente, num ano de condições meteorológicas extremas e isso não pode ser esquecido.

As melhorias verificadas no sistema de intervenção só combate os sintomas. Para tratar a doença é preciso reduzir o numero de ignições, com alteração dos comportamentos e com o aumento da capacidade de gestão dos combustíveis, pois eles crescem mais depressa do que são diminuídos.

Outro verão como o de 2003 ou 2005 está ao virar da esquina. Estará Portugal preparado?”

Srs. Deputados

O que vale a floresta? Qual é o valor que Portugal atribui às suas florestas, áreas agrícolas e rurais? Atribuirá valor suficiente para continuar a fazer as mudanças necessárias de modo a diminuir os danos crescentes provocados pelos incêndios florestais?

Com as atuais mudanças climáticas e face à continuidade horizontal e vertical da mancha florestal portuguesa, a ocorrência periódica de violentos incêndios é um fenómeno largamente facilitado, pois se não houver intervenção humana na diminuição do combustível, a natureza acaba por repor a biomassa vegetal no seu nível adequado.

Importa contudo sublinhar a intervenção fundamental do fogo na formação original do ecossistema mediterrânico e o papel importante que ainda possui na manutenção do seu equilíbrio e da sua produtividade. Sem fogo não há floresta. O que é necessário é manter o número de ignições e as áreas ardidas dentro de parâmetros aceitáveis e não esquecer que o problema dos incêndios florestais em Portugal ainda não está resolvido.

Srs. Deputados

Gestão de Incêndios

Em relação à gestão de incêndios e verificando a realidade de vários países, os melhores resultados têm sido obtidos pelas organizações que optaram por uma forma centralizada de gestão de incêndios.

Portugal fez um enorme esforço de evolução nesta matéria a partir especialmente do verão de 2005, através de alterações legislativas importantes e na criação pela primeira vez, em 2006, de um sistema de gestão integrada de emergências que se designou de SIOPS.

Mas o sucesso de qualquer sistema de gestão de incêndios florestais, depende em grande parte das medidas que se tomam e dos programas que se implementam muito antes do incêndio se declarar.

O reforço das ações e medidas na área da defesa da floresta contra incêndios é fortemente desejável pois contribui decisivamente para a diminuição do número de ocorrências e da superfície florestal anualmente percorrida por incêndios florestais.

No entanto os efeitos da prevenção estrutural continuam ainda a não se fazer sentir apesar das afirmações anualmente produzidas por variadíssimos responsáveis de que estas operações demoram algum tempo até produzirem os seus efeitos. Não deixa de ser verdade, mas também não deixa de ser verdade que estas afirmações têm sido proferidas ao longo dos últimos 30 anos sem os resultados que todos esperávamos.

De destacar que a maioria dos incêndios que ocorrem no Outono, Inverno ou Primavera, são muitas vezes resultado da necessidade de proceder à queima de sobrantes agrícolas e às queimadas para renovação das pastagens naturais.

A ocorrência destes incêndios rurais não apresenta normalmente muitos dos aspetos negativos associados aos incêndios de Verão. Na generalidade dos casos, são incêndios de menor intensidade e capacidade destrutiva e têm como efeito positivo, uma diminuição da carga combustível em zonas de alto risco de incêndio, minimizando a gravidade dos incêndios no período mais crítico do ano. Assim porquê gastar-se milhares de Euros em extinguir incêndios que até são benéficos?

A utilização do fogo de maneira controlada e com objetivos bem planeados, revela-se um auxiliar precioso na gestão florestal e na preparação das terras para a agricultura ou o pastoreio mas principalmente para a diminuição da biomassa vegetal evitando-se assim no futuro incêndios de consequências devastadoras.

Por outro lado é urgente pensar na continuidade da implementação das redes primárias de faixas de gestão de combustíveis, a qual se devia constituir como um instrumento fundamental para travar a progressão de grandes incêndios, permitindo e facilitando condições favoráveis ao combate em segurança a incêndios florestais.

Tal no entanto não acontece. O investimento que tem sido feito em algumas zonas do país nestas operações rapidamente se perde porque ou não há continuidade no trabalho ou não existem trabalhos de manutenção das faixas entretanto implementadas. E quando acontecem os grandes incêndios, estas faixas obviamente pouco trazem de mais-valia ao combate.

O Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais

O DECIF tem como fator crítico de sucesso, o ataque inicial, na perspetiva de que quem estiver mais próximo do incêndio deve intervir de imediato, desde que disponha dos meios adequados e os conhecimentos necessários à resolução da ocorrência.

Os grandes incêndios não se dominam injetando meios “desalmadamente” nos TO, dominam-se injetando organização e competência, com estratégias de controlo do perímetro do fogo, utilizando equipas com ferramentas manuais e equipas Gauf apoiadas por equipamento para extinção hidráulica, máquinas de rasto e aeronaves pesadas para missões específicas e combinadas com os meios terrestres.

Sem uma estratégia de controlo do perímetro, o incêndio continuará a propagar-se, mesmo que os locais considerados prioritários (casas, indústrias) estejam protegidos.

Segurança Individual dos Bombeiros

A segurança individual dos operacionais baseia-se na conjugação de vários fatores entre os quais se destacam uma boa condição física, equipamentos de proteção individual adequados à missão, um bom conhecimento dos perigos e o cumprimento rigoroso dos procedimentos de segurança.

Mas também se baseia na qualidade do equipamento que crie confiança no homem perante a dificuldade da sua missão.

Reforçar e respeitar permanentemente as orientações e as regras de segurança e, principalmente, garantir o uso dos equipamentos de proteção e do bom senso necessário a uma correta atitude operacional, fundamental para a proteção de cada mulher e homem bombeiro, é um ato de exemplar discernimento.

Por isso foi publicada em 2008 a Portaria n.º 845 de 12 de Agosto que aprovou o Plano de Uniformes dos Bombeiros, Voluntários, Mistos e Privativos, onde se lê que os bombeiros têm direito ao uso dos uniformes nas configurações previstas na portaria e que o Comandante do corpo de bombeiros tem o especial dever de velar continuamente, junto dos seus subordinados, pela estrita e completa observância das disposições da portaria, procedendo no sentido de serem corrigidas as infrações que note ou de que tome conhecimento.

Lê-se também na portaria que para combate a incêndios florestais, o fato de proteção individual inclui calças azuis e casaco vermelho de tecido ignífugo, cumprindo a NE 469 e que as botas cumprindo a NE 345, devem possuir sola resistente ao calor, biqueira, placa e enfranque de metal, protetor da tibia e meia sola de suporte.

Formação

Muito se fala na formação, mas formação também é instrução e treino e essas são responsabilidades inerentes à função de Comandante de um Corpo de Bombeiros.

Corpo de bombeiros que tem a responsabilidade de proporcionar a formação inicial ao seu pessoal e formação mais específica aos seus quadros. Mas também os Srs. Comandantes têm essa obrigação relativa à sua própria formação.

Apesar do enorme esforço reconhecido por todos na formação dos Bombeiros, muitos destes não estão a adotar, com a necessária rapidez, esta formação e os procedimentos operacionais como uma conduta corrente.

Também haverá necessidade de atualização dos conteúdos programáticos de diversos módulos mais operacionais, ultrapassando a distância que ocorreu durante anos entre o que

era dado na ENB e o que era a Doutrina Operacional da ANPC, nem sempre coincidentes por falta de diálogo técnico/operacional que passou a existir recentemente.

Também a falta de programas plurianuais de formação especializada em incêndios florestais, sem prioridade efetiva tem de ser rapidamente corrigida.

Por isso a reorganização e a recriação de um Centro Integrado de Formação Especializada em Incêndios Florestais na Lousã, aproveitando os laboratórios aí existentes, a escola de técnicas florestais e o centro de formação da ENB, é imprescindível, dando-lhe autonomia, atribuindo-lhe responsabilidades e objetivos de curto e médio prazo, **sem antes se auditarem os conteúdos curriculares, os planos dos cursos e os formadores.**

Um dos grandes problemas atuais do sistema é que a ENB ao longo dos últimos 15 anos nunca se ter preocupado em formar quadros superiores para o sistema de proteção civil e socorro incluindo nos Bombeiros.

Gestão da informação

A Lei de Bases de Proteção Civil define o princípio da informação, como aquele que traduz o dever de assegurar a divulgação das informações relevantes em matéria de proteção civil, com vista à prossecução dos objetivos previstos que são o de prevenir e atenuar os riscos, limitar os seus efeitos, socorrer e assistir as pessoas e apoiar a reposição da normalidade da vida. Mas também diz que os cidadãos têm direito à informação...

Apesar disso e da gravidade das situações de proteção civil e socorro que têm ocorrido nota-se incompreensivelmente a ausência de uma política de comunicação por parte dos departamentos do Estado com esta responsabilidade. Não existe um gabinete de comunicação e imagem credível que procure informar os OCS e os cidadãos sobre as atividades em curso, os resultados obtidos, os perigos atuais e os naturais aconselhamentos para fazer face às situações. E para isto não basta um comunicado num qualquer site, é preciso dar a cara.

Sugestões

PILAR 1 – Prevenção Estrutural

É urgente a criação de um programa nacional de gestão de combustíveis com base no fogo controlado, a aplicar nas áreas de montanha e onde ciclicamente se verifica maior recorrência de incêndios, pois se não houver intervenção humana na diminuição do combustível, a natureza acaba, através de incêndios florestais, por repor a biomassa vegetal no seu nível adequado.

É urgente a realização de uma avaliação da carga de pastoreio existente face às áreas de pastoreio disponíveis, nas regiões com maior incidência de ignições e o estabelecimento de um programa nacional de criação de pastagens permanentes.

Aumento das Equipas GAUF devidamente formadas, com melhor dispersão pelo território, de acordo com o histórico do número de ocorrências e as áreas de perigo de incêndios florestais conhecidos.

Urgente flexibilização do uso do fogo tático no combate aos incêndios, porque sendo uma ótima ferramenta de combate, quando bem planeada e executada, é um excelente método para dominar os incêndios florestais.

PILAR 2 – Prevenção Operacional

Os requisitos fundamentais de todos os sistemas de deteção de incêndios florestais são a rapidez e a precisão.

Assim há necessidade de alteração do método de funcionamento das Torres de Vigia que não garantem a sua atividade H24. Algumas só funcionam 8 ou 16 horas mesmo em zonas críticas, mas também:

- Na enérgica e urgente redução do número de ignições;
- Numa boa componente de dissuasão, nomeadamente através de grande visibilidade pública;
- Na garantia de que os meios de Vigilância Móvel Terrestre (VMT) desempenhem autênticas missões de relações públicas sobre a população, nomeadamente nas zonas mais movimentadas e de maior risco;
- Reformular os conceitos sobre os tipos de incêndios e do sistema estatístico associado, incluindo nele os fogos de gestão.

O Dispositivo da responsabilidade do Grupo de Intervenção em Proteção e Socorro (GIPS) da GNR, que tem a sua grande mais-valia na integração da sua função policial com a de proteção e socorro, tem um papel indispensável a desempenhar nomeadamente:

- Na componente terrestre robustecendo a sua missão na vigilância móvel, fiscalização, e ataque inicial, libertando-se da componente helitransportada, que pode ser executada pela FEB com igual sucesso;
- No alargamento da sua ação, a todos os distritos, na componente terrestre.

PILAR 3 – Combate

O Dispositivo Especial de Combate aos Incêndios Florestais, da responsabilidade da ANPC, acua quando tudo a montante falha e por isso tornam-se essenciais aperfeiçoamentos contínuos e necessidade de evolução e modernização constantes, nomeadamente:

- Na elaboração de um manual de nomenclatura técnica e operacional exclusivamente sobre incêndios florestais, agrupando o ICNF, a GNR e a ANPC;
- No alargamento da ação da FEB, a todos os distritos, na componente helitransportada;
- No planeamento e a implementação de uma estrutura logística de apoio ao DECIF, sustentada nas Forças Armadas.
- Na constituição e implementação de uma estrutura logística sustentada na Cruz Vermelha Portuguesa de apoio ao DECIF, em caso de necessidade.

Mais alguns aspetos gerais condicionantes do dispositivo de combate a incêndios

- Inexistência de aviões pesados anfíbios no mínimo de 6, que Portugal já há muito deveria possuir.
- Impossibilidade de exercer um efetivo controlo operacional sobre os meios do DECIF. O desrespeito de alguns, pelas diretivas e normas, visíveis na sua resistência à evolução da organização e o apoio expresso ou encoberto que lhes é dado garante-lhes adequada cobertura para produzir desinformação e pior, dar ideia de grande ignorância àqueles que no terreno não lhes perguntaram nada.
- Diálogo institucional a deteriorar-se sem razões aparentes;
- Problemas ao nível dos contra fogos/fogos táticos, porque a Lei é muito restritiva e limitou a utilização desta técnica que passou por isso a ser clandestina pela necessidade imediata da sua utilização, em vez de ser realizada organizadamente com pessoal devidamente treinado e formado.
- Confusões na instalação dos PCO, na estrutura organizativa montada, no planeamento e na gestão de meios em incêndios com TO próximos ou de grandes dimensões;
- Problemas na gestão dos meios aéreos pesados, nomeadamente os estrangeiros e utilização sistemática de meios aéreos em ações de rescaldo ou em combate em locais sem suporte terrestre.

Legislação / organização

Torna-se necessário, diria mesmo imperioso desde já:

Extinguir os distritos. A sua existência só cria problemas ao sistema de proteção civil e socorro e á sua organização, além de conflitos entre aquilo que é decisão política e técnica.

Adequar todo o sistema a uma nova realidade administrativa do país assente nas NUT II, nas AM e nas CIM.

Modernizar a Lei de Bases de Proteção Civil, para esta nova solução admitindo SMPC conjuntos e salas de operações de socorro municipais conjuntas e partilhadas por vários municípios.

Modernizar o SIOPS que está muito desatualizado porque mistura a organização multiagentes com a organização de Bombeiros. Alterar profundamente a organização da estrutura operacional do SIOPS, que não se coaduna com a realidade do país nem do terreno.

Alterar a LO da ANPC. Está desatualizada. Precisa de inovação, precisa de um novo paradigma, de um novo impulso. A ANPC nalgumas das suas responsabilidades e nalgumas das suas áreas emblemáticas estagnou.

A Lei municipal da proteção civil, deve ser refeita e modernizada em termos operacionais e de organização da proteção civil.

Aos Bombeiros deve ser reconhecida a necessidade de terem uma organização operacional própria e garantida a sua publicação em documento legislativo o que nem sequer é muito difícil.

A organização interna dos Corpos de Bombeiros deve ser radicalmente alterada avançando-se para novos conceitos nomeadamente criando carreiras por tipo de especialidade como sejam o combate a incêndios, o pré hospital e as operações especiais.

Pontos críticos

Mas há dois pontos críticos que advêm do relatório de dezembro de 2013 do Prof Xavier Viegas e que devem merecer a nossa maior preocupação.

Diz Xavier Viegas no seu relatório que "...desde 1993 a 2012 pôde observar-se uma melhoria gradual, ao longo dos quinquénios, traduzida numa redução da área ardida, nos dias em que o número de ocorrências não superou os 200 casos, A partir deste valor não se nota qualquer evolução sistemática neste parâmetro. Os dados do ano 2013 confirmam a tendência de melhoria para o conjunto dos dias com menos de 100 ocorrências, piorando de resto a partir desse valor".

Sendo que desde 2006 este valor chegou mesmo a atingir os 250 casos, algo se está a degradar para este número ter baixado drasticamente para 100 em 2013.

Também em termos de ataque inicial a percentagem de sucesso desceu drasticamente para os 86%, valor idêntico ao existente antes da entrada em funcionamento das equipas helitransportadas da FEB e do GIPS da GNR que elevaram esta percentagem para um máximo de 96% e uma média de 94% até 2010.

NOTAS FINAIS

- O problema dos incêndios florestais não está resolvido, apesar do caminho que já se percorreu e dos resultados muito motivadores dos últimos anos.
- O número de ignições tem de estabilizar em valores aceitáveis, o coberto vegetal tem de decrescer a sua densidade territorial e a biomassa no solo tem de diminuir.
- O comportamento das pessoas tem de ser alterado, mas se não houver resposta institucional para as suas necessidades, então continuaremos a ter grande número de ignições que podem provocar importantes incêndios florestais.
- É preciso reequacionar a legislação e proteção civil e socorro modernizá-la e adaptá-la a novas realidades.
- É preciso debater muito, refletir muito... principalmente com os técnicos, os operacionais e quem anda no terreno... e depois AGIR... Independentemente dos votos... Independentemente dos Governos... Independentemente dos Municípios... Independentemente dos protagonistas...

MAS O COMPROMISSO TEM DE CONTINUAR

- Evitar e reduzir as Ignições
- Diminuir o Combustível Disponível
- Reduzir o Impacte dos Incêndios
- Mitigar as Consequências

Muito obrigado

Paulo Gil Martins
8 Janeiro 2013



ANPC – COMANDO NACIONAL DE OPERAÇÕES DE SOCORRO – INCÊNDIOS FLORESTAIS – UMA REFLEXÃO PARA O FUTURO

Paulo Gil Martins, comandante operacional nacional da ANPC

CNOS, 18 DE NOVEMBRO DE 2009

“O sucesso de qualquer sistema de gestão de incêndios florestais, depende em grande parte das medidas que se tomam e dos programas que se implementam muito antes do incêndio se declarar”.

1. O clima de uma determinada zona ou região não é imutável, sofrendo alterações em longos intervalos de tempo. As observações dos últimos anos permitem concluir que em termos da variabilidade climática, existe um aumento das temperaturas médias e alguns fenómenos extremos de seca e precipitação.

Portugal, devido ao seu contexto geográfico, situa-se numa zona muito sensível a esta variabilidade climática, alternando influências atlânticas com outras, de carácter marcadamente mediterrânico.

No Sul e Centro do País, esta situação motiva uma mudança gradual das características das comunidades vegetais, acentuando o seu fácies mediterrânico.

Estas comunidades, devido ao facto da temperatura do ar ser em média mais elevada e a humidade relativa mais baixa, com consequências directas no estado fisiológico do combustível vivo, são constituídas por muitas espécies com óleos aromáticos e ceras vegetais que aumentam o seu grau de inflamabilidade.

Estas comunidades têm vindo a substituir de forma consistente, as espécies outrora cultivadas e entretanto votadas ao abandono, aumentando a densidade do coberto vegetal e aproximando o perigo de incêndio florestal para junto dos aglomerados populacionais e núcleos habitacionais dispersos.

Com as actuais condições climáticas, e face à continuidade horizontal e vertical da mancha florestal portuguesa, a ocorrência periódica de violentos incêndios é um fenómeno largamente facilitado.

Importa contudo sublinhar a intervenção fundamental do fogo na formação original do ecossistema mediterrânico e o papel importante que ainda possui na manutenção do seu equilíbrio e da sua produtividade.

A utilização do fogo de maneira controlada e com objectivos bem planeados, revela-se um auxiliar precioso na gestão florestal e na preparação das terras para a agricultura ou o pastoreio mas principalmente para a diminuição da biomassa vegetal evitando-se assim no futuro incêndios de consequências devastadoras.

2. Dos 30% do território que ardeu nos últimos 25 anos, sabe-se que cerca de 1.400.000 ha só arderam uma vez, 300.000 ha arderam 2 vezes e 150.000 ha arderam pelo menos 3 vezes. Também se sabe que cerca de 45% de toda a área ardida corresponde exclusivamente a incultos.

A recorrência deste fenómeno verifica-se em áreas montanhosas do interior e está associada à queima de vegetação, como prática cultural para alimentação de efectivos ovinos, caprinos e bovinos em regime extensivo. Existem, também, algumas manchas de recorrência no litoral norte, em áreas de interface urbano/rural.

As comunidades rurais do nosso interior, reduzidas em número de habitantes mas ocupando uma parcela apreciável do território nacional, utilizando desde tempos ancestrais o fogo como instrumento para queima de sebes, matos e silvados ou renovação de pastagens, desvalorizam os incêndios, que desde que não atinjam o seu pinhal, a sua casa da lavoura ou os arredores da povoação, não são motivo de preocupação.

As sucessivas campanhas destinadas a sensibilizar a população sobre a necessidade de adequação dos seus comportamentos ao território e à meteorologia, continuam a mostrar-se insuficientes por falta de transposição da mensagem geral para as particularidades das comunidades rurais, carecendo de uma abordagem diferente junto destas comunidades.

Também o reforço das acções e medidas técnicas na área da defesa da floresta contra incêndios é fortemente desejável pois contribui decisivamente para a diminuição da superfície florestal anualmente percorrida por incêndios florestais.

O investimento no planeamento, na previsão, na análise e avaliação de todos os níveis da organização, combinada com uma formação continuada das equipas de intervenção e dos decisores, a regulação das questões organizativas de maneira a otimizar sistemática e permanentemente os recursos humanos e materiais, garantem que estes estarão prontos a combater qualquer incêndio logo que se declare.

Como se sabe aumentando as actividades de prevenção e de planeamento reduzem-se as actividades de combate e uma organização de resposta de ataque inicial bem conseguida, diminuirá a necessidade de grandes organizações e de grandes quantidades de meios nos teatros de operações e consequentemente dos elevados montantes financeiros associados.

3. Em todos os países com este tipo de risco os responsáveis pela gestão da defesa da floresta contra incêndios estão confrontados com dificuldades cada vez mais graves e contraditórias.

- ✓ Como satisfazer aqueles que querem melhor prevenção e protecção contra incêndios e aqueles que são defensores de que nem todos os incêndios se devem combater e que o seu encaminhamento para zonas sem combustível é uma tática de supressão que, em muitos casos, substitui com vantagem o combate directo, agressivo e muitas vezes inconsequente e altamente debilitante para o dispositivo de combate?
 - ✓ Ou os que defendem que a eficiência do dispositivo de combate ao limitar durante anos seguidos o desenvolvimento e expansão dos incêndios em determinada região, mantém intacta a continuidade horizontal do combustível, tornando mais provável nos anos seguintes o aparecimento de grandes incêndios, que acabam por repor a biomassa vegetal no seu nível adequado?
 - ✓ Como é possível melhorar as medidas e os dispositivos de prevenção ou de combate, face à escalada dos custos, à limitação dos recursos e ao aumento dos constrangimentos orçamentais?
 - ✓ Como encontrar formas de inverter toda esta complexa situação contrariando esta ameaça à segurança das populações e ao ambiente e que é fortemente condicionada, por acções e omissões desenvolvidas a montante pelas mais diversas entidades públicas e privadas, com competências partilhadas mas nem sempre convenientemente integradas ou articuladas?
4. Para responder a estas e outras questões, foi em 2006 aprovado um vasto “pacote” programático e legislativo no âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios, com especial enfoque nos seus 3 pilares institucionais:

A Autoridade Florestal Nacional, a Guarda Nacional Republicana e a Autoridade Nacional de Protecção Civil com responsabilidades, respectivamente, na prevenção estrutural, na prevenção operacional e no combate.

Na prossecução dos objectivos estratégicos definidos nesse pacote foi elaborado o Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (PNDFCI), onde foram estabelecidas metas cuja concretização passa pelo empenho de todas as entidades com responsabilidades no sistema de defesa da floresta contra incêndios e que visa globalmente, para o horizonte temporal de 2012 e de 2018, a redução da área ardida para valores equiparáveis à média dos países da bacia mediterrânica.

Assume-se que os efeitos da prevenção estrutural vão demorar alguns anos até se fazerem sentir e, como tal, importa valorizar, neste momento, a fiscalização, a vigilância, a detecção, o combate e a investigação das causas dos incêndios florestais que em 97 % dos casos têm origem no comportamento humano.

No âmbito do combate aos incêndios florestais da responsabilidade da ANPC, foi criado o Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro (SIOPS), elaborada uma Directiva Operacional Nacional plurianual e instituído um Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais (DECIF), que garantem em permanência uma capacidade de antecipação ajustada e uma resposta operacional adequada e articulada, em conformidade com os graus de gravidade e probabilidade de incêndios florestais.

A grande aposta do DECIF é a permanente capacidade de intervir em ataque inicial, que corresponde ao princípio de que quem estiver mais próximo da ocorrência deve intervir para a sua resolução definitiva, independentemente da sua dependência hierárquica e funcional e desde que disponha dos meios adequados à operação, salvaguardando sempre a articulação com a estrutura operacional de comando e controlo da ANPC e a segurança dos combatentes, das pessoas e dos seus bens, que é factor imprescindível.

5. Mas nenhum dispositivo por melhor organizado que esteja tem sucesso, se os cidadãos, não contribuírem com o seu esforço, para diminuir os comportamentos de risco e assim reduzir o número de ignições que provoquem incêndios florestais.

Como todos sabemos, os incêndios florestais têm origem a partir de uma ignição, que pode ser natural ou antrópica, nuns casos de forma acidental, noutros negligentes e noutros ainda intencionais.

As causas dos incêndios são as mais variadas. No entanto, pode afirmar-se que cerca de 97% têm origem humana. Os resultados das investigações revelam que as causas por negligência ou por acidente são as mais numerosas.

A defesa da floresta e do ambiente deve ser entendida cada vez mais, como uma dimensão de responsabilidade partilhada. Todos somos agentes de protecção civil, todos somos a vanguarda da preservação do nosso património estratégico.

6. PROPOSTAS

a. PILAR 1 – Prevenção Estrutural

- ✓ É urgente a criação de um programa nacional de gestão de combustíveis com base no fogo controlado, a aplicar nas áreas de montanha e onde ciclicamente se verifica maior recorrência de incêndios, pois se não houver intervenção humana na diminuição do combustível, a natureza acaba, através de incêndios florestais, por



repor a biomassa vegetal no seu nível adequado. É desejável e necessário o reforço das equipas GeFogo da AFN e do número de técnicos credenciados, para este efeito.

- ✓ É urgente a realização de uma avaliação da carga de pastoreio existente face às áreas de pastoreio disponíveis, nas regiões com maior incidência de ignições e o estabelecimento de um programa nacional de criação de pastagens permanentes.
- ✓ É urgente a continuidade na implementação das redes primárias de faixas de gestão de combustíveis, em locais estratégicos, com condições favoráveis ao combate de incêndios florestais.
- ✓ Melhor rentabilização e controlo das equipas de Sapadores Florestais integrantes do Dispositivo Integrado de Prevenção Estrutural (DIPE) da AFN que deve conter forte articulação com os CDOS.
- ✓ Maior apoio e controlo das Equipas de Sapadores Florestais (ESF) do Exército, no âmbito do Plano Vulcano, da responsabilidade da AFN e em forte articulação com a ANPC.
- ✓ Aumento das Equipas do GAUF com melhor dispersão pelo território, de acordo com o histórico do número de ocorrências e as áreas de perigo de incêndios florestais conhecidos.
- ✓ Urgente flexibilização do uso do fogo no combate aos incêndios, de acordo com as propostas da ANPC, porque sendo uma ótima ferramenta de combate, quando bem planeada e executada, é um excelente método para dominar os incêndios florestais.
- ✓ Necessidade de avaliar a intervenção do PILAR 1, através das métricas do PNDFCI.

b. PILAR 2 – Prevenção Operacional

Com o aumento significativo em 2009 do número de ignições, torna-se factor crítico de sucesso a vigilância dissuasiva e a fiscalização do cumprimento da legislação em vigor.

- ✓ O Dispositivo de fiscalização, sensibilização, vigilância e detecção, da responsabilidade do Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) da GNR, deve possuir um plano estratégico integrado e específico, e ter um papel fundamental a desempenhar, nomeadamente:

- Na enérgica e urgente redução do número de ignições;
 - No seu dimensionamento de modo a responder aos vários tipos de períodos de perigo de incêndio, ao número e concentração espacial das ocorrências, com um menor ou maior número de meios;
 - Numa boa componente de dissuasão, nomeadamente através de grande visibilidade pública;
 - No aumento da capacidade de fiscalização repressiva, principalmente sobre infracções como a falta de gestão de faixas de combustíveis junto a edificações em espaço florestal e as queimadas sem licença, que têm sido as principais infracções verificadas;
 - Na garantia de que os meios de Vigilância Móvel Terrestre (VMT) desempenhem autênticas missões de relações públicas sobre a população, nomeadamente nas zonas mais movimentadas e de maior risco;
 - No assegurar o conhecimento por parte dos CDOS das acções no terreno;
 - Na fidelização dos recursos humanos das Torres de Vigia (TV) e das EMEIF nos CDOS;
 - No permitir que o DECIF lance um ataque inicial imediato e musculado, baseado numa muito rápida detecção dos focos de incêndio, através da forte articulação entre as TV, a VMT e a Vigilância Aérea (VAE) num programa devidamente planeado, integrado e harmonizado.
- ✓ O Dispositivo da responsabilidade do Grupo de Intervenção em Protecção e Socorro (GIPS) da GNR, que tem a sua grande mais-valia na integração da sua função policial com a de protecção e socorro, tem um papel indispensável a desempenhar nomeadamente:
- Na componente terrestre robustecendo a sua missão na vigilância móvel, fiscalização, e ataque inicial, libertando-se da componente helitransportada, que pode ser executada pela FEB com igual sucesso;
 - No alargamento da acção do GIPS, a todos os distritos, na componente terrestre;
 - Na melhoria da articulação com os CDOS, em termos de informação geral e operacional e no cumprimento das regras de empenhamento nos teatros de operações;
 - Na melhoria da articulação com o CNOS, em especial na passagem de informação operacional e prontidão do dispositivo.
- ✓ Necessidade de clarificar:
- As missões do GIPS/GNR no contexto das operações de protecção e socorro, sendo que esta força deve entender-se como de reforço especializado a pedido do CNOS/CDOS.

- Os modelos de empenhamento do GIPS/GNR nas operações de protecção e socorro.
- ✓ Necessidade de avaliar a intervenção do PILAR 2 através das métricas do PNDFCI.

c. PILAR 3 – Combate

Com o actual estado de desenvolvimento da prevenção estrutural e da prevenção operacional torna-se improvável que o combate, por si só, possa continuar a garantir uma área ardida de acordo com o definido no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, dado que uma parte significativa da área ardida anualmente se verifica de forma periódica e recorrente, em áreas de matos, associada à necessidade da gestão de combustíveis e ao comportamento da população local.

- ✓ O Dispositivo Especial de Combate aos Incêndios Florestais, da responsabilidade da ANPC, actua quando tudo a montante falhou e por isso tornam-se essenciais aperfeiçoamentos contínuos e necessidade de evolução e modernização constantes, nomeadamente:
 - Na elaboração de um manual de nomenclatura técnica e operacional exclusivamente sobre incêndios florestais, agrupando a AFN, a GNR e a ANPC;
 - No alargamento da acção da FEB, a todos os distritos, na componente helitransportada;
 - Na indispensabilidade de garantir a realização dos briefings semanais às Quartas-feiras nos CDOS;
 - Na melhoria do desempenho dos oficiais de ligação nos CDOS e CNOS;
 - Na criação, no âmbito dos CDOS, de equipas distritais de gestão de Postos de Comando Operacional;
 - Na criação, no âmbito do CNOS, de equipas nacionais de gestão de grandes ocorrências.
 - Na garantia de que a FEB e o GIPS actuam exclusivamente em ataque inicial, garantindo permanentemente a reposição dessa capacidade;
 - Na garantia do despacho dos meios de ataque inicial aéreos ou terrestres de acordo com as regras, especialmente no fomento do método da triangulação;
 - Na melhoria da organização inicial integrada dos teatros de operações;
 - Na necessidade de maior intervenção de máquinas de rasto no combate, através de um programa específico.

- Na colocação no terreno em dias de maior perigo e em locais mais susceptíveis aos incêndios, cujas localizações são historicamente reconhecidas, Forças Integradas de Pré Posicionamento (FIPP), de reforço intermunicipal, com o objectivo de garantir, tanto quanto possível o domínio dos incêndios na sua fase inicial;
- Na modernização dos Planos das Forças Armadas, harmonizando os seus níveis de alerta e prontidão, e adequando-os aos níveis de Alerta do SIOPS;
- No planeamento e a implementação de uma estrutura logística de apoio ao DECIF, sustentada nas Forças Armadas. Este apoio pode consagrar-se através do desenvolvimento e constituição de Unidades de Apoio de Protecção Civil (UNAPC) devidamente normalizadas e enquadradas pelo COC/EMGFA;
- Na constituição de UNAPC normalizadas e enquadradas pela Cruz Vermelha Portuguesa de apoio ao DECIF, em caso de necessidade.
- Na reabilitação dos Kits das Juntas de Freguesia.

d. Meios Aéreos

As aeronaves de combate a incêndios trouxeram uma outra dimensão às técnicas de intervenção e alterações na gestão estratégica do dispositivo, sendo actualmente o meio mais rápido e poderoso de ataque inicial aos incêndios florestais, mas também o mais dispendioso.

- ✓ A quantidade de opções e possibilidades que estes meios aéreos possibilitam, exigem sistemas bem organizados e dotados de profissionais com qualificações adequadas, se queremos maximizar a sua eficácia, nomeadamente através da:
 - Necessidade de continuar a garantir através de sistema informático, o controlo da actividade operacional de todos os meios aéreos que foi interrompida em 2009;
 - Necessidade de rentabilizar a eficácia dos meios aéreos através da melhoria da formação operacional e da estabilização dos pilotos nos vários CMA;
 - Melhoria dos cadernos de encargos dos concursos públicos, assegurando:
 - Um pacote de horas a serem voadas consoante as necessidades ao longo de todo o período do respectivo contrato e não anualmente. Isto porque como é sabido o esforço de voo na missão de combate aos incêndios florestais é variável e imprevisível de ano para ano;
 - A diminuição e adequação dos tempos de resposta dos meios aéreos às necessidades operacionais;
 - A diminuição do tempo de penalização, para o contratante, em relação às missões abortadas;

- A não existência de “Block Hours” durante o período mais crítico, que inviabiliza a operação de uma aeronave pelo menos por 48 horas.

e. Processos Contra Ordenacionais

- ✓ Com vista a alcançar os níveis eficazes e dissuasores da vigilância e fiscalização do cumprimento da legislação em vigor, garantindo da mesma forma credibilidade a esta acção, torna-se necessário e urgente, um papel mais incisivo por parte das entidades responsáveis pela instrução dos processos e uma mudança das entidades que aplicam as sanções, passando das Câmaras Municipais para os Governos Cívicos.
- ✓ Necessidade, através do Procurador-Geral da República (PGR) ou Conselho Superior de Magistratura (CSM), de melhorar a percepção e sensibilização dos magistrados para a problemática da DFCI.
- ✓ Necessidade dos tribunais corresponderem, melhor, ao esforço da DFCI, com o afastamento preventivo dos suspeitos.
- ✓ Necessidade de no código penal, na vigésima terceira alteração aprovada pela Lei nº 59/2007 de 4 de Setembro, no número 1 do artigo 274º - Incêndio florestal, ser acrescentada a designação de “mato”.

f. Sistema Integrado de Operações de Protecção e socorro (SIOPS)

- ✓ A cultura do SIOPS que define o comando único só é possível com forte envolvimento político, do Governo, dos Governadores Cívicos e dos Presidentes das Câmaras Municipais.
- ✓ A articulação permanente a nível político é crucial para pressionar e forçar o funcionamento do sistema.
- ✓ De acordo com a experiência dos últimos 4 anos, existe a necessidade de um “upgrade”, actualizando a organização e competências do CCON, CCOD, CNOS e CDOS, modernizando o sistema de gestão de operações e introduzindo renovados conceitos de controlo e empenhamento das forças nos teatros de operações, no seguimento do que já se encontra expresso nas DON 01 – DIOPS e DON 02 – DECIF de 2009.

g. Sistema de Gestão da Informação sobre Incêndios Florestais (SGIF)

- ✓ Reformular os conceitos sobre os tipos de incêndios e do sistema estatístico associado.
- ✓ Melhorar a qualidade de informação recolhida por parte do SEPNA/GNR, apoiando-se para esta tarefa nos Gabinetes Técnicos Florestais (GTF) Municipais.
- ✓ Reformular o método de levantamento das áreas ardidas que em estreita e permanente colaboração com o SEPNA/GNR devem passar a ser realizadas pelo respectivo GTF Municipal.
- ✓ Simplificar o processo de introdução de dados no sistema.
- ✓ Aumentar o controlo de qualidade da informação recolhida por parte da AFN.
- ✓ Tornar mais expedito o mecanismo de recolha, validação e envio de cartografia vectorial de todas as áreas ardidas.

h. Previsões Meteorológicas

- ✓ Necessidade do IM se adequar às novas necessidades da protecção civil que detém uma capacidade actual de intervenção, superior à informação que recebe.
- ✓ Reformulação do modelo e da calibração do FWI, aproximando-o mais á realidade portuguesa e evitando que este índice apresente na maior parte do verão risco máximo, o que não possibilita nenhum apoio à decisão.
- ✓ Reformulação do ICRIF com a introdução da probabilidade de ocorrência de incêndios em determinada unidade territorial.

i. Gestão da Informação

- ✓ É urgente uma avaliação, por parte da AFN e GNR, do impacte das acções de sensibilização e informação pública e a incorporação dos resultados da avaliação no planeamento de novas campanhas e na redefinição dos conteúdos e estratégias de comunicação.

- ✓ É urgente continuar com ainda mais firmeza as campanhas de sensibilização da população, dirigindo algumas delas para públicos-alvo, de acordo com o estudo das causas dos incêndios e transpondo a mensagem geral para as particularidades das comunidades rurais.
- ✓ É urgente persistir no diálogo com as populações locais nas áreas protegidas, sobre a adequação dos seus comportamentos ao território a às condições meteorológicas.

j. Formação

- ✓ Melhoria da formação dos elementos da estrutura operacional da ANPC em sistemas de comando e controlo, análise de incêndios, gestão de grandes ocorrências e organização dos Bombeiros.
- ✓ Aperfeiçoamento da formação dos Bombeiros na ENB.
- ✓ Mudança radical na formação da ENB, sobre organização de Postos de Comando e gestão de ocorrências.
- ✓ Necessidade de formação homogénea de grupos de formandos para os cursos operacionais da ENB.
- ✓ Criação de cursos sobre protecção civil e socorro e organização da resposta operacional para os pilotos de aeronaves.
- ✓ Necessidade da formação de novos cursos de coordenação aérea.

7. CONCLUSÕES

- O problema dos incêndios florestais não está resolvido, apesar do caminho que já se percorreu e dos resultados muito motivadores dos últimos 4 anos. Estamos satisfeitos mas muito preocupados.
- A velocidade de desenvolvimento do sistema nas suas várias componentes é muito dispar e centrar a resolução do problema dos incêndios florestais exclusivamente no combate é adiar a solução, que passa essencialmente pela prevenção estrutural e pela prevenção operacional.

- O número de ignições tem de estabilizar em valores aceitáveis, o coberto vegetal tem de decrescer a sua densidade territorial e a biomassa no solo tem de diminuir.
- O comportamento das pessoas tem de ser alterado, mas se não houver resposta institucional para as suas necessidades, então continuaremos a ter grande número de ignições que podem provocar importantes incêndios florestais.

➔ **Qualquer solução parcial perde eficácia se retirada de um contexto integrado.**

- A experiência demonstra que todos os dados do problema são interactivos, e a actuação das várias instituições deve ser sempre efectuada numa lógica de complementaridade e cooperação.
- A dinâmica que hoje vivemos não se compadece com pseudo contentas futeis, sobretudo quando interpretadas num conjunto que tem como pressupostos primeiros, a solidariedade, a competência, a confiança, a experiência e a determinação.
- Um Sistema Integrado baseia-se sempre numa gestão centralizada, combinada com uma resposta desconcentrada e fulminante sobre os incêndios nascentes, apoiada em recursos terrestres com pessoal devidamente qualificado e motivado e de meios aéreos de qualidade.
- Nesta medida, nunca será demais o contributo de todos num esforço comum, orientado para uma forte e saudável cooperação, conceito maior no relacionamento entre organizações distintas, já que o esforço contínuo nesta área, terá sempre como primeiro objectivo a preservação da vida e de um património que é de todos.

➔ **Mas nenhum sistema de defesa funciona se não tiver a colaboração permanente das pessoas. Assim os portugueses devem continuar a assumir que a defesa da floresta contra incêndios é um DESÍGNIO NACIONAL que passa por todos e cada um de nós. Só é possível garantir a protecção da população e a defesa da nossa floresta com o forte empenhamento dos cidadãos.**

- ▶ Muito se andou. Muito se fez. Muito se tornou realidade. Não parece possível voltar para trás na organização, mas é necessário continuar a evoluir com determinação.
- ▶ A Protecção Civil credibilizou-se, é aceite pela maioria dos parceiros e é hoje uma referência fundamental na sociedade portuguesa.
- ▶ Mas 2010 será mais um ano de grande desafio para o dispositivo especial de combate aos incêndios florestais e para todos os seus operacionais porque Portugal sem fogos continuará a depender de todos.

CNOS, 18 de Novembro de 2009

Paulo Gil Martins
Comandante Operacional Nacional
da ANPC



PROPOSTAS PARA REFLEXÃO 2014

Paulo Gil Martins

PROPOSTAS PARA REFLEXÃO – 2014

Paulo Gil Martins

TEMA	PROPOSTAS
Estado de Emergência e Estado de Sítio	<ul style="list-style-type: none">• Alterar o artigo sobre o estado de emergência, libertando esta designação para a LBPC.
Lei de Bases de PC	<ul style="list-style-type: none">• Redefinir os artigos das situações de alerta, contingência e calamidade, simplificando para uma única designação.• Redefinir as comissões de proteção civil e as suas funções nos vários escalões.• Definir Autoridade Política, Autoridade Técnica e Autoridade Operacional.• Definir operações de proteção civil.• Redefinir o conceito e a abrangência dos planos de emergência.• Definir a integração das ONGs e das organizações de voluntários de proteção civil no sistema.• Definir a autoridade e competências de um comandante de operações de socorro (COS)
Lei da Proteção Civil Municipal	<ul style="list-style-type: none">• Alterar as funções da CMPC e do SMPC e portanto a organização da proteção civil municipal.• Definir os responsáveis pela organização de proteção civil municipal nos vários patamares.• Redefinir nome, conceito e funções do Comandante Operacional Municipal.• Prever a constituição de serviços municipais de proteção civil conjuntos abrangendo mais do que um município adjacente.• Prever que o COM possa ser o mesmo para vários municípios adjacentes.• Reestruturar todo o diploma legislativo.
LO da ANPC	<ul style="list-style-type: none">• Definir um moderno e ágil conceito de proteção civil.• Criar um secretário-geral do sistema de proteção civil.• Criar um gabinete coordenador do sistema de proteção civil em vez da CNPC.• Modernizar a orgânica interna da ANPC ajustando-a à experiência adquirida e à realidade do país.• Repensar a DNB.• Acrescentar as emergências a uma nova designação... ..proteção civil e emergências.• Redefinir a sua tutela.

<p>SIOPS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitetar uma nova estrutura operacional e modernizar os conceitos, com a experiência entretanto adquirida e com a realidade dos agentes. • Definir agentes de proteção e socorro. • Definir operações de proteção e socorro. • Retirar todos os artigos que só dizem respeito aos bombeiros. • Mudar a designação de comandantes operacionais para diretores de socorro e emergências. • Alterar o conceito e a estrutura do sistema de gestão de operações para que responda estruturadamente a uma operação normal, a uma operação multi-agentes e a uma operação complexa. • Reestruturar todo o diploma de forma a responder às necessidades organizativas dos agentes e do país.
<p>Bombeiros</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Contratos de prestação de serviços tripartidos, entre o Estado os Corpos de Bombeiros e as Camaras Municipais, onde fique bem explicito as obrigações e responsabilidades das partes assim como as formas de financiamento. • Quem assinar este contrato fica a pertencer à rede nacional de proteção e socorro cumprindo as normas e regras que forem aprovadas. • Quem não assinar fica fora da rede e não receberá qualquer apoio do Estado – MAI. • Simplificar a legislação.
<p>Organização Operacional dos Bombeiros</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reorganizar os Corpos de Bombeiros, dividindo a sua organização interna em pelo menos 3 unidades ou departamentos: a Unidade de intervenção, a unidade do pré hospital, a unidade de operações especiais, entre outras como é o caso de uma unidade de formação. • O transporte de doentes é excluído da responsabilidade dos corpos de bombeiros e mesmo interdita a sua realização por parte do pessoal dos corpos de bombeiros. Esta atividade passará para a área das Associações ou de outras entidades como é o caso das LBP. • Formatar uma nova estrutura operacional para os Bombeiros de acordo com o que já existiu. • Definir uma estrutura de comando própria. • Aplicar a tipificação dos Corpos de Bombeiros. • Diminuir o número de postos nos corpos de bombeiros. • Acabar com as funções serem iguais ao posto. Os comandantes, 2º comandantes e adjuntos de comando têm que ter um posto hierárquico. Os cerca de 500 corpos de bombeiros não podem ter comandantes, todos com 4 galões, porque não são iguais nem em termos de responsabilidade nem em termos de dimensão dos respetivos CB.

Defesa da floresta contra incêndios	<ul style="list-style-type: none"> • Adaptar o Plano de DFCl á realidade do país e ao território, nomeadamente quanto aos objetivos e metas. • Criar um programa nacional de queima de combustíveis. • Criar um programa nacional de queima para pastagens. • Adaptar a legislação de forma a poderem ser credenciados elementos dos bombeiros em fogo controlado. • Criar regras específicas para a utilização do fogo tático nos incêndios. • Garantir o funcionamento 24 horas por dia dos postos de vigia. • Aclarar as funções do GIPS da GNR. • Redimensionar as campanhas de sensibilização tornando-as mais próximas do público-alvo e mais assertivas.
DECIF	<ul style="list-style-type: none"> • Definir um programa e um dispositivo padrão para um período de 10 anos. • Redefinir as funções dos agentes. • Redefinir métodos e metodologias de combate. • Responsabilizar os Comandantes pela capacidade operacional dos seus elementos e pela sua própria capacidade operacional.
Formação	<ul style="list-style-type: none"> • Auditar a formação de combate a incêndios florestais nomeadamente nos programas, nos conteúdos programáticos das disciplinas e nos formadores. • Avançar para a criação de uma Escola Integrada de Formação Especializada em incêndios florestais, na Lousã, agrupando o pólo da Escola Nacional de Bombeiros, os laboratórios aí existentes e a Escola de técnicas florestais do ICNF. • Avançar com uma profunda reestruturação da ENB e a sua passagem para uma Academia de Proteção Civil e Socorro. • Apostar nas Unidades Locais de Formação. • Responsabilizar os Comandantes pela instrução e treino do seu pessoal.
Comunicação e informação	<ul style="list-style-type: none"> • Definir um programa estratégico de comunicação e informação para a proteção civil. • Criar um remodelado gabinete de comunicação, imagem e relações públicas da proteção civil.
Organização administrativa do país	<ul style="list-style-type: none"> • Extinção a curto prazo dos distritos e da organização operacional distrital da proteção civil. • Adotar como divisão administrativa do país para a proteção civil as NUTs II e as AM e CIM (NUTs III) de forma a saber-se quem é a Autoridade Política em cada um destes níveis.
Grupo de Trabalho Técnico-Operacional	<ul style="list-style-type: none"> • Criar um grupo de trabalho no âmbito da AR e liderado por esta, composto por 3 ou 4 técnicos e operacionais, que no espaço de 1 ou 2 anos apresente um "pacote" de soluções que integre todos estes aspetos e outros, garantindo a reforma e a harmonização da legislação e dos conceitos e satisfazendo as necessidades do sistema e do país.



BALANÇO DA ÉPOCA DE INCÊNDIOS 2013

ICNF – Departamento de Gestão de Áreas Classificadas,
Públicas e de Proteção Florestal

Balanço da época de incêndios 2013

Departamento de Gestão de Áreas Classificadas, Públicas e de Proteção Florestal



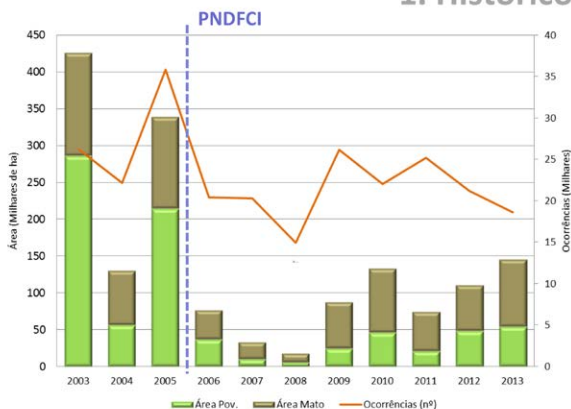
Assembleia da República | 15 de janeiro de 2014



1. Histórico

Balanço da época de incêndios 2013

1. Histórico
2. Análise do ano
3. Apoio à supressão de incêndios
4. PNDFCI
5. Fatores meteorológicos
6. Fatores humanos
7. Atividades de DFCI

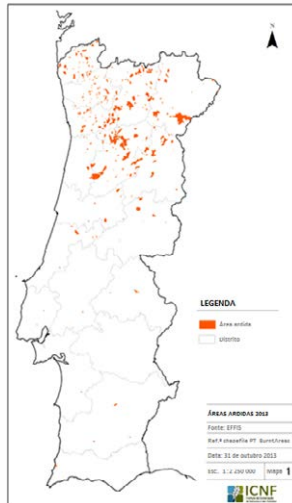


01jan-31dez	Ocorrências (nº)			Área Ardida (ha)		
	Fogachos	Incêndios	Total	Povoamento	Mato	Total
2013	15.621	3.820	19.441	55.085	97.973	153.058
Média 03-12	18.681	4.765	23.446	74.614	67.968	142.582

Distribuição das áreas ardidas em Portugal Continental

Balço da época de incêndios 2013

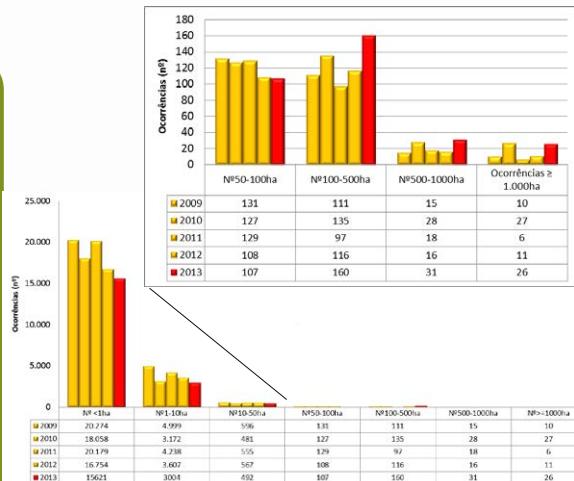
1. Histórico
2. Análise do ano
3. Apoio à supressão de incêndios
4. PNDFCI
5. Fatores meteorológicos
6. Fatores humanos
7. Atividades de DFCI



Número de ocorrências por classes de área ardida

Balço da época de incêndios 2013

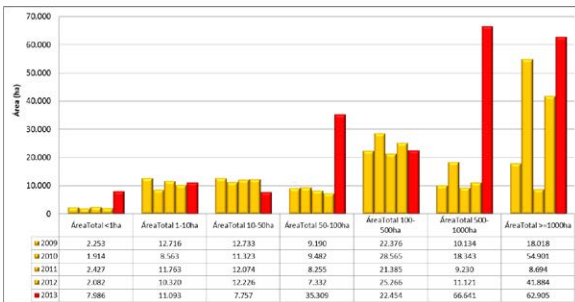
1. Histórico
2. Análise do ano
3. Apoio à supressão de incêndios
4. PNDFCI
5. Fatores meteorológicos
6. Fatores humanos
7. Atividades de DFCI



Área ardida por classes de área ardida

Balço da época de incêndios 2013

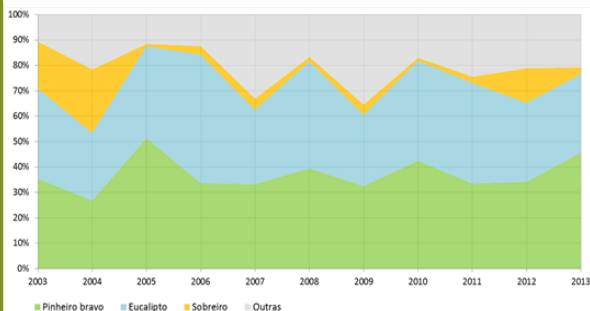
1. Histórico
2. Análise do ano
3. Apoio à supressão de incêndios
4. PNDFCI
5. Fatores meteorológicos
6. Fatores humanos
7. Atividades de DFCI



Perda de riqueza nacional

Balço da época de incêndios 2013

1. Histórico
2. Análise do ano
3. Apoio à supressão de incêndios
4. PNDFCI
5. Fatores meteorológicos
6. Fatores humanos
7. Atividades de DFCI



3. Apoio à supressão de incêndios

Balço da época de incêndios 2013

1. Histórico
2. Análise do ano
3. Apoio à supressão de incêndios
4. PNDFCI
5. Fatores meteorológicos
6. Fatores humanos
7. Atividades de DFCI

GAUF: Grupo de Análise e Uso do Fogo

Participação em **68 ocorrências** correspondendo a **104 ativações**.

Fogo controlado **384 ha**

ESF: Equipas de Sapadores Florestais

Taxa de incidência no total de ocorrências

1.522	participações em 1ª intervenção , correspondendo a	8,3%
953	participações em apoio ao combate , correspondendo a	5,1%
1.152	participações em rescaldo , correspondendo a	6,2%

3. Apoio à supressão de incêndios

Balço da época de incêndios 2013

1. Histórico
2. Análise do ano
3. Apoio à supressão de incêndios
4. PNDFCI
5. Fatores meteorológicos
6. Fatores humanos
7. Atividades de DFCI



Gerir o ano todo...

Serviço público / Serviço normal

Gestão de combustível*	5.500ha	8.811ha
Pontos de água*	348	495
Rede Viária*	772	1.283
Rede primária*	910	

* Valores provisórios - o apuramento final é reportado no fim do 1º trimestre de 2014 (estima-se que faltarão 10-15% dos registos)

Balço da época de incêndios 2013

1. Histórico
2. Análise do ano
3. Apoio à supressão de incêndios
4. PNDFCI
5. Fatores meteorológicos
6. Fatores humanos
7. Atividades de DFCI

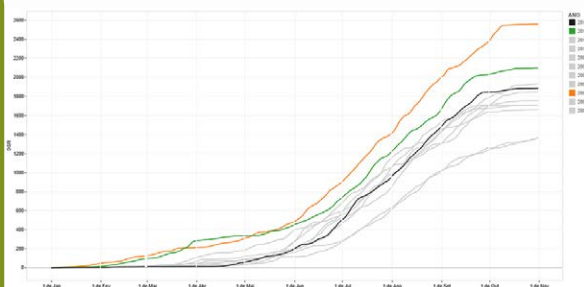
INDICADOR	METAS PNDFCI		Efetivo em 2013
	2006 - 2012	2013 - 2018	
Área ardida (ha/ano)	< 100.000ha	<0,8% da área de povoamento ≈25.238ha	153.058
Ocorrências +24h	<150	<75	155
Nº Recendimentos (%)	<1%	<0,5%	10,3%
Incêndios > 1.000ha	0	0	27
Tempo de ataque inicial <20min	90% das ocorrências	90% das ocorrências	
Tempo de ataque inicial >60min	0	0	
Área de ZIF	>500.000ha	>500.000ha	847.730
GTF	278 municípios	278 municípios	

5. Fatores meteorológicos

Índice de severidade diário (DSR)

Balço da época de incêndios 2013

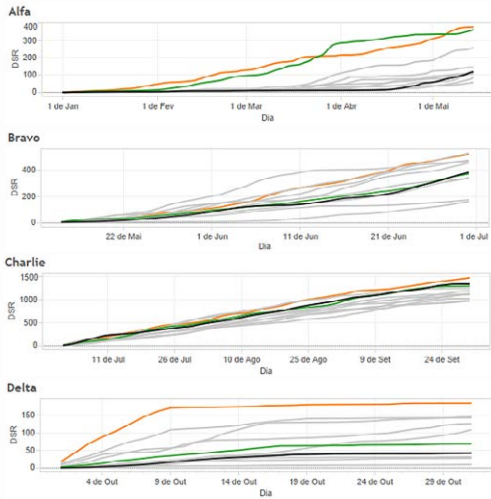
1. Histórico
2. Análise do ano
3. Apoio à supressão de incêndios
4. PNDFCI
5. Fatores meteorológicos
6. Fatores humanos
7. Atividades de DFCI



5. Fatores meteorológicos Índice de severidade diário (DSR)

Balço da época de incêndios 2013

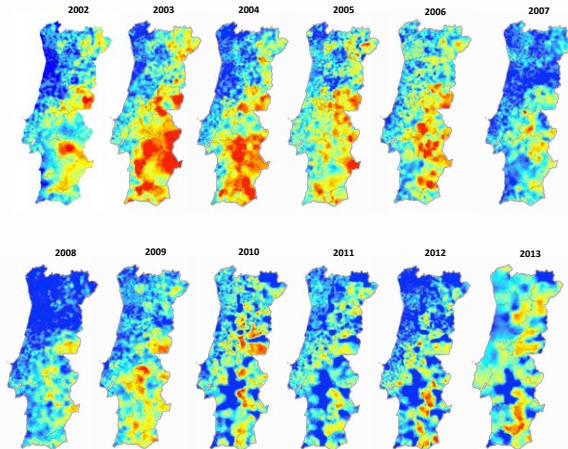
1. Histórico
2. Análise do ano
3. Apoio à supressão de incêndios
4. PNDFCI
5. Fatores meteorológicos
6. Fatores humanos
7. Atividades de DFCI



5. Fatores meteorológicos Fire Weather Index (FWI) médio anual

Balço da época de incêndios 2013

1. Histórico
2. Análise do ano
3. Apoio à supressão de incêndios
4. PNDFCI
5. Fatores meteorológicos
6. Fatores humanos
7. Atividades de DFCI

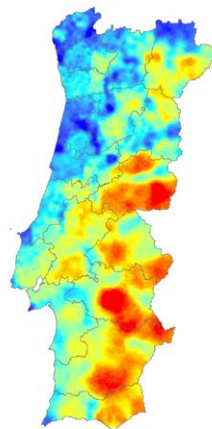


5. Fatores meteorológicos

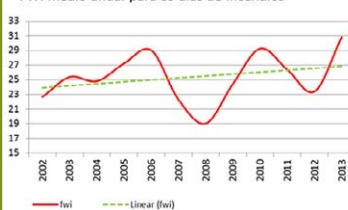
Média 2002-2013

Balço da época de incêndios 2013

1. Histórico
2. Análise do ano
3. Apoio à supressão de incêndios
4. PNDFCI
5. Fatores meteorológicos
6. Fatores humanos
7. Atividades de DFCI



FWI médio anual para os dias de incêndios

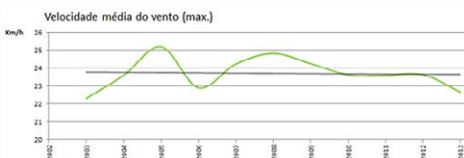
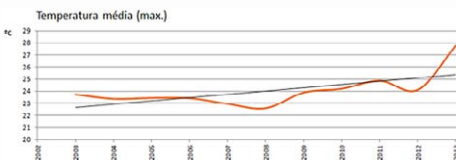
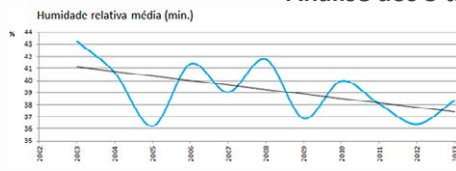


Balço da época de incêndios 2013

1. Histórico
2. Análise do ano
3. Apoio à supressão de incêndios
4. PNDFCI
5. Fatores meteorológicos
6. Fatores humanos
7. Atividades de DFCI

5. Fatores meteorológicos

Análise dos 3 trintas



6. Fatores humanos

Balço da época de incêndios 2013

1. Histórico
2. Análise do ano
3. Apoio à supressão de incêndios
4. PNDFCI
5. Fatores meteorológicos
6. Fatores humanos
7. Atividades de DFCI

Redução

Área ardida

Nº de incêndios

Movimento ECO

Gestão de combustível

Rede Secundária

Rede Primária

Sensibilização

Genérica e Dedicada

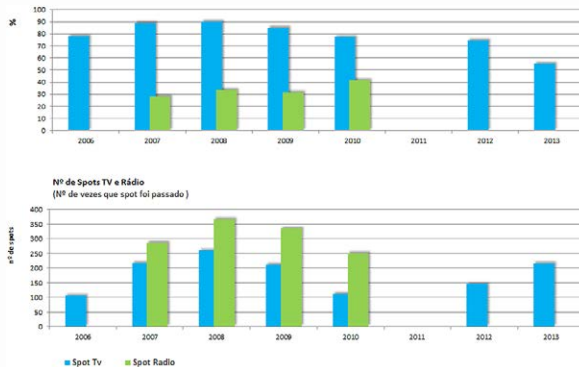
Organizada de acordo com as causas

Balço da época de incêndios 2013

1. Histórico
2. Análise do ano
3. Apoio à supressão de incêndios
4. PNDFCI
5. Fatores meteorológicos
6. Fatores humanos
7. Atividades de DFCI

6. Fatores humanos

Fazer chegar a mensagem

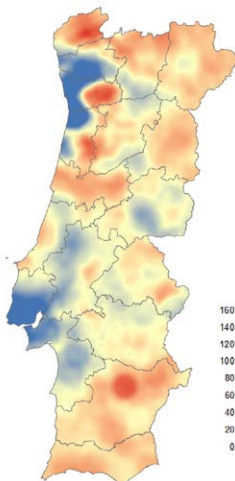


6. Fatores humanos

Evolução do número de ocorrências (Incêndios e Fogachos)

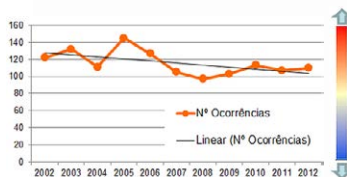
Balço da época de incêndios 2013

1. Histórico
2. Análise do ano
3. Apoio à supressão de incêndios
4. PNDFCI
5. Fatores meteorológicos
6. Fatores humanos
7. Atividades de DFCI



Tendência do nº de ocorrências (2003-2013)

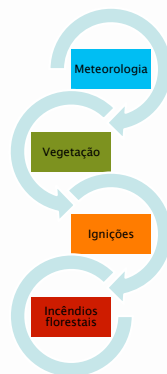
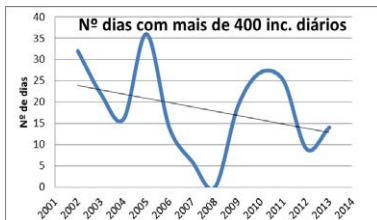
0,061 (aumento de 1 ocorrência em cada 13)
 -0,294 (diminuição de 3 ocorrências em cada 12)



Balço da época de incêndios 2013

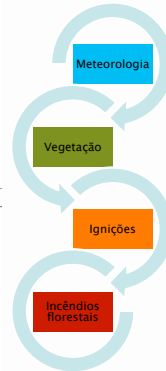
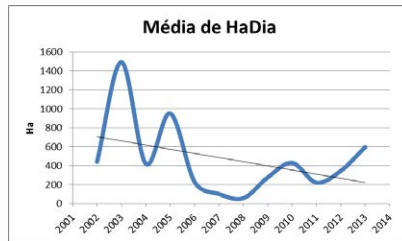
1. Histórico
2. Análise do ano
3. Apoio à supressão de incêndios
4. PNDFCI
5. Fatores meteorológicos
6. Fatores humanos
7. Atividades de DFCI

Número de incêndios



Balanço da época de incêndios 2013

1. Histórico
2. Análise do ano
3. Apoio à supressão de incêndios
4. PNDFCI
5. Fatores meteorológicos
6. Fatores humanos
7. Atividades de DFCI



7. Atividades de DFCI Executadas

Balanço da época de incêndios 2013

1. Histórico
2. Análise do ano
3. Apoio à supressão de incêndios
4. PNDFCI
5. Fatores meteorológicos
6. Fatores humanos
7. Atividades de DFCI

As ações de prevenção estrutural de DFCI estruturaram-se sob a forma de redes, das quais fazem parte:

- Rede de Faixas de Gestão de Combustível
- Rede de Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível
- Rede viária Florestal
- Rede de Suporte aos Meios Aéreos
- Rede de Pontos de água
- Rede de vigilância
- Rede de locais estratégicos de estacionamento



7. Atividades de DFCI Executadas

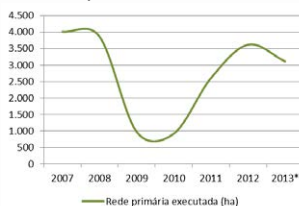
Balço da época de incêndios 2013

1. Histórico
2. Análise do ano
3. Apoio à supressão de incêndios
4. PNDFCI
5. Fatores meteorológicos
6. Fatores humanos
7. Atividades de DFCI

Ações de prevenção no âmbito da DFCI	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013*
Gestão de combustível(ha)	19.404	39.480	29.008	21.260	19.865	19.697	16.832
Pontos água beneficiados (nº)	339	865	525	307	429	431	456
Manutenção rede viária florestal (km)	4.528	13.294	8.927	3.556	9.669	7.103	3.832
Rede primária executada (ha)	4.010	3.865	972	914	2.599	3.616	3.261

valores provisórios

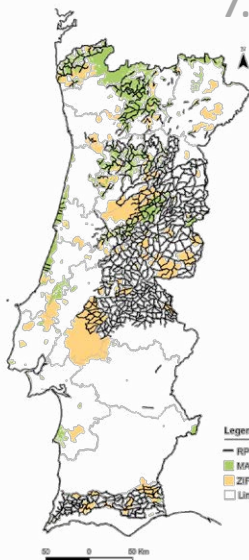
Rede primária executada/ano



7. Atividades de DFCI RPFGC - Planeada

Balço da época de incêndios 2013

1. Histórico
2. Análise do ano
3. Apoio à supressão de incêndios
4. PNDFCI
5. Fatores meteorológicos
6. Fatores humanos
7. Atividades de DFCI



Total de RPFGC	130.935
Total RPFGC em Áreas Públicas	20.560
% face ao total de RPFGC	15,7%

Total de RPFGC	130.935
Total de RPFGC em ZIF	17.080
% face ao total de RPFGC	13%

Legenda

- RPFGC planeada
- MAPER
- ZIF
- Limite de Distrito

7. Atividades de DFCI Planeamento

Balanço da época de incêndios 2013

1. Histórico
2. Análise do ano
3. Apoio à supressão de incêndios
4. PNDFCI
5. Fatores meteorológicos
6. Fatores humanos
7. Atividades de DFCI

DISTRITAL

PDDFCI

Aprovados em
todos os distritos

POD

Todos aprovados
em 2013

MUNICIPAL

PMDFCI

14 em 272 aprovados
241 em elaboração
17 em 272 não estão em revisão

POM

258 apresentados em 2013
(93% dos municípios)

7. Atividades de DFCI Fogo controlado

Balanço da época de incêndios 2013

1. Histórico
2. Análise do ano
3. Apoio à supressão de incêndios
4. PNDFCI
5. Fatores meteorológicos
6. Fatores humanos
7. Atividades de DFCI

157

número de técnicos credenciados em
fogo controlado

45 em atividade regular

954

hectares de fogo controlado em 2013

17

número de técnicos credenciados
em fogo de supressão

Balanço da época de incêndios 2013

Departamento de Gestão de
Áreas Classificadas, Públicas e
de Proteção Florestal



Assembleia da República | 15 de janeiro de
2014

Incêndios 2013

Número de Ocorrências e Área Ardida

Número de ocorrências e área ardida registada em 2013

Ano	Ocorrências (nº)*			Área Ardida (ha)*		
	Fogachos	Incêndios	Total	Povoamento	Mato	Total
2013	15.621	3820	19.441	55.085	97.973	153.058
Percentagem relativa ao total de área ardida				36%	64%	

* Dados provisórios reportados à data de 14 de janeiro de 2013

Número de ocorrências e área ardida registada entre **15 de outubro e 17 de dezembro de 2013**

Ano	Período de análise	Ocorrências (nº)*			Área Ardida (ha)*		
		Fogachos	Incêndios	Total	Povoamento	Mato	Total
2013	15 de outubro a 17 de dezembro	681	445	1.126	845	2.355	3.200
Percentagem relativa ao total de área ardida				26%	74%		

Modelo 1 - 10 outubro

Em 2013, o número de incêndios regista um decréscimo de 13% relativamente ao valor médio do último decénio, de 4 371 ocorrências de incêndio.

A área ardida subiu 0,9% relativamente ao valor médio de área ardida anualmente no último decénio, de 139,9 mil hectares.

Do total da área ardida, 55 mil hectares correspondem a povoamentos florestais, valor que se situa abaixo do valor médio do último decénio, de cerca de 72 mil hectares. Cerca de 98 mil hectares correspondem a matos e pastagens, quase mais 50% mais do valor do último decénio, de 65,8 mil hectares.

Cerca de 60% dessa área ardeu na segunda quinzena de agosto, e cerca de 85% nessa quinzena e em setembro, períodos temporais em que as condições meteorológicas foram severas e se registou um agravamento do risco meteorológico de incêndio, com valores situados nos mais elevados do decénio.

Nos distritos de Viseu, Vila Real e Bragança concentra-se cerca de 55% do total da área ardida – destacam-se os grandes incêndios de Picões e do Caramulo.

Distribuição dos Incêndios no Território Continental

Ocorreram incêndios florestais em todos os distritos, mas a sua incidência foi predominante nas regiões Norte e Centro (97% do total da área ardida).

Os Distritos com maior número de ocorrências foram:

1. Porto, com cerca de 31% do total nacional de ocorrências;
2. Braga, com cerca de 11% do total.

Os Distritos mais afetados em área ardida foram:

- Viseu, com cerca de 26% do total de área ardida nacional;
- Vila Real, com cerca de 17% do total;
- Bragança, com cerca de 16% do total.

Sistemas de produção florestal mais afetados pelos incêndios

Os sistemas de produção lenhosa foram os mais afetados. Os povoamentos de pinheiro-bravo e de eucalipto tiveram as perdas mais significativas:

- 14,5 mil hectares de pinheiro-bravo,
- 11,2 mil hectares de eucalipto.

No conjunto correspondem a 75% da área de floresta ardida.

Espécies florestais afetadas

Com base na cartografia de áreas ardidas cedida pelo EFFIS e tendo em conta os dados provisórios do 6º Inventário Florestal Nacional para 2010, estima-se que:

- 46% da área ardida de floresta afetou o pinheiro bravo , seguido do eucalipto com 31%.

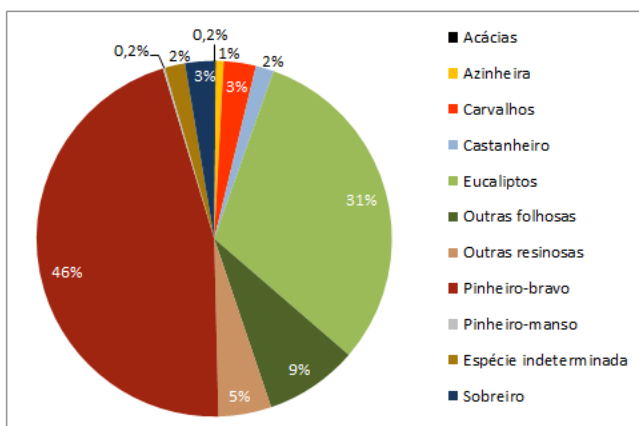


Gráfico 1. Percentagem da área ardida por espécie florestal

Impacto dos incêndios nas áreas florestais sob gestão do ICNF

A taxa dos incêndios na totalidade das matas nacionais e perímetros florestais foi, aproximadamente, de 5,8%; arderam 30,5 mil hectares.

A taxa de incidência dos incêndios nas matas nacionais foi de 0,5% e nas áreas comunitárias de 6,5%.

A área ardida em Matas Nacionais (MN Covilhã e MN Gerês) foi de 334 hectares.

A área de povoamentos florestais afetados foi de, aproximadamente, 7 mil hectares.

Impacto dos incêndios na Rede Nacional de Áreas Protegidas

A taxa dos incêndios na totalidade das áreas protegidas foi de 1%; arderam 8 248 hectares

As áreas protegidas mais afectadas em 2013 foram:

- Parque Natural do Alvão, com 1,1 mil hectares,
- Parque Natural do Douro Internacional, com 3,1 mil hectares,
- Parque Natural da Serra da Estrela, com 2,3 mil hectares.

O maior impacto dos incêndios em área **de Rede Natura** resultou do incêndio de Picões:

- Rios Sabor e Maçãs, cerca de 13%;
- Vale do Côa, cerca de 12%.

PREVENÇÃO ESTRUTURAL

Enquadramento

O Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios (SDFCI) assenta em três pilares centrais, o primeiro relativo à prevenção estrutural, o segundo referente à vigilância, detecção e fiscalização e o terceiro respeitante ao combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio.

Ao ICNF, enquanto Autoridade Florestal Nacional (AFN), está atribuída a responsabilidade de coordenação da Prevenção Estrutural, nas vertentes do planeamento, organização do território florestal, silvicultura e infraestruturização e sensibilização.

Ações da responsabilidade do ICNF no âmbito da Prevenção Estrutural:

Sensibilização: Elaboração de um plano anual de sensibilização, que enquadra e articula os três níveis de atuação; o primeiro nível é direcionado para o público generalista de carácter mais urbano, utilizam-se meios como a televisão, a rádio e a imprensa nacionais; o segundo nível é dirigido para a população escolar; o terceiro nível destina-se a grupos específicos de cariz rural (pastores, agricultores).

Está elaborado um plano de sensibilização e voluntariado que compreende ações de sensibilização específicas para a defesa da floresta contra os incêndios a realizar por diversas entidades com responsabilidades na defesa da floresta ou por entidades privadas no âmbito da sua responsabilidade social (*ICNF, Grupo ECO, autarquias, organizações associativas, grupos de voluntários...*)

Planeamento: monitorização do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, elaboração e actualização dos planos de defesa da floresta de nível distrital, aprovação dos planos municipais de defesa da floresta contra incêndios, participação nas comissões municipais de defesa da floresta e acompanhamento dos gabinetes técnicos florestais.

O Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios vai ser avaliado para o período temporal 2006 – 2012, em conformidade com o previsto no mesmo.

Os procedimentos para a avaliação do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios foram iniciados em 2013 (a adjudicação ainda não está feita), prevendo-se que a avaliação esteja terminada no 1.º semestre de 2014.

OS planos municipais de defesa da floresta contra incêndios estão na sua maioria em processo de revisão.

Dos 278 municípios:

- Seis municípios não têm plano (*Lisboa, Amadora, Oeiras, Porto, Matosinhos e Portel*);
- Dezassete municípios não têm o seu plano em vigor;
- Catorze planos foram aprovados em 2013;
- Os restantes estão em vigor ou em revisão

Dispositivo de prevenção: dispositivo de vigilância e primeira intervenção em atuação durante o período crítico, constituído pelas equipas de sapadores florestais (esf) e equipas de trabalhadores do ICNF (*CNAF - Corpo Nacional de Agentes Florestais constituído por assistentes operacionais*).

ESF: estiveram ativas 278 equipas, em serviço de vigilância e primeira intervenção integrada no DECIF.

CNAF: estiveram ativas 21 equipas em serviço de vigilância e primeira intervenção integrada no DECIF.

Em 2013 estiveram em vigilância nas áreas sob gestão do ICNF mais 32 equipas, sendo 24 constituídas por vigilantes da natureza.

Organização do território, Silvicultura e Infraestruturação: definição de normativos e orientações e monitorização da execução das redes de defesa da floresta contra incêndios: Rede Primária de faixas de gestão de combustível; redes secundárias e terciárias de faixas de gestão de combustíveis; mosaicos de parcelas de gestão de combustível; rede de pontos de água e rede viária florestal.

REDE PRIMÁRIA DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL

(RP fgc)

Enquadramento

A RP fgc integra as redes de defesa da floresta contra incêndios definidas no Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios, estabelecido pelo DL n.º 124/2006, com as alterações introduzidas pelo DL n.º 17/2009.

As redes de defesa da floresta: RP fgc; redes secundárias fgc; mosaicos de parcelas de gestão de combustível; redes de pontos de água, concretizam territorialmente e de forma coordenada a infra-estruturação dos espaços rurais, de acordo com a estratégia do planeamento de defesa da floresta contra incêndios definido aos níveis distrital e municipal.

A RP fgc é a infraestrutura que assume maior relevância, por criar faixas que visam o controlo dos grandes incêndios, através da descontinuidade e redução do coberto vegetal e de condições estratégicas para o apoio ao combate.

O planeamento da Rede Primária e a sua aprovação são efetuados à escala distrital, no âmbito dos planos distritais de defesa da floresta contra incêndios (PDDFCI), sendo a rede posteriormente inscrita nos planos municipais de defesa da floresta contra incêndios (PMDFCI).

RP fgc Planeada e Aprovada

Até 2012, o planeamento e aprovação da RP fgc não abrangue os distritos da Região Norte, por esta rede não ter sido considerada prioritária pelos Governadores Cívicos dessa região.

Na sequência da publicação da Resolução de Conselho de Ministros n.º 13/2011, de 27 de junho, as competências dos Governos Cívicos em matéria de DFCl foram atribuídas à

ex-AFN, conforme estabelecido no Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro.

Após essa atribuição, a Ex-AFN procedeu ao planeamento da RP fgc na Região Norte.

No início do ano de 2013, foi planeada e aprovada pelas comissões distritais de defesa da floresta contra incêndios a rede primária para a região norte, tendo ficado completado o planeamento da rede ao nível nacional.

Os distritos de Lisboa e Setúbal, onde tecnicamente, não foi considerada necessária a sua instalação, ficaram excluídos deste planeamento.

No total, contabilizam-se cerca de **130.935 hectares de RP fgc** planeada (Tabela 1), encontrando-se em desenvolvimento a priorização de troços a nível distrital.

Distrito	Área (ha)
AVEIRO	404
BEJA	1.317
BRAGA	589
BRAGANÇA	1.759
CASTELO BRANCO	25.248
COIMBRA	7.146
ÉVORA	288
FARO	16.648
GUARDA	24.592
LEIRIA	984
PORTALEGRE	17.380
PORTO	1.128
SANTARÉM	8.980
VIANA DO CASTELO	3.705
VILA REAL	7.546
UIXEU	13.221
TOTAL	130.935

RP fgc quanto à ocupação do solo

Agricultura	14%
Floresta	34%
Improdutivos	3%
Matos e Pastagens	45%

RP fgc quanto à localização

- ZIF: 13%
- Perímetros Florestais e Matas Nacionais: 15%

Para minimizar os custos de instalação e manutenção, sempre que viável, o ICNF tem optado por traçados que privilegiam territórios sem coberto arbóreo ou que se encontrem sob a sua gestão, diluindo o custo da rede no património público e comunitário.

Responsabilidades de execução

De acordo com o estabelecido no DL 124/2006, com as alterações introduzidas pelo DL 17/2009, a RP fgc deve ser declarada de utilidade pública, nos termos e para os efeitos previstos no Código das Expropriações, mediante despacho do membro do Governo responsável pela área das florestas.

Cabe às câmaras municipais efectuar essa proposta (parágrafo 6.º parágrafo do preâmbulo do DL 17/2009 e art.º. 14º) e ao membro do governo responsável pela área das florestas a decisão. Caberá, assim, ao Governo suportar os encargos daí resultantes

A expropriação, tendo em conta o estabelecido no Código das Expropriações, pode corresponder à mera constituição de servidões sem transferência de propriedade, podendo ser, neste caso, o titular dos terrenos expropriados o responsável pela manutenção e gestão da rede.

Não foi até agora proposta qualquer declaração de utilidade pública expropriatória. Considera-se que esta figura não tem viabilidade prática.

A execução da RP fgc tem vindo a ser executada por organismos públicos, entidades gestoras de ZIF e organizações de proprietários florestais. São estas as entidades que podem conferir dimensão e continuidade na execução das faixas que constituem a rede.

Na medida em que a RP fgc tem de ser vertida para os PMDFCI e, assim, integrar as ações que os mesmos prevêem, é ao nível municipal que deve ser promovida a sua execução, através das Comissões Municipais de Defesa da Floresta, que coordenam as ações de DFCI a nível municipal e integram todas as entidades que têm atribuições relacionadas com a matéria.

Execução da RP fgc programada pelo ICNF

Está previsto para 2014 e para 2015 a execução de 800km de rede primária (10 000ha).

Serão executados com a colaboração do exército, que em 2014 executará 200km e em 2015 outro tanto.

O ICNF assegurará a execução de igual componente da rede primária, com meios próprios e apoio das equipas de sapadores florestais.

Custo de instalação

O custo de instalação da RP fgc é muito variável, podendo ser nulo quando a rede incide em espaços agrícolas ou massas de água. O custo de referência para a sua instalação em espaços florestais ronda os 500€.

O valor indicado foi o obtido pela ex-AFN na execução de 1 560 ha (cerca de 120 km), de RP fgc, constituída por troços que atravessam os concelhos da Pampilhosa da Serra, Vouzela, Seia, Gouveia e Manteigas, no âmbito do Projeto PT0016: "Infraestruturação do Território e Defesa da Floresta Contra Incêndios", financiado no âmbito do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (EEA Grants).

Apoio financeiro

O PRODER, através da Subação 2.3.1.1 – Defesa da floresta contra incêndios, apoiou a instalação e manutenção de rede primária de faixas de gestão de combustível, sendo o nível de ajuda de 100% para entidades gestoras de ZIF, entidades gestoras de baldios, organismos da administração central e local e entidades participadas pelo Estado

Na preparação do próximo programa de apoios está prevista a continuação das ajudas à implementação da RP fgc, entre outros investimentos em defesa da floresta contra incêndios, visando proporcionar condições financeiras favoráveis à consolidação desta infraestrutura.



Áreas ardidas por tipo de ocupação do solo (1996-2012)

Com base nos dados preliminares do IFN6, que com a aplicação de uma nova metodologia permite a total comparabilidade dos dados de 2010 com os dados de 1995 e 2005, garantindo uma mais correta análise da evolução das áreas florestais, atualizaram-se as áreas ardidas por tipo de ocupação do solo no período de 1996 a 2012

Os dados apresentados são o resultado do cruzamento da cartografia anual de áreas ardidas com os dados preliminares do 6.º Inventário Florestal Nacional.

A cartografia de áreas ardidas foi obtida a partir da análise de imagens de satélite, do final da época de incêndios de cada ano e complementada (nos anos mais recentes) com levantamentos de terreno. Os dados do IFN6 correspondem a pontos de amostragem definidos sobre uma grelha regular de 500x500m, para os quais se classificou (através de fotointerpretação e no terreno) o uso/ocupação do solo.

Os anos de referência da classificação do uso/ocupação do solo são 1995, 2005 e 2010. Na avaliação das áreas por espécies considera-se que a espécie florestal se mantém inalterada após um incêndio ou corte. Desta forma, as áreas apresentadas por espécie florestal correspondem a povoamentos florestais e a superfícies que se encontram em regeneração, que arderam num dado ano.

Ocupação do solo	1996	1997	1998	1999	2000
Floresta	21.028	6.318	58.239	22.869	33.788
Pinheiro-bravo	12.099	3.171	30.961	11.709	18.291
Eucaliptos	2.767	1.868	13.451	5.368	7.366
Sobreiro	1.333	98	2.029	1.024	1.409
Azinheira	377	74	626	250	222
Carvalhos	1.207	467	3.933	2.047	2.274
Pinheiro-manso	0	25	175	75	198
Castanheiro	302	49	225	150	618
Alfarrobeira	0	0	0	0	0
Acácias	25	0	125	50	0
Outras folhosas	1.107	197	2.906	999	1.532
Outras resinosas	1.434	270	2.129	899	1.186
Espécie indeterminada	377	98	1.678	300	692
Matos e Pastagens	57.123	11.972	127.275	35.376	86.115
Matos	39.038	9.514	87.296	23.593	55.292
Pastagens	18.085	2.458	39.979	11.784	30.822
Outras ocupações	14.790	2.975	30.660	8.938	23.382
Outras ocupações	14.790	2.975	30.660	8.938	23.382
Total (área ardida) [ha]	92.942	21.265	216.175	67.183	143.285

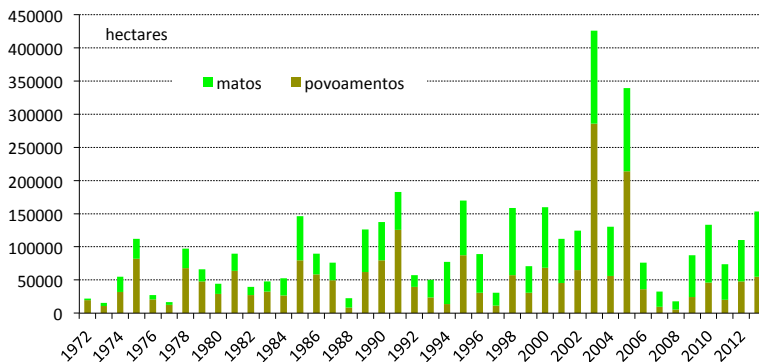


Ocupação do solo	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Floresta	28.615	50.719	226.526	35.652	172.102	25.785
Pinheiro-bravo	14.208	27.202	80.179	9.569	88.380	8.678
Eucaliptos	6.417	12.385	80.355	9.494	62.384	13.030
Sobreiro	2.347	2.482	41.960	8.894	1.478	875
Azinheira	1.224	1.805	7.383	3.048	626	375
Carvalhos	1.398	1.956	2.988	700	3.206	475
Pinheiro-manso	449	351	2.687	2.099	376	275
Castanheiro	100	226	829	50	426	50
Alfarrobeira	0	25	0	25	0	0
Acácias	50	25	201	25	225	75
Outras folhosas	1.448	1.830	6.077	1.099	8.340	1.250
Outras resinosas	499	1.429	2.185	500	3.356	625
Espécie indeterminada	474	1.003	1.682	150	3.306	75
Matos e Pastagens	57.955	64.734	156.767	64.808	132.407	37.240
Matos	44.945	43.750	85.904	37.475	102.680	26.461
Pastagens	13.009	20.985	70.863	27.332	29.727	10.779
Outras ocupações	11.037	17.751	56.625	14.515	41.873	9.654
Outras ocupações	11.037	17.751	56.625	14.515	41.873	9.654
Total (área ardida) [ha]	97.606	133.204	439.918	114.975	346.382	72.679

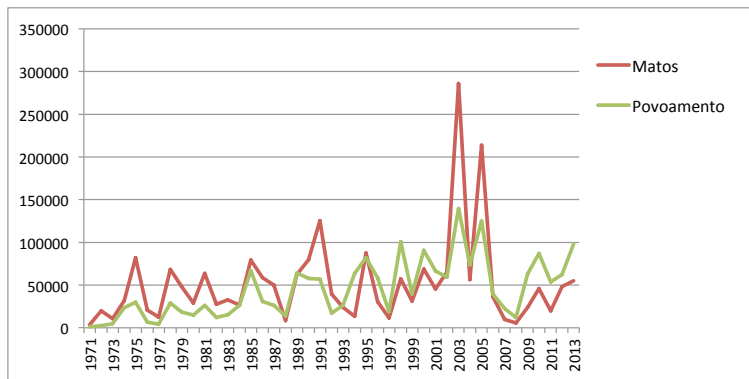
Ocupação do solo	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Floresta	8.149	2.889	13.786	34.821	14.878	43.356
Pinheiro-bravo	2.716	1.140	4.487	14.815	4.984	14.836
Eucaliptos	2.379	1.216	3.864	13.681	5.906	13.460
Sobreiro	357	51	548	403	349	5.904
Azinheira	496	0	573	101	573	776
Carvalhos	377	76	873	1.184	748	851
Pinheiro-manso	258	0	125	529	50	2.327
Castanheiro	178	25	274	25	224	350
Alfarrobeira	0	0	0	0	0	75
Acácias	20	0	25	0	50	200
Outras folhosas	813	329	1.620	2.494	1.097	3.578
Outras resinosas	278	51	1.047	580	897	926
Espécie indeterminada	278	0	349	1.008	0	75
Matos e Pastagens	19.350	6.361	63.545	72.010	49.370	49.360
Matos	11.836	3.700	37.195	45.202	31.999	36.851
Pastagens	7.514	2.661	26.350	26.809	17.370	12.509
Outras ocupações	10.825	2.712	15.406	26.229	11.937	10.257
Outras ocupações	10.825	2.712	15.406	26.229	11.937	10.257
Total (área ardida) [ha]	38.324	11.962	92.738	133.060	76.185	102.974

Evolução da área ardida por tipo de uso

Fonte SGIF

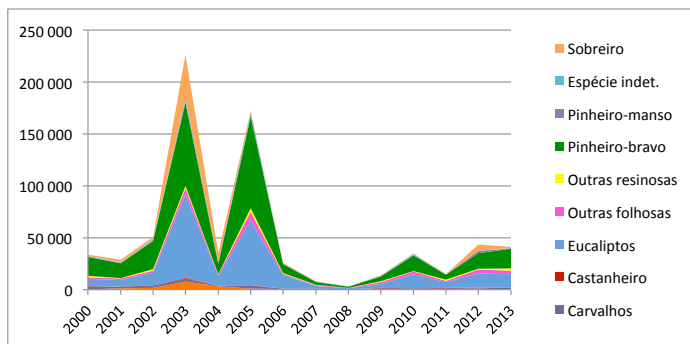


hectares



Evolução da área ardida por espécie entre 2000 e 2013

Fonte: IFN 6



A atividade desenvolvida pelas equipas de sapadores florestais

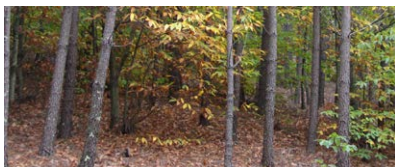
ANOS	N.º eSF	Gestão de combustíveis (ha)	Rede Viária Florestal (km)	Pontos Água (Nº)	Atividade operacional (n.º de intervenções)			
					Primeira intervenção	Apoio ao combate	Rescaldo	Vigilância Pós incêndio
2009	242	11.723	1.806	301	1112	1007	1070	-
2010	277	14.733	2.589	416	973	870	1116	258
2011	283	12.953	2.066	344	874	827	1086	155
2012	282	19.287	4.552	530	696	719	807	145
2013	278	14.311	2.554	843	1.522	953	1.152	

ANOS	Fogo Controlado (ha)	Sensibilização (n.º dias)	Fitossanidade (há)	(Re)Arborização (ha)
2010	2.403	486	40.533	196
2011	949	318	26.269	795
2012	861	423	68.140	690
2013	945	314	26.861	654

Pela defesa da floresta

SENSIBILIZAÇÃO & VOLUNTARIADO 2014

Desenvolvido por:
Departamento de Gestão de Áreas Classificadas, Públicas e de Proteção Florestal |
DGACPPF



A. SENSIBILIZAÇÃO

Responsável:
Divisão de Proteção Florestal e Valorização de
Áreas Públicas | DPFVAP



A. SENSIBILIZAÇÃO

Índice

1. Enquadramento.....	pág. 4
2. Objetivos.....	pág. 6
3. Públicos-alvo.....	pág. 8
4. Slogan.....	pág. 12
5. Mensagem.....	pág. 14
6. Canais de comunicação.....	pág. 16
7. Ações de sensibilização.....	pág. 21
8. Avaliação.....	pág. 27

ENQUADRAMENTO

1. Enquadramento

A floresta é um dos principais recursos naturais renováveis do nosso país. Quando gerida e explorada de forma sustentável, assegura múltiplas funções e utilizações, produzindo bens e serviços de inestimável valor para a sociedade.

Os espaços florestais ocupam cerca de 64 % do território nacional constituindo um importante suporte para a proteção do solo e da água, dos habitat essenciais à conservação de uma das mais elevadas taxas de biodiversidade da Europa e da estrutura biofísica de grande parte das nossas áreas protegidas. Valorizam a paisagem proporcionando os melhores locais de recreio e lazer e um espaço de descoberta, aventura e aprendizagem. Possuem um elevado potencial educativo e de oferta de atividades ao ar livre mais significativo quando localizados próximos de grandes aglomerados urbanos ou do litoral, onde vive a maior parte da nossa população.

Portugal tem uma das mais elevadas taxas de florestação da União Europeia, sendo o sector florestal um dos mais dinâmicos e competitivos da nossa economia representando cerca de 2 % do PIB (valor apenas ultrapassado pela Suécia e Finlândia, e de 11 % das exportações), assegurando mais de 117.000 postos de trabalho diretos.

A grande importância ambiental, cultural, social e económica da floresta, apesar de conhecida, não é suficientemente reconhecida pela nossa população. Tal facto leva a que não seja devidamente valorizada, refletindo-se na generalizada falta de gestão das propriedades, nas atitudes e comportamentos negligentes na relação dos cidadãos com a floresta e na maior taxa de ocorrência de incêndios florestais de toda a região mediterrânica.

Acresce que o relativo desconhecimento da população sobre a história, os valores, os equilíbrios ecológicos e os imperativos da gestão das Matas Nacionais, Perímetros Florestais e Áreas Protegidas leva, frequentemente, à incompreensão e desrespeito pelas suas normas e regulamentos e ao desinteresse e falta de envolvimento e de participação na sua gestão, proteção e conservação.



OBJETIVOS

2. Objetivos

Considerando que a defesa, conservação e valorização dos espaços florestais e das Áreas Protegidas é um imperativo nacional, tem este documento como principal objetivo aproximar os cidadãos e a sociedade da floresta, aumentando o conhecimento sobre os mecanismos do seu funcionamento e as suas fragilidades e incrementando a participação e envolvimento na sua gestão, manutenção e proteção. Esta participação ser feita através, quer de ações de voluntariado, quer do aumento da consciencialização sobre o perigo que representa o uso do fogo em espaços florestais e agrícolas, alterando atitudes e comportamentos de risco, de forma a diminuir o número de ignições e aumentar a resistência do território à passagem do fogo.

Assumindo o potencial que têm os territórios sob administração direta do ICNF para o desenvolvimento de ações de educação, sensibilização, formação e de participação ativa do público na sua gestão e conservação, esta campanha irá incidir, prioritariamente, nas Áreas Protegidas, Matas Nacionais e Perímetros Florestais.

Os objetivos operacionais a estabelecer são:

- Sensibilizar a população para o valor ambiental, social e económico da floresta e Áreas Protegidas;
- Sensibilizar a população para a participação ativa na gestão, defesa e conservação da floresta e Áreas Protegidas;
- Diminuição do número de incêndios (ignições) pela redução dos comportamentos de risco e divulgação das regras a cumprir no uso do fogo;
- Sensibilizar os pastores para o licenciamento das queimadas de renovação das pastagens e para que estas sejam efetuadas com acompanhamento ou por equipas credenciadas no uso do fogo controlado;

- Aumento da resiliência do território à passagem do fogo e redução das áreas ardidas pela melhoria da gestão dos espaços florestais, gestão de combustíveis à volta dos aglomerados populacionais e das edificações isoladas e adoção de práticas de silvicultura preventiva.

Para a prossecução e o êxito no cumprimento destes objetivos, na realização destas ações de divulgação e sensibilização, deverá ser assegurada, além da Bolsa de Voluntariado para a Floresta, a participação de outras entidades públicas e privadas com intervenção no território e proximidade às populações, designadamente autarquias, GNR, Igreja, associações de bombeiros, organizações de produtores florestais e de gestão de baldios, associações de desenvolvimento local, culturais, recreativas, desportivas, de caçadores e pescadores, estabelecimentos de ensino, agrupamentos de esportivos, etc. É igualmente importante a participação de figuras públicas e de referência para as populações como artistas, desportistas, personalidades com relevância na vida regional e local, autarcas, párocos, dirigentes associativos, etc.

Esta campanha será desenvolvida a nível nacional devendo as ações e os seus conteúdos estar em consonância com a distribuição geográfica das causas dos incêndios e a identificação de grupos específicos de risco, definindo áreas prioritárias de intervenção e adaptando-as às diferentes realidades regionais e municipais.

PÚBLICOS-ALVO

3. Públicos-alvo

De modo a aumentar a eficácia da mensagem e a maximizar o cumprimento dos objetivos da campanha, os públicos-alvo serão segmentados em oito grupos, sendo que a uns se pretende mobilizar para a proteção da floresta e das Áreas Protegidas e outros, porque vivem próximo ou trabalham nas áreas florestais e protegidas, pretende-se alertar e educar para as causas dos incêndios e de outras perturbações que nelas ocorrem.

População urbana

Pretende-se alcançar a maioria da população portuguesa que habita em áreas urbanas e que tem pouca relação com as áreas florestais e protegidas sendo esta, sobretudo de passagem ou atravessamento em viagem e deslocações ou como seus utentes temporários, nomeadamente nas férias e fins-de-semana. Dentro deste público poderão ser distinguidos os utentes de parques recreativos e de áreas de piquenique e lazer e os ciclistas, pedestrianistas e montanhistas, a quem poderá ser solicitada uma participação ativa na sua vigilância e sensibilização da população rural e outros grupos, mediante formação específica. A comunicação dirigida a este grupo deve focar os aspetos ambientais e os valores naturais, culturais e paisagísticos bem como as regras a observar na fruição dos espaços florestais e Áreas Protegidas e os condicionamentos legais de acesso, circulação e permanência quando se verifiquem níveis elevados de risco de incêndio. Deverá também ser divulgada a grande importância económica e social das florestas e a sua multifuncionalidade, a qual, muitas vezes desconhece. O ICNF terá para com este público o objetivo primário de incrementar as ações de voluntariado a desenvolver pelo instituto.

População escolar

Para assegurar uma mudança substancial nas atitudes e comportamentos em relação ao meio ambiente, alterar hábitos adquiridos e aproximar os cidadãos da floresta, é fundamental atuar junto dos jovens ao longo do seu percurso escolar preparando as próximas gerações para os desafios do desenvolvimento

sustentável, formando cidadãos mais ativos e responsáveis, dinamizando um processo de mudança na sua relação com a natureza e a floresta que se venha a refletir na sua valorização e correta utilização dos recursos existentes.

A sensibilização e formação dos alunos pode ter um efeito quase imediato porque estão receptivos a aprender novos conceitos e ideias e a transmitir para as suas famílias e comunidades as mensagens e valores que aprendem. As crianças e adolescentes são, assim, atores chave na criação de uma cultura de prevenção e defesa da floresta, constituindo um grupo fácil de abranger, porque estão nas escolas, onde a tarefa de transmitir a informação e promover a sua formação é facilitada.

Como os professores e educadores são o principal veículo de transmissão de informação aos alunos, é essencial disponibilizar-lhes materiais com os conteúdos adequados para trabalhar e abordar a temática das florestas e da conservação da natureza.



Sensibilização 2014 | 9

Caçadores e Pescadores de águas interiores

Grupo-alvo residente quer em áreas urbanas, quer rurais, que desenvolve as suas atividades no campo podendo causar incêndios por fumar ou utilizar o fogo como aquecimento e na confeção de alimentos. A utilização do fogo como ferramenta de gestão dos espaços cinegéticos, especialmente no controlo do mato e renovação de áreas de pastagem e questões relacionadas com conflitos de direitos e territórios de caça, estão na origem de algumas ocorrências. As ações dirigidas a este grupo-alvo devem alertar para os sérios danos dos incêndios florestais no ambiente e na vida selvagem, em geral e para a sua atividade em particular, e na sensibilização para o cumprimento da legislação e das normas de conduta específicas.

Podemos chegar a este grupo-alvo através das respetivas associações e clubes, da documentação e emissão de licenciamento específico, e nos locais habitualmente frequentados por caçadores e pescadores como hotéis, bares, cafés, restaurantes e lojas de armas e de equipamento de caça e pesca.

População rural

Residente nas Áreas Protegidas e confinantes ou integradas em espaços florestais e que nelas trabalha ou desenvolve atividades, na medida em que são os que estão em contacto mais direto com os ecossistemas florestais e têm capacidade de intervir na sua gestão, proteção e valorização.

Representa um potencial veículo para a ocorrência de incêndios por adoção de comportamentos de risco. Muitos dos incêndios têm origem nas áreas de interface entre as aldeias e habitações dispersas e os espaços florestais, bem como ao longo das estradas e as vias de circulação que os atravessam. A frequência com que a população rural é afetada pelos incêndios, com a destruição de casas e bens e, por vezes, com perda de vidas humanas, é preocupante. Por isso, este grupo-alvo é um dos mais importantes, sendo necessário desenvolver ações específicas que possam corrigir as atitudes e os comportamentos negligentes e informar das respetivas disposições legais.

A comunicação dirigida a estes grupos deve focar as boas práticas nas atividades agro-silvo-pastoris, o cumprimento das regras de uso do fogo e a alteração de

atitudes e comportamentos de risco, a gestão dos combustíveis em todos os aglomerados populacionais e das habitações e a adoção de medidas de autoproteção em caso de aproximação de incêndios de grande dimensão. Deverão ser igualmente sensibilizados para uma participação mais ativa na sua vigilância, defesa e conservação.

Emigrantes

Grupo-alvo que, no período crítico do Verão, regressa à sua terra natal durante um mês ou por períodos mais curtos. As suas casas estão fechadas durante quase todo o ano e os seus terrenos não são limpos ou cultivados, por isso, nas férias, têm que fazer um trabalho completo de limpeza e manutenção, utilizando muitas vezes o fogo para eliminar desperdícios agrícolas, florestais e resíduos domésticos ou que, por vezes, origina incêndios.

As ações dirigidas a este grupo-alvo poderão ter os mesmos objetivos e conteúdos que as dirigidas à população rural, mas deverão decorrer, sobretudo, durante o Verão ou outros períodos de férias.



Sensibilização 2014 | 10

Agricultores, proprietários e produtores florestais

Muitos dos incêndios florestais têm origem em atividades agrícolas e florestais, em especial a queima de resíduos de exploração, a utilização de fumigadores na apicultura e na utilização de máquinas e equipamentos. Este grupo-alvo é, assim, um dos mais importantes, sendo necessário desenvolver ações específicas para alertar para os comportamentos de risco como o uso do fogo no campo ou de máquinas e alfaias agrícolas e florestais, especialmente nos dias de maior risco. A comunicação dirigida a este grupo deve focar os aspetos produtivos e económicos da floresta e o valor ambiental das áreas em que residem e atuam e contemplar ainda uma forte divulgação de medidas preventivas e de boas práticas no trabalho agrícola e florestal, o uso de equipamentos e dispositivos de segurança e as restrições legais durante o período crítico. Por ocuparem permanentemente os espaços agrícolas e florestais poderão ser um veículo privilegiado no apoio à deteção precoce.

Prestadores de serviços florestais

É o principal grupo responsável pelas intervenções nos espaços florestais com uso continuado de maquinaria e pessoal. Como as máquinas, equipamentos e os respetivos operadores são potenciadores de originar incêndios florestais, deverão receber informação específica sobre as restrições legais aplicáveis e boas práticas de utilização das mesmas.

Poderão ser também um veículo de apoio à deteção e, nalguns casos, por possuírem equipamentos especializados, dar apoio na intervenção em focos nascentes.

Pastores

A realização de queimadas para regeneração de pastagens é a principal causa dos incêndios florestais provocados por pastores. Para este grupo-alvo, com

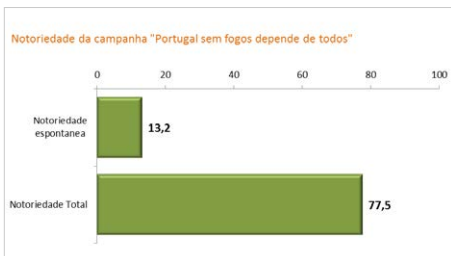
características sociais e culturais particulares, deve ser concebida uma forma de comunicação muito específica, com uma abordagem essencialmente personalizada e pessoal. A comunicação deve incidir no cumprimento das restrições legais para a prática de queimadas e na divulgação dos apoios existentes para a sua realização, nomeadamente de técnicos credenciados em fogo controlado e de equipas de bombeiros e de sapadores florestais. É muito importante sensibilizar este grupo-alvo para que haja um planeamento das áreas de pastagem a renovar e que as queimadas devem ser efetuadas por equipas credenciadas para uso de fogo controlado. Como, apesar das sucessivas campanhas de sensibilização, as ocorrências nas áreas tradicionais de pastoreio têm vindo a aumentar, consideramos prioritária a comunicação dirigida a este grupo-alvo.

**SLOGAN**

4. Slogan

Na medida em que a educação dos Públicos-alvo é um fator chave para o sucesso das ações de sensibilização, o planeamento das ações a desenvolver deve ter em consideração que a **total consciencialização da população é uma questão de tempo**. Para ter êxito, um plano de sensibilização deve ser contínuo e promover a repetição da mensagem e utilização de um mesmo **slogan** ao longo de vários anos.

Assim, a permanência do slogan "Portugal sem fogos, depende de todos" já consolidado e reconhecido, é considerada de extrema importância para a eficácia da passagem da mensagem.



Ficha técnica – relatório SPIRITUC

Pergunta 7: Diga-me, por favor, tendo em conta os últimos seis meses, se se recorda de ter visto ou ouvido alguma campanha de sensibilização sobre os incêndios florestais?

Pergunta 9: Reconhece o slogan "Portugal sem fogos depende de todos"?

Tratamento estatístico: frequência Tipo de resposta: única

5. Mensagem

De acordo com as estatísticas nacionais da causalidade dos incêndios florestais dos últimos 10 anos, cerca de 98% têm origem humana.

Neste sentido, a mensagem fulcral a adotar deverá ser a da responsabilização individual, centrada na mudança de attitudes e na redução de comportamentos negligentes e de risco.

A mensagem a divulgar deverá enquadrar as seguintes orientações:

- Durante o período crítico deverão ser dadas orientações quanto a condicionamentos, restrições, proibições e comportamentos de risco;
- Durante o período crítico deverão ser efetuadas ações de sensibilização junto dos emigrantes (mês de agosto) e de turistas, utentes e visitantes das Matas Nacionais, Perímetros Florestais e Áreas Protegidas.;
- Durante o período de setembro a maio, sobretudo no início do Outono e na Primavera, deverá ser efetuada a sensibilização dos pastores para o cumprimento das normas na realização de queimadas para renovação de pastagens;
- Nos meses de março, abril e maio, deverão ser efetuadas a sensibilização e demonstrações da gestão de combustíveis à volta das habitações e dos aglomerados populacionais;
- Durante o ano letivo deverá ser difundida à população escolar a importância da floresta e das áreas protegidas e o contributo de todos para a sua gestão, defesa e conservação.

Para apoiar as ações a desenvolver, poderão ser elaborados apresentações tipo com sistematização de conteúdos informativos e de divulgação específicos a disponibilizar às entidades e elementos envolvidos na campanha. Será ainda disponibilizado um guião com as ações a desenvolver por tipo de causa. Este guia pretende auxiliar uma atuação a nível do concelho ou do distrito, de acordo com o seu padrão de causas mais frequentes associadas aos incêndios florestais.

CANAIS DE COMUNICAÇÃO

6. Canais de comunicação

As ações previstas neste documento serão sobretudo, desenvolvidas com recurso aos meios próprios do ICNF, IP com participação dos serviços regionais do MAM, designadamente as direções regionais de agricultura.

Estes meios serão complementados através das parcerias que venham a ser estabelecidas, a custo zero ou com custos mínimos, com outros organismos e entidades nomeadamente: autarquias, GNR, organizações de produtores e proprietários florestais e de gestão de baldios e suas estruturas federativas, associações de desenvolvimento local, DRAP's, ONGA's, entre outras.

Para uma maior abrangência do Públicos-alvo, é ainda fundamental o envolvimento não só destas entidades, mas também de todos os parceiros do

Movimento ECO.

O ICNF disponibiliza já um conjunto de material de sensibilização destinado quer ao público adulto ([ICNF](#), [ICNF](#)) quer à população mais jovem ([ICNF](#)). Sempre que necessário, serão desenvolvidos novos materiais e disponibilizados no sítio digital do ICNF.

São de destacar os seguintes canais preferenciais de comunicação da mensagem:

1. Distribuição e divulgação de materiais de sensibilização

A divulgação e distribuição deverá ser efetuada em feiras, exposições e outros eventos, bem como balcões de atendimento ao público, nomeadamente dos serviços dos Ministérios que tutelam o ICNF.

A distribuição de folhetos "porta a porta" deverá ser articulada com a GNR, Balsa de Voluntariado para a Floresta, Associações de Escuteiros e outras entidades que já atuem no meio rural. É de ter em conta que a comunicação personalizada e direta, em zonas mais desfavorecidas, é a forma mais eficaz de alterar comportamentos e atitudes, devendo ser efetuada por pessoas conhecidas dos destinatários e nas quais eles depositem alguma confiança.

2. Distribuição de materiais de sensibilização

Para atingir um maior número de cidadãos, as ações dirigidas à população rural e outros grupos específicos deverão ser, preferencialmente, efetuadas em eventos como feiras, festas, exposições, etc., para o que é fundamental a articulação com as entidades locais.

3. Afixação de mupis e cartazes nas instalações de parceiros

Para aumentar a eficácia e a disseminação da campanha, a sua mensagem poderá ser divulgada nos estabelecimentos dos parceiros do Movimento ECO, nomeadamente: supermercados e grandes superfícies de distribuição, postos de abastecimento de combustível, estações de correio, transportes públicos, entre outros. O ICNF contribuirá com o desenvolvimento do layout dos cartazes.

4. Mensagens nos painéis eletrónicos das autoestradas e estações de comboio

À semelhança de outros países da comunidade europeia, as vias de comunicação podem ser aproveitadas para transmitir mensagens curtas e precisas relacionadas com o risco de incêndio. Os painéis eletrónicos informativos das estradas e estações de comboios são um bom suporte para abranger um grande número de cidadãos.

5. Envolvimento de movimentos de voluntariado e de condenados a prestação de serviço comunitário em ações de sensibilização a grupos específicos

Dados os escassos meios humanos para o desenvolvimento de ações de sensibilização porta-a-porta e em feiras e exposições, para além do voluntariado que se mostre disponível, poderá recorrer-se aos condenados a prestação de serviço comunitário, não só para a distribuição de informação, mas também para a limpeza de Matas, Perímetros Florestais e Áreas Protegidas (sem recurso a ferramentas moto-manuais). Deverá ser garantido o devido acompanhamento e a cobertura de seguros destes cidadãos. Esta ação poderá ser desenvolvida no âmbito da sessão de sensibilização definida no capítulo 7.

6. Mailing list com conteúdo específico, dirigido aos parceiros e/ou intermediários (consulados, párcos e escolas)

Criação de listas de e-mails associadas a grupos alvo de fácil acesso, nomeadamente: associações de produtores florestais, de agricultores e de caçadores, utentes com carta de caçador, proprietários florestais e agricultores inscritos no balcão do beneficiário, parceiros do movimento ECO, Consulados (emigrantes), párcos (concelhos rurais) e agrupamentos de escolas. Consoante o grupo específico serão desenvolvidas mensagens e conteúdos de sensibilização adequados à época do ano.

7. Distribuição de flyers e da Newsletter através via correspondência por carta e online list dos diferentes parceiros

Aproveitar os parceiros do Movimento ECO para a distribuição de flyers e da newsletter mensal, na correspondência enviada aos seus clientes. Na eventualidade de não haver orçamento para a produção de flyers, poderão associar as mensagens à mailing list dos parceiros. Estas mensagens deverão estar associadas a períodos específicos do ano e à localização dos destinatários.

8. Associação de mensagens à assinatura de e-mail dos colaboradores do ICNF

Ao associar uma frase de sensibilização à assinatura de correio eletrónico dos colaboradores do ICNF, toda a correspondência interna e externa passará a funcionar como mais um veículo de transmissão. De igual modo, estas mensagens deverão ser estabelecidas de acordo com períodos específicos do ano. Esta medida poderá ser adotada por alguns dos parceiros.

9. Passagem de pequenos filmes e mensagens nos balcões de atendimento ao público

A divulgação de pequenos spots e mensagens de sensibilização nos canais internos de televisão de diferentes parceiros (balcões de atendimento ao público dos vários organismos do Ministério, das finanças, segurança social, correios, Águas de Portugal, CGD, CP, entre outros) poderá abranger um vasto espectro de públicos-alvo.

10. Ações específicas com pastores (queimadas)

Com recurso a técnicos e entidades locais deverá ser efetuado um levantamento das principais áreas de pastoreio. Nestes locais, de acordo com as prioridades de renovação das pastagens, deverão ser promovidas ações de fogo controlado. A par desta ação serão desenvolvidas várias sessões de sensibilização, tal como o especificado no capítulo 7.

5. Envolvimento de movimentos de voluntariado e de condenados a prestação de serviço comunitário em ações de sensibilização a grupos específicos

Dados os escassos meios humanos para o desenvolvimento de ações de sensibilização porta-a-porta e em feiras e exposições, para além do voluntariado que se mostre disponível, poderá recorrer-se aos condenados a prestação de serviço comunitário, não só para a distribuição de informação, mas também para a limpeza de Matas, Perímetros Florestais e Áreas Protegidas (sem recurso a ferramentas moto-manuais). Deverá ser garantido o devido acompanhamento e a cobertura de seguros destes cidadãos. Esta ação poderá ser desenvolvida no âmbito da sessão de sensibilização definida no capítulo 7.

6. Mailing list com conteúdo específico, dirigido aos parceiros e/ou intermediários (consulados, párcos e escolas)

Criação de listas de e-mails associadas a grupos alvo de fácil acesso, nomeadamente: associações de produtores florestais, de agricultores e de caçadores, utentes com carta de caçador, proprietários florestais e agricultores inscritos no balcão do beneficiário, parceiros do movimento ECO, Consulados (emigrantes), párcos (concelhos rurais) e agrupamentos de escolas. Consoante o grupo específico serão desenvolvidas mensagens e conteúdos de sensibilização adequados à época do ano.

7. Distribuição de flyers e da Newsletter através via correspondência por carta e online list dos diferentes parceiros

Aproveitar os parceiros do Movimento ECO para a distribuição de flyers e da newsletter mensal, na correspondência enviada aos seus clientes. Na eventualidade de não haver orçamento para a produção de flyers, poderão associar as mensagens à mailing list dos parceiros. Estas mensagens deverão estar associadas a períodos específicos do ano e à localização dos destinatários.

11. Mensagens em pacotes de açúcar e de café

A impressão de mensagens em pacotes de açúcar e de café, atingir todo o tipo de públicos-alvo e a pode ser assegurada pelos parceiros do Movimento ECO (RAR Açúcar e Delta Cárles).

12. Conta de Facebook ou Twitter e respetivo QR Code

Esta conta deve incidir essencialmente, na divulgação das campanhas de sensibilização, sendo de destacar as novidades, programas e desenvolvimento de atividades e ações junto dos públicos-alvo. Para a sua eficácia é fundamental garantir a alimentação regular desta plataforma e seguir os manuais de boa gestão de uma página desta natureza.

Para divulgação desta página deverá ser criado um QR Code a introduzir em todos os materiais de sensibilização que venham a ser produzidos.

13. Marketing de guerrilha

Desenvolvimento de ações específicas de marketing de guerrilha nalgumas capitais de distrito recorrendo para isso a grupos de teatro amadores locais. Estas ações deverão ser efetuadas em locais movimentados e áreas comerciais como ruas pedonais, praças e mercados e em horários de ponta para o comércio (Sábados e Domingos).

Dado dirigirem-se a um público mais urbano, a transmissão da mensagem pode passar pelo uso de fogueiros/grelhadores.

Proposta de ação

Figurantes encenam uma ação de piquenique no meio da rua. Acabado o piquenique deixam o fogueiro ligado, o lixo no chão e saem de cena. Este processo pode ser acompanhado de um cartaz com a frase "E se este piquenique fosse na floresta, faria o mesmo?" juntamente com a imagem do QR Code.

Pretende-se que esta ação seja filmada através dos telemóveis dos cidadãos e dos organizadores e que as imagens sejam divulgadas pelas redes sociais, numa tentativa de dar início a processo viral.

14. Plataforma SGIF de acesso ao público

Trata-se de uma interface de acesso público que promove a indicação e denúncia de situações críticas e pedidos de autorização, nomeadamente:

- Autorização de queimas e queimadas
- Situação de riscos DCFI
- Localização de lixos
- Solicitação de apoio técnico para proteção das habitações dos incêndios florestais

Após a submissão do pedido, este é automaticamente direcionado para a respetiva Câmara Municipal (GTF). Após a sua receção, a Câmara executa a ação e notifica o cidadão através da plataforma.

15. Áreas Protegidas

Todos os planos de ação das Áreas Protegidas que integrem espaços florestais, passarão a contemplar um módulo específico associado à condução de comportamento de risco que comprometam a preservação destas áreas. Esta abordagem poderá ser efetuada aquando das visitas guiadas ou através de um cartaz a afixar nos centros interpretativos, sempre que se justifique.

Nos eventos associados às datas comemorativas de cada uma destas áreas, serão igualmente difundidas as diferentes mensagens de sensibilização (palestras, visitas guiadas, distribuição de folhetos) igualmente ajustadas à cada realidade local.

16. Anjo Técnico personalizado das Direções Regionais e Câmaras Municipais (GTF's) em ações específicas de sensibilização

Este ponto visa dar continuidade, divulgar e expandir o programa "Proteja a sua casa dos Fogos Florestais" iniciado em 2013 no Algarve. Pretende-se uma extensão a nível nacional focada na divulgação, educação e responsabilização dos proprietários.

Este programa contempla uma simples ficha de candidatura a preencher pelos proprietários. As fichas serão distribuídas porta-a-porta, em eventos, nos balcões de atendimento ao público e através da plataforma SGIF e do site do ICNF.

Posteriormente, os técnicos regionais deslocam-se aos locais e fazem uma análise da situação preenchendo uma ficha de avaliação e aconselhamento. À semelhança do procedimento do ano passado na região do Algarve, as Câmaras Municipais e ESF poderão dispensar alguns dias de trabalho para solucionar situações de elevada perigosidade, focando-se na população mais desfavorecida e idosa.

Deverá ser feita a divulgação do programa e material informativo (fichas, manual e folheto específico para a gestão de combustíveis à volta das edificações) pelos vários parceiros e pelas comunidades de emigrantes. Associado a este programa podem ser desenvolvidos ou adaptados alguns vídeos já desenvolvidos por outras entidades com o intuito de divulgação no sítio digital do ICNF, plataformas online do ICNF e de alguns parceiros, feiras e exposições e mailing list.

17. Campanha Crowdfunding

Esta campanha está diretamente relacionada com o programa anterior. Numa perspetiva de divulgar o programa e angariar alguns fundos, as campanhas crowdfunding poderão ser bastante eficazes.

Assim, a campanha será desenvolvida com a seguinte estrutura:

Público-alvo – População rural e urbana.

Assunto – Os incêndios florestais causam graves danos em pessoas e bens, provocando mortes e a destruição de áreas florestais e de ecossistemas. Pretende-se assim divulgar, educar e responsabilizar os proprietários para a execução da gestão de combustíveis à volta das edificações. Os fundos angariados terão como destino os proprietários de edificações em zonas de maior perigosidade, cujos estratos sociais sejam mais desfavorecidos. O levantamento destes casos deverá estar bem definido bem como o montante de financiamento necessário. Deverá ser tido em atenção que a distribuição dos fundos deve ser repartida de um modo equilibrado pelas diferentes regiões do país e não ficar concentrada apenas e só nalgumas regiões de modo a abranger e sensibilizar o maior número de pessoas possíveis.

Parceiros – É fundamental que esta campanha seja divulgada não só por todos os parceiros, mas também que os seus nomes estejam listados e associados a ela na plataforma de crowdfunding de forma a divulgá-la e a aumentar a probabilidade de financiamento. Os patrocinadores poderão ainda assegurar algum financiamento inicial de modo a incentivar a adesão do público.

Reports – Garantir que sejam transmitidos pontos de situação e testemunhos ao longo da campanha nas plataformas online que lhe estão associadas, nomeadamente site ICNF, Newsletter, Facebook, Twitter e SGIF.

Recompensas – Propõe-se a atribuição de três níveis de recompensas a todos os financiadores:

Nível 1 – listagem com o nome do patrocinador (carece de autorização prévia) associado à plataforma online onde se localiza a campanha.

Nível 2 – recompensa de nível 1 e oferta de vale de desconto em atividades desenvolvidas pelo ICNF associadas às Áreas Protegidas (visitas guiadas a áreas protegidas e workshops de birdwatching, entre outros).

Nível 3 – recompensa de nível 1 e 2 e oferta de uma atividade desenvolvida pelo ICNF associadas às Áreas Protegidas (visitas guiadas a áreas protegidas e workshops de birdwatching, entre outros)

AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO

Índice | Enquadramento | Objetivos | Públicos-alvo | Slogan | Mensagem | Canais | **Ações** | Avaliação

7. Ações de sensibilização

Apresentam-se a seguir as principais ações a desenvolver no plano de comunicação e sensibilização para a proteção das florestas, em 2014, a sua distribuição por Áreas Protegidas e o respetivo cronograma de execução.

Com a concretização da realização de um protocolo com o Instituto do Emprego e Formação Profissional, o número de ações previstas neste capítulo poderá ser incrementado.

Ações a desenvolver junto de proprietários de edificações e de terrenos confinantes

	Ação desenvolvida	Mensagem	Entidades/Parcerias	Calendarização	N.º de ações
<p>* Aumentar a proteção das edificações e dos aglomerados populacionais</p>	<p>Sensibilização direta, porta a porta, com fornecimento de conteúdos informativos (folheto "Proteja a sua casa dos incêndios florestais" e folha com 10 passos para proteger a sua casa).</p> <p><u>Incluir prioritariamente:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • zonas de interface urbano/rural confinantes com o espaço florestal; • Povoações/edificações inseridas em espaço florestal; • concelhos com registos de muita área ardida. 	<p>1 – Obrigatoriedade legal da gestão de combustíveis;</p> <p>2 – Regras para a gestão da vegetação e dos combustíveis;</p> <p>3 – Vantagens a nível de proteção de pessoas e bens;</p> <p>3 – 10 passos para defender a sua casa;</p> <p>4 – Distinção do período crítico e de níveis de risco de incêndio muito elevado e máximo, fora do período crítico;</p>	<p>ICNF (recurso a técnicos locais, vigilantes da natureza, CNAF); Bolsa de Voluntariado do ICNF;</p> <p><u>Parcerias:</u> Sapadores Florestais; GNR; Câmaras Municipais (CIM's), OPF's.</p>	<p>Janeiro a maio 1ª quinzena de agosto (regresso de emigrantes)</p>	<p>15 Ações distribuídas pelos vários municípios do país incidindo prioritariamente nos concelhos classificados de T4 de acordo com a tipificação nacional de municípios e com mais de 1000 ha, (Anexo).</p>

Ações a desenvolver junto da população escolar

Objetivo	Ação desenvolvida	Mensagem	Entidades/Parcerias	Calendarização	N.º de ações
<ul style="list-style-type: none"> • Sensibilizar para o valor ambiental, social e económico da floresta; • Contribuir para a melhoria da relação dos cidadãos com a floresta; • Contribuir para a mudança de atitudes e redução dos comportamentos de risco. 	<p>Ações de informação, divulgação e sensibilização nas escolas através do planeamento de sessões temáticas com apresentações orais, ações com grupos de animação, concursos, etc.</p> <p>Organização de visitas de estudo a áreas florestais e protegidas com ações demonstrativas e interpretativas e realização de experiências e trabalhos de campo, etc.</p> <p>Divulgação de atividades a realizar pelo ICNF*.</p> <p>Divulgação de conteúdos informativos existentes no site do ICNF e distribuição de materiais de sensibilização.</p> <p>Participação em eventos de sensibilização e educação ambiental.</p> <p><u>Indicar prioritariamente:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • zonas de interface urbano/rural e próximas das Matas Nacionais, Perímetros Florestais e Áreas Classificadas; • concelhos com registos de muita área ardida. 	<p>1 – Funções e valor da floresta e áreas classificadas e importância da sua proteção e conservação;</p> <p>2 – Funcionamento e gestão dos ecossistemas florestais e áreas classificadas;</p> <p>3 – Regras na visitação de áreas florestais e classificadas;</p> <p>4 – Boas práticas e comportamentos de risco;</p> <p>5 – Divulgação das condicionantes durante o período crítico ou quando o nível de risco de incêndio é muito elevado.</p>	<p>ICNF (recurso a técnicos locais, vigilantes da natureza);</p> <p>Bólas de Voluntariado do ICNF.</p> <p><u>Parcerias:</u></p> <p>Escolas; GNR; Câmaras Municipais (GTF's), OPF's.</p>	Período letivo.	300 (Ações distribuídas pelos vários municípios do país incidindo prioritariamente nos concelhos classificados de T4 de acordo com a classificação nacional de municípios e com mais de 3000 ha, Anexo).
<p>* Consoante a disponibilidade de meios das escolas, propõe-se o desenvolvimento da atividade "reprodução e disseminação de espécies autóctones".</p> <p>Esta atividade poderá ser desenvolvida nas Matas Nacionais e Perímetros florestais. A indicar pelo ICNF.</p> <p><u>Desenvolvimento da atividade:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Introdução sobre a importância, gestão e formas de regeneração da floresta; • Colheita de propágulos de espécies autóctones em Matas Nacionais, Perímetros Florestais; • Sementeira, reprodução e produção de plantas na escola ou em casa; • No ano seguinte, a escola procede à recolha das plantas e à sua plantação em locais a selecionar pelo ICNF; • A escola deverá assegurar o posterior acompanhamento das plantas até à consolidação da plantação. 					

Sensibilização 2014 | 23

Ações a desenvolver junto de pastores e criadores de gado

Objetivo	Ação desenvolvida	Mensagem	Entidades/Parcerias	Calendarização	N.º de ações
<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir para a redução dos comportamentos de risco e cumprimento das normas legais na realização de queimadas para renovação de pastagens 	<p>Sensibilização direta e individual dos pastores e criadores de gado com fornecimento de materiais informativos (folheto "Queimadas e queimadas").</p> <p>Desenvolvimento de programas de fogo controlado para renovação de pastagens.</p> <p>Inserção de mensagens de prevenção e aviso na correspondência oficial.</p> <p>Disponibilização de material informativo nos balcões de atendimento aos agricultores e proprietários florestais (serviços regionais e locais do MAM, nomeadamente salas do parcelário).</p> <p><u>Indicar prioritariamente:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • zonas envolventes às Matas Nacionais, Perímetros Florestais e Áreas Protegidas; • zonas onde as ocorrências com origem nas queimadas dos pastores são recorrentes e provocam maiores danos. 	<p>1 – Obrigatoriedade legal de licenciamento na Câmara Municipal (coimas e classificação como uso de fogo intencional);</p> <p>2 – Boas práticas no procedimento de uma queimada;</p> <p>3 – Existência do período crítico e de níveis de risco de incêndio muito elevado e máximo, fora do período crítico;</p> <p>4 – Levantamento de áreas para planeamento de ações de fogo controlado.</p>	<p>ICNF (recurso a técnicos locais, vigilantes da natureza, CNAF).</p> <p><u>Parcerias:</u></p> <p>Sapadores Florestais; GNR; Câmaras Municipais (GTF's), OPF's.</p> <p>Caso a caso, será de privilegiar pessoas/ entidades com maior nível de proximidade aos pastores, para transmissão da mensagem.</p>	Março a maio, setembro e outubro	20 (Ações distribuídas pelos vários concelhos abaixo referenciados.)

Braga (Vieira do Minho); Bragança (Torre de Moncorvo, Mogadouro, Vinhais); Guarda (Figueira de Castelo Rodrigo, Pinhel, Sabugal, Vila Nova de Foz Coa, Meda, Trancoso, Celorico da Beira, Guarda e Almeida); Viana do Castelo (Valença, Ponte de Lima, Arcos de Valdevez, Viana do Castelo, Ponte da Barca); Vila Real (Montalegre, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar, Boticas, Chaves); Viseu (Cinfães, Castro Daire, Lamego, Resende, São João da Pesqueira, Vila Nova de Paiva).

Sensibilização 2014 | 24

Ações a desenvolver junto de proprietários florestais, agricultores e prestadores de serviços

Objetivo	Ação desenvolvida	Mensagem	Entidades/Parcerias	Calendarização	N.º de ações
<p>• Contribuir para a mudança de atitudes e redução dos comportamentos de risco e do número de ignições.</p>	<p>Realização de sessões de esclarecimento para proprietários e produtores florestais, agricultores e prestadores de serviços com distribuição dos folhetos: "Queimas e queimadas", "maquinaria e equipamento" e "Circulação e acesso".</p> <p>Realização de ações em sala, festas, feiras, eventos, cafés e outros espaços frequentados por este público.</p> <p>A sessão poderá incluir visitas de campo a situações de referência como ZIF's, baldios ou áreas sujeitas a fogo controlado.</p> <p><u>Incluir prioritariamente:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> zonas próximas de Matas Nacionais, Perímetros Florestais e Áreas Protegidas; zonas onde as ignições causadas por este público-alvo são recorrentes e de maior risco. 	<p>1 – Regras e boas práticas na realização de queimas e queimadas, uso de maquinaria e equipamentos e condicionamento de circulação e acesso;</p> <p>2 – Existência do período crítico e de níveis de risco de incêndio muito elevado e máximo, fora do período crítico.</p>	<p>ICNF (recurso a técnicos locais, vigilantes da natureza, CNAF).</p> <p><u>Parcerias:</u> Sapadores Florestais; GNR; Câmara Municipal (GTF's), OPF's e ANEFA.</p>	<p>Janeiro a maio e outubro a dezembro</p>	<p>50 (Ações distribuídas pelos vários concelhos abaixo referenciados.)</p>

Aveiro (Ílhavo, Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Arouca, Azeiteiro, Espinho, Estarreja, Mealhada, Murtosa, Oliveira de Azeméis, Ovar, Santa Maria da Feira, Vagos, Vale de Cambra); **Beja** (Odemira); **Braga** (Barcelos, Braga, Celorico de Basto, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão); **Bragança** (Bragança, Mirandela, Mogadouro, Vinhais); **Castelo Branco** (Castelo Branco); **Coimbra** (Cantanhede, Coimbra, Figueira da Foz, Montemor-o-Velho, Oliveira do Hospital, Penacova, Soure); **Guarda** (Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Gouveia, Guarda, Pinhel, Sabugal); **Leiria** (Alcoiça, Bombarral, Cadas da Rainha, Óbidos, Leiria, Marinha Grande, Peniche, Porto de Mós); **Lisboa** (Arruda dos Vinhos, Loures, Mafra, Odivelas, Sintra, Vila Franca de Xira); **Porto** (Amarante, Marco de Canaveles); **Santarém** (Curtim, Tomar); **Setúbal** (Santiago do Cacém); **Viana do Castelo** (Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Monção, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo, Vila Nova de Cerveira); **Vila Real** (Boticas, Chaves, Vila Real, Armamar, Castro Daire, Cinfaes, Lamego, Moimenta da Beira, Resende, São João da Pesqueira, Tarouca, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu).

Sensibilização 2014 | 25

Ações a desenvolver junto da população urbana

Objetivo	Ação desenvolvida	Mensagem	Entidades/Parcerias	Calendarização	N.º de ações
<p>• Contribuir para a mudança de atitudes e redução do número de ignições;</p> <p>• Divulgar regras e boas práticas na travessia, visitação e utilização das áreas florestais e protegidas;</p> <p>• Divulgar as restrições e condicionamentos vigentes durante os períodos de risco elevado de incêndio florestal</p>	<p>Ações individuais de sensibilização dos condutores que atravessam as áreas florestais e protegidas.</p> <p>Ações individuais de sensibilização dos utentes e visitantes das Matas Nacionais, Perímetros Florestais e Áreas Protegidas.</p> <p>Ações individuais de sensibilização dos visitantes em áreas protegidas com elevada procura do público.</p> <p>Distribuição dos folhetos "Circulação e acesso" e "Proteja e usufrua da sua Floresta".</p> <p>Disponibilização de conteúdos informativos no sítio da internet.</p> <p>Fornecimento de conteúdos informativos para divulgação noutros sítios.</p> <p><u>Incluir prioritariamente:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> zonas próximas de Matas Nacionais, Perímetros Florestais e Áreas Protegidas do litoral. 	<p>1 – Regras de conduta e uso do fogo em espaços florestais e agrícolas, especialmente na realização de piqueniques e em acampamentos.</p> <p>2 – Obrigações decorrentes da legislação de defesa da floresta contra incêndios.</p> <p>3 – Existência do período crítico e de níveis de risco de incêndio muito elevado e máximo, fora do período crítico.</p> <p>4 – Condicionamento de circulação e acesso.</p>	<p>ICNF (vigilantes da natureza, CNAF); Bolsa de Voluntariado do ICNF.</p> <p><u>Parcerias:</u> Sapadores Florestais; GNR, Exército.</p>	<p>Junho a setembro</p>	<p>10 (Ações distribuídas pelas várias Perímetros Florestais e Áreas Protegidas do litoral. De maior afluência pelos concelhos)</p>

Sensibilização 2014 | 26

AVALIAÇÃO

8. Avaliação

Para averiguar a eficácia das ações previstas neste plano, é fundamental a existência de uma monitorização continuada das mesmas e da respetiva avaliação. Só assim poderá ser melhorar a atuação das entidades envolvidas nos anos seguintes. O envolvimento no Movimento ECO de empresas especializadas que possam contribuir para a avaliação da campanha, seria uma mais-valia para a orientação de campanhas futuras.

Principais objetivos da avaliação

- Verificar o grau de impacto das ações na alteração dos comportamentos dos diferentes públicos-alvo.
- Estabelecer, se necessário, indicadores que permitam analisar e avaliar as diferentes ações desenvolvidas e os respetivos parceiros nelas envolvidas e sua relação com a ocorrência de incêndios.
- Discriminar os impactos alcançados com as diversas ações e parceiros envolvidos na campanha.
- Apresentar propostas de melhoria face aos resultados obtidos.

O processo de avaliação poderá ter duas componentes: avaliação direta e avaliação indireta.

Avaliação direta

O processo de avaliação direta deverá dar continuidade aos quatro processos executados nos anos de 2008, 2009 e 2010, já que é necessário perceber a longo prazo, quais os efeitos das diferentes campanhas de sensibilização.

Avaliação indireta

Tendo em conta os custos associados à avaliação direta por empresas especializadas, a avaliação indireta torna-se essencial. Embora com as suas limitações, a avaliação indireta permite verificar como determinadas atividades de comunicação despertaram curiosidade por parte do público e contribuíram para as metas pré-definidas. As informações podem ser obtidas através da observação de visualizações de determinadas páginas dos sites envolvidos, receção de e-mails com elogios ou reclamações e páginas de Facebook ou Tweeter.

Uma vez que os meios regionais têm uma maior proximidade com os Públicos-alvo, poderá ser ainda desenvolvido um simples formulário via internet, a preencher pelas entidades envolvidas, sobre o feedback na primeira pessoa.

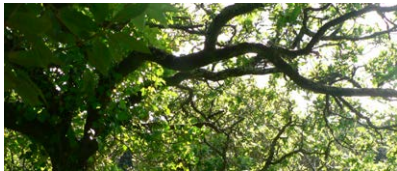
ANEXO

Anexo

Lista dos concelhos de tipologia T4 com mais de 1000 ha de espaços florestais

Tipificação dos municípios de acordo com a área arida em povoamento e matos nos últimos 15 anos (1997 a 2012). Espaços florestais calculados pelo IFN6.

Distrito	Concelhos	Distrito	Concelhos	Distrito	Concelhos	Distrito	Concelhos		
Aveiro	Abegarrim-a-Velha	Coimbra	Coimbra	Porto	Limarense	Vila Real	Alfai		
	Arouca		Lousã		Baile		Botlicas		
	Castelo de Paiva		Miranda do Corvo		Felgueiras		Chaves		
	Olaria de Azeite		Olaria do Hospital		Gondomar		Mondim de Basto		
Braga	Santa Maria da Feira	Faro	Faro	Vila Nova de Gaia	Lousada	Viseu	Montalegre		
	Vale de Cambra		Portimão		Maia		Murça		
	Barcos	Vila do Bispo	Paços de Ferreira		Paredes		Penafiel	Penafiel	Penafiel
	Bragança	Vila Real de Santo António	Santo Tirso		Valongo		Santa Maria de Penaguão	Sabrosa	
	Calvosa do Basto	Aguiar da Beira	Trofa		Vila do Conde		Valeaços	Vila Pouca de Aguiar	
	Colégio do Basto	Alameda	Valongo		Vila Nova de Gaia		Vila Real	Vila Real	
	Fafe	Celorico da Beira	Vila Nova de Gaia		Alcancoba		Castro Daire	Castro Daire	
	Esposandos	Figueira de Castelo Rodrigo	Guarda		Constância		Castro Daire	Castro Daire	
	Póvoa de Lanhoso	Fornos de Algodres	Meda		Ourém		Castro Daire	Castro Daire	
	Terras de Bouro	Souzela	Procel		Santarém		Castro Daire	Castro Daire	
Vieira do Minho	Guarda	Sabugal	Tomar	Castro Daire	Castro Daire				
Vila Nova de Famalicão	Meia	Santarém	Torres Novas	Castro Daire	Castro Daire				
Bragança	Vila Verde	Pinhel	Vila Nova de Barquinha	Castro Daire	Castro Daire	Castro Daire			
	Alfândega da Fé	Sabugal	Vila Nova de Barquinha	Castro Daire	Castro Daire	Castro Daire			
	Carrizada de Anápolis	Saril	Setúbal	Castro Daire	Castro Daire	Castro Daire			
	Fregoso de Sapão à Corta	Bombarral	Setúbal	Castro Daire	Castro Daire	Castro Daire			
	Macedo de Cavaleiros	Leiria	Setúbal	Castro Daire	Castro Daire	Castro Daire			
	Marco de Canaveses	Pinhel	Setúbal	Castro Daire	Castro Daire	Castro Daire			
	Miranda do Douro	Pinhel	Setúbal	Castro Daire	Castro Daire	Castro Daire			
	Mirandela	Pinhel	Setúbal	Castro Daire	Castro Daire	Castro Daire			
	Torre de Moncorvo	Pinhel	Setúbal	Castro Daire	Castro Daire	Castro Daire			
	Vila Flor	Pinhel	Setúbal	Castro Daire	Castro Daire	Castro Daire			
Vimioso	Pinhel	Setúbal	Castro Daire	Castro Daire	Castro Daire				
Vinhais	Pinhel	Setúbal	Castro Daire	Castro Daire	Castro Daire				
Belmonte	Pinhel	Setúbal	Castro Daire	Castro Daire	Castro Daire				
Castelo Branco	Couçã	Lisboa	Almada	Viana do Castelo	Valença	Viana do Castelo	Viana do Castelo		
	Fundão	Lisboa	Almada	Viana do Castelo	Viana do Castelo	Viana do Castelo	Viana do Castelo		



B. VOLUNTARIADO

Responsável:
Divisão de Valorização de Áreas Classificadas | DVAC



Índice | Conceito | Enquadramento legal | Estratégia e organização | Área temática | Âmbito territorial | Plano de ação | Ações |

B. VOLUNTARIADO

Índice

1. Conceito.....	pág. 33
2. Enquadramento legal.....	pág. 36
3. Estratégia e organização.....	pág. 38
4. Área temática – FLORESTA.....	pág. 40
4.1. Tipologia das ações.....	pág. 42
4.2. Tipologia dos voluntários.....	pág. 43
4.3. Como participar.....	pág. 44
5. Âmbito territorial.....	pág. 45
6. Plano de ação.....	pág. 47
7. Ações de voluntariado.....	pág. 49

CONCEITO

1. Conceito

A proposta de uma Bolsa de Voluntariado para o ICNF, I.P. integra-se numa estratégia mais ampla de contacto com a comunidade, que este instituto procura implementar para os territórios e estruturas que se encontram sob sua gestão direta.

De facto, o património fundiário e imobiliário sob gestão do ICNF, I.P., com a dimensão que apresenta, potencia a utilização de recursos exógenos e endógenos, como o voluntariado, para a execução de tarefas facilmente executáveis, de pequeno ou médio impacto e que se poderão traduzir na resolução de problemas simples. Porém os objetivos destas iniciativas são mais amplos:

- realizar ações de conservação da natureza e de gestão florestal;
- criar visibilidade para as florestas e áreas classificadas;
- proporcionar contacto com o mundo rural e seus aglomerados;
- possibilitar aos participantes sensibilização ambiental, formação e conhecimento;
- proporcionar vivências diferentes em contacto com a natureza;
- contribuir para a dinamização económica, ainda que pontual, dos territórios onde se desenvolvem as iniciativas.

O alinhamento das propostas de atuação, muitas vezes transmitidas pelos cidadãos, com os objetivos estratégicos do ICNF, I.P. em matéria de florestas e conservação da natureza, poderá potenciar um recurso não negligenciável na resolução de situações de gestão destes espaços, que de outro modo obrigariam à mobilização de recursos financeiros, sempre escassos ou insuficientes.

Deveremos em primeiro lugar e para clarificar conceitos, estabelecer a diferença entre voluntariado, atividade racional e que procura atingir objetivos concretos, do voluntarismo, atividade por vezes impulsiva, frequentemente emotiva e que muitas vezes desenquadrada do resultado pretendido.

Sendo o ICNF, I.P. um organismo novo, integra uma vasta experiência profissional dos organismos que o antecederam, possuindo um histórico de apoio e condução de ações de voluntariado que importa ampliar, melhorar e redefinir, objetivando alcançar cada vez melhores resultados.

Esta experiência relativa à promoção de ações de voluntariado pode ser consubstanciada em alguns números. Assim, apenas a título de exemplo, verificou-se que entre os anos de 2008 e 2012 participaram em ações de voluntariado em territórios inseridos no Sistema Nacional de Áreas Classificadas, um total de 11.881 voluntários, em ações relacionadas maioritariamente com o controlo e erradicação de exóticas, manutenção de percursos e trilhos, manejo de habitats e espécies, entre uma miríade de outras tipologias de atividade voluntária.



Voluntariado no Parque Natural do Alvão

Em 2010, o Parque Natural do Alvão (PNA) foi distinguido por uma organização britânica, a BTCV - *British Trust for Conservation Volunteers*, com o prémio «*Green Hero Award*», na categoria parcerias locais, secção internacional, pelo seu trabalho com grupos de voluntariado para a conservação da natureza.

Igualmente o Instituto de Empreendedorismo Social distinguiu, em 2010, as iniciativas de Voluntariado do PNA, como "iniciativas de elevado potencial de Impacto Social".

Também caberá referir o Programa "Voluntariado Jovem para as Florestas", criado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 63/2005, que desenvolveu ações de prevenção, nomeadamente a sensibilização da população para o risco de incêndio, a vigilância, a limpeza do lixo das áreas florestais e dos perímetros urbanos, procurando garantir uma menor probabilidade de ocorrência de incêndios florestais. No âmbito deste Programa, atualmente suspenso, só no ano de 2010, registou-se a participação de 4199 voluntários, envolvidos em 249 projetos, que tiveram uma dimensão orçamental de aproximadamente € 750.000,00.

ENQUADRAMENTO LEGAL

2. Enquadramento legal

É variado o corpo legal nacional que enquadra as atividades de voluntariado, deixando-se abaixo uma listagem dos diplomas mais relevantes:

- Lei n.º 71/98, de 3 de novembro - Estabelece as bases do enquadramento jurídico do voluntariado;
- Decreto-Lei n.º 389/99, de 30 de setembro - Regulamenta a Lei n.º 71/98, de 3 de novembro, criando as condições que permitam promover e apoiar o voluntariado;
- Decreto-Lei n.º 40/89, de 12 de fevereiro - Institui o seguro social voluntário, regime contributivo de carácter facultativo no âmbito da Segurança Social, em que podem ser enquadrados os voluntários. O seguro social voluntário foi objeto de adaptação ao voluntariado pelo Decreto-Lei n.º 389/99, de 30 de setembro;
- Decreto-Lei n.º 176/2005, de 25 de outubro - Altera o n.º 1 do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 389/99, de 30 de setembro;
- Portaria n.º 87/2006, de 24 de janeiro - Aprova o Modelo de Cartão de Identificação do Voluntário;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/2013, de 8 de maio - Aprova o Plano Nacional de Voluntariado 2013-2015.

Para além dos diplomas acima discriminados, existe ainda um vasto corpo de informação técnica que importa consultar, buscando direções e soluções, evitando deste modo erros recorrentes, que experiências passadas identificaram.

Numa primeira fase, será útil a consulta a sites de entidades, com experiência no voluntariado dos quais se deixam alguns exemplos:

Bolsa do Voluntariado - <http://www.bolsadovoluntariado.pt/>

Serviço Voluntário Europeu - <http://www.sve.pt/>

IPDI -

http://juventude.gov.pt/Voluntariado/VolFlorestas/lovens/Paginas/Programa_Voluntariado_Jovem_para_as_Florestas_Jove.aspx

FUTURO - projeto das 100.000 árvores na Área Metropolitana do Porto - <http://embaixadadafloresta.blogspot.pt/p/agenda.html>

Floresta Comum - <http://www.florestacomum.org/>



3. Estratégia e organização

Sendo o ICNF, I.P., a autoridade florestal nacional e autoridade nacional para a conservação da natureza, fatores base da identificação e organização funcional do organismo, pretende-se organizar uma bolsa de voluntariado que integre ambos os domínios.

Estas duas grandes áreas de atuação do instituto compreenderam estruturas lógicas e modos de atuação diferenciados, que exigem neste momento aproximações, que garantam a permanência das facetas positivas em cada uma delas e que supõem a melhoria continuada com a troca de experiências que cada uma pode aportar a esta temática.

Deste modo, e relativamente à Bolsa de Voluntariado a propor à comunidade, organizar-se-á a oferta estruturada tematicamente, destacando-se numa primeira fase, o projeto para a criação de uma **BOLSA DE VOLUNTARIADO PARA A FLORESTA**, sistematizado de acordo com as suas componentes, permitindo ao cidadão uma clara identificação da sua opção para participação.

A opção por um desenvolvimento inicial da área temática relativa à floresta prende-se com a possibilidade de, a curto prazo, poderem ser integradas nesta bolsa de voluntariado, ações que correspondam a trabalhos já programados e previstos em Plano de Atividades ou no âmbito do Projeto de Sensibilização para a "Proteção e defesa da floresta" de 2014, que prevê ações de plantação de árvores, gestão do espaço florestal, prevenção e sensibilização relativa aos fogos rurais ou trabalhos de inventariação em viveiro.

A apreensão desta campanha pelo público deverá prever a utilização de imagens e mensagens claras, que permitam a sua identificação imediata. Nesta fase propõe-se a simbologia abaixo, sem prejuízo da apresentação de futuras propostas.

Imagem da campanha:



ÁREA TEMÁTICA - FLORESTA

4. Área temática - Floresta

Projetos que incentivem a proteção da floresta, reduzindo ou mitigando o impacto dos fogos rurais, através de ações de prevenção, e igualmente de projetos que permitam beneficiar as áreas florestais existentes, através de campanhas de plantio ou de manejo do espaço florestal.

Em Portugal, a visibilidade pública dos temas florestais é, na atualidade, concentrada no período estival e na temática dos fogos rurais.

Tratar-se-á no campo do voluntariado de tentar inverter esta leitura, procurando explicar a importância das atividades de manutenção e exploração da floresta.

A leitura pública da temática florestal não deverá ficar confinada apenas ao importante problema dos fogos rurais, antes ser aprofundada no entendimento das suas dinâmicas económicas, sociais e naturais.

A atividade voluntária nesta temática deverá pois, mais do que direcionar-se para a recuperação de áreas ardidas, sempre apetecida mas complexa de concretizar corretamente, procurar antes informar as comunidades locais das boas regras de gestão do espaço florestal, qualificar essas comunidades nos trabalhos na adoção de boas práticas de gestão florestal e concretizar ações que conduzam aos objetivos de melhoria e proteção da floresta portuguesa.

Partindo do enquadramento existente na legislação nacional, a **BOLSA DE VOLUNTARIADO PARA A FLORESTA**, promovida pelo ICNF, I.P., deverá proceder a um conjunto de trabalhos, internos, prévios à disponibilização ao público das atividades de voluntariado.

O levantamento das possibilidades de acolhimento de ações de voluntariado deverá ser internamente entendido como uma oportunidade de complementar o esforço decorrente das normais atividades florestais a executar pelo ICNF, I.P.

Estes trabalhos internos, procurarão proceder ao estabelecimento de metodologias de atuação, ao levantamento do potencial de atividades a desenvolver a cada momento nos territórios e ao entendimento detalhado do impacto da atividade de voluntariado prevista, quer do ponto de vista de aumento de valência do território quer da necessidade de busca ou previsão de investimento, interno e/ou externo.

Também internamente deverá ser proposta a realização de ações de voluntariado, abrangendo o universo dos trabalhadores do ICNF, I.P., podendo vir a alargar-se para todos os organismos do Ministério da Agricultura e do Mar.

4.1. Tipologia das ações

A variedade de ações de voluntariado a disponibilizar à sociedade civil, deverá ser clara e direcionada a ações facilmente entendíveis como válidas e úteis pelos potenciais voluntários, de modo a que a sua opção possa ser tomada em perfeita consciência dos objetivos pretendidos com a ação de voluntariado proposta pelo ICNF, I.P.

TIPOLOGIAS DE AÇÃO:

Floresta

Sensibilização - das populações para as boas práticas no âmbito da prevenção de incêndios.

Alguns exemplos de campanhas, com uso do voluntariado: Sensibilização porta-a-porta de proprietários de edificações e terrenos confinantes para a gestão da vegetação – distribuição de folhetos em zonas de interface rural-urbano. Sensibilização de visitantes de Áreas Protegidas, Matas Nacionais e Perímetros Florestais para as boas práticas florestais.

Vigilância - da floresta para prevenção de incêndios, durante os meses de Abril a Outubro.

Ações de controlo de espécies invasoras - promovendo a formação sobre os riscos de introdução de espécies exóticas e a necessidade do seu controlo.

Apanha de sementes - podendo incluir trabalhos em viveiros.

Participação nos trabalhos de inventariação de flora - incluindo ações de limpeza e registo de ocorrências.

Plantação - prevendo a utilização de espécies da flora autóctone e recuperação de áreas ripícolas.

Aumento da biodiversidade florestal - promovendo ações de manejo de espécies da fauna florestal, objetivando, entre outros, o controlo de pragas.

Como exemplo de campanha a realizar nesta tipologia, poderá considerar-se a melhoria de condições para espécies da avifauna florestal, que contribuam para o controlo da larva do nemátode do pinheiro.

4.2. Tipologia dos voluntários

Para além da informação sobre estas ações disponibilizada à comunidade em geral, também a informação direcionada a públicos específicos (escolares, associativos, empresariais) deverá ser correta e aprofundadamente explorada, procurando potenciar contactos e canais comunicacionais já existentes.

Tendo em conta a obrigatoriedade do financiamento para as despesas com os voluntários (transporte, alimentação, seguros), determinadas legalmente (Lei 71/98, DL 389/99), as ações agora apresentadas, irão restringir-se em particular a grupos de cidadãos que à partida garantam esses requisitos, nomeadamente:

- voluntariado escolar (durante o período letivo) com alunos e professores;
- voluntariado empresarial entre os seus colaboradores;
- voluntariado institucional e organizações.

Com o objetivo de poder alargar o universo de voluntários, sempre que as condições atrás descritas sejam atingidas, através de parcerias ou financiamento próprio do ICNF, I.P., a bolsa irá procurar atingir um número mais vasto de cidadãos.



4.3. Como participar

Serão sistematicamente disponibilizadas em **três ou quatro momentos por ano**, um conjunto de ações de voluntariado, que se pretende o mais abrangente possível, quer em termos de ações quer em termos de dispersão territorial, procurando atingir o leque mais variado de públicos.

Assentará numa base de dados interativa disponibilizada via portal ICNF, I.P., contendo informação a cada momento atualizável, numa lógica de contacto permanente entre o cidadão voluntário e a unidade orgânica responsável pela sua operacionalização.

A conjugação dos dados recolhidos nos parâmetros acima definidos deverá ser pertinente para a avaliação final de cada ação bem como para a avaliação anual do impacto das ações de voluntariado.

Estes dados e as conclusões retiradas da sua análise, deverão constituir o corpo central de um relatório anual a disponibilizar à comunidade, evidenciando a importância que as ações de voluntariado realizadas nesse ano tiveram para os objetivos inicialmente definidos para as atividades de caráter florestal.

- Proposta de ações**, nomeadamente através da explanação da sua tipologia, o local de ocorrência, datas, duração prevista, condições de utilização e equipamentos, grau de dificuldade, entre outros dados relevantes para permitir a escolha informada por parte do potencial voluntário.
- Registo do voluntário (booking)**, a promover “online”, através do registo da escola, empresa, instituição, organização ou através do voluntário individual, inscrevendo alguns dados relevantes, nomeadamente contactos, experiência profissional (do grupo ou indivíduo), áreas de interesse e disponibilidade.
- Contacto com responsável operacional do ICNF, I.P.**, promovendo os contactos e informações necessárias à concretização da ação, nos moldes a negociar/definir em cada caso.
- Organização e concretização**, procurando manter a necessária abertura à participação de outros voluntários em cada uma das ações, tentando atingir o número e as valências ótimas à sua concretização.
- Informação sobre resultados**, onde serão indicados e quantificados os resultados alcançados pela atividade específica onde houve participação voluntária, e a sua integração no objetivo global que se pretende alcançar.
- Manutenção da atualidade da informação**, garantindo que um determinado projeto que conta com a participação, em vários momentos, de vários voluntários ou grupos de voluntários, criando um sentimento de partilha de objetivos e de apreensão do seu desenvolvimento ao longo do tempo.

ÂMBITO TERRITORIAL

[Índice](#) | [Conceito](#) | [Enquadramento legal](#) | [Estratégia e organização](#) | [Área temática](#) | **[Âmbito territorial](#)** | [Plano de ação](#) | [Ações](#) |

5. Âmbito territorial

As ações a promover no âmbito da **BOLSA DE VOLUNTARIADO PARA A FLORESTA** deverão ter uma abrangência territorial alargada, de modo a poder acolher voluntários oriundos dos vários pontos do país, reduzindo o investimento a cargo do cidadão com deslocações para o local da atividade a desenvolver. Este aspeto será facilmente concretizável, dada a dispersão territorial das unidades orgânicas deste instituto, muito disseminadas pelo país.

Por outro lado, importa garantir que as atividades ocorrerão exclusivamente em áreas sob gestão do ICNF, I.P., sustentando deste modo não só a sua perenidade temporal mas, acima de tudo, o carácter de serviço público que as ações de voluntariado promovidas pelo ICNF, I.P. devem, na sua génese, comportar.

PLANO DE AÇÃO

6. Plano de ação

A definição do calendário de trabalho considerará:

Atividades / semanas	1	2	3	4	5	6	7
Levantamento dos meios necessários ao início do projeto	■				■		
Estabelecer contatos para parcerias com outras organizações/entidades que promovem o voluntariado			■	■	■		
Estratégia de comunicação			■	■	■		
Recolha de projetos de voluntariado	■		■	■	■	■	
Criação da página online			■	■	■	■	
Programa de Voluntariado disponível							■

AÇÕES DE VOLUNTARIADO

Índice | Conceito | Enquadramento legal | Estratégia e organização | Área temática | Âmbito territorial | Plano de ação | **Ações**


7. Ações de voluntariado

Discriminam-se algumas ações em curso, ou já programadas para 2014, como bons exemplos para integração na futura bolsa de voluntariado, tendo em conta a sua temática e área geográfica de intervenção.

POPULAÇÕES SEGURAS, FLORESTA PROTEGIDA *													
Objetivos:	Contribuir para a redução da área arídida; aumentar a proteção das edificações e dos aglomerados populacionais.												
Descrição da ação:	Sensibilização direta, porta a porta, de proprietários de edificações e de terrenos confinantes, para a obrigatoriedade legal e regras para a gestão da vegetação.												
Voluntários:	Escuteiros, Estudantes dos Ensinos Profissional e Superior (áreas florestal, agrária, paisagista, biológica), Associações locais.												
Área de intervenção:	Áreas Protegidas, Matas Nacionais e Perímetros Florestais com maior perigosidade e registo de ocorrências de fogos florestais, a nível nacional.												
Calendarização:	Janeiro a Maio e primeira quinzena de Agosto. <table border="1"> <tr> <td>J</td><td>F</td><td>M</td><td>A</td><td>M</td><td>J</td><td>J</td><td>A</td><td>S</td><td>O</td><td>N</td><td>D</td> </tr> </table>	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D		
Recursos:	Financiamento para elaboração de t-shirt identificadora do voluntário e para impressão de material informativo a ser distribuído à população durante a ação. A formação e o acompanhamento dos voluntários serão assegurados por técnicos do ICNF.												
Avaliação:	Redução de ocorrências nestas áreas; Formulário a ser preenchido pelos voluntários sobre conhecimentos e comportamentos da população prévios à sensibilização.												

* Ação integrada no Projeto de Sensibilização (2014).


7. Ações de voluntariado**VALORES DA FLORESTA ***

Objetivos:	Sensibilizar para os valores ambiental, social e económico da floresta; Contribuir para a melhoria da relação dos cidadãos com a floresta; Contribuir para a mudança de atitudes e redução dos comportamentos de risco.
Descrição da ação:	Sensibilização por voluntários, da população escolar do ensino obrigatório, para os valores florestais, a importância da sua proteção, o funcionamento e gestão dos ecossistemas florestais, as boas práticas e os comportamentos de risco. Inclui sessões temáticas nas escolas e organização de visitas de estudo a áreas florestais.
Voluntários:	Professores do Ensino Obrigatório, Estudantes do Ensino Superior (áreas florestal, agrária, biológica).
Área de intervenção:	Áreas Protegidas, Matas Nacionais e Perímetros Florestais com maior perigosidade e registo de ocorrências de fogos florestais.
Calendarização:	Período letivo. 
Recursos:	Financiamento para elaboração de t-shirt identificadora do voluntário e para impressão de material de sensibilização (jogo) a ser distribuído pelos voluntários durante a ação. A formação, incluindo a entrega ao voluntário de material de apoio (apresentação power-point), e o acompanhamento dos voluntários será assegurada por técnicos do ICNF.
Avaliação:	Número de ações desenvolvidas e número de alunos atingidos por ciclo escolar.

* Ação integrada no Projeto de Sensibilização (2014).

Voluntariado 2014 | 51

CONHEÇA E COLABORE**Sensibilização dos visitantes das Áreas Protegidas, Matas Nacionais e Perímetros Florestais***

Objetivos:	Contribuir para a mudança de atitudes e redução do número de ignições; Divulgar regras e boas práticas na travessia, visitação e utilização das áreas florestais e protegidas; Divulgar as restrições e condicionamentos vigentes durante os períodos de risco elevado de incêndio florestal.
Descrição da ação:	Sensibilização direta dos visitantes e utentes das Áreas Protegidas, Matas Nacionais e Perímetros Florestais para as regras de conduta e uso do fogo em espaços florestais e agrícolas, obrigações legais de defesa da floresta contra incêndios, período crítico e níveis de risco de incêndio, condicionamentos de circulação e acesso.
Voluntários:	Escuteiros, Estudantes dos Ensinos Profissional e Superior (em particular de áreas florestal, agrária, paisagista, biológica), Associações locais.
Área de intervenção:	Áreas Protegidas, Matas Nacionais e Perímetros Florestais, especialmente em locais icónicos com intensa visitação.
Calendarização:	Junho a Setembro. 
Recursos:	Financiamento para elaboração de t-shirt identificadora do voluntário e para impressão de material informativo a ser distribuído à população durante a ação. A formação e o acompanhamento dos voluntários serão assegurados por técnicos do ICNF.
Avaliação:	Formulário a ser preenchido pelos voluntários sobre conhecimentos e comportamentos da população prévios à sensibilização; Número de cidadãos atingidos pela ação; Redução de ocorrências nestas áreas.

* Ação integrada no Projeto de Sensibilização (2014).

Voluntariado 2014 | 52

UMA CASA PARA OS CHAPINS													
Objetivos:	Sensibilizar a população escolar do ensino obrigatório para o funcionamento da floresta enquanto ecossistema.												
Descrição da ação:	Construção e colocação de caixas-ninho para chapins em áreas florestais. Os chapins são aves insectívoras da floresta que consomem entre outros insetos, a processionária-do-pinheiro, ajudando assim ao seu controle de forma natural.												
Voluntários:	Professores; Estudantes dos cursos de Biologia.												
Área de intervenção:	Áreas Protegidas predominantemente florestais.												
Calendarização:	Novembro até meio de Janeiro <table border="1"> <tr> <td>J</td><td>F</td><td>M</td><td>A</td><td>M</td><td>J</td><td>J</td><td>A</td><td>S</td><td>O</td><td>N</td><td>D</td> </tr> </table>	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D		
Recursos:	Financiamento para elaboração de <i>t-shirt</i> identificadora do voluntário, e para o material necessário à ação. A formação e o acompanhamento dos voluntários serão assegurados por técnicos do ICNF.												
Avaliação:	Número de caixas-ninho aplicadas e efetivamente ocupadas; Número de estudantes do ensino obrigatório abrangidos pela ação.												

PLANTAÇÃO DE AUTÓCTONES E RECUPERAÇÃO DE ÁREA RÍPICOLAS													
Objetivos:	Sensibilizar a população para a importância da floresta autóctone.												
Descrição da ação:	Plantação de espécies autóctones da floresta, a efetuar preferencialmente em áreas erodidas, ou para densificação de plantações.												
Voluntários:	População em geral, Estudantes dos Ensinos Profissional e Superior (áreas florestal, agrária, paisagista, biológica), Associações de voluntariado empresarial.												
Área de intervenção:	Áreas Protegidas.												
Calendarização:	Plantação de Setembro a Dezembro; Monitorização nos anos seguintes. <table border="1"> <tr> <td>J</td><td>F</td><td>M</td><td>A</td><td>M</td><td>J</td><td>J</td><td>A</td><td>S</td><td>O</td><td>N</td><td>D</td> </tr> </table>	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D		
Recursos:	Financiamento para elaboração de <i>t-shirt</i> identificadora do voluntário. Disponibilização de plantas a partir de viveiros do ICNF. A formação e o acompanhamento dos voluntários serão assegurados por técnicos do ICNF.												
Avaliação:	Número de voluntários participantes; Área plantada; Número de espécimes e espécies plantadas.												

CONTROLE DE ESPÉCIES INVASORAS

Objetivos:	Sensibilizar a população para a ameaça potencial da invasão dos territórios protegidos por espécies da flora exógena.
Descrição da ação:	Controle de espécies invasoras em áreas com estatuto de proteção elevado no âmbito do plano de ordenamento aplicável e incluídas num plano de erradicação de exóticas.
Voluntários:	População em geral, em particular grupos pré-organizados como os Escuteiros, Associações locais, Associações de voluntariado empresarial.
Área de intervenção:	Áreas Protegidas.
Calendarização:	Todo o ano. J F M A M J J A S O N D
Recursos:	Financiamento para elaboração de t-shirt identificadora do voluntário e para o material necessário à ação. A formação e o acompanhamento dos voluntários serão assegurados por técnicos do ICNF.
Avaliação:	Número de voluntários participantes; Área interencionada.

INVENTARIACÃO DE FLORA

Objetivos:	Sensibilizar e aumentar o conhecimento da população sobre a diversidade da floresta.
Descrição da ação:	Inventariação de espécies autóctones e exógenas de flora em áreas pré-determinadas, no âmbito da recolha de dados de base para estudos científicos.
Voluntários:	Estudantes dos Ensinos Profissional e Superior (em particular de áreas florestal, agrária, paisagista, biológica).
Área de intervenção:	Áreas Protegidas.
Calendarização:	Todo o ano. J F M A M J J A S O N D
Recursos:	Financiamento para elaboração de t-shirt identificadora do voluntário e para o material necessário à ação. A formação e o acompanhamento dos voluntários serão assegurados por técnicos do ICNF.
Avaliação:	Número de voluntários participantes; Área monitorizada.

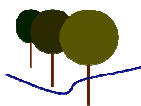


A ZIF DA ALDEIA DO MATO

A large, stylized green leaf graphic composed of several curved, overlapping shapes, positioned on the right side of the page.

**Grupo de Trabalho para Análise da Problemática
dos Incêndios Florestais**

ZIF ALDEIA DO MATO
Concelho: ABRANTES
Lisboa, 29 de Janeiro, 2014



A ZIF da Aldeia do Mato resumida:

- Criada pela Portaria n.º 889/2008, de 14 de Agosto;
- Engloba vários prédios rústicos das freguesias de Aldeia do Mato, Martinchel e Rio de Moinhos, do município de Abrantes e abrange uma área de **3.254,44 hectares**;
- Possui actualmente **104 aderentes**, que representam **560 prédios rústicos**, totalizando 1791 ha de área de proprietários aderentes;
- Os órgãos sociais da ZIF são constituídos por uma **Assembleia-geral** de proprietários aderentes e uma **Direcção** auxiliados por uma **Entidade Gestora**;

- Concluída a execução do projecto PRODER - Acção 2.3.2.1 - Recuperação do Potencial Produtivo - Recuperação de Áreas Ardidas (Maio de 2012 a Maio de 2013);

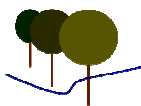
- 188,88 hectares abrangidos;
- 25 proprietários;
- Recuperação de áreas ardidas através da arborização de áreas de matos e controlo de densidades excessivas de pinheiro bravo e sua desramação;
- 174.379,72€ de investimento elegível.

- Em execução projecto PRODER – Acção 2.3.1.1 – Defesa da Floresta Contra Incêndios (Junho de 2013 a Dezembro de 2014);

- 975 hectares abrangidos;
- Áreas de proprietários aderentes e não aderentes;
- Implementação de estruturas de defesa da floresta contra incêndios, nomeadamente, Faixas da Rede Primária, Faixas da Rede Secundária, Aglomerados Populacionais e Mosaicos de Gestão de Combustível;
- Beneficiação da Rede Viária Florestal e de Pontos de Água;
- 971.331,19€ de investimento elegível.

- Foram **promovidas acções de sensibilização** para o uso do fogo controlado para gestão de matos nas margens da Albufeira de Castelo de Bode em 2011; e em 2013 da utilização de espécies autóctones por ocasião do dia que celebra estas espécies.

- Encontra-se em **processo de alargamento** dos seus limites territoriais para as áreas não abrangidas nas freguesias onde a ZIF já está presente, e para as restantes freguesias do Norte de Abrantes.



A Entidade Gestora da ZIF da Aldeia do Mato:



20 Anos A Apoiar O Meio Rural

- Desde Março de 2012 que assume oficialmente o papel de Entidade Gestora, substituindo a anterior, igualmente uma empresa do sector que cessou actividade;
- Possui um Eng.º Zootécnico e um Eng.º Florestal nos quadros, este último, responsável pela assessoria técnica à ZIF.

Especialistas em candidaturas a fundos comunitários para o sector AGRO-FLORESTAL

A Gestiverde é uma empresa que tem como objecto o desenvolvimento de serviços de consultoria, através do acompanhamento técnico, a gestão de investimentos e a execução de trabalhos agro-florestais nos quais cumpre e faz cumprir as boas práticas agrícolas e florestais.

Contactos:

Morada – Rua D. Lopo de Almeida, lote 81, r/c Dir., 2200-281 Abrantes

Telefone – 241 366 806

Mail – geral@gestiverde.pt

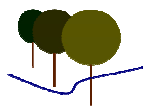
Sítio internet – www.gestiverde.pt

Facebook:

ZIF Aldeia do Mato – www.facebook.com/zifaldeiadomato

Gestiverde – <https://www.facebook.com/Gestiverde>

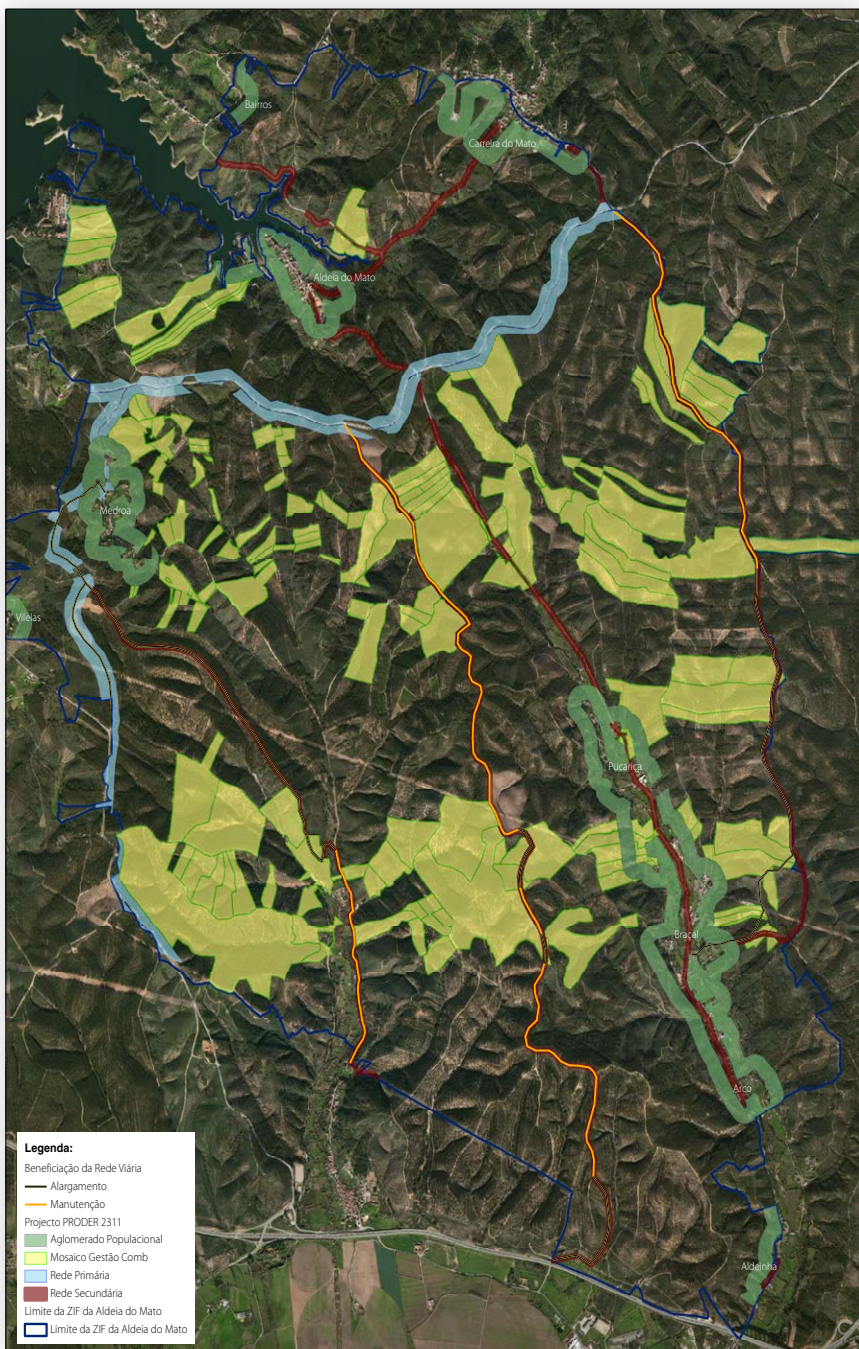
Folha **2/3**
ZIF de Aldeia do Mato

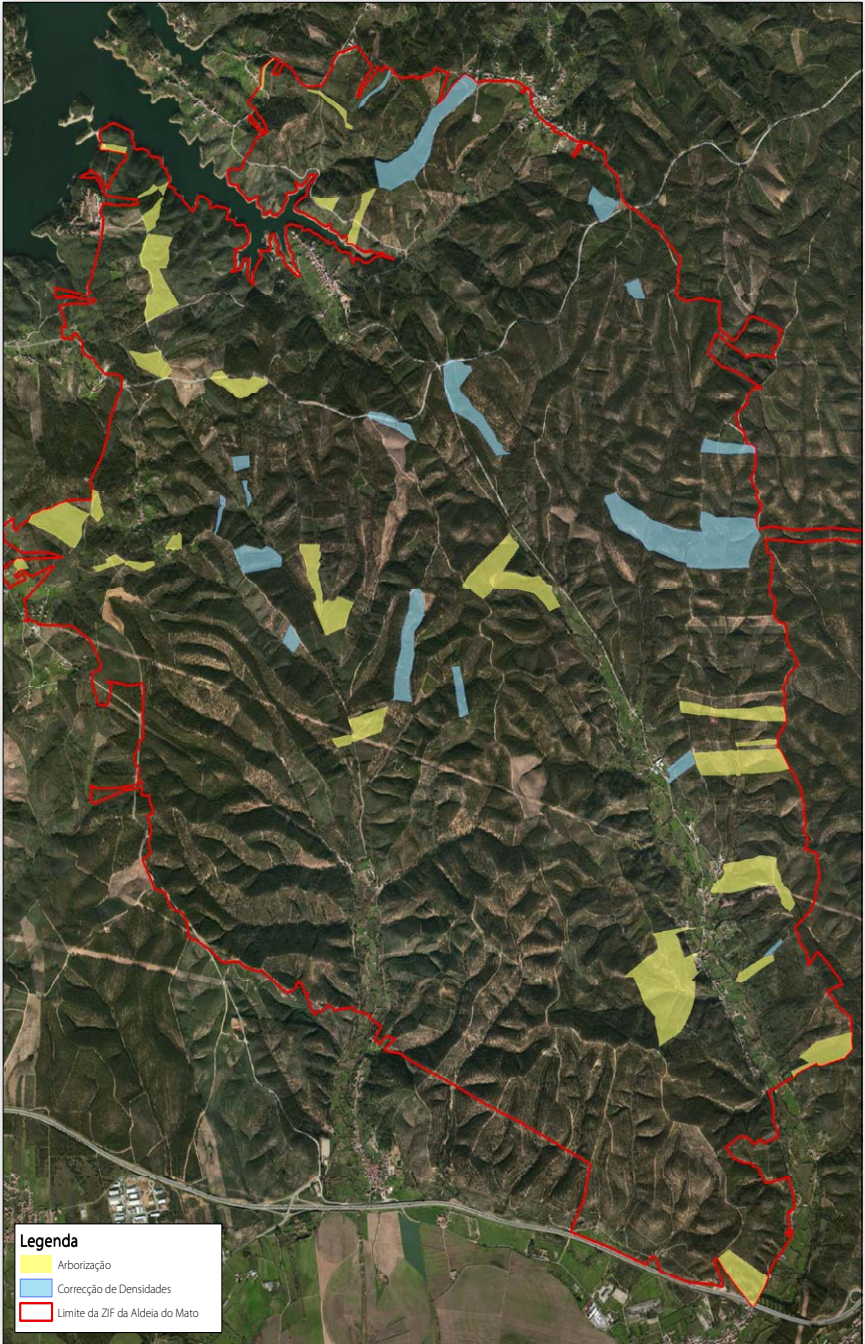


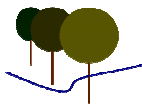
ANEXOS:

1 – Área de Intervenção do Projecto de Defesa da Floresta Contra Incêndios

2 – Área de Intervenção do Projecto de Recuperação de Áreas Ardidas







PROPRIETÁRIO ADERENTE À ZIF DA ALDEIA DO MATO

Nome: _____

Morada: _____

Código Postal: _____

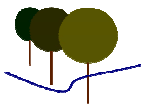
Telefone: _____ Telemóvel: _____

B.I. / CC: _____ NIF: _____

Nome do Prédio	Freguesia	Secção / Artigo	Área (ha)	Ocupação

Abrantes, ___ de _____ de 20__

Assinatura: _____



Documentos de apoio necessários:

- Cópia das cadernetas prediais rústicas a incluir como área aderente da ZIF (o mais recentes possível);
- Cópia dos documentos de identificação do proprietário (BI ou CC e NIF);
- Cópia de declaração de herdeiros ou de procuração no caso de pessoas ou entidades que representem outrem (neste caso, serão igualmente necessários os documentos de identificação do representante);
- Preenchimento desta ficha, da qual deverá ser tirada cópia da versão assinada para arquivo do proprietário.



ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES FLORESTAIS DA SERRA DO CALDEIRÃO

NOME: Associação de Produtores Florestais da Serra do Caldeirão (APFSC)

SEDE: Barranco do Velho, Caixa Postal 701-Z, 8100-159 Salir

TELEFONE: (+351) 289 846 472 **FAX:** (+351) 289 846 983 **SAPADORES:** 964 351 946

E.MAIL: geral@apfsc.pt **PÁGINA WEB:** www.apfsc.pt

DATA DE CONSTITUIÇÃO: 22 de Dezembro de 1999

N.º DE SÓCIOS em Janeiro de 2014: 450

DESIGNAÇÃO E ÁREA SOCIAL

A **APFSC** é uma **instituição particular, sem fins lucrativos, de duração indeterminada**, cuja área de acção é a Serra do Caldeirão enquadrada nos concelhos de Loulé, São Brás de Alportel e Tavira. Destina-se a todas as pessoas relacionadas com a silvicultura, singulares ou colectivas, públicas ou privadas, proprietários, rendeiros ou compartes em explorações florestais, classificada como de **utilidade pública** desde 2011.

Na Área de Intervenção estão constituídas **4 Zonas de Intervenção Florestal**, cuja entidade gestora é a APFSC:

- **ZIF da Serra do Caldeirão / Loulé** através da Portaria nº 794-C/2007 de 23 de Julho;
- **ZIF da Serra do Caldeirão / S. Brás de Alportel** através da Portaria nº 736/2008 de 8 de Agosto;
- **ZIF da Serra do Caldeirão / Tavira** através da Portaria nº 737/2008 de 8 de Agosto.
- **ZIF da Serra do Caldeirão / Tavira II** através do Despacho nº 15/2011/ZIF



Enquadramento da área de intervenção na região do Algarve

OBJECTIVOS:

A Associação tem por objectivo a **defesa e promoção dos interesses dos produtores e proprietários florestais** e o desenvolvimento de acções de preservação e valorização das florestas, dos espaços naturais, da fauna e da flora, bem como, de uma maneira geral, a valorização do património fundiário e cultural dos seus associados.

CORPOS SOCIAIS

DIRECÇÃO

Presidente	Maria Valentina Tavares de Sousa
Vice-Presidente	Gilberto Pereira
Secretário	Manuel Guerreiro
Tesoureiro	Francisco Costa
Vogal	José Santos
Suplente	Isidro Rodrigues

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	Vítor Gonçalves
Vice-Presidente	Joaquim Guerreiro
Secretário	João Rodrigues
Suplente	Albino Pereira

CONSELHO FISCAL

Presidente	Deodato Cavaco
Relator	Manuel Rodrigues
Secretário	Romualdo Cavaco
Suplente	Américo Pires

TÉCNICOS

José Albuquerque (Coordenador)
Pedro de Jesus
Carla Cristo
Miguel Vieira

ADMINISTRATIVA

Elsa Guerreiro

ESTAGIÁRIOS

Susana Barreira
João Silva

SAPADORES FLORESTAIS

Cidália Costa
José Rosa
Jorge Madeira
Cristovão Sousa
Luís Pereira

OPERADOR DE MÁQUINA

Aurélio Cavaco

ACTIVIDADES E SERVIÇOS:

- Assistência Técnica;
- Elaboração e acompanhamento de Projectos Florestais e Cinegéticos;
- Elaboração de Cartografia digital;
- Medições de propriedades e parcelas florestais com GPS;
- Elaboração de planos de gestão florestal e exploração cinegética;
- Acções de prevenção a incêndios florestais (acções de silvicultura preventiva, vigilância, 1ª intervenção, rescaldo e apoio ao combate);
- Desmatações com grade e corta-matos;
- Beneficiação e construção de infra-estruturas (rede viária, divisional e pontos de água).
- Análises de solo, avaliação de propriedades rústicas, avaliação de cortiça, venda e serviço de colocação de marcos.

PROJECTOS DESENVOLVIDOS OU EM EXECUÇÃO

- 2013/2014 Parceria com o **Consórcio Sulcad** – Gabinete de atendimento à população para realização de inscrições das propriedades no cadastro do concelho de Loulé
- 2013/2014 **PRODER** – Acção 2.3.2.1 – Recuperação do Potencial Produtivo - Estabilização de Emergência Após Incêndio nas Zonas de Intervenção Florestal de S. Brás de Alportel, Tavira I e Tavira II;
- 2010/2014 **PRODER** – Acção 2.3.1.1 - Defesa da Floresta Contra Incêndios - Zona de Intervenção Florestal, Loulé, São Brás de Alportel e Tavira
- 2010/2014 **PRODER** – Acção 2.3.3.3 – Protecção contra agentes bióticos nocivos - Zona de Intervenção Florestal, Loulé e São Brás de Alportel
- 2011/2012 **Fundo Florestal Permanente**, Promoção do Ordenamento e Gestão Florestal – Funcionamento da Zona de Intervenção Florestal – Loulé.
- 2011/2011 **Fundo Florestal Permanente**, Promoção do Ordenamento e Gestão Florestal – constituição da Zona de Intervenção Florestal – Tavira II.

- 2009/2011 **Fundo Florestal Permanente**, Promoção do Ordenamento e Gestão Florestal – Funcionamento da Zona de Intervenção Florestal – Tavira.
- 2009/2011 **Fundo Florestal Permanente**, Promoção do Ordenamento e Gestão Florestal – Funcionamento da Zona de Intervenção Florestal – São Brás de Alportel.
- 2008/2010 **Fundo Florestal Permanente**, Promoção do Ordenamento e Gestão Florestal – Funcionamento da Zona de Intervenção Florestal – Loulé.
- 2007/2008 **Fundo Florestal Permanente**, Promoção do Ordenamento e Gestão Florestal - Preparação de Propostas de Zona de Intervenção Florestal (ZIF) da Serra do Caldeirão - São Brás de Alportel
- 2007/2008 **Fundo Florestal Permanente**, Promoção do Ordenamento e Gestão Florestal - Preparação de Propostas de Zona de Intervenção Florestal (ZIF) da Serra do Caldeirão - Tavira.
- 2006/2007 **Fundo Florestal Permanente**, Promoção do Ordenamento e Gestão Florestal - Preparação de Propostas de Zona de Intervenção Florestal (ZIF) e Elaboração de Planos de Defesa da Floresta (PDF) do Barranco do Velho - Loulé.
- 2005/2007 **Fundo Florestal Permanente**, Implementação de Medidas de Ordenamento e Gestão Florestal – Ordenamento e Gestão Florestal da Serra do Caldeirão (1 técnico);
- 2004/2006 **Programa Agris 8**, Dinamização da Gestão Florestal Sustentável e Certificação de Povoamentos Suberícolas – Parceria com o Núcleo Florestal do Algarve e a Associação dos Industriais e Exportadores de Cortiça (2 técnicos);
- 2004/2006 Parceiro no **Programa Agro 8.1**, Gestão da Vegetação em Paisagens Suberícolas – Proponente do projecto: ERENA;
- 2004/2006 Parceiro no **Programa Agro 8.1**, Impacto da *Phytophthora cinnamomi* em povoamentos de Sobre e Azinho – Proponente do projecto: Estação Agronómica Nacional;
- 2004/2008 **Programa Agris, Acção 3**, Gestão Sustentável e Estabilidade Ecológica das Florestas. **Sub-acção 3.4** – Prevenção de Riscos Provocados por Agentes Abióticos;

- 2003/2005 **Programa Leader + Arrisca +**, Acção Experimentação e Demonstração – Projecto em parceria com a Universidade do Algarve e a Direcção Regional de Agricultura do Algarve;
- 2002/2003 **Regulamento 2158**, Protecção das Florestas contra incêndios. Plano de intervenção para a prevenção e protecção contra incêndios florestais na Serra do Caldeirão; Concluído em 2003;
- 2001/2006 **Programa Agro, Medida 3.1 e 3.2** – Apoio à Silvicultura e Restabelecimento do Potencial de Produção Silvícola. Foram elaborados **140** projectos, no concelho de S. Brás, Loulé e Tavira;
- 2001/2006 **Programa AGRIS, Acção 3**, Gestão Sustentável e Estabilidade Ecológica das Florestas. **Sub-acção 3.1** – Instalação de Organizações de Produtores Florestais (2 Técnicos e 1 Administrativo);
- 2001/2004 **Programa AGRIS, Acção 7**, Valorização do Ambiente e do Património Rural. **Sub-acção 7.1** - Projecto em parceria com a Associação IN LOCO com o objectivo de Dinamizar, Recuperar e Valorizar o Património Rural dos Aglomerados Populacionais, localizado no centro da Serra do Caldeirão (2 Técnicos); Concluído em 2004;
- 2001/20.... **Sapadores Florestais**, Constituição de uma equipa de Sapadores Florestais para realizar acções de silvicultura preventiva, acções de vigilância, sensibilização da população e apoio ao combate de incêndios (5 elementos);

MEMORANDO

Gabinete Técnico Florestal Associação de Produtores Florestais da Serra do Caldeirão

No ano de 1995, na zona do Barranco do Velho, deflagrou um incêndio florestal que afectou 521ha de povoamentos de sobreiro em plena produção de cortiça. Posteriormente, no ano de 1999, arderam mais 518ha de povoamentos de sobreiro, atingindo ambos, os concelhos de Loulé e São Brás de Alportel.

A ocorrência destes dois incêndios na Serra do Caldeirão deu origem a um elevado prejuízo sócio-económico, ambiental e paisagístico, que afectou mais de 600 proprietários gerando na população um movimento reivindicativo que solicitou aos diversos Organismos Públicos uma intervenção urgente na zona afectada.

Em resposta a este movimento, o Ministério da Agricultura através da Direcção Regional de Agricultura do Algarve em protocolo com as Câmaras Municipais e Associações locais, consciente das dificuldades e limitações de uma intervenção rápida e suficientemente abrangente que depende unicamente da iniciativa privada, desencadeou através do programa INTERREG II, a criação de uma estrutura técnica, denominada *Gabinete Técnico Florestal (GTF)* com sede no Barranco do Velho.

O principal objectivo do GTF, consistiu em satisfazer as necessidades desta região e contribuir para a resolução de grandes problemas, tais como: a inexistência de cadastro rústico; a desactualização dos registos de titularidade e o fraccionamento das propriedades; factores estes que dificultam o acesso aos incentivos financeiros e a intervenção florestal em grande escala.

O GTF prestou apoio técnico aos proprietários florestais e à população da região e elaborou Planos de Recuperação das áreas ardidas e um Plano de Ordenamento e de Desenvolvimento Local da área envolvente às zonas ardidas de aproximadamente 8 500ha.

A continuidade do trabalho do GTF foi possibilitado pela APFSC, através do financiamento do Programa AGRIS - Instalação de Organizações de Produtores Florestais. Pretende-se continuar a criar condições para que a Gestão Florestal Sustentável se torne uma realidade na Serra do Caldeirão, passando esta, por uma maior profissionalização dos agentes envolvidos no sector florestal em particular do sector subericola, principalmente no âmbito da Defesa da floresta Contra Incêndios e na Defesa Contra os Agentes Bióticos – Pragas e Doenças.

Em Julho de 2004 após um grande incêndio florestal no Algarve/Alentejo, onde arderam mais de 20 000ha, a Serra do Caldeirão deparou-se com uma autêntica catástrofe, repetindo-se a mesma situação em Julho de 2012, onde arderam 25.000 ha noutra zona da serra.

Face ao exposto, a APFSC tem dirigido todos os seus projectos, investindo todos os seus recursos, no sentido de minimizar os efeitos negativos destas calamidades.

Enquadramento histórico

A história da Serra do Caldeirão durante o século XX é marcada por transformações na forma de ocupação e uso do solo que imprimem determinadas características a este território e à sua população local. Conhecer a sua história é perceber melhor o presente e contribuir para apontar formas de ordenar a Serra no sentido do seu desenvolvimento integrado e sustentado.

A "campanha do trigo" teve início nos anos 30 com incentivos financeiros do Estado, marca uma mudança na ocupação e uso do solo com a implementação generalizada de campos de trigo. Houve, contudo, algumas exceções, nomeadamente na zona do Barranco do Velho onde os campos de trigo coexistiam com manchas de floresta (sobreirais). Apesar da cortiça ter um grande peso, os cereais representavam a principal fonte de receita da maioria da população.

Contudo, depois dos primeiros anos, as terras começaram a perder a sua fertilidade e a sofrer uma erosão difícil de controlar, assistindo-se assim, a uma quebra progressiva da produção dos cereais. No final dos anos 40, início de 50 esta quebra atinge uma gravidade preocupante. Os anos 50 são vividos numa situação de generalizada pobreza e luta pela sobrevivência numa conjuntura negativa do ponto de vista da rentabilidade da terra.

Devido à falta de produtividade dos solos e consequente êxodo rural deu-se início a uma reconversão da paisagem da serra. A agricultura ficou reduzida às pequenas hortas que ainda hoje e contribuem para subsistência das famílias serranas, o mato substituiu as sementeiras abandonadas e surgiram novas políticas que incentivaram a arborização.

Existiam ainda produtos secundários, fonte de subsistência da população, tais como:

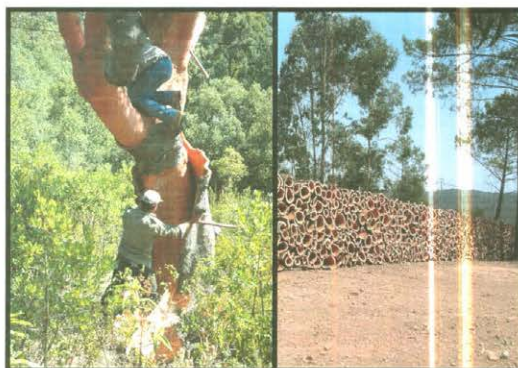
- o aproveitamento do medronho para aguardente, através de destilarias familiares de pequena dimensão;
- a criação de varas de porco preto, alimentados livremente nos campos;
- a produção de mel, sendo as fontes principais de pólen, o rosmaninho e a urze;

- criação de gado ovino e caprino.



POTENCIALIDADES

Cortiça



Tragem da cortiça

Pilha d

Nas condições tão frequentemente ingratas de solo e de clima da nossa serra, o sobreiro é uma árvore preciosa. A restrita área geográfica da espécie, as particularidades da sua biologia, as condições edafo-climáticas em que vegeta e as características especiais da sua exploração, elegem a *Serra do Caldeirão* como um lugar de excelência para a sua exploração, sendo a sua cortiça considerada uma das melhores do mundo.

Cinegética

O abandono da agricultura de sequeiro na região, contribuiu em muito para a redução da densidade das populações cinegéticas, que tem vindo a decrescer significativamente ao longo dos anos. O aumento da pressão cinegética, manifestado pelo crescente número de caçadores activos, teve também reveladora importância no decréscimo da fauna.



As espécies cinegéticas autóctones adaptadas às condições edafo-climáticas e ao coberto vegetal da região, que ocorrem com maior frequência são:

a Perdiz vermelha (*Alectoris rufa*), o Javali (*Sus scrofa*), a Raposa (*Vulpes vulpes*) e o Sacarabos (*Herpestes ichneumon*), o Coelho bravo (*Oryctolagus cuniculus*), a Lebre (*Lepus granatensis*) e espécies migradoras.

De um modo geral, toda a área apresenta grandes potencialidades cinegéticas. Para a sua expansão foi fundamental a implementação de medidas visando o ordenamento e gestão cinegética, tais como a criação de campos de alimentação, repovoamentos, moroços, bebedouros e áreas de desmatção, de forma a criar uma plataforma sustentável de recursos cinegéticos.

Apicultura

A Apicultura na Serra do Caldeirão é uma actividade praticada há muitos anos e enraizada na população residente. É bem visível a quantidade de apiários existentes das mais variadas dimensões e repartidos pelos campos, como resultado das óptimas condições que a Serra apresenta, ao nível da composição florística do coberto vegetal em quantidade e diversidade, e pelas condições climáticas favoráveis para o exercício e desenvolvimento apícola.

É uma actividade que tem permanecido ao longo dos tempos com alguma intensidade, embora actualmente se assista a um ligeiro declínio, devido essencialmente a factores que se prendem com o envelhecimento e desertificação da população, falta de modernização de meios de produção, ausência de estruturas de mercado e de comercialização de produtos.



Estas produções são essencialmente artesanais, pelo que a qualidade, reputação, notoriedade e antiguidade estão associadas às tradições regionais, e ao saber próprio de cada apicultor. Os produtos apícolas são naturais, de boa a excelente qualidade, que se apresentam como um vector importante com vista à valorização e promoção desta região.

Silvopastorícia

A silvopastorícia foi uma actividade que esteve muito ligada a esta região juntamente com a cultura de cereais de inverno, como fonte de produção de alimento para suprimir as necessidades alimentares dos efectivos pecuários e para o autoconsumo familiar, através do aproveitamento dos restos de cultura (restolhos) e produção de grão, respectivamente. Por outro lado, surgia como uma forma de manter os terrenos livres de infestantes, contribuindo para o aumento da fertilidade e conservação do solo, com benefícios para o coberto arbóreo.



Actualmente, na área de intervenção a silvopastorícia é uma actividade pouco praticada, quase inexistente.

As espécies pecuárias mais representativas da região são sem dúvida os ovinos e caprinos, com rebanhos pouco numerosos. Estes animais destinam-se ao comércio, incluindo também a fabricação e venda de subprodutos provenientes dos mesmos e ao auto-consumo familiar. A falta de pastos em quantidade e qualidade leva por vezes a um pastoreio desordenado na procura de alimento, o que se pode considerar um risco para a manutenção e sustentabilidade dos montados.

Medronho



Medronheiro com fruto e flor



Aguardente de medronho

O medronheiro é explorado, nomeadamente na Serra do Caldeirão, para a produção de aguardente. Esta é chamada de "aguardente de medronho", um produto regional sempre apresentado com brio no cabaz dos produtos regionais do Algarve. A sua cultura esteve parada durante várias décadas, tendo ressurgido com o aumento da rentabilidade da actividade de produção desta aguardente. É uma espécie que aparece consociada às Quercineas, particularmente ao sobreiro e à azinheira, ocorrendo nos montados, sobreirais e em zonas de matos.

Na última década tem-se verificado um aumento significativo no que refere às novas arborizações com medronheiro, como uma alternativa economicamente viável nos terrenos onde o sobreiro apresenta problemas de declínio.

Análise SWOT

Perante as potencialidades descritas apresenta-se uma análise dos pontos fortes e fracos/opportunidades e ameaças, para território em causa,

Pontos Fortes / Oportunidades	Pontos Fracos / Ameaças
Produção de cortiça, com rentabilidade	Ausência de gestão coordenada entre os diversos proprietários florestais, elevado risco de risco de incêndio florestal
Potencialidade de usos múltiplos; nomeadamente mel, cogumelos, medronho, caça, plantas aromáticas, silvopastorícia (pequenos ruminantes e porco preto) e turismo no espaço rural	Declínio evidente do sobreiro, sem no entanto haver quantificação e área afectada definida, com consequente perda de rendimento e de capacidade de investimento
Existência de uma floresta rica do ponto de vista da biodiversidade e em termos paisagísticos	Falta de mão-de-obra com formação para as diversas actividades ligadas ao sector
Através de uma gestão florestal adequada, existe oportunidade para dinamizar as populações serranas e possivelmente minimizar o êxodo rural	Divisão da propriedade (muitos proprietários e pequena propriedade, em média 1,5 a 2 ha)
Valor da floresta para a conservação do solo e minimização da erosão	Falta de Cadastro da propriedade rústica
	Absentismo e abandono da propriedade, devido à deslocação das populações para o litoral e seu progressivo envelhecimento
	Risco de incêndio, constituindo uma contínua ameaça ao território, devido à susceptibilidade do mesmo e às condições climáticas. Tendo como consequência, mais uma vez, a perda de rendimento e da capacidade de investimento.



**A VISÃO DA ANBP – ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE BOMBEIROS PROFISSIONAIS PARA
UM DISPOSITIVO NACIONAL**



Associação Nacional de
Bombeiros Profissionais

EXMO. SENHOR
DR. GUILHERME SILVA
COORDENADOR
GRUPO DE TRABALHO PARA A PROBLEMÁTICA DOS
INCÊNDIOS FLORESTAIS
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
PALÁCIO DE S. BENTO
1249-068 LISBOA

Ofício n.º 34/DN-GTAIF/14
Lisboa, 04 de Fevereiro de 2014

ASSUNTO: Envio do *Dossier da ANBP a apresentar na audição do Grupo de Trabalho para a Problemática dos Incêndios Florestais a realizar no dia 05 de fevereiro de 2014.*

(C. c. Exmo. Senhor Deputado do PSD Dr. Pedro Lynce)
(C. c. Exmo. Senhor Deputado do PS Dr. Miguel Freitas)
(C. c. Exmo. Senhor Deputado do CDS-PP Dr. Hélder Amaral)
(C. c. Exmo. Senhor Deputado do PCP Dr. António Filipe)
(C. c. Exmo. Senhor Deputado do BE Dr. Luís Fazenda)
(C. c. Exma. Senhora Deputada do PEV Dr.ª Heloisa Apolónia)

Exmo. Senhor,

No âmbito das diligências do Grupo de Trabalho para a Problemática dos Incêndios Florestais e no seguimento da audição sob a temática *"Incêndios florestais mais centrada no pilar do Combate"* agendada para o próximo dia 05 de fevereiro, a **Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais – ANBP** vem por este meio remeter a V. Ex.ª o Nosso Dossier acerca da temática supramencionada.

Certo da sua melhor atenção.

Com os nossos melhores cumprimentos,


O Presidente

Fernando Gabriel Dias Curto

Av. D. Carlos I, N.º 89 - R/C, 1200-647 Lisboa - Tel.: 21 394 20 80 - Fax: 21 394 20 88 - Tels.: 91 803 13 52 / 92 714 62 21 / 93 689 10 00
E-mail: anbombeiros@mail.telepac.pt (Geral) / anbpdirect@mail.telepac.pt (Direcção) - www.anbp.pt

LISBOA E V. DO TEJO
Av. D. Carlos I, 89 R/c
1200-647 Lisboa
Tel.: 21 394 20 80
Fax: 21 394 20 88
Tlm.: 91 850 10 75

NORTE
Rua St.ª Catarina 730 2.º Dº/Fº
4000-448 Porto
Tel.: 22 340 61 75/6
Fax: 22 340 64 42
Tlm.: 91 850 10 79

SETUBAL/ALENTEJO
C.ª de Bombeiros Sapadores
Estrada de Algeruz
2890-279 Setúbal
Tlm.: 91 850 10 77

CENTRO
Rua Pinhal de Marrocos
115 B - ABC
3030-201 Coimbra
Tel./Fax: 23 971 08 91
Tlm.: 91 850 10 76

ALGARVE
Av. Cidade de Hayward
N.º 38
8005-333 Faro
Tel./Fax: 28 982 84 78
Tlm.: 91 850 10 76

MADÉIRA
Av. Calisto Gulbenkian
Beco do Coelho nº 1
9000-001 Funchal
Tel./Fax: 29 122 53 75
Tlm.: 91 850 10 75



A VISÃO DA ANBP PARA UM DISPOSITIVO NACIONAL



O Dispositivo Nacional visa dar resposta a catástrofes ou calamidades no Território Nacional.

Este Dispositivo é um complemento à estrutura de socorro já existente, e não compromete os bombeiros que se encontram nos corpos de bombeiros para darem resposta na sua área de atuação própria.



A VISÃO DA ANBP

• CRIAÇÃO DE ZONAS DE INTERVENÇÃO



Zona Norte



Zona Centro



Zona Sul



A VISÃO DA ANBP

• LOCALIZAÇÃO DAS BASES





A VISÃO DA ANBP

• OS RISCOS E A LOCALIZAÇÃO DAS BASES

ZONA NORTE

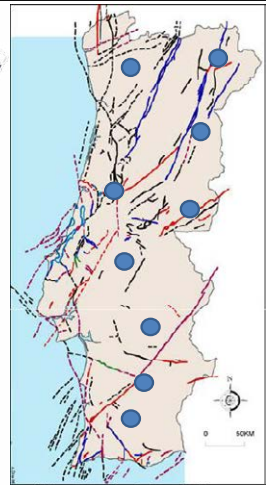
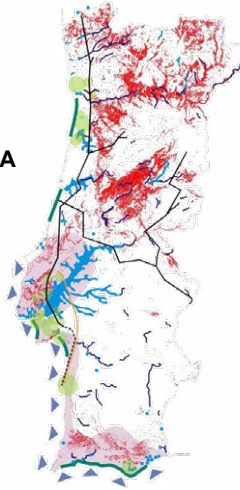
- Fafe / Guimarães
- Bragança
- Guarda

ZONA CENTRO

- Coimbra
- Santarém
- Castelo Branco

ZONA SUL

- Évora
- Beja
- Ourique



- falha com movimento desconhecido
- - - falha provável com movimento desconhecido
- falha com movimento vertical desconhecido
- - - falha provável com mov. vertical desconhecido
- falha inversa
- - - falha provável inversa
- falha normal
- - - falha provável normal
- falha de delimitamento
- - - falha provável de delimitamento
- diapiro activo

Fonte: DGOTDU-PNORPT
DIÁRIO NOTÍCIAS



A VISÃO DA ANBP

• CONSTITUIÇÃO DAS EQUIPAS / ENTIDADE



Bombeiros Profissionais – Sapadores/Municipais/AHBV	500
FEB	300
GIPS	300
Forças Armadas	200
Total	1300



Bombeiros Profissionais – Sapadores/Municipais/AHBV	500
FEB	200
GIPS	200
Forças Armadas	200
Total	1100



Bombeiros Profissionais – Sapadores/Municipais/AHBV	500
FEB	200
GIPS	150
Forças Armadas	100
Total	950



A VISÃO DA ANBP

• FUNCIONALIDADE DAS EQUIPAS

BOMBEIROS

- Intervenção e socorro em caso de:

- Incêndios
- Inundações
- Desabamentos
- Acidentes (Calamidades/Catástrofes)
- Acidentes NRBQ
- Socorro a náufragos
- Buscas subaquáticas
- Resgate de pessoas ou bens / BREC
- Urgência pré-hospitalar



A VISÃO DA ANBP

• FUNCIONALIDADE DAS EQUIPAS

FORÇA ESPECIAL BOMBEIROS

- Intervenção e socorro em caso de:

- Incêndios
- Inundações
- Acidentes graves (Calamidades/Catástrofes)
- Socorro a náufragos
- Buscas subaquáticas
- Acidentes NRBQ
- Resgate de pessoas ou bens / BREC



A VISÃO DA ANBP

• FUNCIONALIDADE DAS EQUIPAS

GRUPO DE INTERVENÇÃO DE PROTEÇÃO E SOCORRO (GIPS)

- Intervenção e socorro em caso de:

- Patrulhamento / Vigilância
- Incêndios – Fase Nascente
- Acidentes graves (Calamidades/Catástrofes)
- Acidentes NRBQ
- Resgate de pessoas ou bens / BREC



A VISÃO DA ANBP

• FUNCIONALIDADE DAS EQUIPAS

FORÇAS ARMADAS

- Intervenção ao nível do (a):

- Vigilância e deteção
- Máquinas de Rasto (MR) para combate indireto a incêndios
- Apoio logístico às forças de combate no TO
- Apoio à evacuação de populações em perigo
- Disponibilização de infraestruturas para operações de meios aéreos
- Apoio logístico e reabastecimento de aeronaves
- Disponibilização de meios aéreos dedicados à vigilância
- Engenharia militar (pontes)
- Transporte pesado 4X4



A VISÃO DA ANBP

• EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS (Veículos e equipamento)

- Combate a Incêndio
- Material de resgate
- Material de desencarceramento ligeiro e pesado
- Material de desobstrução
- Material de perfuração
- Veículos anfíbios
- Meios aéreos ligeiros e pesados
- Maquinas pesadas para remoção de escombros
- Equipamento de mergulho
- Material para intervenção NRBQ
- Material de apoio para intervenção em catástrofes



OBRIGADO



ANBP – DIAGNÓSTICO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS DE 2013



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE
BOMBEIROS PROFISSIONAIS

Dossier

**da ANBP a apresentar na
Audição do Grupo de
Trabalho para a Análise da
Problemática dos
Incêndios Florestais,
que teve lugar no dia
5 de Fevereiro de 2014, na
Assembleia da República**



Diagnóstico aos Incêndios Florestais de 2013

No âmbito da problemática dos incêndios florestais ocorridos no Verão de 2013, a Associação Nacional de Bombeiros Profissionais debruçou-se sobre uma análise detalhada, por um lado, das falhas estruturais detetadas em várias vertentes, nomeadamente no âmbito da prevenção, do combate, da fiscalização e da sensibilização das populações. Por outro, das falhas operacionais, onde, entre outras questões, é contemplada a problemática da formação.

Importa salientar que muitos dos pontos que a Associação Nacional de Bombeiros Profissionais salienta nesta análise vão ao encontro de muitos alertas que tem vindo a fazer ao longo de mais de 20 anos de atividade no sector, alguns dos quais ignorados pelos governantes, mas que infelizmente acabaram por confirmar-se.

Neste sentido, e porque já é um trabalho de muitos anos e para esta ANBP de um acompanhamento permanente, há em nosso entender falhas que devem ser aqui escalpelizadas.

Para este efeito, a ANBP defende que existem três tipos de falhas que acabam por condicionar todas as operações de Proteção Civil.

FALHAS ESTRUTURAIS, FALHAS OPERACIONAIS e FALHAS AO NÍVEL POLITICO.

De seguida passaremos a dissertar sobre cada uma delas.

1- FALHAS ESTRUTURAIS

Nas FALHAS ESTRUTURAIS esta ANBP estratificou este capítulo em cinco títulos, e cada título desenvolvido em vários subtítulos.

Os títulos a abordar são os seguintes:

- Prevenção
- Combate
- Fiscalização
- Informação / Sensibilização
- Ativação dos planos

Prevenção

A importância da prevenção é, infelizmente, um aspeto apenas recordado aquando da ocorrência de um grande incêndio, embora seja o primeiro pilar do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

É recorrente ouvir os vários “atores” chamados a intervir no Teatro de Operações que na base de todo o problema está, além das condições meteorológicas adversas, a falta de limpeza, o excesso de material combustível, mas são poucos os que apontam as falhas protagonizadas por aqueles a quem cabe fazer esta prevenção.

O Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas é um dos responsáveis pelas falhas encontradas na organização da floresta, uma vez que está ainda por fazer um cadastro da floresta portuguesa, que crie obrigações para quem detém determinado território.

E estas obrigações deverão estender-se ao Estado e aos proprietários privados. Estes últimos ou ignoram os avisos para a necessidade de limpeza das matas, ou simplesmente incorrem na feitura nas queimadas que, como



sabemos, estão na origem de muitos incêndios, uma vez que não são devidamente controladas.

Ainda no campo da prevenção existem questões que importam ser levantadas e esclarecidas.

- **QUEM A FAZ?**
- **COMO A FAZ?**
- **COMO DEVE SER FEITO O ORDENAMENTO?**
- **COMO E POR QUEM DEVE SER FEITA A LIMPEZA?**
- **COMO E POR QUEM DEVEM SER FEITAS AS QUEIMADAS?**

QUEM A FAZ?

- No entender da ANBP a Prevenção Estrutural deve partir sempre do poder local para o poder central, o que se traduz que a mesma deve ser feita pela respetiva Câmara através do seu Serviço Municipal de Proteção Civil.

Por outro lado, entendemos que a prevenção é uma atividade anual e constante e não é exclusiva de este ou aquele setor, entidade ou agente, mas sim de todos desde que devidamente articulados.

COMO A FAZ?

- Esta Prevenção deve ser feita particularmente pelos Gabinetes Técnicos Florestais, para avaliar e analisar ao longo do ano, mas em especial logo após a “época de incêndios”, para que a identificação das vulnerabilidades territoriais em matéria florestal ou outras estejam bem sinalizadas.

Podem ainda esta Prevenção ser articulada com outras entidades ou agentes, que atuem noutros domínios, mas que ainda assim a sua ação/intervenção esteja concorra para o objetivo final (mitigar ou minimizar eventuais riscos).

COMO DEVE SER FEITO O ORDENAMENTO?

- Para que os Gabinetes Técnicos Florestais sejam eficazes, importa que as políticas de ordenamento florestal sejam claras e concisas, para que estes as possam concretizar. Para que isso seja possível compete ao Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas ter uma postura e uma política proactiva e de articulação com as Câmaras, uma vez que compete a este Ministério exercer as funções de autoridade florestal nacional.

Cabe ainda, e talvez sejam estes (Câmaras Municipais) os que devem primar por este desígnio com mais fervor, já que são os que se encontram mais perto da população e conhecem toda a problemática socioeconómica associada ao fenómeno do fogo na sua comunidade.

Devem também ser estas a desenvolver as políticas de proximidade com a sua população para a definição e adoção de políticas específicas em relação às suas áreas territoriais.

COMO E POR QUEM DEVE SER FEITA A LIMPEZA?

- A par destas políticas de ordenamento, a Prevenção Estrutural e salvo melhor opinião, deve assentar na limpeza dos terrenos privados e públicos. Para que este se cumpra, importa que o Serviço Municipal de Proteção Civil verifique *in loco*, analise e avalie quais os locais que devem ser limpos, sensibilizando primeiro e notificando de seguida os seus proprietários.

Contudo, ressalva-se a questão da limpeza prioritária e obrigatória, cumprindo a Lei, sobre a limpeza do mato em redor do edificado, num raio de 50 metros, sem exceção.

COMO E POR QUEM DEVEM SER FEITAS AS QUEIMADAS?

- As queimadas por outro lado são sem dúvida deveras muito importantes não só para as atividades agrícolas bem como para o treino dos operacionais que fazem o combate.

Estas queimadas são um ponto crucial também para os vários atores (SMPC, GTF, GAUF's, Bombeiros, Autoridades, Proprietários) para a sua articulação e treino operacional, onde podem estes não só queimar em segurança a



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE
BOMBEIROS PROFISSIONAIS

biomassa disponível em locais necessários às atividades agrícolas bem como em locais que denotem riscos de incêndio ou que o possam potenciar.

Estas queimadas seriam uma mais-valia de treino operacional conjunto, já que muitos destes atores só têm “treino real”, no decorrer dos incêndios.

Combate

Se a prevenção é uma atitude, o combate é uma função e para tal deverão haver condições para o desempenhar.

Muitas das vezes só se fala em combate, e em especial com muita ênfase no combate operacional em detrimento do combate estrutural, sendo que este último é sempre o mais barato, o mais viável e o mais fácil de concretizar.

Se este Combate Estrutural for bem feito na época do ano que corresponde ao defeso, certamente contribuirá para que o risco de incêndio seja mais baixo, e dando aos operacionais, condições de combate operacional mais favoráveis.

Este Combate Estrutural deve assentar em medidas preventivas, tais como:

- **ABERTURA DE CAMINHOS**
- **ABERTURA DE ACEIROS**
- **LOCALIZAÇÃO DE PONTOS DE ÁGUA**
- **LOCAIS PARA ESTACIONAMENTO DE MEIOS**

ABERTURA DE CAMINHOS

- Entende a ANBP que as Câmaras Municipais deverão fazer um investimento na cartografia dos territórios, para que o combate possa ser melhor planeado e estruturado pelos comandos no terreno.

Para que isso seja exequível as Câmaras Municipais têm de investir na abertura de caminhos bem sinalizados e que facilitem o acesso ao teatro das



operações por parte dos veículos e dos operacionais, para que não ocorram situações como as verificadas em 2013.

ABERTURA DE ACEIROS

- Tal como o ponto interior, e de acordo com as políticas de ordenamento florestal, devem as Câmaras Municipais, através dos seus serviços e ou agentes que intervêm nos incêndios (SMPC, GTF, Bombeiros, Autoridades, Proprietários) procederem à abertura de aceiros ou mesmo arroteamento de árvores em zonas que possam dar continuidade ou potenciem os incêndios.

A articulação e o esforço conjunto destes atores, permite-lhes aferir se o planeamento para a abertura de um aceiro é no local mais correto, tendo em conta o que se pretende proteger.

LOCALIZAÇÃO DE PONTOS DE ÁGUA

- Ainda que já existam em algumas Câmaras e em especial nos Centros Distritais de Operações de Socorro, *softwares*/bases de dados que têm a localização de pontos de água de maior caudal, há ainda um sem número de Câmaras que não possuem tais dados referenciados.

Neste caso não nos referimos só aos de maior caudal mas também a todos aqueles que eventualmente possam vir a servir como os mais perto da ocorrência ainda que o seu caudal seja baixo.

Do ponto de vista Estrutural entende a ANBP que nesta matéria há ainda passos que não foram dados e que poderiam mudar significativamente o panorama dos incêndios.

Através da articulação e trabalho conjunto entre os vários atores institucionais e políticos com o dever político/administrativo/jurídico territorialmente e no setor da Proteção Civil, engajar esforços para que nas zonas com maior probabilidade e índice de incêndios florestais pudessem ocorrer a construção de depósitos de água para abastecimento de veículos e aeronaves para o combate.

A construção destes depósitos não seria onerosa tendo em conta o custo/eficácia.



LOCAIS PARA ESTACIONAMENTO DE MEIOS

- Muito se tem ouvido acerca da prevenção e do combate ao longo dos últimos anos, no setor dos bombeiros e Proteção Civil. Em nosso entender, e ouvindo o que alguns responsáveis têm apontado, parece que existe mais um novo paradigma.

Para esta ANBP, o paradigma dos incêndios só se resolve e se dissipa quando os bombeiros deixarem de estar dentro dos quartéis à espera que os incêndios aconteçam.

Deve ainda ser reavaliada a colocação de meios no terreno para que estes estejam em locais onde a probabilidade de ocorrências seja superior. Para que isso seja possível devem as Câmaras conjuntamente com os corpos de bombeiros e com os intervenientes na cadeia de socorro, poderem definir os locais mais consensuais e operacionais para o estacionamento desta ou destas forças durante o ano.

Fiscalização

Existem vários organismos responsáveis pela fiscalização de maus procedimentos no que toca a queimadas ilegais ou à falta de limpeza de territórios, e que passam os autos.

Num entanto, estes nunca chegam a ser ultimados e as multas raramente são cobradas pelas Câmaras Municipais. Uma atitude que é urgente mudar, para que se aumente a responsabilização dos que têm territórios à sua responsabilidade.

O primeiro passo parece já ter sido dado pela Ministra da Agricultura e Ordenamento do Território, Assunção Cristas, que prevê a aplicação imediata na multa, logo na altura do auto.

No entanto esta ANBP pretende que a articulação entre as várias entidades seja feita de uma forma racional, célere e com objetividade. As coimas aplicadas e cobradas pelas Câmaras Municipais seriam inclusive uma fonte de receita para estas no âmbito da Proteção Civil e dos agentes que a compõem



no âmbito municipal a par da Taxa de Proteção Civil aplicada em alguns municípios.

Também neste capítulo da fiscalização existem alguns *items* que necessitam de um cabal esclarecimento:

- **FUNÇÃO DOS SMPC / GTF**
- **ATUAÇÃO DA GNR / SEPNA**
- **COMPETÊNCIAS DE FISCALIZAÇÃO DO ICNF / MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**

FUNÇÃO DOS SMPC / GTF

- Parte-se do pressuposto que a atividade de proteção civil de um município é executada em primeira mão pelo seu Serviço Municipal de Proteção Civil, cumprindo assim não só o seu Plano Municipal de Emergência, mas também o Plano Operacional Municipal, bem como o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndio.

Para esse efeito deve esse SMPC (parte-se do princípio que existe e está devidamente estruturado) socorrer-se do Gabinete Técnico Florestal caso haja, para uma abordagem, análise, avaliação e aferição de situações ou causas, bem como condicionantes naturais ou tecnológicas que potenciem riscos ou que possam ser geradoras do mesmo.

Se esse GTF funcionar corretamente de certeza que poderá identificar situações precocemente e notificar os seus proprietários para a sua normalização de acordo com a Lei.

ATUAÇÃO DA GNR / SEPNA

- Apesar da Missão da GNR não estar vocacionada para esta exigência/tarefa, atualmente a mesma é contemplada e a GNR tem fiscalizado corretamente, levantando muitas contra-ordenações que não têm o devido seguimento.



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE
BOMBEIROS PROFISSIONAIS

Ora, parece-nos descabido que tal assim aconteça em matéria de segurança coletiva e de âmbito municipal, quando o presidente da Câmara é o principal responsável pela Proteção Civil, e pelo cumprimento da Lei nesta matéria.

COMPETÊNCIAS DE FISCALIZAÇÃO DO ICNF / MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

- Ainda que o ICNF afirme que tem fiscalizado a atividade madeireira, o que foi notório e visível no decorrer dos incêndios florestais de 2013, foi a grande acumulação de sobrantes em várias zonas do país.

Não queremos com isto dizer que o ICNF não efetuou a sua missão, contudo parece-nos que a sua atividade não corresponde ao pretendido em matéria de fiscalização no terreno. Pensa esta ANBP que este ICNF deve ser dotado de mais recursos humanos e materiais para desenvolver a sua ação.

Informação / Sensibilização

A informação e a sensibilização da população e em especial dos grupos de risco devem ser a aposta das entidades ligadas a este setor.

Claramente é perceptível que essa sensibilização é mais fácil no Litoral tendo em conta a literacia e as idades desta comunidade, em detrimento das comunidades do interior com menos literacia e mais idosas. A juntar a esta problemática junta-se uma outra que é a difusão e a sensibilização da comunidade utilizando os novos veículos de comunicação: a INTERNET.

Ora, no interior e tendo em conta o alvo da população que se pretende abranger a INTERNET é algo que não tem o impacto que se pretende e que teria obviamente nas comunidades do Litoral.

Importa assim, que o modelo a utilizar nestas comunidades seja um modelo de proximidade, que abranja as entidades que estão mais próximas da população, em especial as Juntas de Freguesia e grupos de dinamização ou até mesmo os escuteiros.



Ativação dos planos

Mais uma vez, e tal como em anos anteriores, o ano de 2013 veio demonstrar a fragilidade do sistema bem como o “receio” de alguns Presidentes de Câmara em ativar os Planos Municipais de Emergência – *PME*, sendo estes os diretores e responsáveis dos planos, e os principais responsáveis em matéria de Proteção Civil do seu município.

São estes *PME*'s que operacionalizam toda a estrutura política e operacional de resposta e que devem ser ativados sempre que a situação assim o exija.

E aqui, independentemente do “receio” infundado do Presidente de Câmara existe uma Comissão Municipal de Proteção Civil - *CMPC* para o coadjuvar nesta decisão, existe um Serviço Municipal de Proteção Civil - *SMPC* e um Comandante Operacional Municipal - *COM*.

Quando esta ANBP diz que existem estas figuras, parte sempre do pressuposto que a Lei está a ser cumprida.

Em nosso entender, muitas das vezes ou o Presidente de Câmara não percebe o alcance destes *PME*'s ou simplesmente não existe ou não funciona esta *CMPC*, *SMPC* ou *COM*.

Não se pode ouvir mais uma vez os Srs. Presidentes de Câmara ou Vereadores a pedir apoio no âmbito da Proteção Civil ao patamar Distrital ou Nacional quando nem sequer foi ativado o *PME* desse município.

E no caso das ativações dos *PME*'s basta esta comissão solicitar à ANPC o número de planos ativados e facilmente se percebe que muitas das questões operacionais negativas tiveram origem aqui, por não terem sido ativados.

Hierarquicamente, e muito bem, não pode um Comandante Operacional Distrital ativar o Plano Distrital de Emergência para socorrer um determinado município quando esse não ativou o seu *PME*.

Este é o princípio da subsidiariedade, ou seja só se ativa o escalão superior quando o inferior já não tem capacidade de resposta.



2- FALHAS OPERACIONAIS

Nas FALHAS OPERACIONAIS esta ANBP estratificou este capítulo em cinco títulos, e cada título desenvolvido em vários subtítulos.

Os títulos a abordar são os seguintes:

- Prevenção / Vigilância
- Combate
- Orgânica
- Doutrina
- Formação

Prevenção e Vigilância

Apesar do aumento do número de agentes de proteção civil envolvidos na área da prevenção e da vigilância, a verdade é que a falta de concertação do trabalho dos mesmos tem resultado em diversas falhas.

A Guarda Nacional Republicana coordena as ações de prevenção operacional relativas à vertente da vigilância, deteção e fiscalização, mas aqui, como já referi anteriormente, o seu trabalho não tem continuidade, ou seja, as multas que passam não chegam a ser aplicadas. O Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente - *SEPNA*, assim como o Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro - *GIPS* estão habilitados também para a execução deste trabalho de prevenção, mas carecem de uma melhoria na sua distribuição e o esclarecimento cabal das funções de cada força.

Também relativamente aos postos de vigia consideramos que a rede deve ser revista e que estes não deverão ser deixados ao abandono, como foi recentemente noticiado. Este tipo de equipamento é de grande utilidade para a estratégia de prevenção e deteção precoce dos incêndios florestais.

Desconhece-se, por outro lado, o resultado do projeto de integração de reclusos em ações de prevenção e vigilância dos incêndios florestais, bem



como os resultados obtidos com a instalação de sistemas de apoio à decisão e monitorização de incêndios florestais. Este último importante para a avaliação da capacidade de deteção, análise e apoio à decisão de focos nascentes de incêndios florestais.

Na sequência desta introdução importa também deixar aqui algumas questões que a ANBP acha pertinentes em relação à Prevenção e Vigilância:

- **QUEM A FAZ?**
- **COMO SE FAZ?**
- **QUANDO SE FAZ OU DEVIA FAZER?**

QUEM A FAZ?

- Como anteriormente já foi referido, tem sido o Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro – *GIPS* a fazer a prevenção nas zonas florestais, e a mesma tem sido efetivada de uma forma correta tendo em conta os constrangimentos dos recursos humanos e matérias desta força. No entanto parece-nos a nós ANBP que existem outras forças que estarão também preparadas para esse efeito, já que é a sua missão principal e para a qual foram também criadas.

Neste caso, temos os Bombeiros Profissionais ou Voluntários e a Força Especial de Bombeiros, uma vez que se pressupõe que a prevenção implica uma reação operacional no caso de existir a deteção de um foco no decorrer da prevenção. Sem prejuízo de alguma destas forças, a prevenção pode ser articulada entre todas para que seja mais eficaz e cubra uma maior área do território.

Também nesta matéria existe uma confusão entre o que é Prevenção e o que é Vigilância. Uma coisa é Prevenir e outra coisa é Vigiar! E o problema é que uma não substitui a outra, aliás complementam-se.

A vigilância desde sempre foi feita por guardas florestais, hoje integrados no SEPNA, e que tinham a função de vigiar a floresta. Para o efeito dispunham de torres de vigia na floresta.



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE
BOMBEIROS PROFISSIONAIS

Há muito tempo que se pede a continuidade e reformulação deste serviço, bem como o aumento de efetivos. Neste momento tem sido a Guarda Nacional Republicana a contratar civis para guarnecer estas torres, segundo o Comandante General da GNR- Comandante Newton Parreira, o que e tal como diz o próprio devia ser da competência do ICNF.

Além de serem precisos mais elementos para fazer esta vigilância também não se pode deixar que assente no voluntariado. O voluntariado é preciso mas com regras e responsabilidade.

Ainda e para finalizar este tema, existe neste caso as Forças Armadas em especial o exército, que em algumas ocasiões tem desenvolvido ações de prevenção e vigilância, mas que em nosso entender deveria inclusive fazer parte deste dispositivo de uma forma mais regular.

COMO SE FAZ?

- Uma vez que esta prevenção é feita quase exclusivamente pela GNR, a forma como é feita é sempre em função da sua própria coordenação interna. Em alguns é feita em viaturas e noutros em patrulhamento a cavalo, mas em percursos muito curtos ou dimensão reduzida face ao que era necessário.

Também aqui, e caso a prevenção fosse efetuada de uma forma concertada e articulada com outras forças, os custos, o desgaste de veículos e a abrangência territorial seria bem maior, em proveito de todos.

QUANDO SE FAZ OU DEVIA FAZER?

- No caso da vigilância parece-nos a nós, que a que é feita é deficitária ou em alguns casos simplesmente não existe, excetuando no período de Verão e não é em todas as áreas com probabilidade de risco elevada tendo em conta os constrangimentos anteriormente citados.

No âmbito da prevenção, aqui sim a Guarda Nacional Republicana através do *SEPNA* e dos *GIPS*, também com especial incidência antes da "época de incêndios florestais" cumpre a sua missão.

Mais uma vez e sem que se perceba, os bombeiros raramente saem dos seus quartéis para fazer esta prevenção, e seriam estes os principais atores com



maior necessidade de estarem perto dos locais mais propensos aos incêndios. Para esta ANBP, os bombeiros devem fazer parte desta equação/problema o ano inteiro, por forma a conhecer o terreno, os caminhos bem como tudo o que de negativo os espera nesses locais.

Combate

Este é um dos pilares que mais debates tem suscitado, sobretudo depois, e uma vez mais, da lamentável morte de oito bombeiros no ano passado.

A estratégia de combate dominou o discurso de muitos “treinadores de bancada”, mas a verdade é que algo falhou nesta época de incêndios, a vários níveis mas em especial, ao nível superior.

Foi várias vezes garantido pelos responsáveis e pelo governo que o número de efetivos, de meios terrestres e aéreos contemplados no DECIF eram suficientes, salvaguardando, no entanto, que os meios não eram “ilimitados”.

No entanto, consideramos que, ainda que não o sejam, deveriam ser melhor distribuídos. Além disso, os bombeiros e chefias que são deslocados para outras zonas, fora da sua área de atuação, deveriam ser devidamente acompanhadas e informadas do tipo de terreno e dos riscos do Teatro de Operações onde vão atuar.

Consideramos importante o reforço conseguido com a constituição do Grupo de Reforço de Ataque Ampliado - *GRUATA* e com a utilização dos Grupos de Reforço aos Incêndios Florestais - *GRIF*, mas não temos certezas se a mais-valias que estes grupos podem dar sejam devidamente aproveitadas.

Uma nota para a já recorrente situação dos meios aéreos, cuja definição é sempre feita tardiamente, e cuja gestão levanta muitas dúvidas quanto à eficiência.

Na sequência desta introdução, destacamentos quatro subtítulos:

- **RECURSOS HUMANOS**
- **RECURSOS MATERIAIS**
- **TIPO DE COMBATE**
- **MOVIMENTAÇÃO DE COLUNAS DE REFORÇO**



RECURSOS HUMANOS

- Muito se tem falado em recursos humanos todos os anos antecedendo a “época de incêndios florestais”. Normalmente estes números são vertidos no Dispositivo Especial de Combate Incêndios Florestais – *DECIF* e invariavelmente os responsáveis (Comandante Operacional Nacional - CONAC) pelo desenho do mesmo, dizem que são suficientes.

Esta situação levanta-nos algumas questões que devem ser devidamente abordadas, tais como:

- a) Número de efetivos
- b) A que entidades pertencem os efetivos
- c) Qual a rotação dos efetivos no T.O.

a) Todos os anos, para lá deste *DECIF* são mobilizados muitos mais bombeiros, o que claramente demonstra que o número é insuficiente.

Claramente existe a necessidade imperiosa de definir qualitativamente e quantitativamente o número de bombeiros necessário à manutenção do *DECIF* sem que seja necessário ir buscar bombeiros que se encontram nos corpos de bombeiros para fazer face às ocorrências diárias.

Para isso e tal como acima se preconiza, deve-se repensar toda a estrutura de intervenção distrito a distrito e município a município.

É necessário de uma vez por todas avaliar os rácios necessários e não os que temos somente contabilizado como números.

Quando se contabiliza o número de bombeiros, há que contabilizar somente os que são operacionais, e não todos aqueles que vestem uma farda de bombeiro.

b) Se verificarmos no *DECIF* existem para efetivar o combate ao incêndio os bombeiros das Equipas de Intervenção Permanente – *EIP*, Grupos de Intervenção Permanentes – *GIP*, Equipa de Combate a Incêndio – *ECIN*, Equipas de Apoio Logístico e Pessoal de Apoio Logístico.

Falamos de Bombeiros pertencentes às:

- Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, que na sua maioria são profissionais.
- Corpos Municipais e Mistos das autarquias.



- Força Especial de Bombeiros que depende da ANPC e têm contrato com a ENB.

Falamos de Sapadores Florestais pertencentes às (aos):

- Zonas de Intervenção Florestal – ZIF
- Organizações de produtores florestais
- Conselhos diretivos, grupos de baldios ou agrupamentos de juntas de freguesia gestoras de baldios
- Câmaras municipais
- Organismos da Administração Pública com responsabilidade na gestão de espaços florestais ou espaços rurais
- Empresas de capitais públicos, etc.

Finalizamos com os GIPS da Guarda Nacional Republicana.

Para lá destes operacionais há ainda a referir a presença de outras forças presentes no DECIF, que no final pensa esta ANBP serem demasiadas entidades com missões que se sobrepõem e duplicam.

c) Os responsáveis operacionais todos os anos e de acordo com o DECIF afirmam que os operacionais presentes nos T.O. fazem rotação para que o cansaço não os afete gravemente.

No entanto, e é bom referir, que não é esta ANBP que o afirma de forma gratuita, mas algumas reportagens televisivas demonstravam através de alguns operacionais no T.O. que diziam estar ali em combate à 12, 24 ou mais horas sem serem rendidos.

Ora, qualquer operacional que ande no T.O. em incêndios florestais sabe que um combate em determinadas condições faz com que somente possa combater até a um máximo de 4 horas, e que após esse período deve descansar.

RECURSOS MATERIAIS

Os recursos materiais utilizados na fase de incêndios florestais são compostos primariamente por veículos de combate e apoio que pertencem aos corpos de bombeiros e às entidades que fazem parte integrante do DECIF.



Contudo, e uma vez que as entidades aqui presentes são públicas e privadas, existe sempre o risco de as públicas não serem ressarcidas de recursos materiais perdidos neste combate.

Questiona-se, se os Bombeiros Sapadores ou Municipais ou inclusive os GIPS / GNR perderem um veículo no decorrer de um combate a incêndio, pode a ANPC e dentro do quadro legal vigente ressarcir estas entidades?

Queremos aqui fazer a destriça ao nível destes recursos subdividindo-os em:

- a) Veículos
- b) Equipamentos de Proteção Individual - EPI

a) VEÍCULOS

De acordo com as sucessivas respostas por parte de membros do Governo, tal questão não se pode colocar, uma vez que segundo estes, o estado não pode financiar o estado. Prova disso, foi o que aconteceu com um veículo da Companhia de Bombeiros Sapadores de Coimbra que ardeu em Mortágua em 2005.

No entanto também esta ANBP fica preocupada com os valores que visam reparar os danos dos veículos perdidos no DECIF, e que estão descritos na CIRCULAR/1/GP/ANPC/2013, datada de 14 de Março de 2013. Os valores de ressarcimento aqui apresentados para veículos com 15 e 20 anos são superiores aos que aparecem para a venda de veículos semelhantes, muitas vezes em Jornais ou mesmo nos sites dos corpos de bombeiros.

Pior que isto é saber que alguns destes veículos foram atribuídos pela ANPC ou pelo ex-SNBPC, o que implica um duplo ressarcimento.

b) EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI

Sendo este um requisito indispensável para exercer a atividade do combate operacional, e que é o primeiro senão o único nível de proteção do bombeiro, é deveras incompreensível que continuem a passar imagens nas televisões com bombeiros na frente de fogo sem o devido EPI.



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE
BOMBEIROS PROFissionais

Neste sentido, não se compreende como terá sido possível que quer os graduados que se encontram no escalões de comando superior, intermédio ou mesmo na frente de fogo, não se terem apercebido de tal fato.

Questiona-se também os EPI's em relação à sua composição e propriedades em matéria de resistência ao fogo, já que a aproximação à frente de fogo implica que estas propriedades ainda estejam dentro dos limites que a marca do EPI assim o designa.

Em relação aos bombeiros falecidos ou vítimas de queimaduras questiona esta ANBP se eventualmente tais elementos envergavam os respetivos EPI's ou se os que usavam seriam os mais adequados ou até mesmo estariam nas devidas condições para o seu uso.

Não querendo esta ANBP ferir susceptibilidades, contudo, e porque existem diversos tipos de EPI's nos T.O.'s envergados pelos operacionais, desconhece-se a sua proveniência bem como se estão em conformidade com a Lei, e neste caso compete a quem faz a inspeção ao corpo de bombeiros fazer a sua deteção.

TIPO DE COMBATE

Muito se falou do tipo de combate utilizado aos incêndios florestais, e mais incisivamente logo após a morte dos primeiros bombeiros.

O paradigma que imperou e que em nosso entender não houve uma decisão atempada para o resolver, centrou-se na forma de fazer o combate.

COMBATE OFENSIVO ou COMBATE DEFENSIVO?

A diferença entre os dois prende-se com a exposição ao risco por parte dos operacionais, que no caso do ofensivo o risco é superior ao defensivo.

No entender da ANBP, e tendo em conta os cenários onde alguns bombeiros faleceram ou ficaram com queimaduras, o tipo de combate não foi o mais indicado.

E não foi o mais indicado porquê? Sustentamos de uma forma muito fácil, se verificarmos os fatores que condicionam o posicionamento dos operacionais para pôr em prática o tipo de combate ordenado superiormente.



Vejamos, que alguns e tal como no passado e com lições mais que supostamente apreendidas, tornaram a acontecer: posicionamento em vales com inclinações acentuadas, vegetação e arvoredos densos e de elevada altura, acessos de penetração e fuga inexistentes ou quase intransponíveis, equipas isoladas e sem o apoio necessário.

- Questiona esta ANBP, o porquê de se utilizar combate ofensivo numa situação destas?
- Questiona esta ANBP, o porquê de se utilizar combate ofensivo onde somente existe mato ou arvoredo, não sendo o melhor local para o combate?
- Questiona esta ANBP, o porquê de se utilizar combate ofensivo se não existiam casas ou pessoas?
- Questiona mais uma vez esta ANBP, quem da estrutura de comando superior ou intermédio ordenou ou autorizou combate ofensivo?

MOVIMENTAÇÃO DE COLUNAS DE REFORÇO

Desde há muito tempo que a ANBP é crítica em relação a algumas das movimentações de grupos de reforço, que em nosso entender não trazem muito mais valia, e por outro lado são custos desnecessários.

Não se compreende como é possível movimentar colunas de reforços do Sul para o Norte quando existem incêndios num lado e no outro ao mesmo tempo, ou seja, bombeiros do Algarve em Combate na zona Centro/Norte, e com incêndios no Algarve a serem combatidos por colunas do Centro/Norte.

Para a ANBP tal situação é deveras incompreensível!

Acresce o fato, de que estas colunas movimentam-se em veículos, alguns com 15/20 anos, de Sul para Norte e vice-versa, que consomem elevados níveis de combustível, degradação do próprio veículo, e extremo cansaço dos operacionais que quando chegam à Zona de Concentração estão cansados só da viagem.

Será que os custos inerentes a estas movimentações compensam em matéria de combate?



Mais uma vez por aqui fica demonstrado que o número de bombeiros necessários para o DECIF não corresponde ao necessário.

Orgânica

A orgânica que aqui se pretende abordar tem especificamente a ver com composição e o peso que existe na Estrutura de Comando, Estrutura de Intervenção, e Montagem de Postos de Comando Operacionais.

ESTRUTURA DE COMANDO

- A estrutura que se pretende abordar a este nível divide-se em Nacional, Distrital e Municipal.

Ao nível Nacional entende esta ANBP que o Comandante Operacional Nacional, em devido tempo devia ter tomado medidas adicionais, para fazer frente à época de incêndios que se avizinhava em 2013. Havia um sem número de informações meteorológicas e de excessos de combustíveis que implicavam medidas de prevenção e reação rápida, além de uma deteção precoce.

Ao nível Distrital detetaram-se várias situações de articulação de comando e operacionais entre as várias forças que não corresponderam áquilo que era esperado. A definição e planeamento de estratégias e a leitura de dados não foi a mais correta, se tivermos em conta alguns acontecimentos que ocorreram no incêndio do Caramulo, e mesmo em outros.

Pensa esta ANBP que o nível distrital em termos de composição de comando deve ser repensado, ainda que tenha havido recentemente alterações. Notoriamente as decisões tomadas em determinados momentos determinaram o curso das operações de forma negativa.

Ao nível municipal a estrutura de comando, fora dos municípios é quase inexistente ou não existe mesmo, já que os COM não foram nomeados na maioria dos municípios, excetuando-se os municípios com Bombeiros Profissionais (Sapadores e Municipais), porque a Lei assim o define.



Muitas das vezes o comando e direção de operações de âmbito municipal não o tem suporte necessário, nem existe a articulação política e institucional e operacional quer com o Presidente de Câmara, quer com o Comandante Operacional Distrital.

Sentimos que em termos políticos, a ausência dos Governadores Cívicos ou outra dependente do Governo faz falta, uma vez que, a decisão operacional dos Comandantes Operacionais Distritais - CODIS muitas vezes não é bem aceite pelos Presidentes de Câmara, quando estão envolvidos mais que um município, e em especial municípios de cores partidárias diferentes.

Em nosso entender, e bem, os Governadores Cívicos na altura, coordenavam em nome do Governo, e as dificuldades de tomada de decisão políticas ou operacionais, eram ultrapassadas pela decisão política deste Governadores Cívicos.

ESTRUTURA DE INTERVENÇÃO

- A estrutura de intervenção deve ser repensada, não só com o objetivo dos incêndios florestais, mas para todo o tipo de ocorrências graves, como o sejam as cheias e inundações, entre outras que obrigam a uma intervenção de elevado número de operacionais.

A estrutura tal como está desenhada, acaba por ser uma estrutura pesada e com vulnerabilidades operacionais, não só no T.O., mas também na cadeia de comando ao nível da sua articulação com a estrutura de intervenção.

Acresce ainda o fato de haver várias forças nesta estrutura, com diferentes doutrinas e diferentes estruturas organizativas e de resposta, em que a intervenção faz com dependam sempre umas outras, não havendo uma articulação comum.

MONTAGEM DE POSTO DE COMANDO OPERACIONAL

- A montagem destes postos é crucial logo numa fase nascente do sinistro, e que pode condicionar negativamente o seu curso, caso não seja feita a sua

montagem. É a partir daqui que toda a estratégia bem como a tática do combate é definida pelo mais graduado no T.O..

Contudo, existem algumas situações que no entender da ANBP carecem de respostas e soluções urgentes.

- Formação do COS;
- Guarnecer veículos com graduados para assumir o COS;
- Definição do COS para a montagem de PCO;
- Formação do COS para a montagem de PCO;
- Orgânica e articulação do PCO com a estrutura de intervenção.

A figura do PCO deve ser treinada exaustivamente pelas várias cadeias de comando, em vários cenários, não só em contexto formativo em sala, mas também em treino simulado, para que algumas situações no lançamento de ordens de operações sejam eficazes e funcionem de acordo com o esperado.

DOCTRINA

- Doutrina é algo que no entender da ANBP nunca foi muito cultivada no interior da Proteção Civil e em alguns dos agentes que a compõem.

Esta doutrina é essencial para a atividade de uma organização complexa, composta por vários agentes ou forças, em que algumas vivem com base nela. Importa diferenciar aqui a Doutrina de Comando e a Doutrina de Intervenção, já que a sua articulação é imperiosa para o objetivo comum.

a) Doutrina de Comando

Este tipo de doutrina implica conhecimento, formação específica na arte de comandar e de disciplinar ideias, bem como controlar os eventos.

Isto não se adquire somente por anos de “comando” ou por anos de trabalhar no T.O..

A formação de um Comandante de Operações de Proteção Civil deve ser muito semelhante à de um Comandante Militar em que só o inimigo é diferente.

A arte de comandar, implica apreensão de conceitos, tais como a liderança, e ser reconhecido por tal.

b) Doutrina de Intervenção



A doutrina de intervenção é algo mais do que chegar ao local e combater o sinistro. É cumprir cegamente e de uma forma disciplinada as ordens emanadas pelo escalão superior, sem questionar as mesmas.

Implica uma formação base, com um conhecimento profundo da organização e das políticas de direção da mesma. Implica uma formação, alicerçada no saber ser, no saber fazer e no saber-saber, solidificadas com treino regular.

Para que isso seja uma realidade, a vertente física é indispensável, bem como a disciplina que tal obriga. Para finalizar estas duas Doutrinas, é importante que estes conceitos comecem a fazer parte do quotidiano das organizações de bombeiros voluntários, uma vez que quer os Bombeiros Sapadores e Municipais, quer a FEB, quer os GIPS já a detêm e praticam.

Importa não só dotar os bombeiros, mas também toda a sua estrutura de comando, já que caso isto não aconteça, os grandes incêndios irão continuar, sem que haja uma direção sólida e sustentada na forma de os combater.

FORMAÇÃO / ESCOLA NACIONAL DE BOMBEIROS

Nada ou medida alguma também irá surtir efeito senão formos à génese do problema, que em nosso entender se encontra na formação e na entidade legal que a ministra em Portugal, a Escola Nacional de Bombeiros.

Esta escola não deve continuar a ser “gerida” pela Liga dos Bombeiros Portugueses como tem sido desde a sua formação, porque além de considerarmos ilegal este método, o mesmo está deveras esgotado, adia soluções e compromete em termos formativo o futuro dos bombeiros e proteção civil em Portugal.

Em face de tudo isto, deve ainda esta Escola, deixar de ser somente de bombeiros e passar em nosso entender a designar-se de “Escola Nacional de Bombeiros e Proteção Civil”. Deve a ANPC, ser a responsável máxima e única pela Escola Nacional de Bombeiros no sentido de que a mesma tenha na sua direção, académicos com um nível nunca inferior a Professor Doutor, devendo os seus quadros serem composta por Doutores, Mestres e outros técnicos devidamente credenciados.

Esta forma e estrutura iria colmatar deficiências encontradas até aqui no que respeita à proteção civil em geral e ao desempenho no teatro de operações de bombeiros, chefias e comandantes.



A formação dos operacionais que combatem os incêndios florestais é indispensável à sua atividade, embora muitas das vezes a descuidem.

Muita se fala de formação todos os anos, mas a realidade é que muitos destes operacionais há muito tempo que não fazem formação ou reciclagem de conhecimentos, e pelo fato de se voluntariarem nestas épocas, e ainda pelo fato de os corpos de bombeiros terem poucos “voluntários” obrigam-se a aceitarem todos aqueles que tenham no seu curriculum a frequência de um curso de incêndios florestais.

Importa desta forma rever três *items* muito importantes:

- a) Carga horária dos cursos;
 - b) Formação por postos;
 - c) Treino – prática simulada.
- a) Apesar de alguns corpos de bombeiros e mesmo bombeiros afirmarem que a formação tem uma elevada carga horária, em nosso entender, tal não corresponde à verdade.
Na realidade estas formações, e de acordo com os acidentes que ocorrem, devem ter uma carga horária ainda maior, e diversificada dentro do tema.
- b) A formação não pode ser igual para todos os postos. Em especial os postos que eventualmente possam ser chefes de equipa ou mesmo COS, obrigam-se através das instituições que ministram a formação, a ter uma formação diferenciada e de acordo com as funções que possam vir a ser desempenhadas. Aliás, ninguém poderia fazer parte do DECIF sem ter a formação em dia, ou seja, curso e respetiva reciclagem.
- c) Por muito que se apreendam os conceitos em sessões formativas em sala, nunca dispensam o treino e a prática simulada. É a rotina desta prática que irá dar o conhecimento real bem como os comportamentos a adotar pelos operacionais, bem como o comportamento que os fogos/incêndios podem apresentar.
Entende a ANBP que este treino, tal como antes afirmado, deveria acontecer no período de defeso, ou seja no Outono/Inverno durante o período de limpeza dos terrenos, onde se poderiam fazer as queimadas ou o fogo controlado, por parte dos vários agentes (Bombeiros, FEB, GAUF, Autoridades).



3- FALHAS AO NÍVEL POLITICO

A falha neste nível não é exclusiva deste ou daquele Governo em particular, mas sim, dos sucessivos Governos que ao longo dos últimos 20 anos, não estruturaram o sector da Proteção Civil e Bombeiros, com uma POLITICA ESTRATÉGICA e com um planeamento de linhas gerais e orientadoras para 10 anos.

Claro que esta ANBP não vai dizer que tudo o que foi feito, foi mal feito. Não, não temos essa ideia, até pelo contrário, houve alterações positivas na reformulação de estruturas.

Contudo, essas alterações não foram seguidas pelos sucessivos Governos, o que atrasou ou mesmo deixou ficar coxa uma alteração que obrigaria à sua continuação e finalização da medida. Por outro lado, essa medida eventualmente só surtiria efeito enquadrada num conjunto mais alargado de medidas tomadas para o objetivo comum anteriormente delineado.

Neste sentido, torna-se deveras e superiormente importante para uma alteração do panorama dos incêndios florestais, adotar medidas de fundo que restructurem toda a problemática ligada a este flagelo, indo também de encontro à Declaração de Hyogo e ao seu Quadro de Ação, onde Portugal subscreveu esta declaração.

Estas medidas devem incidir em:

- Definição Estratégica de Políticas de Prevenção;
- Definição de Estatutos/Regulamentos dos Bombeiros Profissionais;
- Definição do número mínimo de elementos que compõem os SMPC;
- Tipificação dos corpos de bombeiros de acordo com o risco da sua área de intervenção;
- Divisão Geográfica de Portugal em 3 grandes áreas operacionais (Norte/Centro/Sul);
- Definição de estruturas de Bombeiros Profissionais nas estruturas de socorro nas Áreas metropolitanas e Áreas Intermunicipais;
- Definição de um Corpo Nacional (FEB) para intervenção em qualquer altura do ano;
- Definição do número e tipo de meios aéreos do Estado;
- Definição do financiamento das autarquias com Bombeiros Profissionais.

2014-02-03



RELATÓRIO DECIF 2013

Análise da Liga dos Bombeiros Portugueses
ao Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais

Relatório DECIF

novembro 28

2013

Análise da Liga dos Bombeiros
Portugueses ao Dispositivo Especial
de Combate a Incêndios Florestais





Conteúdo

1. INTRODUÇÃO	2
2. COMPONENTE ADMINISTRATIVA	4
2.1. CIRCULAR FINANCEIRA	4
2.1.1. <i>Reposição de veículos</i>	4
2.1.2. <i>Reparação de veículos</i>	4
2.1.3. <i>Danos em equipamentos diversos</i>	4
2.1.4. <i>Alimentação</i>	5
2.1.5. <i>Combustíveis</i>	5
2.1.6. <i>Reembolso de despesas</i>	5
2.1.7. <i>Comunicação de despesas</i>	5
3. COMPONENTE OPERACIONAL	6
3.1. ESTRUTURA DE COMANDO ANPC	6
3.1.1. <i>Alterações Estruturais</i>	6
3.1.2. <i>Intervenções</i>	6
3.1.3. <i>Equipas de Intervenção Permanente (EIP's)</i>	6
3.2. GNR	7
3.2.1. <i>Empenhamento dos GIPS</i>	7
3.3. ICNF	7
3.3.1. <i>Prevenção Estrutural</i>	7
3.3.2. <i>GAUF</i>	7
3.4. FEB	7
3.5. OPERACIONAL	8
3.5.1. <i>Geral</i>	8
3.5.2. <i>Zonas Operacionais</i>	8
3.5.3. <i>Meios Aéreos</i>	8
3.5.4. <i>Grupos de Reforço (GRIF)</i>	9
3.5.5. <i>Triangulação</i>	10
3.5.6. <i>Sectorização / Pontos de Trânsito</i>	10
3.5.7. <i>Máquinas de Rastos</i>	10
3.5.8. <i>Comunicações / Salas de Operações</i>	11
3.5.9. <i>Rescaldo e Vigilância</i>	11
3.6. LOGÍSTICA	12
3.6.1. <i>Equipas móveis de apoio logístico</i>	12
3.6.2. <i>Veículos de abastecimento de combustível</i>	12
3.6.3. <i>Bases de apoio Logístico (BAL)</i>	12
3.7. FORMAÇÃO	12
3.7.1. <i>ERAS, COPAR, EPCO</i>	12
3.7.2. <i>Uso do fogo</i>	13
3.7.3. <i>Segurança</i>	13
3.8. SEGUROS	13
4. OUTROS	14
4.1. <i>PLANOS MUNICIPAIS DE EMERGÊNCIA</i>	14
4.2. <i>VEÍCULOS OPERACIONAIS</i>	14
4.3. <i>ACIDENTES COM BOMBEIROS</i>	14



1. Introdução

Os incêndios florestais de 2013 foram dos mais graves e complexos, desde que há registo destes incidentes. Nunca, em período tão curto, e em condições climatéricas tão adversas, estiveram em risco, tantas pessoas e bens que, em muitos casos, os fogos não pouparam, como foram os infelizes acontecimentos dos oito Bombeiros e do Presidente da Junta de Freguesia de Queirã que vieram a falecer, bem como muitos outros que ficaram também com ferimentos muito graves, e vários feridos ligeiros.

Já foi dito inúmeras vezes, mas nunca é demais afirmar, que nenhum bem material vale a vida de um homem ou de uma mulher bombeira, mas o fogo não tem, nem nunca terá, em conta essa realidade.

É preciso, é necessário, é fundamental, criar condições a montante para que tal não se repita, e essa função não depende dos Bombeiros, outrossim de uma floresta bem cuidada, tratada e adaptada às novas realidades nomeadamente climatéricas.

Essa função, passa sobretudo por uma prevenção estrutural permanente, fora das épocas com maior incidência de fogos florestais.

Exemplos: Realização de Fogos Controlados, Plantação de Espécies Autóctones, Concretizar o Mosaico Florestal. Estes são, entre muitos outros, objectivos que se impõem serem rapidamente implementados.

Uma floresta limpa, planeada, ordenada e permanentemente vigiada é fundamental para contrariar a propagação dos incêndios florestais. Há ainda um factor primordial, prioritário e urgente que é a elaboração do cadastro da propriedade florestal.

Sendo esta uma importante premissa, existem naturalmente outras, que procuraremos elencar através deste documento, que em sede de discussão alargada vamos tentar melhorar.

Ninguém pode ter a veleidade de pensar em erradicar, definitivamente os incêndios florestais, podemos no entanto, isso sim, aprender com os erros cometidos e procurar criar todos os dias condições para melhorar o que considerarmos ter sido no passado, menos bem conseguido.

Este trabalho com base no relatório do CNO, foi inicialmente apresentado pelo Conselho Executivo da Liga dos Bombeiros Portugueses a fim de recolher os contributos das Federações Distritais de forma a elaborar uma análise rigorosa do dispositivo de combate a incêndios florestais DECIF - 2013.



Apesar dos naturais constrangimentos próprios duma estrutura organizacional como a nossa, os Bombeiros Portugueses deram provas cabais da sua capacidade e competência defendendo até à exaustão e com sacrifício da própria vida, os bens e haveres das populações.

Face ao número de ocorrências e às condições em que se desenvolveram, estamos certos que, não fora a grande capacidade dos Bombeiros, e o País teria a lamentar muito mais perdas de vidas e de haveres.

Conclui-se, que sempre que se entenda necessário proceder à elaboração de inquéritos, ou relatórios, devem as equipas técnicas, constituídas para o efeito, ter obrigatoriamente na sua composição um ou mais representantes da Liga dos Bombeiros Portugueses, com competência e especialização das matérias a inquirir.

É certo que o DECIF 2013, contempla no seu dispositivo um maior número de recursos humanos, meios terrestres, aéreos e equipamentos alguma vez reunidos. Contudo, não foi isento de erros e falhas que urge corrigir, de forma concreta, objectiva e urgente. Nesse sentido contemplamos, um conjunto de propostas que a serem acolhidas contribuirão substancialmente para que tais erros não se repitam.

Na prossecução de objectivos prospectivos, salienta-se da possibilidade da criação de equipas de Sapadores Florestais no âmbito das Associações Humanitárias de Bombeiros, bem como, da instalação do Observatório Nacional para os Fogos Florestais.

Ao mesmo tempo que este documento é observador, analítico e crítico, também por isso lhe competirá apresentar propostas concretas e objectivas, contribuindo desta forma, para uma acentuada melhoria, na construção do DECIF 2014.



2.1.3.2. Os EPI devem obrigatoriamente ter as mesmas características técnicas dos elementos GIPS e FEB.

2.1.4. Alimentação

Nas ações de pré-posicionamento designadas pelos CDOS, as refeições devem ser sempre compartilhadas mesmo que não se esteja em alerta amarelo ou superior.

2.1.5. Combustíveis

Reembolsar o valor do combustível gasto no DECIF a 100% do valor real de mercado, com base nos Kms e hora de bomba.

2.1.6. Reembolso de despesas

As despesas de fogos florestais devem ser ressarcidas em duas tranches, sendo uma a meio da fase Charlie e outra no final do dispositivo.

2.1.7. Comunicação de despesas

Constata-se a necessidade de definir um sistema de reporte de despesa à ANPC para além da comunicação oral ao CDOS. Sugere-se o envio de um e-mail que possibilite eventuais comprovativos á posteriori.



3. Componente Operacional

3.1. Estrutura de Comando ANPC

Pugnar para que, à semelhança do que se passa nos outros países da Europa e do Mundo, a coordenação global do sector Protecção Civil seja da competência da Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC) e a responsabilidade do Comandamento Operacional nos vários teatros de operações seja dos Bombeiros.

3.1.1. Alterações Estruturais

Foram consideradas como uma dificuldade e em tempo inoportuno as mudanças efectuadas nas Estruturas Distritais da ANPC.

3.1.2. Intervenções

3.1.2.1. As movimentações dos CODIS e CADIS pelos Distritos, nem sempre tiveram em conta o respeito pela hierarquia estabelecida. Deve questionar-se a necessidade da continuidade do CADIS a manterem-se os conceitos actuais da estrutura;

3.1.2.2. A matriz de referência da evolução do sistema de gestão de operações tem de ser respeitada. Relembre-se, a este respeito, que o empenhamento da estrutura de comando da ANPC só deveria acontecer em TO com mais de 54 equipas de combate (Não foi o que se passou no DECIF 2013);

3.1.2.3. É notória a falta de aptidão e experiencia de comando em ocorrências de maior envergadura (Nível IV) por parte das estruturas da ANPC;

3.1.3. Equipas de Intervenção Permanente (EIP's)

Pugnar perante o Governo e a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, pela criação de pelo menos mais 100 Equipas de Intervenção Permanente.



3.2. GNR

3.2.1. Empenhamento dos GIPS

É consenso geral que os GIP's da GNR, não são uma mais-valia no combate ao fogo florestal.

3.3. ICNF

3.3.1. Prevenção Estrutural

3.3.1.1. As acções de combate são invariavelmente condicionadas pelas actividades, ou incipientes actividades de prevenção estrutural, vigilância, detecção e fiscalização. Exige-se, de imediato uma prevenção estrutural adequada às novas exigências e perigos latentes da nossa floresta.

3.3.1.2. A falta de planeamento e ordenamento florestal é um grave problema Nacional que contribui substancialmente para a calamidade dos incêndios florestais

3.3.2. GAUF

As equipas GAUF devem desempenhar exclusivamente o seu papel na prevenção estrutural, fora do período crítico e incidência de fogos florestais.

3.4. FEB

A FEB é cada vez menos uma força de Bombeiros, sendo antes uma Força Especial de Protecção Civil, devendo por isso adoptar essa designação (FEPC). O empenhamento desta força no dispositivo deve acentuar-se na constituição das Brigadas para os meios aéreos. Como tal, deve reequacionar-se o seu posicionamento no seio da estrutura dos Bombeiros.



3.5. Operacional

3.5.1. Geral

Constata-se da indispensabilidade de uma estrutura de comando própria para o sector dos bombeiros.

3.5.1.1. A excessiva rotatividade dos elementos de comando em curto espaço de tempo de exercício nas funções pode por falta de experiência comprometer a qualidade de comando de operações. Urge pois compreender o que está na base desta dificuldade de manutenção de elementos de comando nas respectivas funções;

(Até que ponto poderá a Carta de Missão colmatar estas dificuldades?)

3.5.1.2. Sempre que um CB constitua três ou mais ECIN's deve integrar o DECIF um elemento de comando desse CB.

3.5.2. Zonas Operacionais

Deve avançar-se para a definição de zonas operacionais e comandantes operacionais eleitos pelos comandantes dos Corpos de Bombeiros da zona, traduzindo-se esta opção numa maior e melhor proximidade, conhecimento e organização operacional potencializando a capacidade de comando e controlo das operações.

3.5.3. Meios Aéreos

3.5.3.1. Reitera-se a necessidade urgente de contratualizar ou adquirir meios aéreos pesados anfíbios (Canadair). Há relatos concretos da pouca eficácia dos aviões FireBoss comparativa com a dos aviões Canadair;

3.5.3.2. Constatou-se uma excessiva inoperacionalidade dos meios aéreos de ataque ampliado;



3.5.3.3. A utilização de meios aéreos de ATI em ATA devido à inoperacionalidade destes fragilizou a disponibilidade de meio aéreo de ATI. Terão que ser criadas condições objectivas para que tal não se volte a registar.

3.5.4. Grupos de Reforço (GRIF)

3.5.4.1. O modelo de contratualização dos GRUATA aparentemente não resultou. É opinião generalizada que a contratualização efectuada não trouxe, ao momento, as mais-valias esperadas. Há pois que reavaliar os efeitos da sua operacionalidade e eventualmente reformular o modelo GRIF, adaptando-o à necessária contratualização.

3.5.4.2. Deverá haver um maior rigor na escolha ou disponibilidade das viaturas para integrar os GRIF, não só no que diz respeito ao seu estado de conservação e operacionalidade, mas também tendo em conta a relação de veículos de cada CB;

3.5.4.3. Os GRIF devem ser constituídos prioritariamente por veículos de CB's cuja mancha florestal seja de risco menor ou de perigosidade reduzida.

A este respeito sugere-se que:

- Possam existir menos grupos de reforço mas constituídos por mais elementos, de forma a garantir, em continuidade, os períodos de trabalho com pessoal em descanso;
- Na constituição do GRIF deve ser acrescentado um VLCl e um VTPT;

3.5.4.4. Continua a não ser observada a imperiosa necessidade de guias que acompanhem os grupos em reforço nos TO;

3.5.4.5. A rendição das forças não foi a adequada ao restabelecimento físico dos grupos e as mesmas carecem de implementação de normativo de rendição. (Sugere-se que seja feito sempre que possível no período da manhã);

3.5.4.6. Em termos de grandes deslocações, terá de ser revista a metodologia, para que a segurança do pessoal esteja devidamente salvaguardada. Sugere-se que a deslocação dos Bombeiros seja feita em transporte colectivo. Também em relação às viaturas e equipamentos devem ser utilizados transportes alternativos.



3.5.4.7. O pré-posicionamento dos meios deve ocorrer de forma antecipada no sentido de minimizar o tempo de entrada no TO.

3.5.5. Triangulação

3.5.5.1. Consta-se a necessidade de desmobilização atempada das equipas em triangulação sempre que o primeiro meio a chegar ao local avalie que não há necessidade de reforço;

3.5.5.2. A triangulação entre zonas limites de Distritos diferente não está a ser adequadamente efectuada, como tal sugere-se melhor coordenação inter distrital.

3.5.6. Sectorização / Pontos de Trânsito

3.5.6.1. Continuam a constatar-se sectorizações de TO demasiado extensas, situações que devem ser corrigidas;

3.5.6.2. A implementação dos pontos de trânsito não está consolidada, não tendo sido efectivo o controlo de entradas e saídas nos TO. Sugere-se que se cumpra o SGO.

3.5.7. Máquinas de Rastos

3.5.7.1. Continuam a ser muito longo o tempo que medeia entre a mobilização e a entrada em trabalhos. Estas devem estar pré posicionadas, em locais específicos nos Corpos de Bombeiros com maior incidência de risco de incêndio florestal;

3.5.7.2. Foi assumidamente evidenciada a necessidade de uma maior utilização de máquinas de rastos nas operações de combate, consolidação de rescaldos e abertura de caminhos;

3.5.7.3. Consta-se a necessidade de formação sobre a forma do enquadramento operacional deste tipo de meios

3.5.7.4. Na operacionalidade e utilização das máquinas de rasto, propriedade de empresas privadas, existem por vezes dificuldades dado que as mesmas não têm seguro



com cobertura de risco de incêndio. Acrescente-se que estas entidades têm dificuldades em contractar tais seguros dado o risco acrescido. Em caso de acidente, com as mesmas, em TO, a falta deste pode criar problemas insanáveis. Por outro lado, existem dificuldades, por inexistência de máquinas de rastros na maioria dos municípios, o que torna necessário e urgente equacionar as soluções adequadas.

3.5.8. Comunicações / Salas de Operações

3.5.8.1. SIRESP - Necessidade urgente de reforço de equipamentos aos Corpos de Bombeiros (CB), no mínimo de 10 rádios por CB e programação de aplicativo SGL (Sistema de Geo-Localização). Consta-se ainda que existem muitas zonas do território sem cobertura efectiva;

Pugnar para que o sistema, sirva os Bombeiros de forma mais alargada, como já acontece com a PSP e GNR, até se atingir a total cobertura da rede.

3.5.8.2. Constataram-se vários constrangimentos e dificuldade de comunicação com os chefes de equipas helitransportadas, nomeadamente na comunicação com os chefes dos GIPS;

3.5.8.3. Verifica-se a mobilização de meios pelas SALOC não solicitados pelo COS, facto que não pode ocorrer futuramente;

3.5.8.4. Continua a existir uma pressão constante, por vezes despropositada dos operadores do CDOS junto dos COS, situação que deverá ser imediatamente corrigida.

3.5.8.5. O CDOS, a pedido do COS, deverá accionar a presença de uma ambulância no TO, em regime de prevenção, a partir de 50 elementos em operação.

3.5.9. Rescaldo e Vigilância

3.5.9.1. Para reposição da capacidade de primeira intervenção torna-se prioritário um maior envolvimento do primeiro e segundos pilares nas acções de rescaldo e vigilância;



4. Outros

4.1. Planos Municipais de Emergência

Constatou-se uma relutância contínua por parte das Comissões Municipais de Protecção Civil em activar os seus planos Municipais, urge intervir nesta situação. Propõe-se que sejam sensibilizados os Presidentes de Câmara para actuarem em conformidade com a Lei.

4.2. Veículos Operacionais

Constata-se a gradual degradação e envelhecimento dos veículos de combate aos fogos florestais.

4.3. Acidentes com Bombeiros

Importa em bom rigor que os resultados dos inquéritos e relatórios elaborados pelas entidades competentes, de análise aos acidentes ocorridos possam trazer ensinamentos de forma a evitar idênticas situações futuras.



UMA IMAGEM VALE MIL PALAVRAS

Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários

Uma imagem vale mil palavras...

Assembleia da Republica, 5 de Fevereiro de 2014











E alguns desabafos...





Agradeço a todos os que no terreno ajudaram (Bombeiros, Exército, pilotos dos meios aéreos), mas tenho também uma palavra para o Comando da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC).

A página web da ANPC parecia ter como objetivo acalmar as "hostes" em vez de transmitir a realidade. Como é que poem um incêndio como dominado quando era patente que estava ainda completamente descontrolado. Podem dizer que dominado é uma categoria técnica, mas se assim for não faz sentido que a informação seja pública. Para o leigo dominado significa que as coisas estão sob controle e que mesmo que haja reacendimentos não assumem as proporções que assumiram.

Como é que os comandos dão entrevistas em directo para as televisões a dizer que está controlado e nas costas só se vê enormes colunas de fumo, e nesse mesmo momento o fogo está junto a habitações em Carviçais!!!

Ou seja este Comando da ANPC não aprende com os erros, foi o que se viu no incêndio do Algarve há dois anos, mas aqui acho que foi bem pior. Como as pessoas não são as mesmas, o problema grave está na estrutura em si, com um grave problema de Comando e coordenação.

Foram três dias de marketing daquele mesmo rasca que a comunicação social deu voz sem primeiro confirmar no terreno. Termina a dizer que são uma Vergonha!!! Não adianta ter um rebanho bom e grande (e tinham) quando o Pastor num percebe nada do que está a fazer.

Demitam-se
Rui Carvalho



networkdiology.com

Share Tweet Email

Página Dado de um Bombeiro - 18/04/2013

Bombeiros Da Covilhã Precisam De Mantimentos

23 Agosto 2013

AJUDE OS BOMBEIROS

É através do trabalho de Bombeiros de um bombeiro que:

- Apaga
- Salva
- Leva
- Salvifica
- Repara emergências
- Repara
- Fortifica
- Quarta
- Repara

O nosso trabalho é o dos bombeiros que pagam tanto sangue e suor para combater os incêndios.

Por Ajuda de salvação, ajuda de salvação, ajuda de salvação, ajuda de salvação, ajuda de salvação, ajuda de salvação.

Desde do passado dia 15 que os Bombeiros não têm tido descanso "acaba um e começa outro" desabafo Joaquim Matias, presidente dos Bombeiros Voluntários da Covilhã, que apela à "boa vontade e solidariedade" das populações para que possam ajudar os homens da paz com mantimentos, nomeadamente fruta. **"Já hoje reforçamos os bens com água e leite mas o que precisamos mesmo é fruta"**, refere.

Para além dos bens alimentares, Joaquim Matias explica que os fardamentos começam

Já fineste GOSTO?

Tu, Rui
MoreiraSilva e
19.146 outras
pessoas gostam
deste.

Já conheces o Grupo?

INÍCIO DE UM BOMBEIRO

Clica na Imagem e Adere

Total de Visualizações
233,265

COMO - DECIF 2013

Diretiva Operacional Nacional nº 2 - DECIF

Faz Aqui o Download

Voluntários Online

Subscrever

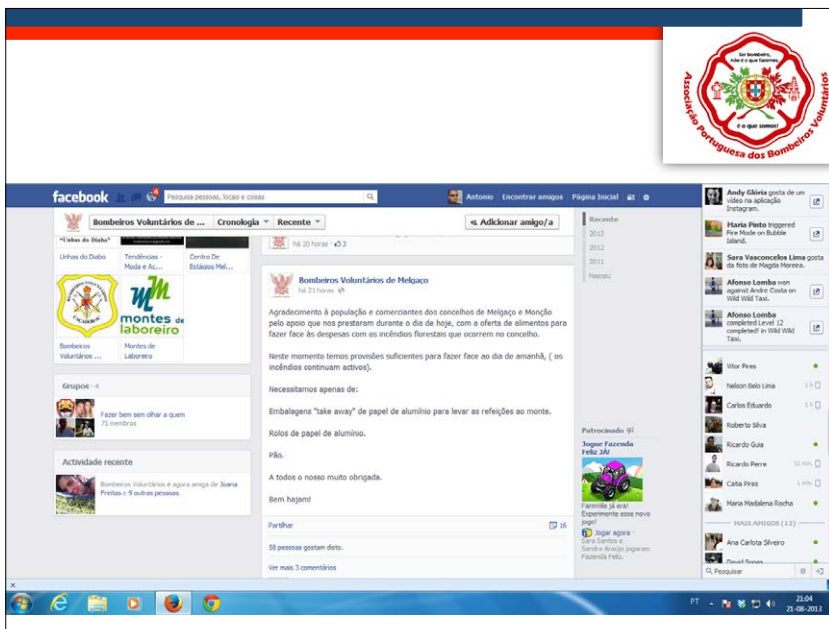
Mensagens

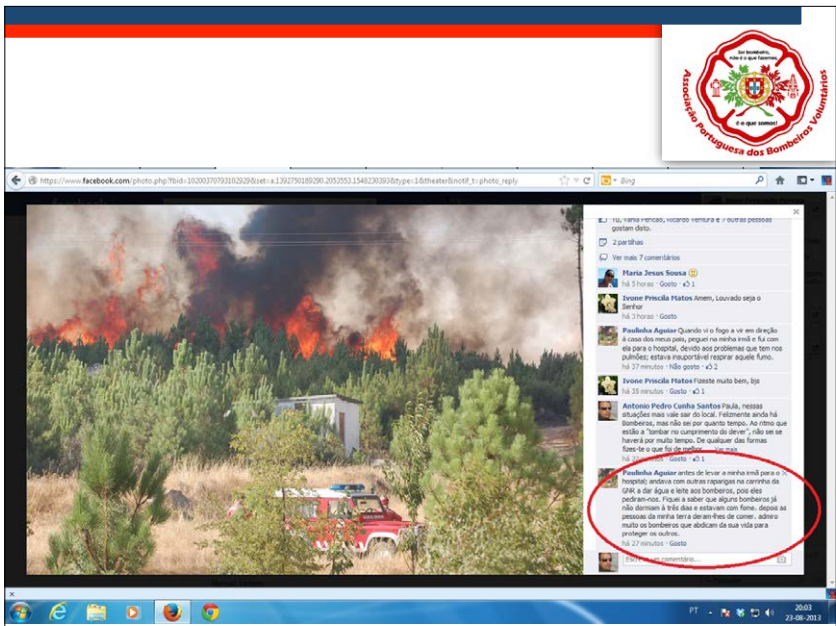
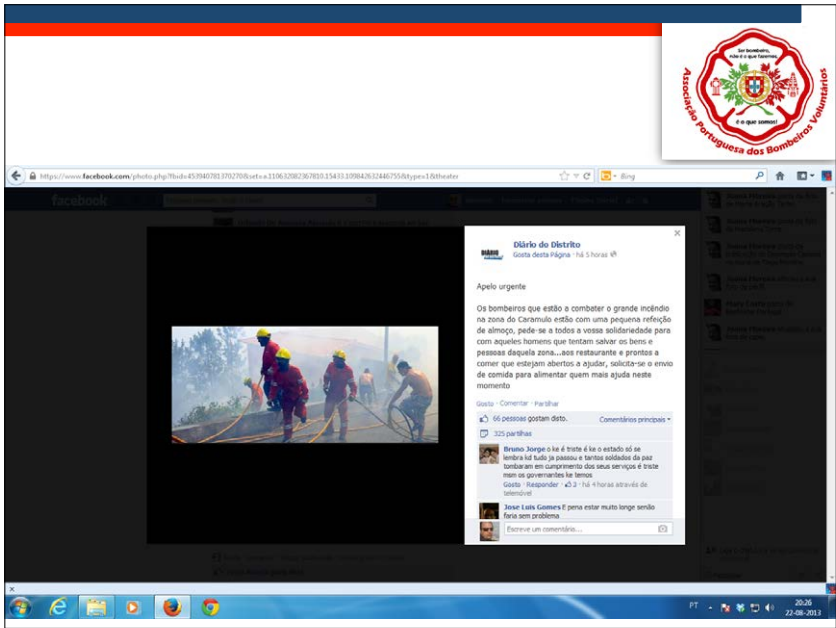
Comentários

Seguidores

Adere-te ao site
com o Google+ social

Membros (37)







Todas as fotos e textos foram retiradas de redes sociais, nomeadamente Facebook. Tivemos no entanto, o cuidado de não publicar as mais chocantes.

Estamos ao dispor para responder a todas questões, que nos queiram colocar sobre os incêndios florestais, mais centradas no pilar do Combate.



OBRIGADO



INCÊNDIOS FLORESTAIS EM PORTUGAL

– PILAR DO COMBATE

Domingos Xavier Viegas, CEIF/ADAI – Departamento
de Engenharia Mecânica – Universidade de Coimbra

Incêndios Florestais em Portugal – Pilar do Combate

Assembleia
da República

12 de Fevereiro
de 2014



Domingos Xavier Viegas

CEIF/ADAI – Departamento de Engenharia Mecânica
Universidade de Coimbra, Portugal

Estrutura

- Introdução
- O Relatório sobre os IF 2013
 - O GIF de Alfandega da Fé
 - O GIF do Caramulo
- Conclusões e Recomendações



Domingos Xavier Viegas
PhD., Eng. Mecânica



António Rui Figueiredo
PhD., Eng. Mecânica



Miguel Almeida
PhD., Eng. Mecânica



Valéria Reva
PhD., Economia



Maria Teresa Viegas
Eng. Florestal



Luís Mário Ribeiro
Eng. Florestal



Ricardo Oliveira
MSc., Geografia Física



Jorge Raposo
MSc., Eng.ª Mecânica

Introdução

- A equipa do CEIF investiga, desde 1985 a temática dos IF, procurando fazer uma abordagem geral do problema, embora com uma maior incidência nos problemas relacionados com o comportamento do fogo e a segurança na frente de fogo.
- Por essa razão a nossa equipa tem sido convidada pelo Governo a pronunciar-se acerca do problema em geral e sobre algumas situações concretas, em particular.

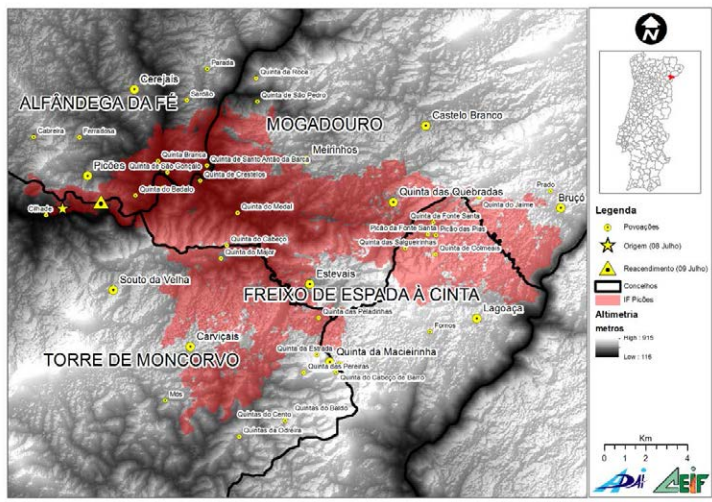
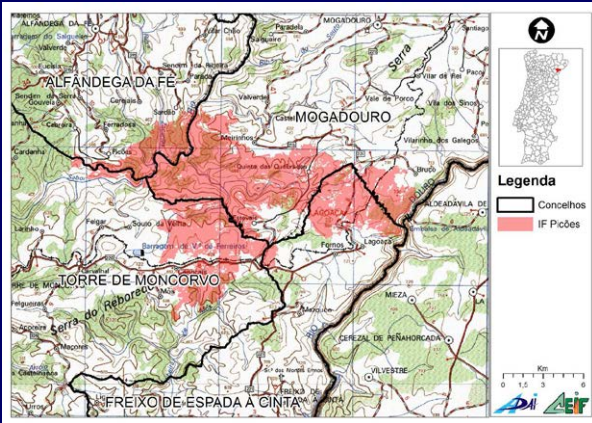
- Em 2012 estudámos o Grande IF de Tavira/SBA.
- Apraz-nos registar que as recomendações que fizemos nesse estudo foram bem acolhidas pelos Serviços e muitas delas suscitaram melhorias verificáveis no sistema.
- Em 2013 fomos convidados a estudar os GIF de Alfândega da Fé e do Caramulo, assim como os acidentes mortais ocorridos nesse ano.

- Como é sabido o Relatório de 2013 tem duas partes:
 - 1 – Os dois Grande Incêndios
 - 2 – Os seis acidentes com vítimas mortais.
- O Governo decidiu tornar pública, para já, apenas a primeira parte do Relatório, pelo que nesta intervenção nos iremos cingir ao que é do domínio publico.

- Iremos prevalecer-nos do facto de que já deixámos ficar, noutras ocasiões, nesta AR, elementos sobre o nosso trabalho e sobre a análise que fazemos do problema dos IF em Portugal.
- Vamos por isso abordar hoje os temas suscitados pelo nosso Relatório em 2013, omitindo naturalmente detalhes sobre os casos tratados na sua segunda parte.

O incêndio de Picões (Alfândega da Fé)

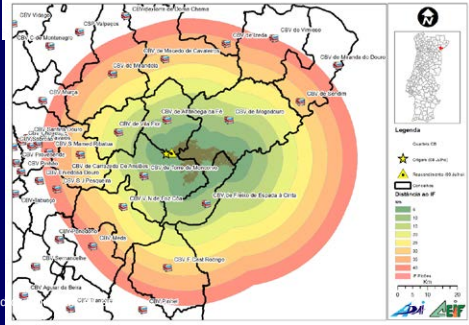
- Decorreu de 8 a 12 de julho de 2013
- Segundo o ICNF arderam 13706 hectares (1983 de povoamentos florestais e 11723 de mato), sendo o maior do ano em Portugal
- Contabilizando a área no perímetro final a que tivemos acesso obtemos um valor atualizado de área ardida de **14136,5 hectares**



Hidrografia e rede de pontos de água



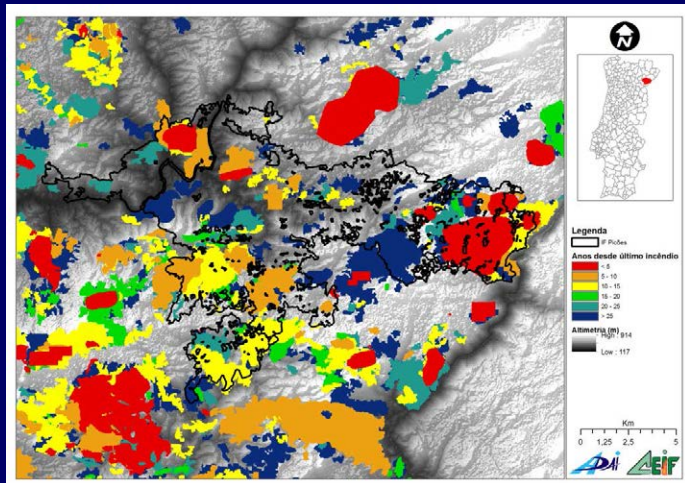
Localização dos CB's relativamente ao incêndio



AR 12 Fev 2014

Incêndio

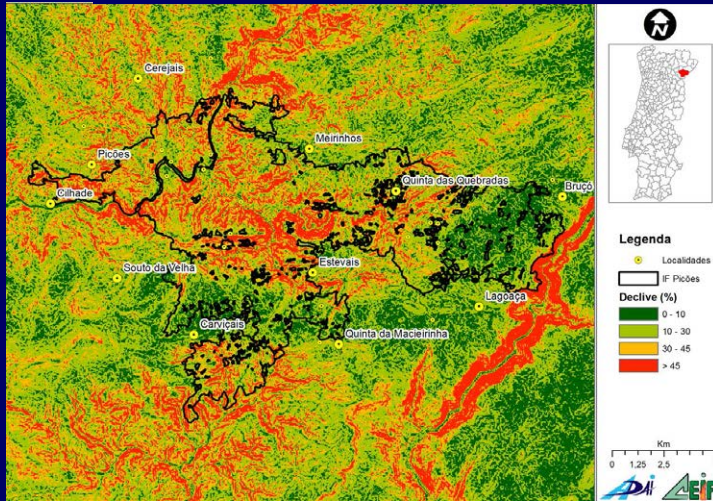
Anos desde o último incêndio (1975-2012)



AR 12 Fev 2014

Incêndios Florestais e Combate

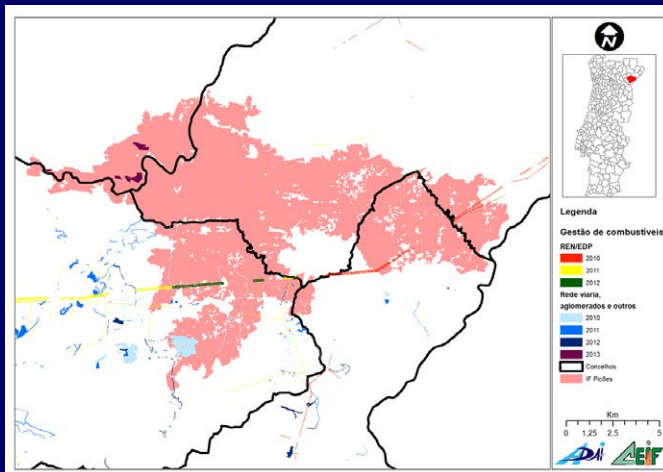
12



AR 12 Fev 2014

Incêndios Florestais e Combate

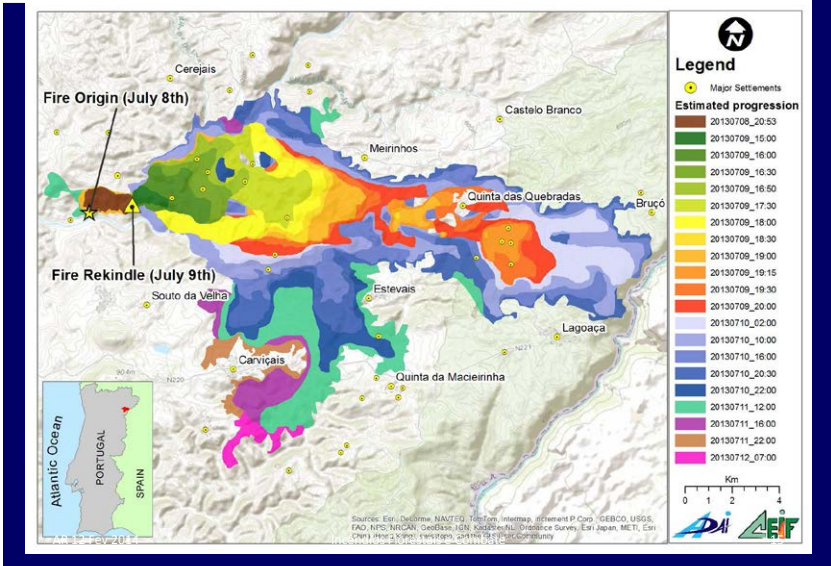
13



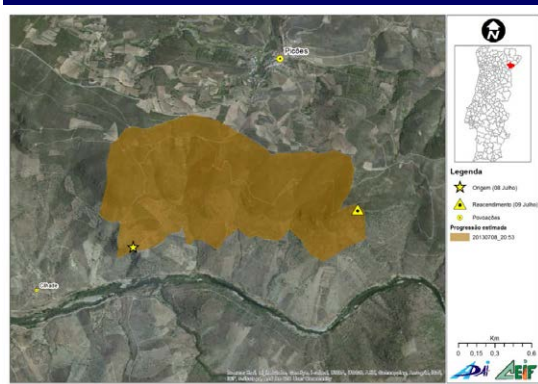
AR 12 Fev 2014

Incêndios Florestais e Combate

14



8 de Julho



- Início pelas 14h44
- Dado como dominado pelas 20h53
- Consolidação, rescaldo e vigilância durante a noite e manhã do dia seguinte (mesmas equipas envolvidas no combate)

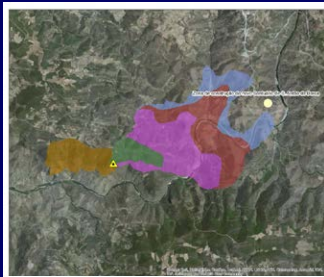
AR 12 Fev 2014

Incêndios Florestais e Combate

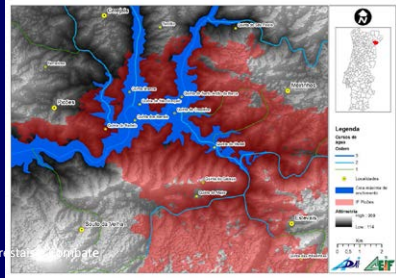
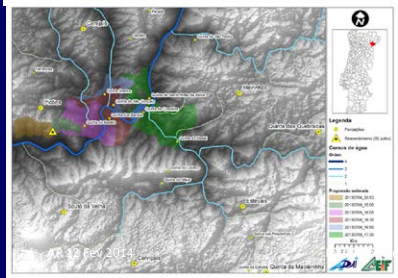


16

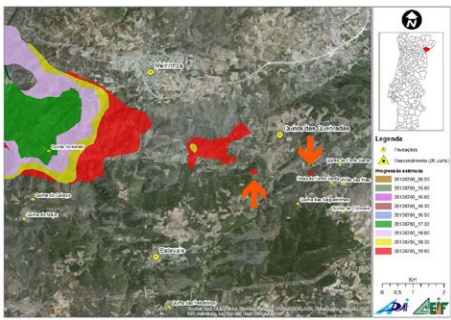
9 de Julho



- Forte reacendimento por volta das 14:00 (T=38°C; HR=13%; U_{med}=20km/h)
- Progressão rápida O-E
- 16:50 pedido de ajuda do local de construção do novo santuário de Santo Antão da Barca (deslocalização de meios)
- 17:00/17:30, o incêndio terá entrado no vale da Ribeira do Medal, por onde progrediu livremente



9 de Julho

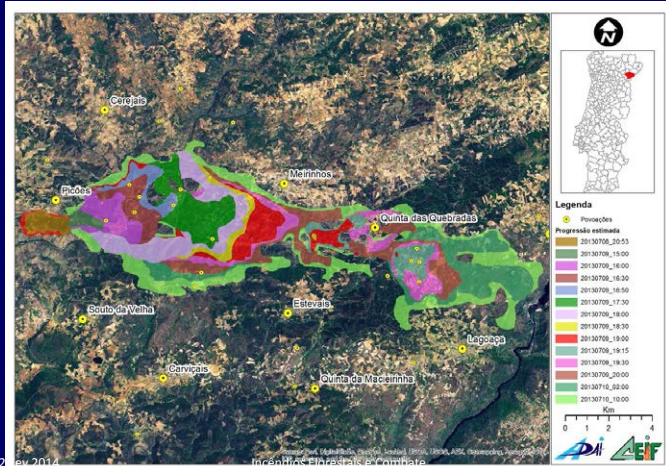


- Entre as 17:30 e as 19:00 chegou a Quinta das Quebradas, percorrendo cerca de 6km (4km/h)
- Propagação extremamente violenta
- Protecção de uma aldeia com 55 pessoas feita por 99 homens apoiados por 30 viaturas



10 de Julho

- Entre as 14:00 de dia 9 e as 10:00 de dia 10 arderam aproximadamente 10 dos 14 mil hectares finais

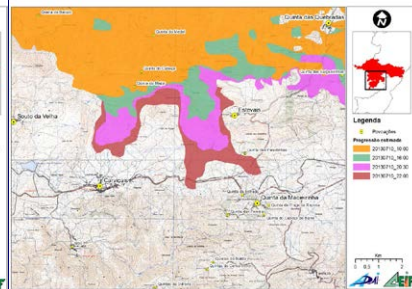


AR 12 de Julho 2014

19

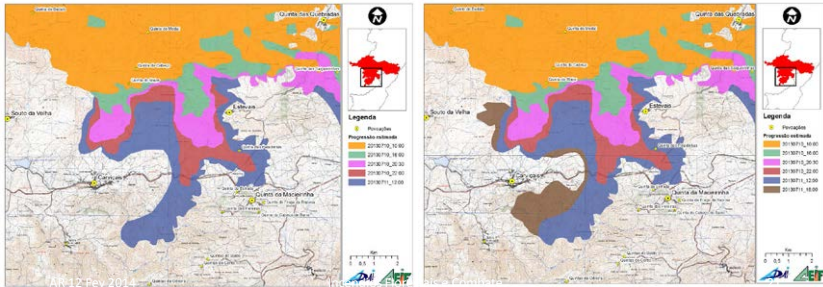
10 de Julho

- Manhã calma mas com previsão de rotação do vento (O->NO) que podia indiciar uma alteração no comportamento do fogo
- Reação tardia do dispositivo
- Flanco direito (sul) transforma-se em frente ativa; fogo entra na zona da Ribeira do Inferno



11 e 12 de julho

- Durante a noite de dia 10 e manhã de dia 11 o incêndio andou perto das aldeias de Estevais, Carviçais e Quinta da Maceirinha.
- Durante a tarde de dia 11 o vento rodou para SE levando o fogo novamente para Carviçais (agora a sul)
- Intervenção musculada soube nesta fase final tirar partido dos elementos de defesa passiva, nomeadamente campos agrícolas e vias de comunicação.
- Incêndio dado como extinto às 09:30 de 12 de julho



Comentários

- Momentos chave no incêndio:
 1. O **reacendimento** no dia 9.
 2. A defesa da **Quinta das Quebradas**, apanhada na frente de fogo na altura da propagação mais violenta.
 3. A **reação tardia do PCO** à previsão da mudança de vento no dia 10.

- As aldeias, quintas e **lugares** não sendo numerosas estão **dispersas e o seu acesso é muito moroso**. Os meios deslocados para proteção do edificado tiveram muita dificuldade em chegar e posteriormente em reposicionar-se para o combate ao incêndio.
- **A falta de cultura de autoproteção** através da implementação de medidas de ação preventiva, que em muitos casos não existe ou é muito débil, com implicações na delimitação das estratégias de combate.

- **A gestão de combustíveis na área afetada pelo incêndio era muito incipiente**, notando-se uma quase inexistência de faixas de gestão de combustíveis ou, nas que existiam, falta de manutenção.
- **A rede de pontos de água** na área do incêndio era diminuta, obrigando a grandes deslocamentos para reabastecimento.

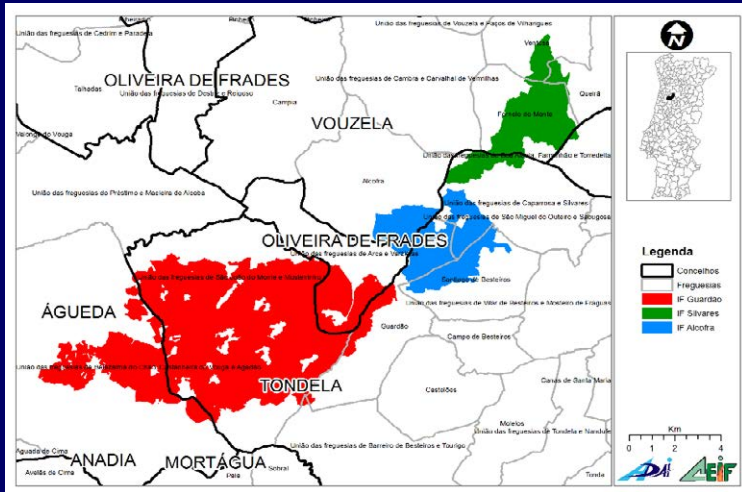
- Pelos relatos obtidos concluímos que o **empenhamento das autarquias durante esta ocorrência não terá sido o suficiente**, quer em termos de apoio logístico, quer de apoio técnico, através dos respetivos GTF.
- Continua a não existir uma previsão especializada do comportamento do fogo.

Incêndios do Caramulo

- Trata-se de um conjunto de três incêndios, com contiguidade temporal e espacial, que decorreram entre 21 e 29 de agosto.

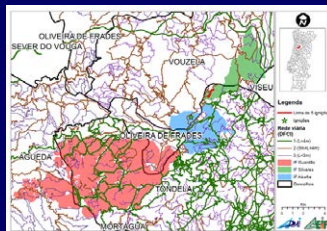


Descrição Geral dos Incêndios

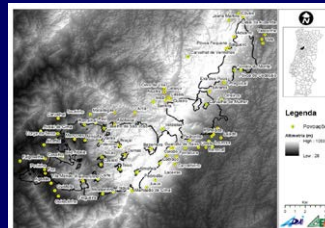
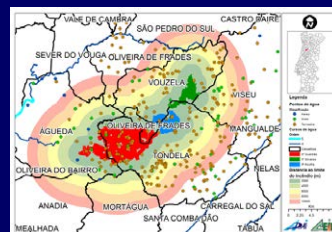


Descrição da área afetada pelos incêndios

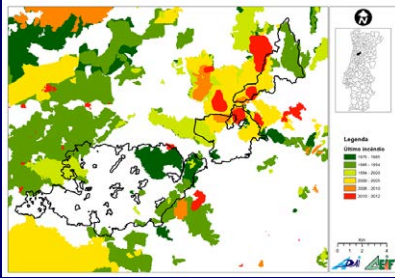
Distribuição dos pontos de água



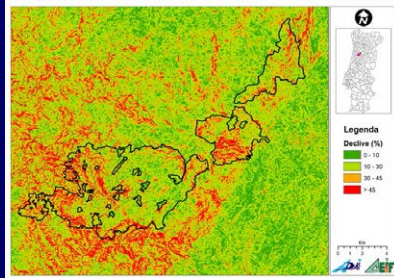
Rede viária florestal



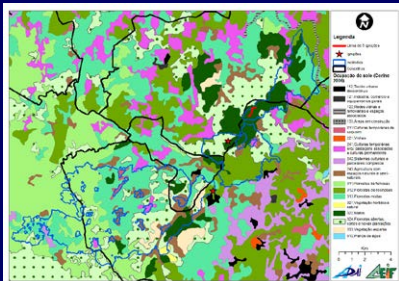
Distribuição das povoações ameaçadas pelos incêndios



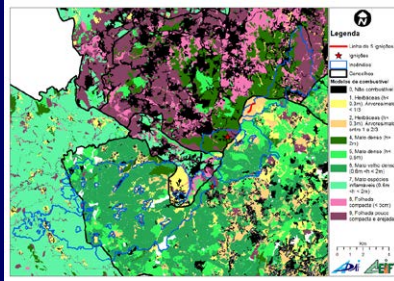
Distribuição dos incêndios ocorridos na região de 1975 a 2012



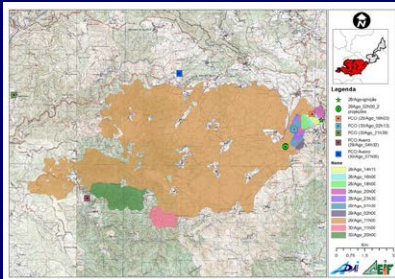
Mapa de declives da área afetada



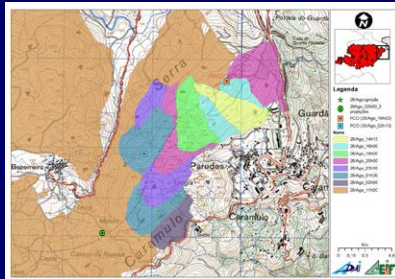
Mapa de ocupação de solo



Mapa de combustíveis da área afetada



Evolução temporal do incêndio de Guardão



Pormenor da evolução temporal inicial do incêndio de Guardão no dia 28 de Agosto

Comentários

1. Estes incêndios caracterizaram-se pela ocorrência de dois **acidentes com a perda de quatro vidas**, para além de vários incidentes.
2. Os incêndios ocorreram em **condições meteorológicas e de topografia** que facilitavam a propagação do fogo e dificultavam o combate.
3. **Meios suficientes mas nem sempre bem organizados** –.

4. As povoações e casas isoladas devem ter mais capacidades de **autoproteção**.

5. **Falta de limpeza** da floresta e das matas. A envolvimento das casas e das povoações continua a ser um motivo de dispersão de meios devido à falta de limpeza.

6. As ações de **manutenção das faixas de gestão** de combustíveis devem ser reavaliadas.

7. A **estratégia usada no combate a grandes incêndios** em condições adversas deve ser reavaliada e treinada. A organização da atribuição de missões deve ser repensada

8. A utilização de **fogo tático** deve ser repensada.

9. Devem promover-se **ações de treino conjunto** entre as diversas entidades.

11. Deve haver maior presença de **técnicos florestais** (do ICNF e das Câmaras municipais) no PCO.
12. Os PCO devem ser dotados de melhores **meios tecnológicos**.
13. A **gestão logística** foi do agrado das pessoas que ouvimos. O mesmo aconteceu com o apoio psicológico após os acidentes.

Conclusões e Recomendações

1. Mantem-se a necessidade de **incrementar as ações de prevenção estrutural**, destinadas a construir e manter as faixas de gestão de combustíveis, a fim de tornar mais viável a tarefa de supressão dos grandes incêndios e para aumentar a segurança dos combatentes.

2. Impõe-se melhorar a **sensibilidade dos cidadãos** para evitar ações de risco, nomeadamente trabalhos agrícolas, florestais ou outros e, muito em especial, o uso de fogo, em dias de risco elevado, a fim de se reduzir o número de ignições. É necessário agir no sentido de **envolver mais a população** na vigilância, proteção e autodefesa, dotando as pessoas com formação e recursos adequados a este fim.

3. Convém melhorar a **integração e articulação de todas as entidades envolvidas** no sistema nacional de defesa da floresta contra os incêndios, quer no âmbito nacional, quer no local, promovendo ações e medidas de interligação entre os recursos locais e os provenientes de outras áreas, para melhorar a eficácia das ações.

4. É necessário melhorar a **formação dos Bombeiros em matérias relacionadas com o comportamento do fogo**, em especial em situações extremas, para assegurar uma boa avaliação das condições de perigo e do cumprimento dos procedimentos de segurança, no combate ao fogo. No caso do combate em encostas ou desfiladeiros, recomenda-se a adoção do **protocolo CEIF** que é proposto neste relatório.

5. Deve-se cuidar o **equipamento dos Bombeiros, não se poupando no seu preço, na sua qualidade ou na exigência das suas especificações**. Deve-se insistir em que os Bombeiros e outros agentes devem levar o *fire-shelter* sempre consigo no TO. Deve fomentar-se nas pessoas a ideia de que, em caso de emergência, não devem hesitar em abandonar os seus equipamentos, por muito valiosos que sejam.

6. Deve-se melhorar as **condições de prestação de socorro aos Bombeiros** em situações críticas, como as que sucederam neste ano, por exemplo dotando as viaturas com meios de prestação de socorro ou distribuindo ambulâncias com capacidade todo-o-terreno.

7. A metodologia de **uso do fogo como técnica de supressão** deve ser revista. Consideramos que se deve ampliar a sua abrangência temporal e territorial, para assegurar que um número maior de pessoas tenha competências reconhecidas no uso do fogo para uma utilização mais oportuna. Deve além disso impor-se uma maior disciplina nesta área da gestão dos incêndios florestais.

8. Deve fomentar-se o **melhor uso da previsão meteorológica à escala local**. Deve melhorar-se o planeamento da estratégia geral de combate incorporando elementos sobre a previsão do comportamento do fogo

9. Nas ações de combate deve cuidar-se da **vigilância e do rescaldo**, empregando, se necessário, outros recursos para além dos que foram envolvidos no combate.

10. Deve-se melhorar a **coesão nas equipas de combate** e o estabelecimento de uma linguagem de comunicação verbal ou gestual inequívoca, que não ofereça dúvidas a quem recebe a informação, sobre o procedimento a executar, sobretudo em caso de emergência.

11. Recomenda-se a **promoção de um programa Nacional**, envolvendo diversas entidades operacionais, autarquias, empresas e a comunidade científica, para implementar soluções do problema dos incêndios florestais, de uma forma integrada e sustentada, por meio de ações de validação, demonstração e aplicação de medidas eficazes ou inovadoras de prevenção e segurança.



A AFOCELCA E OS SEUS PRINCÍPIOS GERAIS DE ATUAÇÃO – DESAFIOS PARA A DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (DFCI)



A AFOCELCA E OS SEUS PRINCÍPIOS GERAIS DE ATUAÇÃO



Desafios para a Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI)

2014AP014

fevereiro 2014

www.afocelca.com

altri^X

grupo Portucel Soporcel

O que é a AFOCELCA



A AFOCELCA é um Agrupamento Complementar de Empresas, que resulta da união de esforços entre:

Portucel Soporcel Florestal S.A.

Altri Florestal S.A.

No seu conjunto, são responsáveis de mais de 200 mil hectares de floresta em Portugal.

Desde 2005 a AFOCELCA integra o Dispositivo Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios Florestais, da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC).

www.afocelca.com

altri^X

grupo Portucel Soporcel



A AFOCELCA tem como missão prioritária combater incêndios florestais que ameaçam as propriedades das empresas agrupadas, dentro ou fora destas, sempre em estreita coordenação e colaboração com a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) e outras entidades do DECIF.



Evitar ou minimizar prejuízos resultantes dos incêndios florestais e reduzir os custos de proteção, através da criação de uma estrutura eficiente e dotada de flexibilidade na vigilância, alerta e apoio no combate aos mesmos.

- Planear as campanhas de prevenção, vigilância, alerta e apoio ao combate e rescaldo dos incêndios florestais.
- Conduzir a contratação dos meios (humanos e materiais), a alocar anualmente àquelas operações.
- Promover a conceção e desenvolvimento de sistemas de informação e apoio à decisão mais adequados.
- Desenvolver a cooperação com instituições relacionadas com o tema (ANPC, GNR, ICNF, Municípios, Universidades, etc.).

A AFOCELCA tem uma organização simples, funcional e orientada para uma rápida tomada de decisões e cumprimento dos seus objetivos.

Conselho de Administração

João Lé (Portucel Soporcel Florestal S.A.)

Henk Feith (Altri Florestal S.A.)

Diretor Executivo

Orlando Ormazabal

Conselho Técnico

Tiago Oliveira (Portucel Soporcel Florestal S.A.)

Miguel Grillo (Altri Florestal S.A.)



1ª Prioridade : Evitar e Reduzir as ignições

- Ações de sensibilização às populações ; Informação ao público de risco através de placards
- Vigilância e dissuasão comportamentos de risco (supervisores , UPV).
- Presença regular no património sob proteção (supervisores)
- Participação ativa nas comissões municipais de DFCl.

As empresas associadas na AFOCELCA, gerem mais de 20.000 ha de combustível e beneficiam 10.000 km caminhos por ano.

2ª Prioridade : Reduzir o impacto do incêndio

- Adequada planificação na instalação das florestas
- Gestão e/ou redução de combustível
- Construção e manutenção de aceiros, caminhos e pontos de água, etc.
- Silvicultura Preventiva (adequada manutenção dos povoamentos)

3ª Prioridade (Ultima oportunidade): Mitigar as consequências ou Minimizar as perdas

- Detecção oportuna e precisa
- Pré-posicionar meios conforme condições de perigo, risco e dano potencial
- Despacho inteligente e Combate eficiente e eficaz
- Formação florestal dos combatentes; Gestão e Controlo apertado dos meios
- O pessoal de combate conhece as propriedades e as florestas (no inverno realiza silvicultura)
- Utilização de material sapador conjuntamente com a água.



- **Lógica:**
 - Menor tempo de chegada e de controlo implica menores perdas
- **Filosofia:**
 - Não existem fumos/fogos aceitáveis (todos devem ser acompanhados e/ou combatidos). Triagem e seguimento de todos os alertas até ao seu fecho
- **Estratégias :**
 - Participação ativa nos CDOS (Comando Distrital de Operações de Socorro)
 - Participação ativa nos PCO (Posto de Comando Operacional)
 - Critérios técnicos de atuação
 - Tempos de resposta da organização (metas)
 - Localização de meios
 - Técnicas de Combate
 - Sistema de gestão e controlo das equipas
 - Formação e Profissionalização
 - Coordenação e Colaboração



- Presença de Oficiais de Ligação nos 18 distritos nacionais
- Representação nos briefings diários (Oficiais de Ligação)
- Representação nos briefings semanais (Supervisores/Técnicos das empresas)
- Participação regular nos briefings alargados do CNOS (Comando Nacional de Operações de Socorro)



Presença e participação no PCO em representação da AFOCELCA (Supervisores AFOCELCA e Colaboradores das empresas), com o intuito de:

- Assegurar a ligação entre as forças da AFOCELCA e ANPC.
- Intervir e/ou sugerir estratégias que visem o controlo do incêndio.
- Participar no planeamento do ataque ampliado.



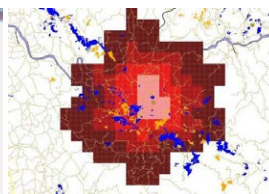
Distância Base a Quadricula

Quadrícula Destino: 25 0 10

Latitude N: 40 2 42
Longitude W: 8 52 18

Codigo	Base	Rumo	Distância	Tempo
Celca 1	Carreiros	316	80	40
Celca 2	Valongo	198	134	57
Celca 3	Ferreas	285	137	58
Celca 4	Gilena	356	273	109

Calcular | Voltar Menu Anterior | Sair



- **Tempo de chegada**

Minimizar os tempos de chegada aos incêndios.

- **Ataque inicial em massa (Golpe  nico)**

Mobilização musculada para assegurar o controlo no ataque inicial.

- **Perigo e Dano potencial**

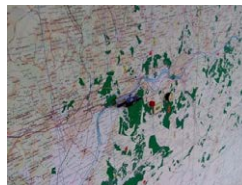
Prioridades conforme as condições de propagação e valor dos povoamentos, madeiras ou outros bens ameaçados.



Correspondem aos “indicadores de gestão” ou “Metas”, através dos quais é analisada e avaliada a eficiência da organização.

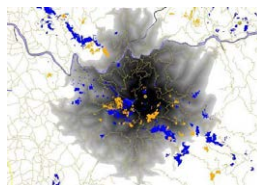
Tempo máximo de Despacho: 2 minutos

Período de tempo que decorre desde que o incêndio é comunicado   Central de Operações e esta ordena a mobilização de algum meio para o seu controlo.



Tempo máximo de Chegada: 30 minutos

É o tempo que decorre entre a ordem de mobilização dos meios até que se iniciam as tarefas de combate ou ataque inicial do incêndio.

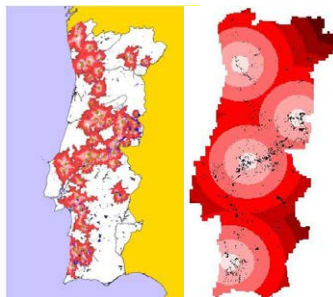




Todos os meios são localizados em função do valor do património sob proteção e podem ser mobilizados temporariamente durante a campanha segundo as condições de risco existentes nas distintas zonas do país.

- **Otimização de Coberturas:**
Modelo matemático que maximiza a cobertura com o mínimo de meios.
- **Otimização de Tempos de Chegada:**
Modelo matemático que minimiza os tempos de chegada aos incêndios.

Cobertura Otimizada para 30 minutos
Terrestre Aérea



Utilização de material de Sapador

- Construção de linhas de fogo

Uso da Água

- Aérea e Terrestre

Meios Aéreos

- Conjunto com ataque terrestre

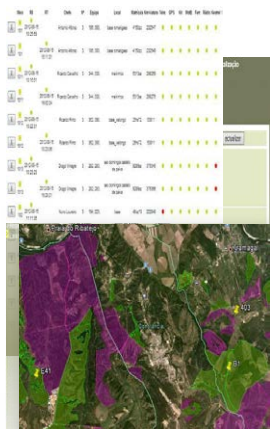
Uso do Fogo

- Fogos táticos

Informação Geográfica

Todos os Alertas são georreferenciados, com localização provisória.

À chegada de um meio ao TO é atualizada a localização do incêndio.



Informação Operacional

Toda a informação registada em formato digital, plataforma web.

Metas controladas para cada alerta.

Gestão de Meios

Controlo diário de entrada e saída do serviço.

Todos os combatentes estão cadastrados.

Meios equipados com sistema de localização GPS.

Monitorização em tempo real.

SUPERVISÃO



A supervisão é realizada através de inspeções periódicas aos meios

- Inspeções e supervisão ativa dos meios com auto de vistoria.
- Inspeções de rotina e surpresa
- Qualificação e rankings dos resultados das inspeções



A AFOCELCA aposta firmemente na formação e profissionalização do pessoal

Formação Teórica

- Com avaliação escrita

Formação Prática

- Ministrada pelos Supervisores AFOCELCA

Avaliação Física

- Executada por licenciado em Educação Física

Avaliação Psicológica

- Executada por licenciado em Psicologia



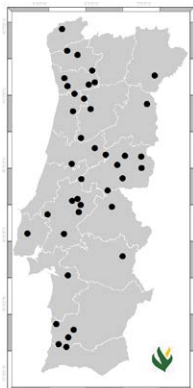
- Seleção do pessoal:
 - Testes Físicos
 - Capacidade aeróbica
 - Composição corporal (massa livre de gordura)
 - Umbral aeróbico
 - Testes Médicos
 - Controlo cardiovascular
 - Controlo físico (deficiências motoras ou impeditivas).
 - Controlo doenças e/ou infeções impeditivas
 - Testes Psicológicos
 - Nível escolaridade
 - Experiencia combate incêndios
 - Nível de inteligência
 - Rasgos da personalidade.





- 1 Central de Operações
- 3 Supervisores de Proteção
- 18 Oficiais de Ligação nos distintos CDOS
- 3 Torres de Vigia integradas na RNPV
- 37 Unidades de Prevenção e Vigilância (UPV)
- 17 Equipas de Combate Terrestre (ECT)
- 3 Equipas de Combate Helitransportadas (ECH)
- 3 Helicópteros - CELCA
- 5 Bulldozer em pré-ativação
- 45 Colaboradores das empresas

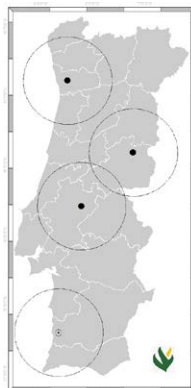
Unidades Prevenção e Vigilância

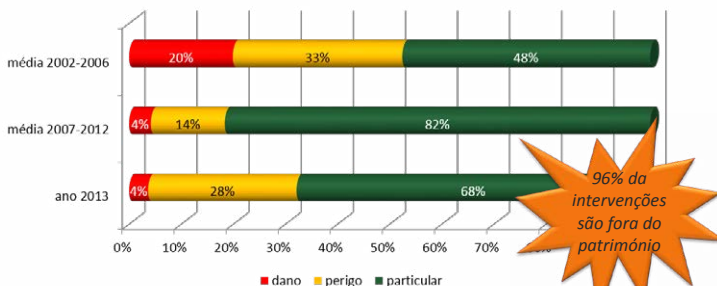


Equipas Combate Terrestre



Equipas Combate Helitransportadas





- Em 2013 a AFOCELCA esteve envolvida em 3.903 incêndios, teve participação ativa em 1.243 Teatros de Operações e apenas em 144 vezes combateu dentro do seu património.
- A AFOCELCA não recebe qualquer financiamento ou apoio do estado.

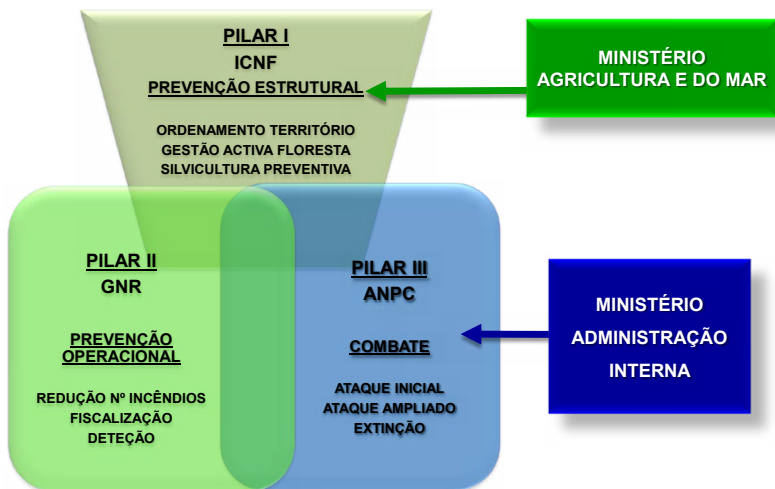
Porque acreditamos no slogan:



A coordenação e a colaboração com a ANPC, GNR, ICNF e todas as entidades envolvidas na DFCI assumem importância fundamental para a AFOCELCA, quer do ponto de vista da estratégia global de ataque aos incêndios, quer em especial da atuação das equipas e pessoal no Teatro de Operações.



Desde 2005 a AFOCELCA integra o dispositivo nacional de defesa da floresta contra incêndios, da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC).



1. Adoção de um Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, com metas e objetivos claros e mensuráveis.
2. Adoção de uma filosofia de Comando único na ANPC e legislação adequada
3. Estratégia para ataque aos incêndios
 - Tempos de chegada
 - Golpe único – ataque massivo
4. Conhecimento florestal começou a ser interiorizado na decisão no T.O.
5. Meios disponíveis (equipamento, estradas e pontos de água).
6. Utilização de máquinas de rastos nalguns TO ou GIF.
7. Gestão e controlo dos meios aéreos



- Abandono do território rural e uso incorreto do fogo
- Falta de ordenamento do território
- Incumprimento das responsabilidades individuais
- Incumprimento da responsabilidade social
- Dificuldade de priorização do combate



O que podemos fazer mais e melhor:

- Gradar terrenos em redor da aldeia.
- Sensibilizar população e ensinar a queimar bem.
- Apoiar as queimadas com recurso a sapadores/bombeiros
- Informar dos perigos pessoais e danos à floresta.
- Patrulhar e vigiar.
- PUNIR



O que podemos fazer mais e melhor:

- Prevenção na área da Proteção Civil
- Municípios (regulação e fiscalização dos perímetros urbanos)
- Sensibilizar proprietários para limparem em redor casas
- Patrulhar e vigiar - PUNIR infratores
- Responsabilizar Autarcas
- Melhorar a priorização no combate



O que podemos fazer mais e melhor:

- Municípios (contenção dos perímetros urbanos)
- Sensibilizar industriais (responsabilidade social)
- Informar sobre perigos pessoais e danos materiais
- Patrulhar e vigiar, PUNIR empresas infratoras
- Responsabilizar Autarcas
- Contabilizar custos do combate e informar ou cobrar aos responsáveis



O que podemos fazer mais e melhor:

- Informar para mudar comportamentos
- Explicar e demonstrar a importância e o valor da floresta
- Informar a população sobre as suas responsabilidades
- Ensinar a limpar e envolver comunidades
- Informar sobre o risco
- Relembrar consequências da negligência para o próprio e para os outros
- Explicar a Lei e mostrar consequências para os infratores
- Em última instância fazer cumprir a Lei.

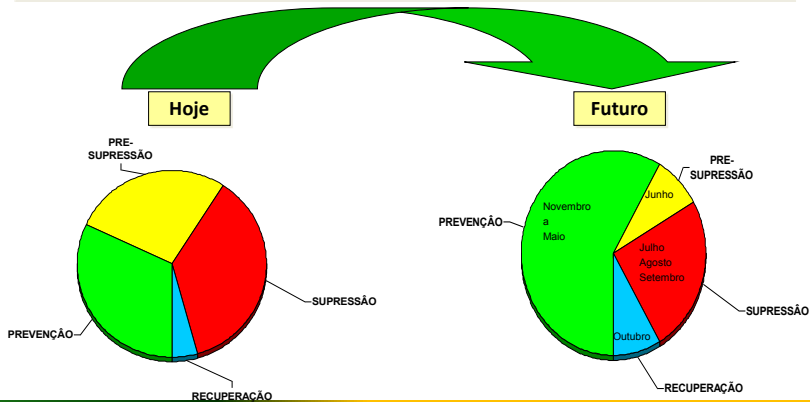


1. Definir a floresta como uma prioridade política
 - Valorização social da atividade
 - Integração das políticas públicas (ordenamento território e políticas agrícolas).
 - Realização do cadastro
2. Operacionalização da prevenção
 - Orientação dos estímulos à silvicultura preventiva
 - Câmaras a receberem apoios em função da diminuição das ignições
 - Dedução fiscal das despesas em silvicultura preventiva
3. Fiscalização e aplicação da Lei (queimadas)
4. Sistema de detecção (24h e precisão na detecção)
5. Competências (base e florestais) dos recursos humanos envolvidos
6. Comando e controlo do programa dos Sapadores Florestais
7. Avaliação internacional periódica ao sistema nacional de DFCI



Transformar o atual paradigma

Representação ilustrativa do esforço comparativo entre as 4 principais atividades de DFCI



www.afocelca.com

altri grupo Portucel Soporcel



Redefinição das prioridades

1ª Prioridade : “Evitar e Reduzir as ignições”

- Educação e Sensibilização
- Informação ao público de risco
- Aplicação da lei Vigilância de comportamentos



www.afocelca.com

altri grupo Portucel Soporcel

Redefinição das prioridades

2ª Prioridade: “Reduzir o impacto do incêndio”.

- Ordenamento e Planeamento florestal
- Gestão de combustível (mecânico, pastagens e fogo)
- Gestão de combustíveis ao nível da paisagem
- Padrões de corte e desbastes
- Remoção de resíduos de exploração
- Vigilância e detecção pronta e precisa
- Construção de estradas e pontos de água
- Treino e prontidão dos operadores de detecção e combate



Redefinição das prioridades

3ª Prioridade: “Mitigar as consequências”.

- Detecção oportuna
- Despacho inteligente
- Combate eficaz e eficiente
- Recuperação de salvados
- Reabilitação de solos, fauna e flora





PREVENÇÃO

Melhorar a Investigação e Divulgação das Causas dos incêndios.

- Identificação e localização dos agentes de riscos
- Identificação da janela de oportunidade em que é provocada a ocorrência
- Detalhe e Tipificação específica das causas
- Distribuição espacial das causas e ocorrências



PREVENÇÃO

Redesenhar as campanhas de sensibilização procurando:

- Manter um 1º nível com uma campanha em massa de carácter ou cobertura nacional com conteúdos gerais que impactem todo tipo de público-alvo, ao exemplo de “Portugal sem fogos depende de todos”
- Desenhar um 2º nível de campanhas locais, focadas às zonas com maior número de ignições e dirigidas para um público-alvo específico, segundo agentes de risco e conforme a realidade local da zona em causa, exemplo, Pastorícia, queima de lixo, queimadas em geral, lançamento de foguetes, negligencias, etc..



PREVENÇÃO :

Iniciar um extenso e planificado programa de Prevenção Estrutural

- Estabelecer rigor sobre as normas da silvicultura preventiva segundo a zona
- Preparar e executar planos de redução de combustíveis e/ou limpezas em zonas prioritárias
- Planear e executar a gestão dos combustíveis à escala da paisagem
- Executar à escala municipal, para:
 - Reduzir os combustíveis em zonas críticas;
 - Reduzir velocidade de propagação do fogo;
 - Garantir a máxima eficiência para os recursos financeiros disponíveis

Todas estas atividades de Prevenção, para além de manter a floresta em melhores condições de segurança contra os incêndios, facilitarão o trabalho e o sucesso das forças de combate em caso de ocorrência de incêndios.



PRESUPRESSÃO

Melhorar e Estandardizar os CDOS, nomeadamente:

- Procedimentos operacionais
- Sistemas de informação e equipamentos em geral
- Formação, acreditação e treinos dos operadores, chefes de sala e oficiais de ligação
- Flexibilizar e rever as normas de despacho e evitar eventuais incêndios virtuais para alocação de meios aéreos de ataque inicial.



PRESUPRESSÃO : Índices de Risco

- Melhorar e/ou reavaliar o sistema de prognósticos de Índice de Riscos de incêndios.
- Avaliar a fiabilidade do Índice FWI, especialmente o Índice Combinado
- Realizar os ajustes necessários conforme as diferentes zonas do país
- Incorporação do modelo de combustível “Eucalipto” no cálculo dos índices
- Clarificar os procedimentos de cálculo e origem dos dados dos diferentes índices
- Melhorar e antecipar a divulgação dos diferentes índices calculados pelo IPMA e ICNF



PRESUPRESSÃO: Índices de Risco

- Antecipar a difusão do índice de risco estrutural do ICNF.
- Incorporar os modelos de simulação da propagação dos incêndios na tomada de decisões no CNOS/CDOS mas especialmente nos PCOC.
- Desenvolver modelos de previsão do número de ocorrências numa base diária e com ajuste espacial.

É de realçar que neste momento, a par da deteção e da prevenção, este é um dos pontos mais fracos na Presupressão em Portugal.

A ausência deste tipo de inteligência compromete o sucesso, pelo que na nossa opinião, é imprescindível a resolução desta lacuna.



COMBATE : Operações aéreas

Melhorar as operações aéreas, especialmente nas operações com mais de 2 meios aéreos a atuar num determinado teatro de operações (TO).

- Incorporar a função de coordenação aérea nos TO
- Realizar um curso de formação para coordenadores de Operações aéreas
- Utilizar aeronaves aviões ou helicópteros ligeiros para a coordenação aérea nos TO
- Utilizar tecnologia e inteligência artificial nestas operações (sensores de áreas quentes, filmagens, medições de áreas, etc.).



COMBATE : Operações terrestres

Melhorar a capacidade de combate terrestre aos incêndios.

- Criação de forças especiais de combate terrestre similar aos FEB/GIPS
- Melhorar a formação do pessoal em utilização de material sapador e construção de linhas de controlo no perímetro dos incêndios
- Incorporação da utilização de maquinaria (bulldozer), para construção de linhas de controlo no perímetro .

Testar a capacidade do DECIF em situações extremas:

- Realizar simulacros de incêndio de magnitude
- Simulacro de alta ocorrência e simultaneidade
- Simulacro de incêndio em interface urbano-florestal



USO DO FOGO

Melhorar a utilização do Fogo como ferramenta para a DFCI

- Administrar e não Proibir
- Fomentar, orientar e ensinar a utilização segura do fogo e não dificultar
- Calendarizar e apoiar as queimadas para pastorícia ou outras atividades agrícolas
- Promover e difundir os cursos de formação no país, simples e viáveis
- Facilitar e simplificar a credenciação de pessoal qualificado, revendo os requisitos atuais.



Investigação & Desenvolvimento

- Difusão, utilização e operacionalização da investigação realizada em Portugal
- Construir um Índice de Probabilidade de Ocorrência de incêndios, em função das zonas e condições meteorológicas nas distintas épocas do ano
- Realizar estudos de Comportamento do fogo em combustíveis existentes em Portugal
- Rentabilização das infraestruturas de Investigação e Formação existente no país, nomeadamente o Laboratório de estudos de Incêndios Florestais da ADAI em Coimbra
- Classificação e caracterização física dos Combustíveis florestais presentes em Portugal



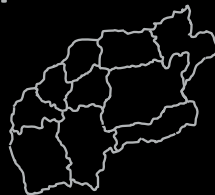
BREVE APRESENTAÇÃO SOBRE A REALIDADE DO DISTRITO DE VIANA DO CASTELO

CODIS Viana do Castelo

Comando Distrital

Operações Socorro

Viana do Castelo



Grupo de Trabalho

para Análise da Problemática dos Incêndios Florestais

12 Fevereiro 2014

o Distrito



10 Concelhos

208 Freguesias (290)

244 836 Residentes

2 255 km² Área

Concelho	Habitantes	Hab/Km ²	Área
Arcos de Valdevez	22847	51	448 km ²
Caminha	16684	122	136 km ²
Melgaço	9213	39	238 km ²
Monção	19230	91	211 km ²
Paredes de Coura	9198	66	138 km ²
Ponte da Barca	12061	66	182 km ²
Ponte de Lima	43498	136	320 km ²
Valença	14127	120	117 km ²
Viana do Castelo	88725	278	319 km ²
Vila Nova de Cerveira	9253	85	108 km ²

Fonte ANMP

principais riscos

RISCOS NATURAIS

Incêndios Florestais

Cheias e Inundações

Deslizamentos Terras

Queda de Neve

Erosão Costeira

Ciclones / Tempestades

Sismos

RISCOS TECNOLÓGICOS

Acidentes Rodoviários/Ferroviários

Incêndios Urbanos / Industriais

Acidentes Transp Mat Perigosas

Acidentes Pirotécnicos

Poluição Ambiental

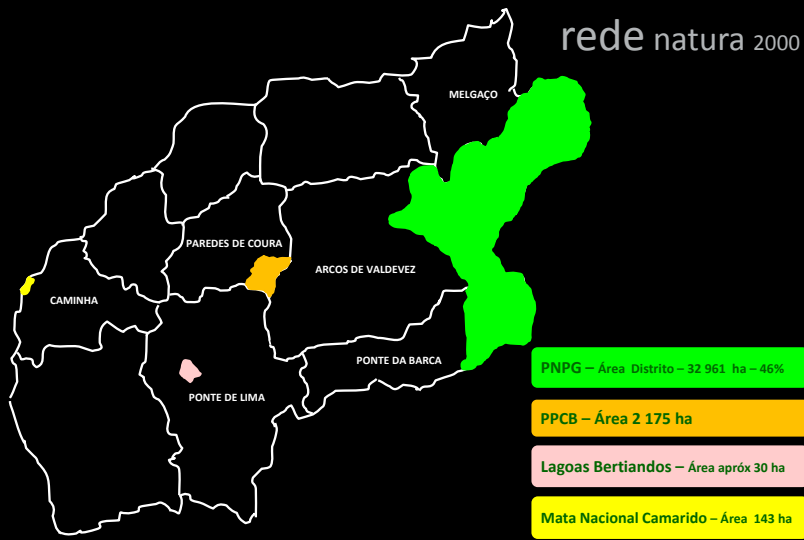
Colapso estruturas

Ruptura de Barragens

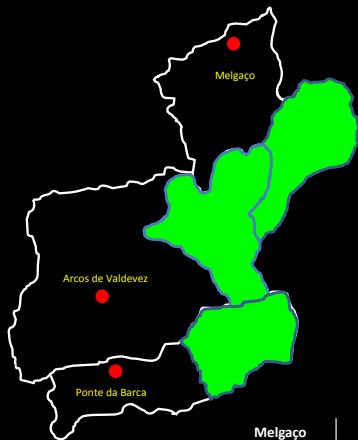
Riscos identificados no PDE de Viana do Castelo

áreas protegidas

rede natura 2000



parque nacional peneda-gerês



Distâncias Corpos de Bombeiros

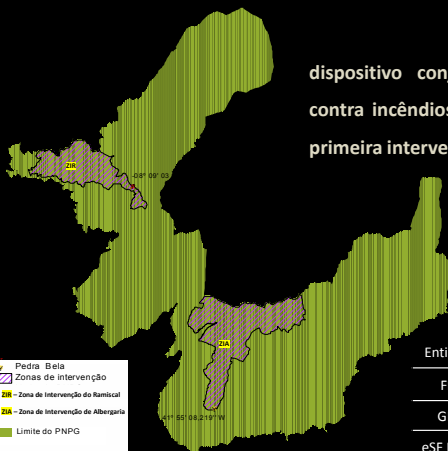
ao centro da freguesia

Melgaço Freguesia	Km's
Castro Laboreiro	20,5
Lamas de Mouro	17,5

Ponte Barca Freguesia	Km's
Britelo	13,1
Entre-Ambos-Rios	16,8
Ermida	18,9
Germil	20,8
Lindoso (Muro)	25,2 – 43,7

Arcos Valdevez Freguesia	Km's
Cabana Maior	13,1
Cabreiro	16,8
Gavieira	33,5
Gondoriz	16,1
Sistelo	21
Soajo	19,5

plano de operações nacional parque nacional peneda-gerês



dispositivo conjunto de defesa da floresta contra incêndios, nos domínios da vigilância e primeira intervenção:

Início Fase CHARLIE

v	Pedra Bela
▨	Zonas de intervenção
▨	Zona de Intervenção do Ramiscal
▨	Zona de Intervenção do Albergaria
▨	Limite do PNPG

Entidade	Meios	Localização	Horário
FEB	1 eq – 4 elem	ZIR Ramiscal	24h
GIPS	1 eq – 4 elem	ZIR Albergaria	12h D
eSF PNPG	1 eq – 4 elem		12h N

forças de empenhamento permanente

Bombeiros	N.º Corpos Bombeiros	Pessoal*			
		N.º elementos Quadro Comando	N.º elementos Quadro Activo	Total de Pessoal na Actividade	N.º elementos Quadro Reserva
	12	27	588	615	437

Equipas de Intervenção Permanente (EIP)	N.º Equipas Instaladas	Total de Bombeiros
	2	10

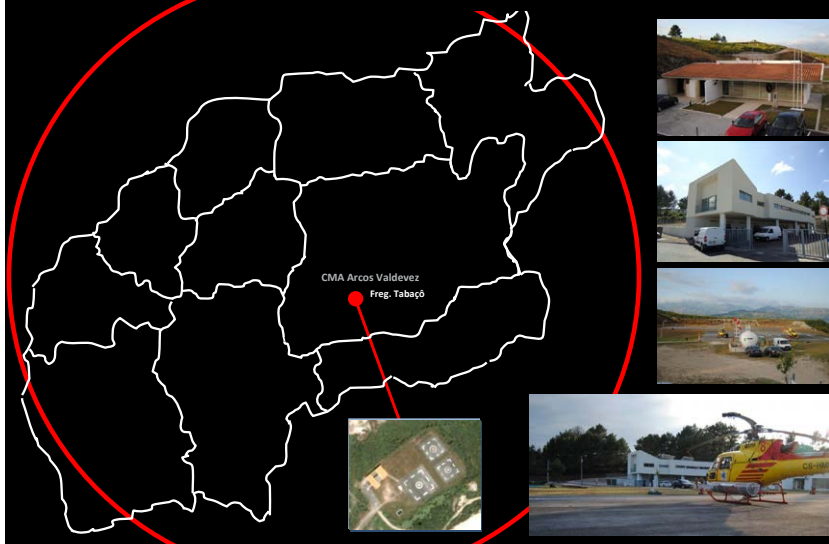
*Fonte RNBP de 10FEV14

forças de empenhamento permanente

Grupo de Intervenção Protecção e Socorro (GIPS)	Veículos	Operacionais	Valências no Distrito
	6	28	- 1.ª Intervenção Incêndios Florestais - Busca e Resgate em Montanha

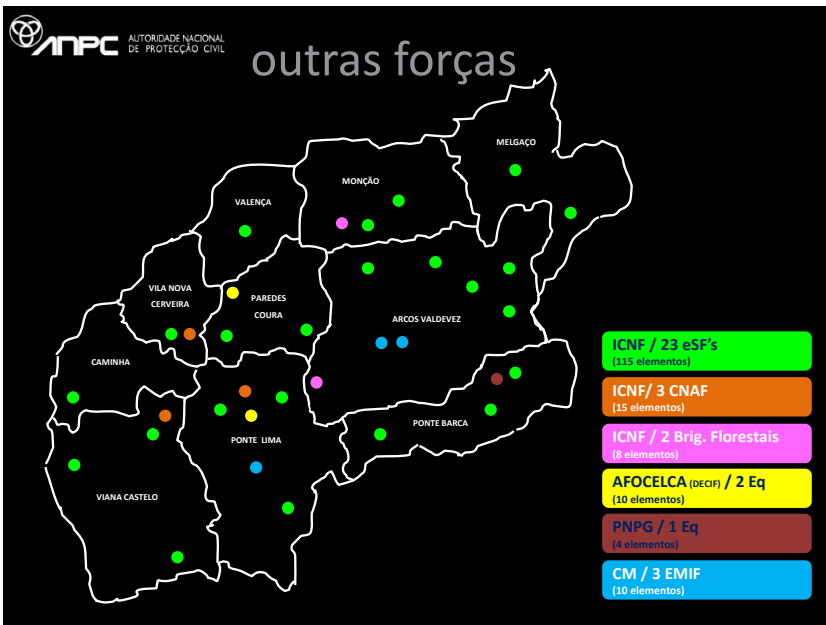
Na Fase Charlie do Dispositivo não dispõe de efectivo para apoio com Equipas Terrestres, em face da necessidade de guarnecerem os meios aéreos de ATI, bem como apoiarem o PONG, no distrito de Braga.

centro meios aéreos



pontos de água / meios aéreos

Concelho	Área Total Concelho	Nº Total Freguesias	Nº Total PAMA	PAMA INOP (2013)
Arcos de Valdevez	448 km ²	36	27	2
Caminha	136 km ²	14	16	-
Melgaço	238 km ²	13	10	-
Monção	211 km ²	24	12	-
Paredes de Coura	138 km ²	16	19	-
Ponte da Barca	182 km ²	17	13	-
Ponte de Lima	320 km ²	39	26	7
Valença	117 km ²	11	14	1
Viana do Castelo	319 km ²	27	25	3
Vila Nova de Cerveira	108 km ²	11	13	-



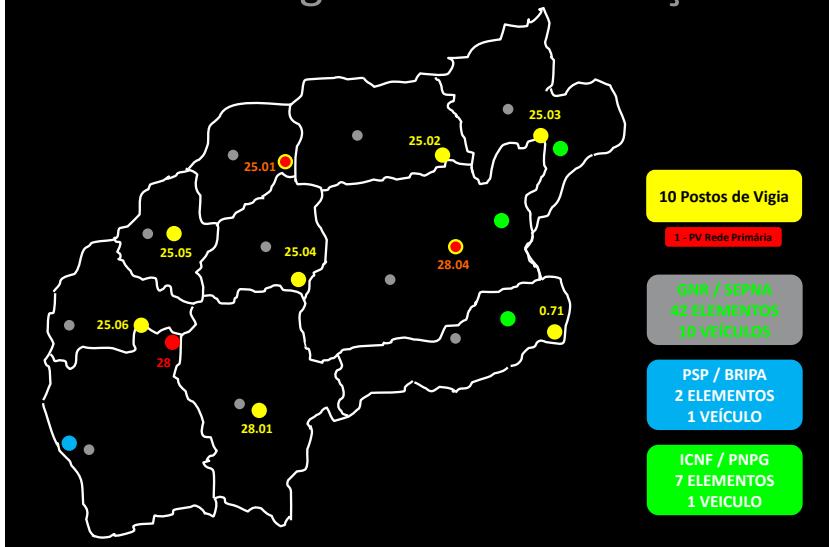
ANPC AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL

Protecção Civil no âmbito municipal

(a) Comandantes Operacionais Municipais (COM)	Total nomeados	Proveniência (origem)		
		SMPC	CB	GTF
	4	-	2 ^(b)	2

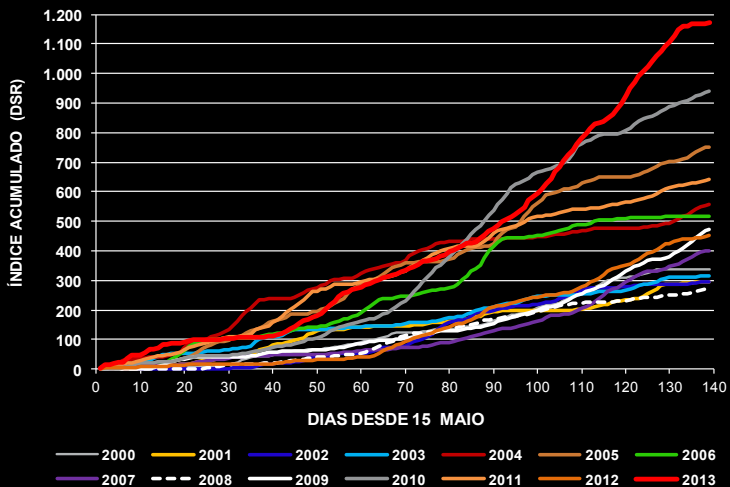
(a) Caminha, Valença, Vila Nova de Cerveira e Viana do Castelo
 (b) Comandante CBM de Viana do Castelo – Por inerência

vigilância e fiscalização



Índice de Severidade Diária

Índice de Severidade Diária - Média Distrito Viana do Castelo

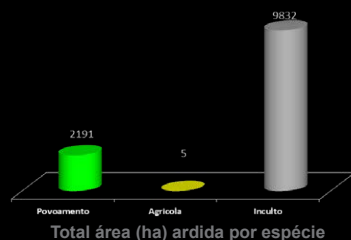
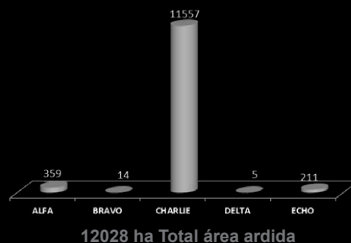
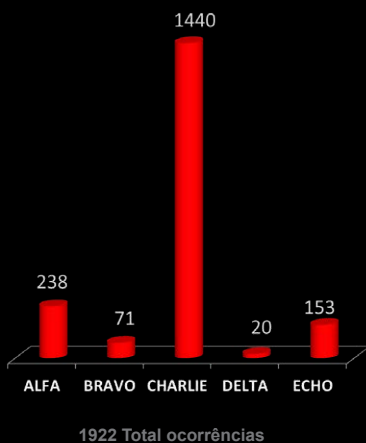


Dados ICNF

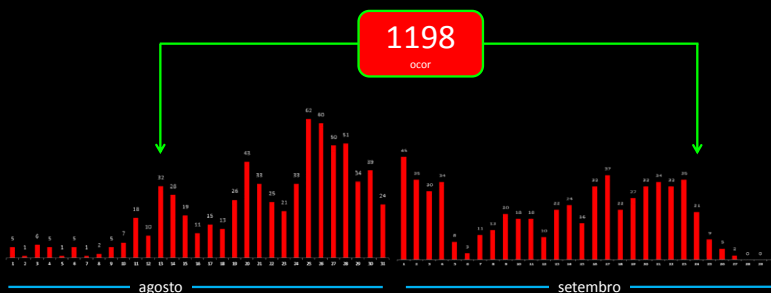
Quadro 2 – Número de ocorrências e área ardida, por distrito, entre 1 de janeiro e 15 de outubro de 2013

Distrito	Ocorrências			Reac.	Área ardida (ha)		
	Incêndios florestais	Fogachos (Área<1ha)	Total		Povoamentos	Matos	Total Florestal
Aveiro	93	1.416	1.509	141	1.869	365	2.234
Beja	23	26	49	0	462	117	579
Braga	605	1.409	2.014	169	3.377	5.869	9.246
Bragança	180	240	420	14	5.014	17.791	22.805
Castelo Branco	48	300	348	3	1.507	1.410	2.917
Coimbra	54	638	692	10	2.048	1.146	3.194
Évora	30	20	50	0	358	57	415
Faro	13	236	249	1	16	505	521
Guarda	192	225	417	30	2.411	6.892	9.303
Leiria	44	293	337	24	497	1.826	2.323
Lisboa	155	972	1.127	1	49	466	515
Portalegre	22	44	66	0	689	94	783
Porto	673	5.228	5.901	338	6.109	8.168	14.277
Santarém	49	295	344	1	483	147	630
Setúbal	37	506	543	6	246	232	478
Viana do Castelo	451	1.202	1.653	389	3.195	8.538	11.733
Vila Real	450	801	1.251	75	7.850	16.048	23.898
Viseu	433	1.466	1.899	243	16.004	19.089	35.093

estatística 2013: por Fases



período maior empenhamento



1440
Ocorrências
Fase Charlie

1198
Ocor/43 dias

médias

28 ocor/dia
83% Total ocor/Charlie

grandes ocorrências 2013: =>100ha

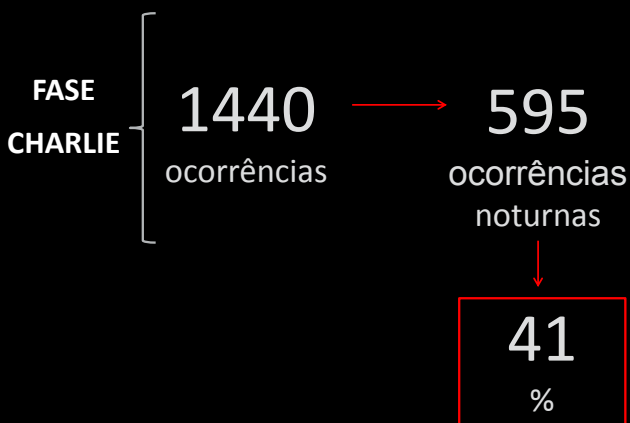
Oc/Dia	Natureza	Data Início	Entidade Resp.	Freguesia	Ha
26	Inculto	19-08-2013 2:33	CBV Arcos Valdevez	Extremo	297.9
"	Inculto	19-08-2013 6:01	CBV Melgaço	Fiaães	388
"	Inculto	19-08-2013 11:13	CBV Melgaço	Cousso	690
43	Inculto	20-08-2013 21:12	CBM Viana do Castelo	Montaria	537.69
33	Inculto	24-08-2013 15:07	CBV Ponte de Lima	Moreira do Lima	121
"	Pov	24-08-2013 15:07	CBV Caminha	Dem	351.61
"	Inculto	24-08-2013 23:35	CBV Ponte de Lima	Correilhã	865
62	Inculto	25-08-2013 1:01	CBV Ponte de Lima	Gemieira	120
60	Inculto	26-08-2013 0:31	CBV V N de Cerveira	Cornes	205
"	Pov	26-08-2013 15:39	CBV Arcos Valdevez	Cabreiro	231.6
35	Inculto	02-09-2013 6:46	CBV Monção	Lordelo	614
"	Inculto	02-09-2013 10:22	CBV Caminha	Cristelo	673.09
30	Inculto	03-09-2013 21:32	CBV Monção	Merufe	118
18	Inculto	10-09-2013 19:35	CBV Ponte da Barca	Britelo	136.2
18	Inculto	11-09-2013 14:18	CBV Valença	Boivão	119.9
22	Inculto	13-09-2013 13:37	CBM Viana do Castelo	Outeiro	1167.22
24	Pov	14-09-2013 12:29	CBV Arcos Valdevez	Gondoriz	442.4
37	Pov	17-09-2013 11:15	CBV V Praia Âncora	Moledo	195.83
22	Inculto	18-09-2013 13:47	CBV Arcos Valdevez	Gondoriz	100
"	Inculto	18-09-2013 16:45	CBV Arcos Valdevez	Cabreiro	100.1
27	Pov	19-09-2013 13:00	CBV Arcos Valdevez	Miranda	154.8
34	Inculto	21-09-2013 13:22	CBV Arcos Valdevez	Vale	256.1
32	Inculto	22-09-2013 11:43	CBV Monção	Abedim	112
"	Inculto	22-09-2013 14:28	CBV Arcos Valdevez	Cabreiro	813
"	Inculto	22-09-2013 15:34	CBV Arcos Valdevez	Prozelo	150.8
Total	25				8 961

Ocor. noturnas

grandes ocorrências /2009 a 2013

Ano	Nº Ocor	Área ardida (ha)	% Área Total ardida
2009	8	1 703	28 %
2010	45	18 457	73 %
2011	11	2 396	39 %
2012	1	329	11 %
2013	25	8 961	74 %

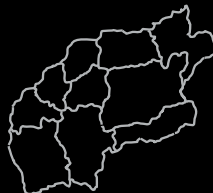
ocorrências noturnas



Comando Distrital

Operações Socorro

Viana do Castelo



Grupo de Trabalho
para Análise da Problemática dos Incêndios Florestais

Obrigado

12 Fevereiro 2014



**APRESENTAÇÃO EM *POWERPOINT* E DOCUMENTO
EM *PDF* ONDE SE PODEM VER AS INSTALAÇÕES
E AS CONDIÇÕES QUE OFERECE A BASE DE APOIO
LOGÍSTICO DE PAREDES**

CODIS Porto



AUTORIDADE NACIONAL PROTEÇÃO CIVIL



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

COMANDO DISTRITAL DE OPERAÇÕES DE SOCORRO DO PORTO



12FEV2014



Sumário



DECIF 2013 - AVA



Incêndios e Área Ardida - FASE BRAVO + CHARLIE + DELTA

RESUMO		
FASES	Ocorrências	Área Ardida (ha)
FASE BRAVO – (15MAI a 30JUN13)	673	409,26
FASE CHARLIE – (01JUL a 30SET13)	5040	11037,20
FASE DELTA – (01OUT a 31OUT13)	25	82,71
TOTAIS	5738	11529,17

DECIF 2013 – AVA



Incêndios e Área Ardida (COMPARATIVO) - FASE BRAVO + CHARLIE + DELTA

Ano 2012	
3143	Ocorrências
1722	Área ardida (ha)

Ano 2013	
5738	Ocorrências
11529	Área ardida (ha)

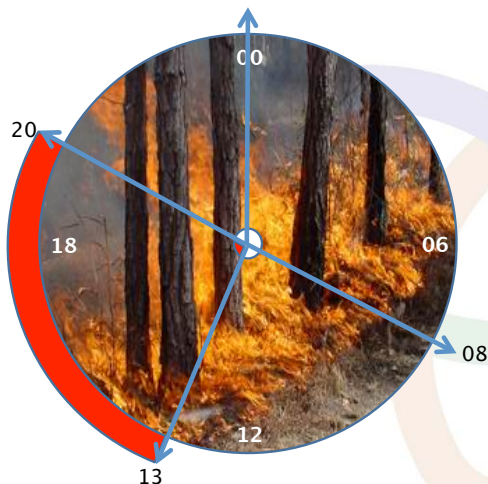
Comparativo 2012/13	
+2595	Ocorrências
+9807	Área ardida (ha)

DECIF 2013 – AVA





Ocorrências por períodos do dia



DECIF 2013 - AVA



Incêndios e Área Ardida - ANUAL

Ano 2012	
5125	Ocorrências
3693	Área ardida (ha)

Ano 2013	
6226	Ocorrências
13985	Área ardida (ha)

Comparativo 2012/13	
+1101	Ocorrências
+10292	Área ardida (ha)

DECIF 2013 - AVA





Dispositivo Fase CHARLIE (01 Julho a 30 Setembro)



3.º Pilar
Combate



equipas de combate (ECIN)	55
equipas logísticas (ELAC)	18
viaturas	73
recursos humanos	311

DECIF 2013 – AVA



Meios Aéreos ATI



432
312h36'
3241



380
350h27'
3088

TOTAL

812
663h03'
6329

DECIF 2013 – AVA





Actuação de Grupos de Reforço no Distrito

Concelho	2013
Amarante	3 GRIF1 Leiria GRIF3 Vila Real GRUATA Setúbal
Gondomar	4 GRUATA FEB GRUATA Leiria GRUATA 01 Lisboa GRUATA 02 Lisboa
Marco de Canaveses	4 GRUATA Santarém GRUATA Setúbal GRUATA FEB GRIF1 Castelo Branco
Paços de Ferreira	5 GRUATA Castelo Branco (2) GRUATA FEB (2) GRUATA Leiria
Paredes	2 GRIF1 Lisboa GRUATA Leiria
Penafiel	1 GRUATA Setúbal
TOTAL	19

Outros Reforços no Distrito

Gondomar	1 EPCO
----------	--------

DECIF 2013 – AVA



Grupos de Reforço balanceados para Fora do Distrito

TOTAIS	GRUATA	GRIF 13.01	GRIF 13.02
Nº de Missões	10	9	2
Nº de dias empenhados	36	20	6
Total de Missões	21		
Total de dias empenhados	62		

Outros Meios balanceados para Fora do Distrito

EPCO	3
VCOC 13	2

DECIF 2013 – AVA





Base de Apoio Logístico



BAL Paredes	
1302	Bombeiros
313	1.ª Ref
472	2.ª e 3.ª Ref
266	Dormidas
1485	Combustível (lt)
371	Veículos
2	Eq APsic INEM
1	EPCO

DECIF 2013 - AVA



Análise Exaustiva



	POSITIVO	NEGATIVO
INTERNOS	Forças (S)	Fraquezas (W)
EXTERNOS	Oportunidades (O)	Ameaças (T)

DECIF 2013 - AVA





MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

PORQUE... **Portugal sem fogos depende de todos.**



BAL PAREDES

Descrição de Áreas Exteriores

Área de Estacionamento Auto - 1.800m²



Área de Parada - 2.500m²

Instalações Sanitárias



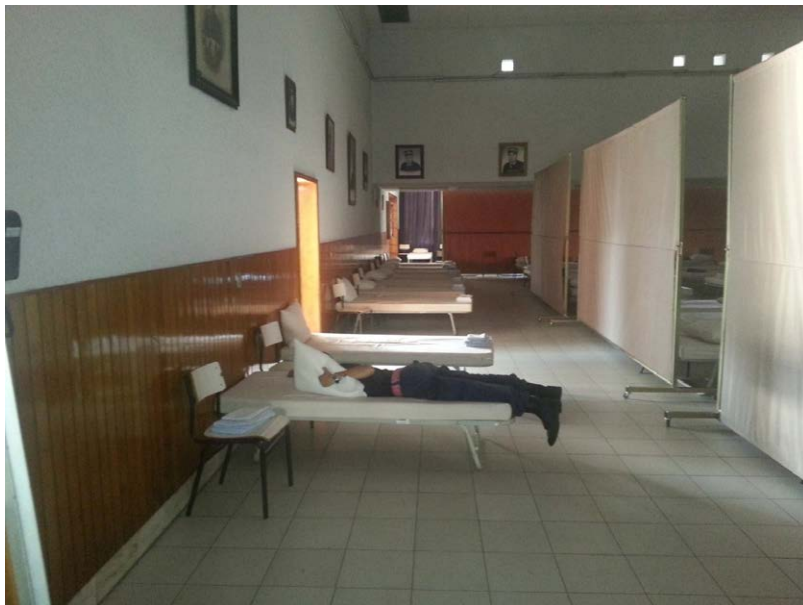
MANUTENÇÃO PREVENTIVA GRUATA FEB



Balneário



SALÃO COM DIVISÃO DE CAMAS INDIVIDUAIS PARA 3 GRIF



Instalações Sanitárias



Cozinha



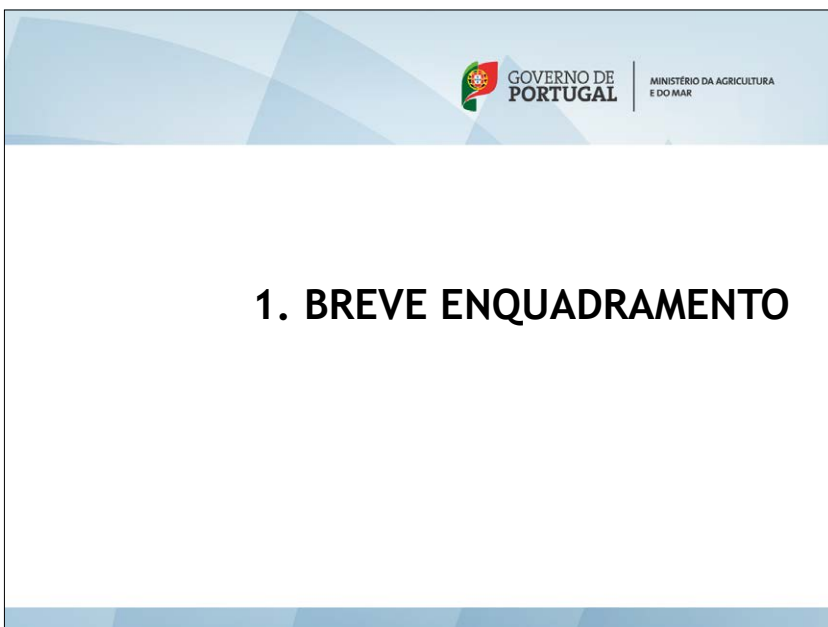
Refetório / Sala de Convívio





INICIATIVAS FLORESTA – BREVE APRESENTAÇÃO E PONTO DA SITUAÇÃO

Apresentação feita pela ministra da Agricultura e do Mar durante a audição de dia 05.03.2014



Porquê

Porque a floresta tem valor

A importância da Floresta para o país é inquestionável, na economia, no território, no meio ambiente, na sociedade.

Porque há bons exemplos na floresta

Mostrar o que se faz de bom na Floresta em Portugal (que é muito mais do que o que acontece de menos bom), e colocar a Floresta na agenda da sociedade fora do período de incêndios.

Porque o Governo está empenhado em promover e valorizar a floresta

A Comissão Interministerial para os Assuntos Florestais (CIAF), criada na Lei de Bases da Política Florestal em 1996, será pela primeira vez acionada neste Governo (reunião prevista para fevereiro 2014).

O envolvimento, para além do MAM, de diversos ministérios (MF, MDN, MAI, MJ, MADR, ME, MAOTE e MEC) evidencia a pluridisciplinaridade da Floresta e a concertação existente no seio do Governo.

6 milhões ha
de floresta constante
em Portugal continental.

3 milhões ha
de povoamentos
florestais
compostos por
a mais de duas
espécies de árvores
de diferentes
classes de altitude.

+90%
de fomento
de florestas
e pastagens.

100.000
postos de trabalho
ligados à floresta
em 10 anos.

1.100
milhões de euros
compostos por
subsídios, apoios
financeiros, seguros,
etc.

10%
das exportações
nacionais
de produtos
florestais portugueses.

2,000
milhões de euros
de investimento
florestal para o PIB nacional.

2. PRINCIPAIS INICIATIVAS

A. Legislativas

1. Revisão do regime jurídico das Zonas de Intervenção Florestal (ZIF)
2. Bolsa de Terras
3. Fiscalidade para a floresta
4. Outras iniciativas no MAM (ENF, PROF, PNDFCI, POSF, Lei da estruturação fundiária, Plataforma de acompanhamento das relações nas fileiras florestais)
5. Outras iniciativas em curso no âmbito do Governo

B. Operacionais

1. Concretização das intervenções de Defesa da Floresta contra Incêndios (DFCI): planeamento, dispositivo de prevenção, infraestruturação e sensibilização
2. Coordenação interministerial
3. Valorização da produção florestal e incentivo ao investimento
4. Investigação e conhecimento

C. Portugal 2020

1. Programa de Desenvolvimento Rural
2. Fundos da Coesão

D. Iniciativas públicas de sensibilização

A. Iniciativas legislativas

A. Iniciativas legislativas

1. Revisão do regime jurídico das Zonas de Intervenção Florestal (ZIF)

- ✓ **Objetivo:** dinamizar a sua criação e funcionamento. Reforço do seu papel enquanto gestor do território.
- ✓ **Ponto de situação:** aprovado em RCM em Dezembro, e já publicada em DR

2. Bolsa de Terras

- ✓ **Objetivo:** disponibiliza para arrendamento, venda ou para outros tipos de cedência as terras com aptidão agrícola, florestal e silvopastoril do domínio privado do Estado, das autarquias locais e de quaisquer outras entidades públicas, ou pertencentes a entidades privadas
- ✓ **Ponto de situação:** A Bolsa foi operacionalizada em maio de 2013. No arranque foram colocadas essencialmente terras de entidades privadas. Neste momento já foram carregadas as primeiras terras do MAM (700 ha). Neste momento estão disponíveis no seu conjunto, 1.640 hectares. Foram efetuadas até ao momento 5 transações (62,1 ha)

A. Iniciativas legislativas

2. Bolsa de Terras (cont.)

- ✓ Foi promulgado e publicado o DL de cedência de terras do Estado
- ✓ Está em fase final de elaboração a proposta de lei para procedimento e registo do reconhecimento das **terras sem dono conhecido e sem utilização agrícola, florestal ou silvopastoril**
- ✓ Em breve, entrará em funcionamento o coordenador da Bolsa de Terras, com a missão de divulgar, explicar e promover por todo o país a BT, esclarecendo nomeadamente o regime das terras sem dono conhecido, através de uma articulação estreita com todos os atores, nomeadamente as freguesias

3. Fiscalidade para a floresta

- ✓ **Objetivo:** pretende-se adequar o regime fiscal às especificidades da atividade de exploração florestal - ciclos de investimento de extrema longevidade aliados a acentuado desfasamento temporal entre despesas e receitas. Além disso, a estrutura fundiária florestal encontra-se pulverizada em parcelas dispersas de reduzida dimensão média.
- ✓ **Principais ações:** No âmbito dos trabalhos das comissões “fiscalidade verde” e “revisão do código de IRS”, procuraremos que as especificidades dos investimentos nas florestas sejam refletidas nas propostas que vierem a ser apresentadas.

A título de exemplo, no âmbito da Reforma do IRC, tornou-se possível amortizar os investimentos florestais em 25 anos (especial impacto no montado de sobro, no pinhal bravo e demais espécies autóctones)

4. Outras iniciativas MAM

- ✓ **Estratégia Nacional para as Florestas (ENF)** - entra em consulta pública este mês de Março, e será aprovada por Resolução de CM
- ✓ **Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF)** - foi já publicada a Portaria e Despacho que dão início ao processo da sua revisão (a concluir no prazo de 1 ano)
- ✓ **Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI)** - avaliação externa em curso (a concluir até Abril 2014)
- ✓ **Programa Operacional para a Sanidade Florestal (POSF)** - a aprovar por Resolução de Conselho de Ministros no 1º Trimestre de 2014
- ✓ **Atualização da regulamentação de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI)** - fogo técnico, pontos de água, redes de caminhos florestais e equipamentos florestais de recreio (Fevereiro de 2014)
- ✓ **Proposta de lei de estruturação fundiária com a definição da unidade mínima de cultura** aplicada à floresta

A. Iniciativas legislativas

5. Outras iniciativas em curso no âmbito do Governo:

- ✓ Revisão do processo instrutório das coimas por violação das obrigações de Defesa da Floresta contra Incêndios (com MAI)
- ✓ Abertura da credenciação em matéria de Fogo de Supressão (tático e contrafogo) a outras entidades para além do ICNF
- ✓ Cadastro predial (MAOTE e outros)
- ✓

B. Iniciativas operacionais

B. Iniciativas operacionais

1. Defesa da floresta contra incêndios (DFCI)

- ✓ **Planeamento** (situação no final de 2013):
 - Todos os distritos possuem o Plano Distrital (PDDFCI) aprovado.
 - Os Planos Municipais (plurianuais) de 1ª geração estão, na sua generalidade, em revisão. Para 17 municípios há planos de 2ª geração já aprovados
 - Os Planos Operacionais Municipais (anuais) foram apresentados e aprovados em 92% dos municípios de Portugal Continental.
- ✓ **Dispositivo de prevenção**: inclui as equipas de sapadores florestais (178 equipas), o Corpo Nacional de Agentes Florestais (110 elementos), os Vigilantes da Natureza (120 elementos), os técnicos coordenadores da Prevenção Estrutural. Em 2014:
 - Reforço do dispositivo com 17 equipas de vigilância, no âmbito da colaboração com o Exército;
 - Reequipamento de equipas de sapadores florestais.

B. Iniciativas operacionais

1. Defesa da floresta contra incêndios (cont.)

- ✓ **Infraestruturação (prevenção estrutural)**: engloba as redes de faixas de gestão de combustível, mosaicos de parcelas de gestão de combustível, rede de pontos de água e rede viária florestal.

Em 2013, foram executados em todo o país pelas diversas entidades (nomeadamente autarquias, organizações de produtores, ZIFs):

- ✓ 3.130 hectares de rede primária
- ✓ **gestão de combustíveis** em 16.210 hectares (recorrendo a fogo controlado em 580 hectares)
- ✓ Beneficiaram-se 450 pontos de água e 3.780 km de rede viária.

Para 2014 está previsto executar apenas pelo ICNF e no contexto da colaboração com o Exército:

- ✓ 5.425 hectares de rede primária
- ✓ **gestão de combustíveis** em 2.500 hectares (recorrendo a fogo controlado em 30 ações distintas)
- ✓ Recuperação de 40 pontos de água e de 750 km de rede viária.

B. Iniciativas operacionais

2. Coordenação interministerial e informação

- ✓ Ativação da CIAF (reunião de ativação em Nov2013)
- ✓ Publicação dos resultados do Inventário Florestal Nacional (IFN6)

3. Valorização da produção florestal e incentivo ao investimento:

- ✓ Criação de uma **plataforma de acompanhamento** das relações nas fileiras
 - ✓ Preparação de **instrumentos financeiros** de incentivo à gestão e o investimento na floresta (ex. Fundo Noruega)
 - ✓ Programa de Desenvolvimento Rural 2020
-

B. Iniciativas operacionais

4. Investigação e conhecimento

- ✓ Criação de **centros de competência para o pinheiro, sobreiro e eucalipto**: centros agregadores da informação, investigação e conhecimento em torno de cada fileira de base florestal, envolvendo empresas, universidades, autarquias e organismos centrais de investigação (o primeiro a arrancar será o do Montado e da Cortiça - Março 2104)
-



C. Portugal 2020

C. Portugal 2020



1. No âmbito do **Programa de Desenvolvimento Rural 2020** (a apresentar a Bruxelas até Março de 2014):

- ✓ Desenho e início da implementação da Medida Florestal do PDR 2014-2020, para apoio ao investimento no sector, com ênfase particular em:
 - Incentivo à gestão agrupada (prioridade e majoração)
 - Incentivo à certificação (apoio e prioridade)
 - Incentivo a ações com impacto territorial (ex. regeneração em áreas ardidas)
 - Apoio à rede de faixas de gestão de combustível (defesa da Floresta Contra Incêndios) de execução ao nível das explorações

- ✓ Apoio à criação de Organizações Comerciais de Produtores Florestais tendo em vista a melhoria das condições de acesso aos mercados através da integração vertical na fileira

2. No âmbito dos **Fundos da Coesão** (FC, FSE e FEDER) destaca-se:

- ✓ Apoio à monitorização e valorização dos recursos florestais (Inventário Florestal Nacional (IFN) e caracterização das atividades ligadas às fileiras florestais). Esta informação permitirá dar resposta a processos nacionais e internacionais, dos quais se realça o Protocolo de Quioto.
- ✓ Apoio ao estabelecimento das redes de defesa aprovadas (primária e secundária) nos planos municipais e distritais de defesa da floresta contra incêndios, na lógica da proteção do território (ações de impacto territorial).
- ✓ Apoio a ações de sensibilização e prevenção junto da população para promoção da alteração de comportamentos de risco.
- ✓ Apoio às equipas de sapadores florestais na aquisição de equipamento de sapador florestal.

D. Iniciativas públicas de sensibilização

D. Iniciativas públicas de sensibilização

1. Iniciativa “PORTUGAL PELA FLORESTA”



Arrançou no dia 14 de Janeiro com o Alto Patrocínio do Presidente da República. Visa dar visibilidade às várias temáticas e ações importantes para a floresta.



Durante 2014 serão organizadas sessões de reflexão descentralizadas, bem como iniciativas conjuntas no terreno, nomeadamente:

D. Iniciativas públicas de sensibilização

- ✓ Ministério da Defesa Nacional (Exército) na abertura da rede primária;
- ✓ Ministério da Administração Interna (Secretaria de Estado da Administração Interna, bombeiros e GNR) e Ministro-Adjunto do Desenvolvimento Regional (Secretaria de Estado da Administração Local e autarquias) na abertura de rede secundária (proteção de habitações e aglomerados urbanos), na difusão de informação sobre a legislação de DFCI e na divulgação de informação sobre o risco de incêndio;



D. Iniciativas públicas de sensibilização

1. Iniciativa “PORTUGAL PELA FLORESTA”(cont.)

- ✓ Ministério da Justiça (Estabelecimento Prisional de Coimbra) nos trabalhos de reclusos realizados na Mata do Buçaco
- ✓ Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e da Energia (Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e Conservação da Natureza e ICNF) na divulgação dos valores e serviços ambientais da floresta.
- ✓ Ministério da Educação e Ciência (Escolas), Secretaria de Estado da Juventude e Desportos e organizações juvenis, no âmbito da sensibilização de jovens para a defesa da floresta contra incêndios (ações de voluntariado na Páscoa);
- ✓ Eventos públicos com entidades de forte projeção mediática

D. Iniciativas públicas de sensibilização

1. Iniciativa “PORTUGAL PELA FLORESTA”(cont.)

Articulação com a mídia (imprensa, rádio e televisão)

- ✓ Na divulgação de avisos de risco de incêndio;
- ✓ Na divulgação de mensagens de sensibilização à população sobre o valor da floresta e sobre a prevenção de comportamentos de risco



D. Iniciativas públicas de sensibilização

2. Ação do movimento ECO
3. Sensibilização de comportamentos de risco para Agricultores (entrega de informação pelas associações no preenchimento das candidaturas aos apoios - Fevereiro e Março de 2014)
4. Ação de sensibilização para comportamentos de risco dirigida a pastores
5. Protocolo “Trabalho Social pela Floresta”, a assinar entre ICNF e IIEFP
 - ✓ Protocolo anterior Junho 2012-31 Dezembro 2013
 - ✓ Objetivo 2000 beneficiários
 - ✓ Aplicação: 546 projetos aprovados, com 1879 beneficiários (94% do objetivo)
6. Plano nacional de sensibilização

Em 2014 está prevista a promoção pelo ICNF de 395 ações de sensibilização, além do apoio a várias iniciativas promovidas pela sociedade em geral (privados e outros organismos públicos) em prol da floresta, a que o ICNF se associa.



PLANO ESTRATÉGICO DE FORMAÇÃO DOS BOMBEIROS 2014-2016



Escola Nacional
de Bombeiros

**Plano Estratégico de Formação dos
Bombeiros Portugueses
2014 - 2016**

O Plano Estratégico de Formação dos Bombeiros Portugueses, embora esteja definido para o período 2014-2016, será revisto anualmente por forma a ser adaptado em função das necessidades.

Este Plano Estratégico de Formação dos Bombeiros Portugueses pretende definir políticas e linhas de orientação para a formação e qualificação dos Bombeiros, requisitos indispensáveis para a prossecução da sua missão.

Em matéria de formação os Bombeiros enfrentam dois desafios fundamentais:

- A necessidade de garantir permanentemente o acesso à formação inicial e contínua, na perspectiva de assegurar as competências e qualificações para o desempenho da missão, num universo de considerável rotatividade do seu efetivo;
- A necessidade de garantir a relevância do investimento realizado em formação, concentrando esse esforço na formação adequada às reais necessidades operacionais de cada corpo de bombeiros.

Naturalmente que estes desafios pressupõem uma mudança de postura dos diversos intervenientes no processo formativo e a redefinição do papel da Escola Nacional de Bombeiros e da sua participação no contexto formativo.

Nos termos da legislação em vigor compete à ANPC assegurar a formação dos bombeiros portugueses. De igual modo, cabe à ENB, enquanto autoridade pedagógica do setor, definir e estruturar as respostas formativas solicitadas pela ANPC. Neste espírito de cooperação, o diálogo entre as instituições, muito particularmente com a estrutura operacional da ANPC, deve ser uma constante que permita uma resposta competente por parte da ENB às necessidades formativas dos bombeiros portugueses.

Este diálogo e permanente cooperação deve ser, sempre, articulado com a Liga dos Bombeiros Portugueses enquanto Confederação representativa das entidades detentoras dos Corpos de Bombeiros e respetivos Comandos, para além de outras razões, também pelo seu carácter institucional enquanto parceiro da Escola Nacional de Bombeiros.

A concretização de um plano estratégico para um processo formativo deverá ser sempre equacionada num horizonte temporal de médio prazo. Face à atual conjuntura económica e financeira torna-se imperativo vincular qualquer exercício de enfoque estratégico aos recursos financeiros disponíveis e previsíveis.

Este plano encerra uma determinação estratégica de assegurar a sustentabilidade da atividade formativa, nomeadamente do ponto de vista financeiro, que deverá ser encarada como uma prioridade imediata, não só da ENB mas compartilhada por todos os intervenientes no processo formativo e assente nos seguintes princípios:

- A formação deverá ser assegurada por formadores externos devidamente formados e certificados pela ENB, que integram os quadros dos corpos de bombeiros, disponíveis em número adequado para dar resposta às necessidades formativas do próprio corpo de bombeiros e da respetiva zona formativa;
- A formação deverá ser realizada maioritariamente nos corpos de bombeiros e nas unidades locais de formação, sob orientação e supervisão da ENB, observando as especificidades do voluntariado e colmatando o distanciamento face aos centros de formação;
- A formação deve ser realizada preferencialmente, nos períodos de disponibilidade do voluntariado nomeadamente nos períodos noturnos e fins-de-semana.
- A cooperação entre os corpos de bombeiros de proximidade deverá ser assumida como uma prática rotineira, recorrendo à partilha dos recursos humanos e materiais disponíveis, no intuito de assegurarem mutuamente a formação nos diferentes domínios técnicos.

O Plano assume igualmente que a formação de formadores, a formação técnica especializada e a formação dos elementos de chefia, oficiais bombeiros e quadros de comando, terão que ser suportadas através das fontes de financiamento da ENB, nomeadamente com os recursos disponíveis no âmbito dos fundos comunitários que integrarão o novo quadro de apoio, bem como, através da boa gestão das verbas transferidas do orçamento de estado e ainda pelas receitas próprias geradas pela venda de serviços a outras entidades no âmbito da formação.

A necessária afetação de recursos financeiros às atividades e investimentos a desenvolver no período considerado será refletida nos planos de atividade da ENB, com indicação clara da origem da receita e aplicação da despesa.

É com base neste quadro de referências que são assinaladas as três linhas de atuação que sustentam o Plano Estratégico de Formação: **melhorar o acesso, garantir a qualidade e fomentar a inovação.**

Estas linhas de atuação carecem necessariamente de medidas que definam a sua concretização e que sinalizem a concentração de recursos e de esforços.

- **Melhorar o acesso à formação**

Objetivo: Adequar a organização da formação e os programas de formação às particularidades e constrangimentos dos seus destinatários, tornando a formação acessível a todos os bombeiros, independentemente do facto de serem voluntários ou profissionais, da localização do seu corpo de bombeiros ou do facto do corpo de bombeiros possuir ou não formadores credenciados pela ENB.

Medidas:

1. Privilegiar a realização das ações de formação nos corpos de bombeiros e nas Unidades Locais de Formação (ULF), reservando os centros de formação para os elementos do Quadro de Comando, oficiais bombeiros, graduados da carreira de bombeiro e formadores.

- 1.1. Concentrar nos corpos de bombeiros a formação de ingresso na carreira de bombeiro, bem como parte da formação de aperfeiçoamento técnico;
- 1.2. Desenvolver nas Unidades Locais de Formação a formação de acesso na carreira de bombeiro para a categoria de bombeiro de 1ª, bem como formação de aperfeiçoamento técnico;
- 1.3. Reservar para os centros de formação da ENB a formação de Quadros de Comando e Oficiais Bombeiros, bem como a formação para acesso na carreira de bombeiro à categoria de chefe e a formação de formadores.
- 1.4. A formação deve ser realizada preferencialmente, nos períodos de disponibilidade do voluntariado nomeadamente nos períodos noturnos e fins-de-semana.
- 1.5. Competindo à ANPC, através da ENB, assegurar a formação, devem as Associações ser ressarcidas, na medida do possível, das verbas por si despendidas para as ações de formação, desde que inscritas no plano de formação aprovado para grupos de corpos de bombeiros e contratualizadas entre os promotores e a ENB.

2. Insistir na certificação de formadores dos corpos de bombeiros de modo a garantir a cobertura de todo o território nacional.

- 2.1. Apostar na formação de formadores de modo a assegurar que cada corpo de bombeiros disponha de elementos graduados capazes de assegurar internamente e com qualidade técnica, a formação, o treino e a instrução contínua;

- 2.2. Conferir prioridade à certificação de formadores nas quatro áreas de formação inicial: socorrismo, salvamento e desencarceramento, incêndios urbanos e industriais e incêndios florestais;
- 2.3. Dotar as zonas formativas com formadores nas áreas de formação inicial, num rácio de formador/formandos de 1/150, enquanto não for possível alcançar o objetivo primordial de colocar um formador, de cada área técnica de formação inicial, em cada corpo de bombeiros;
- 2.4. Dotar as zonas formativas com formadores nas áreas de aperfeiçoamento técnico que permitam assegurar uma resposta adequada às necessidades de especialização assinaladas pelos corpos de bombeiros e de acordo com os riscos particulares de cada área de atuação;
- 2.5. Constituir um núcleo de formação/instrução em cada corpo de bombeiros que garanta a autonomia de recursos humanos nesta matéria. Os formadores/instrutores serão os graduados dos corpos de bombeiros capazes de assegurar, respetivamente, a formação e a instrução;
- 2.6. Reconhecer que as horas de instrução ministradas pelos formadores nos corpos de bombeiros são consideradas para efeitos de manutenção da certificação por parte da ENB, valorizando desse modo o contributo qualitativo que os formadores imprimem na instrução.

3. Flexibilizar os programas de formação, no que concerne à duração e aos possíveis horários, no intuito de compatibilizar a realização dos cursos/módulos com os constrangimentos associados à disponibilidade de tempo dos bombeiros, em particular dos voluntários.

- 3.1. Organizar e estruturar os cursos/módulos de modo a terem uma duração inferior, que evite o afastamento dos formandos dos seus locais de residência, de trabalho e do próprio corpo de bombeiros durante cinco ou mais dias seguidos;
- 3.2. Adotar horários à sexta-feira e ao sábado ou à sexta-feira à tarde, ao sábado e ao domingo de manhã, para a formação de quadros de comando e de oficiais bombeiros, tal como acontece nos cursos superiores de pós-graduação e de segundo ciclo.

- 4. Adotar novas modalidades de formação (*b-learning*), com recurso à utilização das TIC, reduzindo o peso da formação presencial nos cursos/módulos elegíveis e flexibilizando o modo de aceder à formação.**
 - 4.1. Proceder a alterações na estruturação dos cursos/módulos por via da introdução das TIC que se irão traduzir numa redução da carga horária presencial, remetendo a componente teórica dos programas de formação para o autoestudo através de uma plataforma de formação a distância;
 - 4.2. Assegurar a formação de e-formadores e e-tutores na utilização de metodologias e tecnologias de ensino emergentes.

- 5. Estimular um novo modelo de organização dos corpos de bombeiros, no domínio da formação, de modo a repartirem e rentabilizarem os recursos humanos e materiais existentes no conjunto desses corpos de bombeiros.**
 - 5.1. Incentivar a partilha de recursos humanos e materiais nas ações de formação promovidas pelos corpos de bombeiros em alinhamento com o princípio desejável da complementaridade operacional;
 - 5.2. Impulsionar o exemplo promovido pela ENB ao privilegiar ações de formação que incluam elementos de vários corpos de bombeiros de uma mesma zona formativa, em detrimento de ações exclusivas para um único corpo de bombeiros, potenciando desse modo a partilha de experiências e a coesão entre os elementos dos diferentes corpos de bombeiros.

- 6. Intensificar o treino/instrução contínua nos corpos de bombeiros valorizando esta prática como veículo de transmissão de saberes e competências, suportada por fichas de instrução/manobra produzidas pela ENB.**
 - 6.1. Reforçar junto dos corpos de Bombeiros a imperiosa necessidade de assegurar o treino e a instrução contínua aos seus elementos, enquanto modelo de transmissão válido de conhecimentos e competências, em particular no domínio do saber-fazer;
 - 6.2. Elaborar fichas de instrução para suporte ao treino e à instrução contínua, de modo a uniformizar técnicas e procedimentos operacionais;

6.3. Garantir junto da ANPC as ações necessárias ao efetivo cumprimento dos planos de instrução por parte dos corpos de bombeiros.

- **Garantir a qualidade na formação**

Objetivo: Promover a qualidade na formação ministrada aos bombeiros, no domínio técnico-pedagógico e no domínio do processo formativo.

Medidas:

- 1. Privilegiar e fomentar a elevada especialização dos formadores que ministram formação na ENB, reforçando as competências dos formadores internos e recorrendo à colaboração de especialistas nas diferentes áreas de conhecimento.**

- 1.1. Garantir uma elevada especialização técnica dos formadores internos, recorrendo, se necessário, a formação em escolas e centros de formação de referência a nível internacional, garantindo que esses formadores detêm um conhecimento técnico ímpar;

- 1.2. Recorrer a formadores especialistas, nacionais e estrangeiros, em diferentes áreas de conhecimento científico, técnico e operacional, que se possam constituir como uma mais-valia significativa para a qualidade da formação ministrada.

- 2. Promover a articulação efetiva entre a formação de ingresso na carreira de bombeiro e a obtenção da qualificação de bombeiro.**

- 2.1. Reorganizar a formação de ingresso na carreira de bombeiro, enquadrando a formação dos bombeiros voluntários e profissionais sob um mesmo referencial de formação publicado no Catálogo Nacional de Qualificações;

- 2.2. Integrar no referencial de formação do Bombeiro todos os módulos da formação de ingresso na carreira de bombeiro voluntário, permitindo que essa formação corresponda a parte do percurso formativo para a saída profissional de bombeiro.

- 3. Instituir a certificação de competências na formação de ingresso na carreira de bombeiro, através da prestação de provas e emissão de certificado de competências de bombeiro voluntário.**

- 3.1. Assegurar o apoio técnico à realização das provas de ingresso na carreira de bombeiro através da designação de avaliadores técnicos;

3.2. Certificar as competências aos bombeiros voluntários quando terminada a formação de ingresso na carreira de bombeiro, ou seja, quando tiverem condições para ingressarem na carreira de bombeiro.

4. Melhorar as práticas pedagógicas na formação através da adoção de métodos e técnicas reconhecidas como boas práticas na formação de adultos, adequando as metodologias ao perfil dos destinatários.

4.1. Definir um modelo pedagógico adequado às particularidades da formação dos bombeiros, que sirva de referencial metodológico a seguir pela ENB e pelas entidades formadoras que ministram formação ao setor dos bombeiros, identificando os princípios pedagógicos estruturantes do processo de ensino-aprendizagem e definindo um conjunto de atividades e práticas formativas que se constituam como um quadro de referência;

4.2. Aumentar substancialmente a componente teórico-prática e prática em cada módulo/curso, reduzindo ao mínimo as sessões puramente teóricas, valorizando o saber-fazer, bem como os conhecimentos e as experiências já adquiridas.

5. Implementar um Sistema de Gestão da Qualidade na ENB.

5.1. Instituir um sistema de gestão da qualidade para obter melhorias e ganhos de eficiência nos processos de planificação e gestão da atividade formativa de modo a prestar um melhor serviço aos destinatários da organização.

5.2. Constituir um referencial que traduza o compromisso com a qualidade nas práticas adotadas pela organização ao nível operativo e pedagógico no desenvolvimento dos seus projetos formativos.

6. Melhorar os aplicativos informáticos de suporte ao processo formativo da ENB de modo a obter ganhos de eficiência nos processos e procedimentos administrativos.

6.1. Garantir a interoperabilidade entre a plataforma de gestão da formação utilizada pela ENB e a aplicação do RNBP, a qual permitirá uma actualização célere do registo das acções de formação, das fichas individuais dos

respectivos bombeiros e, simultaneamente, garantirá a permanente atualização dos dados pessoais de cada bombeiro nos registos da ENB;

6.2. Assegurar uma verdadeira integração dos diferentes intervenientes no processo formativo sob uma única aplicação de modo a concentrar toda a informação relativa ao processo.

7. Instituir um mecanismo de auditorias internas que permita verificar o cumprimento e a conformidade dos procedimentos e das práticas de modo a garantir a qualidade do processo formativo da ENB.

7.1. Aplicar um plano anual de auditorias que permita verificar o cumprimento e a conformidade dos procedimentos instituídos;

7.2. Proceder à avaliação das não conformidades detetadas e incorporar as oportunidades de melhoria ao nível dos padrões de eficiência e eficácia de modo a garantir a qualidade do processo formativo.

8. Garantir o permanente funcionamento dos órgãos de validação da qualidade científica e pedagógica da ação formativa da ENB.

8.1. Assegurar o funcionamento periódico e regular do Conselho Geral da ENB, no âmbito das suas competências;

8.2. Assegurar o funcionamento periódico e regular do Conselho Científico e Pedagógico da ENB, nomeadamente no que diz respeito à validação de materiais didáticos e outros recursos de suporte à formação, novas práticas pedagógicas e de ações tendentes à melhoria do processo de ensino-aprendizagem na ENB.

• **Fomentar a inovação na formação**

Objetivo: Cultivar a inovação na formação através da investigação e desenvolvimento de novas áreas formativas e novos modelos formativos que respondam às necessidades do setor dos bombeiros.

Medidas:

1. Conceção de novos programas formativos tendo como ponto de partida uma análise permanente das carências ao nível das competências que podem ser desenvolvidas através de formação.

- 1.1. Apostar na formação dos quadros de comando, ao nível da formação especializada, dotando os mesmos de competências para a gestão de ocorrências de elevada complexidade;
 - 1.2. Reforçar a formação ao nível dos procedimentos de segurança individual e coletiva nos diferentes contextos operacionais.
- 2. Desenvolver a formação a distância na ENB, enquanto forma de organização da formação que promove a flexibilidade espaciotemporal da aprendizagem, num modelo combinado com a formação presencial.**
- 2.1. Desenvolver programas de formação que combinam a formação a distância e a formação presencial;
 - 2.2. Definir prioridades relativamente aos cursos/módulos atualmente existentes e a converter para *b-learning*, no intuito de concentrar os recursos e os esforços na formação mais adequada e relevante que, simultaneamente, revele de modo mais expressivo as potencialidades e mais-valias da formação a distância.
 - 2.3. Criar comunidades de prática *online*, promovendo a partilha de conhecimentos e de boas práticas entre os bombeiros;
- 3. Apostar na produção de recursos técnico-pedagógicos digitais de suporte à atividade formativa que incorporem as potencialidades multimédia atualmente disponíveis.**
- 3.1. Produzir *e-conteúdos* que explorem as potencialidades da produção multimédia, através de recursos próprios ou recorrendo a serviços externos;
 - 3.2. Promover a formação dos colaboradores ligados às áreas técnicas e garantir o suporte técnico aos formadores/tutores na produção de tais recursos, garantindo a salvaguarda e respeito pelos direitos de autor/propriedade intelectual.
- 4. Explorar as potencialidades da simulação virtual que permitam a aplicação prática dos conhecimentos, nomeadamente ao nível da tomada de decisão de nível estratégico, em cenários de gestão de situações de emergência no domínio do socorro.**

- 4.1. Explorar a utilização dos programas de simulação virtual no contexto de formação dos Quadros de Comando e Oficiais Bombeiros;
- 4.2. Analisar o grau de transferência das aprendizagens a partir da utilização da simulação virtual ao nível da tomada de decisão.

5. Produzir recursos educativos abertos para disponibilizar na Internet, que visam a promoção do livre acesso ao conhecimento e à informação por parte dos corpos de bombeiros, dos restantes agentes de proteção civil e da sociedade em geral.

- 5.1. Desenvolver um repositório aberto de recursos educacionais dedicado a matérias que integram a formação inicial e contínua dos elementos do Quadro Ativo e Quadro de Comando;
- 5.2. Desenvolver materiais de apoio à formação em matéria de proteção civil para os demais agentes de proteção civil;
- 5.3. Conceber materiais pedagógicos para autoestudo, sobre medidas de autoproteção, dirigidos ao público em geral.

6. Estabelecer protocolos e parcerias com Instituições de Ensino Superior e Organizações Internacionais em áreas de estudo e investigação relevantes para a atividade dos bombeiros.

- 6.1. Estabelecer protocolos e parcerias com instituições de ensino superior e organizações internacionais de referência em áreas de interesse para a formação dos bombeiros, incorporando o conhecimento de vanguarda nos programas e conteúdos de formação;
- 6.2. Desenvolver a investigação em novos domínios, tendo por base o aprofundamento do conhecimento e a identificação de novos riscos, a análise de ocorrências e de acidentes que revelem insuficiências ao nível da formação e as necessidades identificadas pelos próprios bombeiros no exercício da sua função.



CONTRIBUTOS DO GRUPO PORTUCEL/SOPORCEL

Respostas as questões colocadas pela Assembleia da República

Nas páginas seguintes (números 3 a 5) respondemos de forma objectiva às perguntas que nos foram formuladas por email. Mas atendendo ao propósito que foi enunciado aquando da constituição deste Grupo de Trabalho e considerando que a nossa experiência nos permite ter uma leitura mais alargada e estratégica do problema, fruto de reflexão interna introduzimos algumas considerações sobre o desenho do actual Sistema Nacional de defesa da floresta.

Com este documento aproveitamos a oportunidade para entregar em anexo: a) duas publicações científicas onde somos co-autores que resultam de um projecto de ID que desenvolvemos com o MIT, o ISA, o INESCP e a UTAD, b) um relatório independente de avaliação do sistema por Mark Beighley de 2009 e c) uma apresentação que resume a nossa visão do problema e se apresentam propostas de soluções. Estes e outros contributos que o grupo Portucel Soporcel vem acrescentando à discussão do problema, manifestam o nosso interesse em participar activamente em trabalhos/iniciativas que alterem o paradigma de inacção que há tanto se arrasta e com tão graves consequências para o País.

A urgência em focar o sistema na Prevenção

Os eventos meteorológicos “comandam” o Sistema levando ao colapso e a custos inoportáveis, sendo urgente orientar o foco operacional mais para prevenção. O Sistema de protecção florestal está preso a uma dinâmica de combate, de protecção civil e voluntariado. Em vez de manter uma economia de combate ao fogo, as políticas públicas deveriam estimular uma economia de prevenção, geradora de empregos economicamente eficientes.

A estratégia com que Portugal tem abordado o problema dos incêndios florestais e rurais está errada, uma vez que está excessivamente concentrada no combate e reiteradamente menospreza a prevenção e o conhecimento técnico na gestão das operações, investimento e políticas. Esta estratégia, ao longo dos últimos 30 anos conduziu à perda de valor da floresta e a uma pretensa sensação de salvaguarda de vidas e bens. Ao não basear a estratégia na prevenção (com organização e recursos adequados) o sistema de combate só foi capaz de ir resolvendo o expediente moderado, colapsando assim que as condições meteorológicas se agravam, pois a causa do problema (ausência de gestão florestal) não foi energeticamente atacada, quer por medidas de políticas que mobilizassem proprietários a gerir floresta ou programas agressivos de educação das populações e de redução da carga combustível. Esta estratégia ao sorver todos os recursos e a ter sucesso a limitar pequenos e médios incêndios, está a impedir a operacionalização no terreno das tão reclamadas acções de prevenção. Demonstramos este fenómeno em publicação científica recente com o MIT (Ross et al, 2013), onde se exibem as consequências indesejadas de uma política que só se baseia no combate.

A necessidade de mudar e redesenhar o sistema

Não obstante nós reconhecamos que houve melhorias no Sistema Nacional pelo lado do combate (reforço de meios e organização desde 2006), o tipo de combustíveis, o seu estado e os comportamentos da população, conduzem ao aumento do risco de incêndio (Beighley 2009). De facto os investimentos em combate reduziram (temporariamente) a incidência do fogo, mas tal não significa que se esteja efetivamente a proteger a floresta, pois nos dias

críticos é recorrente ver este dispositivo (um dos mais caros do mundo) a proteger habitações que cresceram numa extensa mancha de interface rural/florestal, enquanto o fogo percorre livremente a floresta. Afirmar e reconhecer que assim é, não significa que se preterisse a defesa da vida ou bens à floresta, mas sim concluir que a diferença de valores em risco (quando ameaçados simultaneamente) está inexoravelmente a preterir a defesa de um bem fundamental para economia e ambiente, consumindo-se o futuro no presente imediato. Sendo vital a defesa da floresta não se deveria questionar a existência de um sistema que é ineficaz a protegê-la e a salvaguardar os interesses dos proprietários floresta e da fileira silvo-ambiental, tão importante para o país? Não há aqui uma oportunidade para melhorar? Face aos resultados produzidos pelo Sistema, com 30 anos de danos avultados e significativas áreas aridas mesmo com continuado reforço de meios e organização, demonstra-se a incapacidade do Sistema em evoluir e defender de facto, a floresta. Por isso, gostaríamos de discutir uma alteração ao desenho do Sistema que estivesse alinhada com os paradigmas da evolução social, económica e demográfica do território e que satisfizesse as restrições orçamentais. Também para conseguir executar os desafios operacionais adiante referidos, gostaríamos de propor a existência de um sistema de protecção florestal que se baseasse numa estrutura que coordenasse e executasse a prevenção e no verão apoiaria o sistema de protecção civil.

Esta nossa proposta enquadra-se também numa análise que fazemos ao Sistema, mais alargada, e identifica algumas deficiências estruturais. Por exemplo, a dificuldade do Sistema em incorporar as lições passadas, a falha institucional em dispor de ciclos de melhorias ou ao baixíssimo nível de utilização de ferramentas de apoio à decisão e emprego do conhecimento científico e técnico. Ou até as mais operacionais, como o elevado número de reacendimentos (Pacheco et al, 2013) que associados ao despacho, ao comando e lacunas de formação dos bombeiros em técnicas de extinção florestal ou à escassez de boas práticas de boa governança, como prestação de contas, avaliação da eficiência de investimentos, etc...

O sistema desenhado com base nos três pilares (prevenção estrutural, detecção e combate) tem lacunas graves de coordenação e articulação que permitem num permanente jogo de actores, a transferência de risco (leia-se também responsabilidades) e uma iníqua distribuição dos recursos financeiros. É reduzida a articulação (para além da operacional que é mínima) entre os responsáveis dos pilares (ICNF, GNR e ANPC) em particular a uma escala estratégica e táctica e a uma escala regional. Como é feita a distribuição do orçamento plurianual entre cada um dos pilares? Como participam os stakeholders na decisão e na avaliação da eficácia do Sistema. Que medidas de mitigação são discutidas e implementadas? Ou tudo acontece e pouco ou nada muda?

Atendendo à importância de executar a prevenção, gostaríamos de deixar o desafio para se mobilizar uma organização com capacidade técnica e para coordenar e executar uma política florestal, e, em particular, implementar uma acção de prevenção concreta no território.

a) Quais os principais estrangulamentos que identifica no âmbito do SNDFCI e quais as prioridades que o poder político deve ter em conta e procurar resolver, tendo em conta os constrangimentos a que o país está obrigado devido ao Programa de Assistência Económica e Financeira?

Numa só frase: as prioridades ao nível político devem-se concentrar nas políticas. Isto é:

- *Reconhecer que combater o problema não irá resolver as suas causas e que se desejarmos ter florestas e aldeias menos vulneráveis ao fogo, há que operacionalizar a prevenção. Mais meios de combate, por mais pesados que eles sejam, não irão ter o efeito desejado.*
- *Com pouca área agrícola viável a questão florestal do País deve ocupar o centro do debate do desenvolvimento do território (> 64% do país está ocupado por matos ou áreas arborizada) e a política de desenvolvimento rural deve alvo de mais atenção dos políticos em todas as épocas do ano.*
- *Tal como é recomendado pela FAO[1], os políticos devem focar a sua atenção no desenho de programas e estímulos que previnam o risco e que não induzam o aumento do perigo. Por exemplo, evitar a dispersão das habitações em espaço florestal (ordenamento do território) e estimular a gestão activa de propriedades abandonadas recorrendo a mecanismos fiscais/legais/patrimoniais que canalizem poupanças para uma economia da prevenção. Implementar programas de apoio a agricultores para o uso inclusivo do fogo, assegurar recursos para a prevenção e manter estáveis os orçamentos de combate, desligando-os de estímulos perversos.*
- *Desenhar programas de desenvolvimento agrícola, florestal, ambiental e pecuário que evitem conflitos entre uso do solo e suas expectativas, na génese da má utilização do fogo e/ou acumulação de combustível como é o exemplo dos subsídios pecuários que fomentam o fogo clandestino, que se transformam em incêndios muito destrutivos.*
- *Assegurar que o sistema tem um desenho político e operacional consistente, submetido a um planeamento interministerial permanente e avaliação anual a escala nacional e local;*
- *Dotar as organizações de produtores florestais de capacidade e responsabilidade fiscalizadora sobre boas práticas e procedimentos legais;*

b) Sendo as Redes primárias de Faixas de Gestão de Combustíveis uma infraestrutura fundamental e porque continuam a existir áreas de responsabilidade menos claras, quem considera que deve assumir o seu planeamento, execução e manutenção nas áreas onde não há ZIF's constituídas ou que não sejam da administração central ou local?

- *As redes primárias só têm algum sentido (em termos de eficácia) se existir uma organização de nível regional/nacional, neste caso o ICNF, que analise de forma independente quais as faixas prioritárias a construir e a manter e que com os actores locais/distritais assegure de forma directa ou indirecta a execução destes trabalhos. Poderá assegurar a execução 1ª utilizando o código das expropriações ou apoios de compensação financeira (aluguer do direito de superfície, compensação por perda de*

^[1] Voluntary Fire Guidelines - <http://www.fao.org/docrep/009/9255e/9255e00.htm>

rendimento) e depois assegurar a manutenção com base em contratos programa com prestadores de serviço, organização de produtores florestais ou entidades gestoras de ZIFs;

- c) Um dos problemas muitas vezes levantados com o qual é igualmente justificada a reduzida taxa de execução das faixas de gestão de combustíveis (rede primária e secundária), tem que ver com a falta de capacidade de identificação dos proprietários e o inconsequente levantamento dos autos por parte da GNR. Como podem ser ultrapassados estes problemas?
- *Este é um falso problema, pois nos locais onde há vontade política de enfrentar os pequenos interesses a execução surge, como por exemplo em Porto de Mós ou Paredes. No entanto, parece ser consensual que se decisão de execução administrativa deixar de ser da autarquia e passar a ser de um nível distrital/regional, deixa de haver o ónus de proximidade que tem inibido a execução dos autos levantados pela GNR.. A execução dos trabalhos no terreno pode ser entregue a uma entidade terceira ou que faz ressarcir os custos da operação sobre a eventual receita ou multa do proprietário. Por outro lado, as faixas de gestão hoje definidas da REN e EP necessitam de uma gestão mais activa e cuidada*
- d) Como é que um Plano Nacional do Uso do Fogo poderia diminuir a continuidade da carga combustível horizontal e vertical e que entidades deveriam estar creditadas para o fazer? Qual o papel das OPF's nesse Plano Nacional?
- *Julgamos que mais um plano não se justifica, mas sim um programa de redução da carga combustível, onde se identifiquem as tarefas, os objectivos e quem faz o quê, quando e por quanto. Este programa deve prever a redução da carga combustível por intermédio das técnicas conhecidas (mecânicas, química, manuais e animais) onde o fogo é um das soluções (nem sempre a mais eficaz ou eficiente). Da nossa experiência, realizamos mais de 10.000ha por ano de intervenções, em regime de outsourcing, das quais cerca de 200ha são com recurso ao fogo, uma vez que esta é uma prática que em termos operacionais é tecnicamente muito exigente e com poucas janelas meteorológicas que requerem elevada prontidão operacional. Neste imaginado programa nacional de redução de carga combustível, (com programas regionais) o ICNF deveria ser capacitado com recursos humanos para administrem este programa, que seria executado através de concurso ou contratos programas, por entidade credenciadas que concorram para lotes, nomeadamente empresas, OPF, AHBV, etc... desde que avaliadas e acompanhadas a um nível superior e com isenção e independência técnica.*
- e) Considera importante que as Equipas de Sapadores Florestais continuem a fazer serviço público durante uma parte importante do ano? Quais são os constrangimentos e benefícios que este serviço público trás para a gestão operacional das ESF? A função das ESF no dispositivo de Especial de Combate a Incêndios está apropriada às características destas equipas?
- *O programa de sapadores carece de uma estrutura com mando e liderança, que seja capaz de organizar esta potencial força de trabalho, quer durante os trabalhos de prevenção, quer no apoio ao combate. É uma força com um enorme potencial que têm que ser valorizados socialmente, melhor remunerados e com comando único para serem eficazes,*

nomeadamente através de uma estrutura técnica profissional que supervisione a totalidade das equipas. Importa também ter particular atenção para que o financiamento atribuído pelo Estado seja plurianual e a atribuição do trabalho público não fira aspectos concorrenciais dos prestadores de serviços;

- f) Até onde deve ir a responsabilidade civil dos proprietários e produtores florestais na não gestão? Ou seja, um proprietário florestal deve ser penalizado se a sua opção de não gestão contribuir para causar danos em terceiros?
- O facto de ser proprietário implica um direito inalienável, mas também implica responsabilidade para com terceiros que podem reclamar prejuízos por má gestão. Mas antes importa definir politicamente e com recurso a melhor técnica jurídica, o que é o abandono ou não gestão? (exemplo de definição: uma área que não é objecto de um plano ou plano de gestão florestal (à escala da sua propriedade, ou zona, ou ZIF ou regional) e que não é intervencionada entre 5 e 10 anos, em função da produtividade primária local). Depois de estabelecida esta definição será possível mobilizar o proprietário a cumprir as melhores práticas silvícolas através de incentivos fiscais, nomeadamente via IRS ou IMI. Aspecto importante nos incêndios do interface urbano florestal são os terrenos urbanizáveis ou industriais que não estão edificadas e que se encontram em pouso, acumulando vegetação e fazendo perigar a vizinhança;*
- g) A não execução da prevenção estrutural, nomeadamente no que diz respeito às Faixas de Gestão de Combustível (rede primária e rede secundária), associa-se a dois problemas de dimensões diferentes: i) financeiro; ii) identificação do proprietário. Como podem ser ultrapassados e quais as alterações, também legislativas, que podem ser implementadas?
- Respondido em b). Essa organização terá que assegurar de forma directa ou indirecta a execução desses trabalhos, utilizando o código das expropriações ou apoios de compensação financeira (aluguer do direito de superfície, servidão, compensação por perda de rendimento) ou partilha de benefícios entre quem é favorecido e quem é prejudicado pela faixa. Não há necessidade de alterações legislativas.*
- h) Conhecida que é a dimensão da nossa propriedade com pequenas áreas, dificultando o ordenamento florestal, qual a melhor forma de promover o emparcelamento de forma a aumentar a dimensão das áreas a gerir e promover uma melhor gestão florestal em toda as suas vertentes (rentabilidade, espécies, prevenção, etc)?
- A terra tem de ser objecto de gestão, o que significa inicialmente associar-lhe uma função ou multi-função a que estará associado um ou mais objectivos. Feito este ordenamento o as entidades que administram o território podem fazer um uso de mais eficaz dos incentivos que estimulam a gestão florestal activa pelos proprietários, mobilizando-os por via fiscal ou de ordenamento (expectativa) a agirem eles mesmos ou a transferirem a gestão para rendeiros ou outras formas similares como as enunciadas nas (ZIFs), as organização de produtores florestais ou fundos imobiliários, por exemplo.*



Agenda

1. Perfil do *grupo* Portucel Soporcel
2. Os valores da floresta
3. O risco de incêndio
4. A experiência do gPS
5. Em defesa da floresta

1. Perfil do grupo Portucel Soporcel



(Produtos core: UWF = papéis de escritório e offset; BEKP = Pasta Branqueada de Eucalipto)

- 1º produtor europeu de papel UWF: 1.6 M t/ano (6º mundial)
- 1º produtor europeu de pasta BEKP : 1.4 M t/ano (4º mundial)
- 3º maior exportador nacional em 2012: € 1.25 mil milhões (3% do total de exportações)
- 1º exportador de Valor Acrescentado Nacional
- Volume de negócios em 2012: € 1.5 mil milhões
- 49% da produção doméstica de energia a partir de biomassa
- Responsável pela gestão de 120,000 ha de área florestada, com certificação FSC e PEFC



2



Agenda

1. Perfil do grupo Portucel Soporcel
- 2. Os valores da floresta**
3. O risco de incêndio
4. A experiência do gPS
5. Em defesa da floresta

3

2. Os valores da floresta

A floresta é estratégica e uma oportunidade real para o País

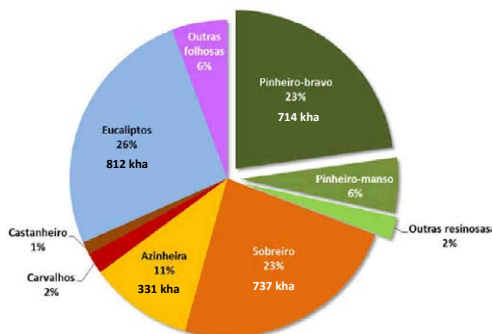
ESTRUTURA DA PROPRIEDADE	
Privada:	93%
Comunitária:	5%
Estado:	2%

VALOR AMBIENTAL	
Serviços dos ecossistemas	
Biodiversidade	
Sequestro CO2 (8408 GJ CO2 eq)	
Alterações climáticas	
Ciclo água, fertilidade solos	

VALOR SOCIAL	
Proprietários:	400.000
Empregos:	135.000
Empresas:	12.400

VALOR ECONÓMICO	
VAB Flo/PIB:	2.5% (3.9kM€)
VAB/VAB Indust:	12%
Excedente Comercial:	2.200 M€
Taxa VAB Nacional:	71.4%

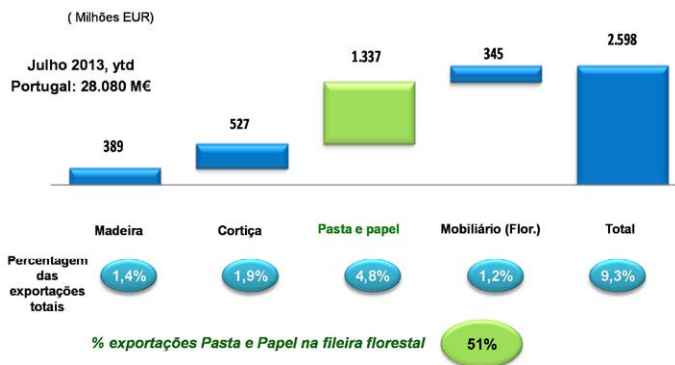
USO DO SOLO
 Floresta: 3.154 Kha
 -10Kha/ano desde 1995



4

2. Os valores da floresta

As indústrias de base florestal são responsáveis por 9.3% das exportações nacionais



Fonte: INE

5

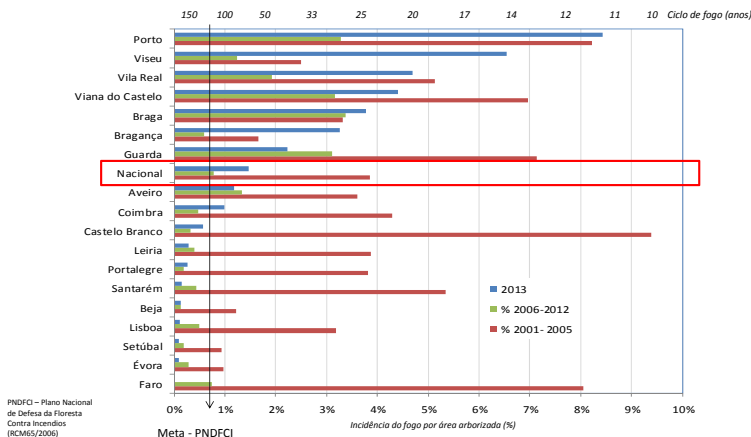
Agenda

1. Perfil do grupo Portucel Soporcel
2. Os valores da floresta
- 3. O risco de incêndio**
4. A experiência do gPS
5. Em defesa da floresta

6

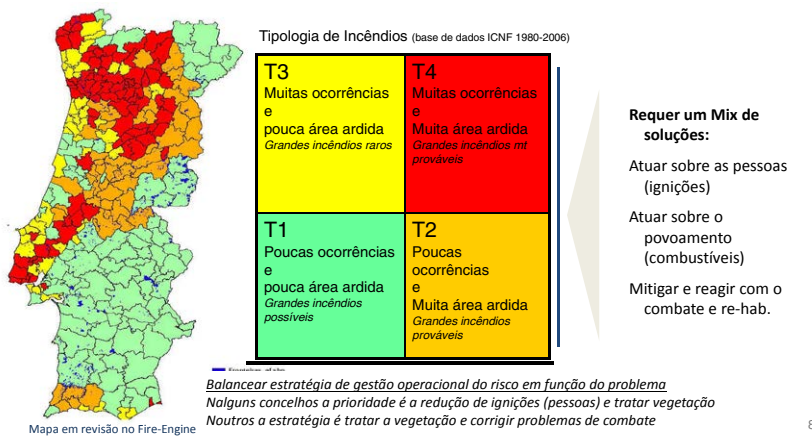
3. O risco de incêndio

A incidência anual do fogo na área arborizada tem vindo a descer no Centro e Sul desde a adoção do PNDFCI (3,9% -> 0,8%). Assimetrias regionais tornam possível atingir esta média, mas o peso regional nas áreas mais produtivas é muito relevante como se destaca nos anos 2010 e 2012 e 2013..



7

Padrões regionais distintos => soluções diferentes - > ajustar estratégia



8

Relatório Mark Beighley 2009

Conclusões

- O risco de um ano de fogo extremo (mais de 250 mil ha, i.e. 2003 e 2005) continua a aumentar.
- A incidência de grandes incêndios (> 100 ha) é crescente, sobretudo em verões quentes.
- A concorrência de grandes incêndios simultâneos e elevadas ocorrências tende a aumentar mesmo em anos “normais” de incêndios e serão decisivas em anos “extremos”

Recomendações

1. Mais **Planeamento Estratégico** no Sistema Nacional DFCl e na Gestão de Riscos DFCl
2. Mais **Prevenção** – reduzir ocorrências e aumentar os tratamentos de combustível estruturais
3. Fortalecer a **supressão tática** de incêndios – Coordenação e Responsabilidade
4. Mais **formação (treino)** e desenvolvimento de competências
5. Investir em **avaliação e I&D**

9

Agenda

1. Perfil do grupo Portucel Soporcel
2. Os valores da floresta
3. O risco de incêndio
- 4. A experiência do gPS**
5. Em defesa da floresta

10

4. A experiência do gPS

Nas últimas décadas a indústria de base florestal (fileira eucalipto) desenvolveu um dispositivo complementar DFCI que induziu melhorias no SNDFCI.

Indústrias Florestais

Helicópteros
Kits de ataque inicial em pick – ups
Unimog, Magiruz – Semi pesados
Rede viária e pontos de água
Apoio à CNEFF e CEFF's

Rede Rádio Trunkings
Helicópteros Pesados
Intensificação da gestão de matos e conservação de caminhos e aceiros

Afocelca, **golpe Único** e **Ferramentas manuais**
Brigadas heli-transportadas
Apoio técnico no pós-2003
Participação de técnicos em grupos tipo COTEC e na proposta técnica do PNDFCI que induziram melhorias no sistema nacional

Formação no uso de maquinaria a ataque a incêndios
Integração no SNDFCI e CMDFCI
Projectos de I&D
Projectos piloto DFCI
Mais de 200ha/ano de **fogo controlado**

1975

1980

1990

2000

2010

Em 1983 /84 o combate ao fogos passa para os bombeiros

CNEFF e CEFFS,
Rede viária e pontos de água
Helicópteros ligeiros e pesados
Rede Rádio Comum

Profissionalização do combate
Ferramentas manuais
Brigadas heli-transportadas
Golpe único
Re-introdução do Uso do Fogo controlado e de supressão

Estado/Sistema Nacional

11

4. A experiência do gPS

Cadeia de valor – definições, atividades e conceitos



Essencial trabalhar durante todo o ano, focando esforço em indicadores de cada atividade
> Processos exigentes em organização, engenharia, gestão, dedicação e esforço físico

12

4. A experiência do gPS

Com uma organização operacional todo o ano, investimos 30 M em DFCI nos últimos 10 anos (25 /ha/ano), privilegiando a Prevenção Florestal e colaborando no combate aos fogos (golpe único, ferramentas manuais, brigadas helitransportadas)

Prevenção

- Seguro florestal;
- Gestão de combustíveis (10.000ha/ano);
- Conservação anual de 5.000km de caminhos, aceiros e pontos de água;
- Fogo controlado (pinhal, matos e eucaliptais);
- Gestão de combustíveis em áreas críticas;
- Participação ativa em 40 CMDFCI;
- Sensibilização a públicos alvo;
- Formação profissional;
- Pré-posicionamento de maquinaria
- Gestão e aplicação de conhecimento e I&D

Supressão (diretamente ou na Afocelca)

- Mais de 270 colaboradores envolvidos em 2013;
- Central Operações e oficiais ligação no CDOS
- 3 Helicópteros, com brigadas helitransportadas
- 3 torres de vigia
- 37 Unidades de primeira intervenção com 3 sapadores florestais e kits de 600 litros de água
- 17 Unidades semipesadas, com 6 sapadores e kits de 3.500 litros de água e espuma
- 34 supervisores património, guardas e supervisores regionais e 2 brigadas com carrinhas equipadas com kits de 600 litros de água

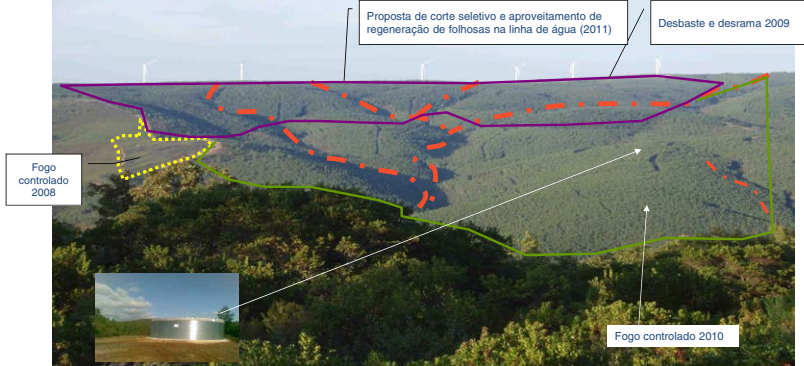
No entanto, mais de 85 % das intervenções da Afocelca têm sido em áreas de terceiros!

13

4. A experiência do gPS

Planeamento - > Prevenção -> Pré-Supressão -> Supressão -> Recuperação

Objectivo - Integrar na gestão florestal de resinosas a estratégia de defesa contra incêndios. Reduzir o dano potencial (maior altura das copas) e alterar o comportamento do fogo em locais críticos



QUESTÃO CRÍTICA: ESCALA DO PATRIMÓNIO e Organização capacitada

4. A experiência do gPS

Projetos inovadores > “Floresta Segura”



“Projecto Piloto - FLORESTA SEGURA” visa:

1. ensinar os agricultores e população rural a fazer queimas, fogueiras e borralheiras com segurança;
2. mobilizar as entidades locais¹ para adotarem processos simples e funcionais para apoiarem agricultores e habitantes peri-urbanos (público-alvo rural) para terem ajuda para eliminar sobrantes agrícolas, sem provocar incêndios, acidentes e mortes (baseado nas orientações da UN/FAO)

O programa consiste em sessões presenciais levadas a cabo pela Escola Nacional de Bombeiros. O grupo Portucel Soporcel é parceiro deste projeto no desenho destes programas, patrocínio das sessões de formação e apoio técnico à sua realização.

¹Esta iniciativa teve apoio de 3 Câmaras Municipais e 9 Juntas de Freguesia locais, assim como da AFN, ANPC e GNR.

4. A experiência do gPS

Projetos inovadores > FIRE-ENGINE Flexible Design of Forest Fire Management Systems

Desenvolver **métodos para apoiar decisões de políticas, gestão e operações** no sistema de gestão de prevenção e combate a incêndios florestais.

Participam nesta iniciativa o grupo Portucel Soporcel, o Massachusetts Institute of Technology (MIT), o Instituto Superior de Agronomia (ISA), o INESC Porto e a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD).

Mais informação em <http://fire-engine.inescporto.pt/>

Os resultados preliminares têm sido partilhados com as instituições públicas portuguesas, através do Conselho de Representantes (ANPC; GNR; ICNF; UNAC; CAP; FORESTIS, CM T. Vedras e Odemira, entre outros).

A publicação científica de referência internacional tem sido alvo de notícias nos jornais portugueses <http://publico.pt/floresta-em-perigo/investigacao>



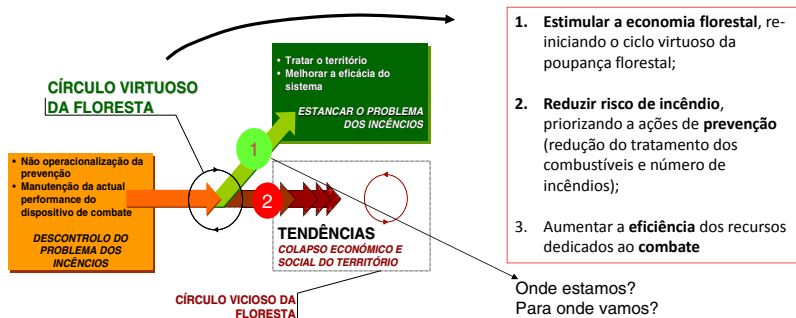
16

Agenda

1. Perfil do grupo Portucel Soporcel
2. Os valores da floresta
3. O risco de incêndio
4. A experiência do gPS
5. Em defesa da floresta

17

O gPS apoia a valorização da floresta portuguesa e a redução do seu perfil de risco



Adaptado do PNDFCI (www.isa.utl.pt/pndfci)

18

O grupo Portucel Soporcel apoia a construção de uma **visão a longo prazo**, onde a **floresta constitui um pilar do desenvolvimento económico e social do País**, cuja sustentabilidade não será comprometida pelos incêndios florestais

Involver as forças do País num projeto MOBILIZADOR Nacional, INTERGERACIONAL que promova emprego, coesão social e crie RIQUEZA EXPORTÁVEL

- **PREVENÇÃO** – parcerias para áreas florestais com gestão profissional agrupada (OPF, ZIF, municípios, ICNF, etc.) implementando práticas de prevenção, indutoras de eficácia no combate
- **CAPACITAÇÃO** de pessoas e criação de serviços especializados – seleção, formação de recursos humanos, consultadoria, controlo e supervisão de operações, apoio à gestão do programa sapadores, torres de vigia
- **SUPORTE À DECISÃO** – facultar argumentos técnicos /científicos para a Governação mais eficiente do Sistema
- **PROTEÇÃO** – apoiar o desenho de um sistema mais (eficaz e) eficiente de proteção florestal

Com o objetivo de contribuir empenhadamente para esta Visão de longo prazo o grupo Portucel Soporcel está disponível para colaborar num Grupo de Trabalho dedicado com o objetivo de propor um plano de ação baseado na prevenção e gestão florestal ativa

19



CONTRIBUTOS ESCRITOS DE ASSOCIAÇÕES/ ENTIDADES



APEB – ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE ENERGIA E BIOMASSA

Contributo da APEB (Associação de Produtores de Biomassa e Energia)

- a) - *“Quais os principais estrangulamentos que identifica no âmbito do SNDFCI e quais as prioridades que o poder político deve ter em conta e procurar resolver, tendo em conta os constrangimentos a que o país está obrigado devido ao Programa de Assistência Económica e Financeira?”*

A prioridade que o poder político deve ter em conta e procurar resolver, em termos duma “estratégia integrada e economicamente sustentável de combate aos fogos florestais”, é o de promover o aproveitamento energético das biomassas disponíveis e sobrantes nas áreas florestais, agrícolas e rurais e cujo valor económico não permite o respectivo aproveitamento nem na fileira da celulose / papel, nem na fileira dos prensados de madeira / mobiliário.

Esta promoção do aproveitamento energético das biomassas disponíveis e sobrantes nas áreas florestais, agrícolas e rurais deve ser feita, não só através de Centrais Termoeléctricas dedicadas à biomassa conforme já previsto no Programa respectivo da RCM de 2006, como também através da promoção da utilização da Biomassa (quer sob a forma de lenha, estilhas, pellets ou briquetes) para aquecimento, cozinha e mesmo caldeiras industriais em meios rurais, poupando-se assim o recurso a GPL’s ou gás natural importados e com enormes custos logísticos e de distribuição .

Mais, os proprietários florestais devem também ser creditados com os “créditos ao carbono” pois são eles que disponibilizam os seus terrenos para aí “ se fixar o carbono “, e assim poderem sustentar e pagar a recolha destas biomassas disponíveis e sobrantes nas áreas florestais, agrícolas e rurais .

Esta politica só favorece o cumprimento dos *“constrangimentos a que o país está obrigado devido ao Programa de Assistência Económica e Financeira”* , pois só favorece a criação duma politica energética sustentável e compatível com um desenvolvimento económico abrangendo toda a área geográfica do país, com prioridade para as zonas económica e socialmente mais desfavorecidas.

Relembramos que das 10 Centrais de Biomassa lançadas a concurso só uma avançou de 3 MW. As outras não avançaram por falta de apoio financeiro bancário com a entrada de Portugal na crise. A tarifa prevista em 2006 aquando do lançamento do concurso manteve-se desde então, os “spreads” aumentaram, o custo da entrega da biomassa aumentou e o investimento em Centrais é hoje mais caro. Havia uma janela de oportunidade de se avançar

com mais Centrais que era de se poder aumentar a potência dessas Centrais (cujo investimento pouco mais era mas compensava a perda da tarifa). A portaria 243/2013 de 2 de Agosto veio condenar esta hipótese pois para quem queira aumentar a potência da instalação até 5 MW terá que reduzir a tarifa em 5%. As Centrais do concurso terão que entrar em operação até ao ano de 2016 caso contrário perdem o direito a concretizá-las e nessa altura as garantias bancárias na posse do Governo são acionadas (cada Central terá que reembolsar em 400.000 euros o estado). Não é justo, tanto mais que existe biomassa em excesso sendo que atualmente um dos grandes problemas (para além de outros) dos proprietários florestais é onde a colocar a biomassa sobrando após a limpeza das suas propriedades. A revogação da portaria mencionada permitiria o aumento de potência, desde que não houvesse a penalização na tarifa, e estamos certos que mais Centrais pudessem ser construídas, mais postos de trabalho se criavam (por cada 15 MW de instalação de uma Central criar-se-iam 350 postos de trabalho).

Coloca-se sempre o problema do deficitário no entanto, das Centrais de Biomassa dedicadas (não instaladas nas fábricas da pasta de papel) o valor de que se fala das que estão em operação corresponde a um montante perto dos 20 M€, nada significativo perante os 4,4 Bilhões de euros que é hoje o valor do deficitário. Realçar que com as Centrais de Biomassa o Estado recupera através do IVA, IRS e IRC grande parte dessa verba, já para não contabilizar que são criados postos de trabalho permanentes, fixação das pessoas no meio rural e a criação de unidades que darão vazão aos resíduos florestais, que outro fim não têm que não seja a serem queimados nessas Centrais. Sendo que a floresta é o grande sumidouro de carbono porque não retirar a verba para pagamento das receitas das Centrais de Biomassa do Fundo de Carbono que tem dinheiro.

- b) *“Sendo as Redes primárias de Faixas de Gestão de Combustíveis uma infraestrutura fundamental e porque continuam a existir áreas de responsabilidade menos claras, quem considera que deve assumir o seu planeamento, execução e manutenção nas áreas onde não há ZIF's constituídas ou que não sejam da administração central ou local?”* .

Os Municípios, ou as Associações empresariais locais, caso existam.

- c) *“Até onde deve ir a responsabilidade civil dos proprietários e produtores florestais na não gestão? Ou seja, um proprietário florestal deve ser penalizado se a sua opção de não gestão contribuir para causar danos em terceiros?”* .

A política da perseguição legal dos proprietários rurais é não só injusta como contra produtora .

Pelo contrário, deve-se é estimular o enquadramento económico do aproveitamento e recolha da biomassa para efeitos energéticos.

O grande problema que os proprietários hoje deparam é se fizerem a limpeza onde é que os colocam. Se houver empresas que aceitem receber esses resíduos e que até paguem, compensando os seus custos talvez limpassem.

O reforço da criminalização deve antes ser feito aos incendiários que, valendo-se da impunidade que o actual enquadramento legal que não conduz, mesmo em casos de condenações transitadas em julgado, a penas de prisão efectiva, praticam autênticos actos de terrorismo que conduzem a numerosas destruições e mortes, como aconteceu mais uma vez no Verão passado.

- d) *“A não execução da prevenção estrutural, nomeadamente no que diz respeito às Faixas de Gestão de Combustível (rede primária e rede secundária), associa-se a dois problemas de dimensões diferentes: i) financeiro; ii) identificação do proprietário. Como podem ser ultrapassados e quais as alterações, também legislativas, que podem ser implementadas?”* .

A prevenção estrutural prioritária deve basear-se numa verdadeira articulação com os proprietários rurais e com uma consequente política energética de valorização da biomassa, que além do mais é uma das melhores formas de fixar o carbono e promover uma autentica política “ verde “ de utilização de energias renováveis em Portugal .

Outro ponto importante é fazer o **cadastro** de todos os terrenos em Portugal e de **forma digital**. Poder-se-iam aqui utilizar as verbas do QREN para se fazer esse levantamento sem custos para os proprietários. Existe a percepção que entre 10 a 15% do território nacional não tem dono ou nem os donos sabem que têm propriedades. Muitas das vezes são esses terrenos que não sendo limpos são os primeiros a pegar fogo e que levam a que outros terrenos que foram limpos sejam também ardidos.

- e) *“Conhecida que é a dimensão da nossa propriedade com pequenas áreas, dificultando o ordenamento florestal, qual a melhor forma de promover o emparcelamento de forma a aumentar a dimensão das áreas a gerir e promover uma melhor gestão florestal em toda as suas vertentes (rentabilidade, espécies, prevenção, etc)?”* .

A forma prioritária de se promover o emparcelamento será garantir, por exemplo com verbas do QREN, a gratuitidade de todas as escrituras notariais, bem de todos os subsequentes registos nas Conservatórias, de todas as operações de compra de propriedades rurais que conduzam a emparcelamentos concretos .

Ao contrário do que acontece hoje, em que por vezes os custos administrativos e notariais destas compras de propriedades ultrapassam o valor estritamente comercial destas .



WWF MEDITERRÂNEO (PORTUGAL)



WWF for a living planet

WF Mediterrâneo (Portugal)

Ângela Morgado
Coordinator, Corporate Relationships and Fundraising
Manager

Telemóvel: +351 91 842 88 29

amorgado@wwfmedpo.org

www.wwf.pt

Posição da WWF sobre incêndios florestais em Portugal

A Gestão Florestal como pilar da prevenção de incêndios florestais

Enquadramento

As florestas estão entre os ecossistemas mais importantes do Mediterrâneo: muito ricas em biodiversidade (cerca de 25.000 espécies de plantas, das quais 50% são endémicas), desempenham um papel fundamental na garantia da resiliência e adaptabilidade à mudança climática nos ecossistemas; são importantes fornecedores de serviços dos ecossistemas contribuindo para os meios de subsistência das populações nos diferentes países. Por ano, cerca de 148.000 ha (média 2001-2010) de florestas são destruídos em Portugal devido a incêndios florestais.

Os grandes incêndios estão entre as consequências directas da mudança climática que tem afectado a floresta Mediterrânica. Os impactos das mudanças climáticas, combinadas com rápidas e abruptas mudanças de uso da terra, a má gestão das florestas, a falta de consciência da prevenção do fogo e as deficiências na protecção da floresta nacional têm aumentado a frequência, a intensidade e a extensão dos incêndios.

Identificação do Problema:

O despovoamento resulta, em parte, do abandono de actividades rurais economicamente insustentáveis. O trabalho no campo e o usufruto da paisagem carece de re-invenção e abordagens inovadoras, para que a presença humana se mantenha, gerindo, cuidando e mantendo um território diverso e resistente a perturbações catastróficas, como grandes incêndios.

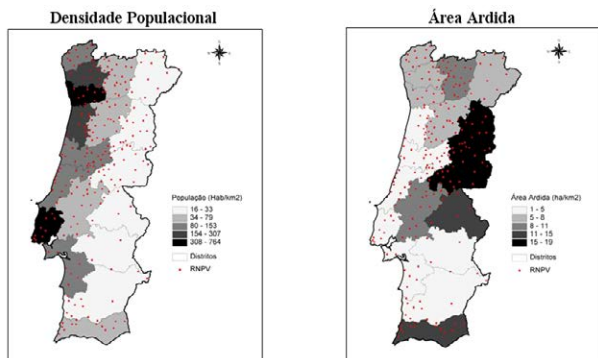


Figura 1: Em Portugal, os incêndios de maior extensão (figura da direita) ocorrem nas zonas do país mais despovoadas (figura da esquerda). (Filipe Catry 2007, dados não publicados).



WWF *for a living planet*

WF Mediterrâneo (Portugal)

Ángela Morgado
Coordinator, Corporate Relationships and Fundraising
Manager

Telemóvel: +351 91 842 88 29

amorgado@wfmmedpo.org;

www.wwf.pt

WWF: Prioridades para prevenir os incêndios florestais em Portugal

1. **Concluir o cadastro predial da propriedade rústica e rever a moldura fiscal do sector florestal**, de forma a incentivar o mercado da propriedade rústica, permitindo desta forma baixar o preço da terra, incentivar a gestão e combater o absentismo;
2. **Adoptar o sistema de gestão florestal FSC – Forest Stewardship Council – como sistema para ajudar a prevenir incêndios florestais.** O FSC é um mecanismo economicamente eficiente e auto-sustentado no aumento da competitividade do sector florestal, que preconiza a aplicação de Boas Práticas de Gestão, incluindo a Prevenção da Floresta contra Incêndios;

Adoptando o sistema de gestão florestal sustentável FSC, será possível:

- a) **Aproximar o cidadão da floresta**, fazendo de cada pessoa um agente de conservação da floresta, pela introdução de mecanismos de Participação Pública efectiva, onde cada um poderá dar o seu contributo, por exemplo, em planos de gestão ou de prevenção da floresta contra incêndios;
- b) **Apoiar a regulação de políticas florestais** como, por exemplo, ao funcionamento das Centrais de Energia de Biomassa, através da certificação da gestão florestal sustentável das áreas de abastecimento;
- c) **Valorizar os serviços ambientais da floresta**, premiando quem gere melhor. O FSC é um mecanismos de diferenciação positiva, que cria mais valia ao gestor florestal que presta serviços ambientais à sociedade, como, as Florestas de Alto Valor Conservação cuja gestão contribuirá para mitigar o risco dos incêndios florestais;
- d) **Demonstrar que o Estado dá o exemplo** na aplicação das Boas Práticas de Gestão Florestal, certificando as florestas públicas através de um sistema independente e credível;



WWF *for a living planet*

WF Mediterrâneo (Portugal)

Ángela Morgado
Coordinator, Corporate Relationships and Fundraising
Manager
Telemóvel: +351 91 842 88 29
amorgado@wwfmedpo.org
www.wwf.pt

Directamente em resposta ao solicitado:

- a) Quais os principais estrangulamentos que identifica no âmbito do SNUFCI e quais as prioridades que o poder político deve ter em conta e procurar resolver, tendo em conta os constrangimentos a que o país está obrigado devido ao Programa de Assistência Económica e Financeira?**

Deve haver um reforço dos esforços em redor do primeiro pilar: Prevenção Estrutural, juntando às existentes actividades de aumento da resiliência do território e à mudança do comportamento das populações face aos espaços florestais, a promoção e o incentivo à gestão florestal sustentável via certificação florestal.

- b) Sendo as Redes primárias de Faixas de Gestão de Combustíveis uma infraestrutura fundamental e porque continuam a existir áreas de responsabilidade menos claras, quem considera que deve assumir o seu planeamento, execução e manutenção nas áreas onde não há ZIF's constituídas ou que não sejam da administração central ou local?**

Esse papel deve ser atribuído às Associações de Produtores Florestais, sendo-lhes transferido anualmente uma verba a acordar que garanta os meios financeiros para executar esta função.

- c) Um dos problemas muitas vezes levantados com o qual é igualmente justificada a reduzida taxa de execução das faixas de gestão de combustíveis (rede primária e secundária), tem que ver com a falta de capacidade de identificação dos proprietários e o inconsequente levantamento dos autos por parte da GNR. Como podem ser ultrapassados estes problemas?**

A WWF já defende desde 2008 que uma das medidas mais urgentes para apoio à prevenção de incêndio é a realização imediata de um cadastro florestal. Este investimento poderá ser rapidamente amortizado pela diminuição dos custos de combate a incêndios e pagamento de indemnizações e financiamento a projectos de reflorestação.

- d) Como é que um Plano Nacional do Uso do Fogo poderia diminuir a continuidade da carga combustível horizontal e vertical e que entidades deveriam estar creditadas para o fazer? Qual o papel das OPF's nesse Plano Nacional?**

Os sapedores florestais devem ser as entidades encarregues deste processo, desde que devidamente creditados e equipados.



WWF *for a living planet*

WF Mediterrâneo (Portugal)

Ángela Morgado
Coordinator, Corporate Relationships and Fundraising
Manager
Telemóvel: +351 91 842 88 29
amorgado@wfmmedpo.org
www.wwf.pt

- e) **Considera importante que as Equipas de Sapadores Florestais continuem a fazer serviço público durante uma parte importante do ano? Quais são os constrangimentos e benefícios que este serviço público trás para a gestão operacional das ESF? A função das ESF no dispositivo de Especial de Combate a Incêndios está apropriada às características destas equipas?**

Sim, os sapadores florestais deverão actuar todo o ano e sobretudo fora da época de risco de incêndio na limpeza e manutenção das redes de combate.

- f) **Até onde deve ir a responsabilidade civil dos proprietários e produtores florestais na não gestão? Ou seja, um proprietário florestal deve ser penalizado se a sua opção de não gestão contribuir para causar danos em terceiros?**

Não. Um proprietário florestal deverá ser incentivado a fazer a gestão. Promoção e apoio ao agrupamento à certificação dos proprietários é muito mais importante que eventual penalização.

- g) **A não execução da prevenção estrutural, nomeadamente no que diz respeito às Faixas de Gestão de Combustível (rede primária e rede secundária), associa-se a dois problemas de dimensões diferentes: i) financeiro; ii) identificação do proprietário. Como podem ser ultrapassados e quais as alterações, também legislativas, que podem ser implementadas?**

Ver resposta c) é essencial concretizar o cadastro florestal

- h) **Conhecida que é a dimensão da nossa propriedade com pequenas áreas, dificultando o ordenamento florestal, qual a melhor forma de promover o emparcelamento de forma a aumentar a dimensão das áreas a gerir e promover uma melhor gestão florestal em toda as suas vertentes (rentabilidade, espécies, prevenção, etc)?**

A certificação florestal de grupo pode desempenhar papel importante nesta questão.



DIRETOR NACIONAL DA POLÍCIA JUDICIÁRIA



S. M. R.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

POLÍCIA JUDICIÁRIA

Gabinete do Diretor Nacional

Incêndios Florestais - Contributo da Polícia Judiciária

Questão a)

1. A legislação existente contempla já um alargado leque de medidas que, se levadas à prática, reduzirão amplamente o risco de ocorrência de incêndios florestais.

2. Se essas medidas forem concretizadas, os incêndios que, ainda assim, ocorrerem terão sempre consequências menos gravosas, em termos de riscos pessoais, de área ardida, do ponto de vista económico e ambiental.

3. A questão essencial que se coloca é a da não aplicação das medidas previstas em leis e regulamentos em toda a sua plenitude.

4. Nesta matéria o Estado assume uma posição, muitas vezes, omissiva e anémica: omissiva porque ele próprio não cumpre a legislação em vigor; anémica porque a fiscalização que faz desse incumprimento é pouco eficaz.

5. Um passo importante seria dado se a aplicação de coimas nesta matéria fosse retirada às autarquias e atribuída a outra entidade, com maior distanciamento dos interesses locais.

6. Salientaremos apenas três aspetos que nos parecem ser da maior importância:

a) A necessidade de reduzir os combustíveis vegetais existentes nos espaços com aptidão florestal e agrícola, acumulados ao longo de anos e anos, com limpezas regulares, através de queimadas ou de outras formas, devendo o Estado dar o exemplo.



S. M. R.
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

POLÍCIA JUDICIÁRIA

Gabinete do Diretor Nacional

Essas atividades deveriam incidir particularmente em locais estratégicos, onde o excesso de combustíveis é potencialmente mais perigoso (implicaria a criação de cartas de risco, com uma lógica que não deverá ser nem a concelhia nem sequer a distrital).

A redução desses combustíveis minimizaria, de forma sensível, a ocorrência de grandes incêndios, pois estes teriam maior dificuldade em se desenvolver e progredir;

b) Maiores restrições e mais fiscalização quanto aos trabalhos florestais, em matas e em terrenos agrícolas que impliquem o uso de máquinas na época crítica de incêndios, com possibilidade de ser decretada a sua proibição total quando as condições meteorológicas foram mais severas (mais de 30 graus de temperatura, vento superior a 30 km/hora e humidade relativa abaixo dos 30%), uma vez que há um número significativo de incêndios com origem nesse tipo de trabalhos;

c) Apostar, desde a infância, de forma continuada, na educação para os valores inerentes à defesa do património florestal e agrícola, nas vertentes ecológica e económica, continuando a sensibilizar os adultos para esta temática, designadamente alertando-os para os comportamentos de risco, uma vez que a esmagadora maioria dos incêndios florestais têm como causa o comportamento humano.

Questão b):

I. Desde há muitos anos que a Polícia Judiciária (PJ) tem, em todo o território nacional, particulares responsabilidades na prevenção e investigação do crime de incêndio florestal doloso.

Com a publicação da primeira Lei de Organização da Investigação Criminal¹ - Lei nº. 21/2000 de 10.8 -, o legislador procedeu à repartição material das competências investigatórias pelos vários órgãos de polícia criminal e nessa repartição atribuiu essa competência, de forma reservada, à Polícia Judiciária (artº.

S.  R.
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
POLÍCIA JUDICIÁRIA

Gabinete do Diretor Nacional

4º al. c), solução essa que foi mantida na LOIC atualmente em vigor que data de 2008 (Lei nº. 49/2008 de 27.8.2008 – alínea f) do nº 3 do artº. 7º.

A atribuição dessa competência reservada à PJ foi feita (e mantida) certamente por se lhe reconhecerem acrescidos recursos (humanos, técnicos e materiais) que garantiam, à partida, e ainda hoje garantem, bons resultados investigatórios, à semelhança do que acontece com toda a outra criminalidade mais grave e complexa, que há várias décadas é da responsabilidade da PJ investigar e que lhe tem permitido granjear inegável prestígio a nível nacional e internacional.

A esses recursos acrescem valências de que só a PJ dispõe, como sejam o Laboratório de Polícia Científica (LPC), acreditado internacionalmente, e as suas Delegações existentes em cada um das Unidades Orgânicas de investigação distribuídas por todo o país (Diretorias, Departamentos de Investigação Criminal e Unidade Local de Investigação Criminal), bem como a existência de uma Unidade Nacional de Informação que permite uma perceção global de todos os dados disponíveis, bem como o seu tratamento e encaminhamento para as Unidades operacionais.

A PJ é também a única polícia de investigação criminal que tem competência em todo o território nacional.

II. Internamente, em cada Unidade Orgânica² da PJ existem Brigadas especializadas na prevenção e investigação deste tipo de crime que, com frequência, recebem formação e atualização na Escola de Polícia Judiciária (EPJ).

Nos meses mais críticos de cada ano, coincidindo com a fase “Charlie” (de 1 de julho a 30 de setembro) estas Brigadas são reforçadas e são instituídos serviços de Prevenção, também especializados, que garantem a permanente disponibilidade e operacionalidade da PJ.

¹ Doravante LOIC.

² Diretorias do Norte (com sede no Porto), de Lisboa e Vale do Telo (com sede em Lisboa), do Centro (com sede em Coimbra), do Sul (com sede em Faro), Departamentos de Investigação Criminal de Braga, Guarda, Aveiro, Leiria, Setúbal, Portimão, Funchal e Ponta Delgada e Unidade Local de Investigação Criminal de Vila Real



S. M. R.
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

POLÍCIA JUDICIÁRIA

Gabinete do Diretor Nacional

III. Na sequência dos grandes incêndios florestais ocorridos no ano de 2003, a PJ elaborou um documento interno estratégico relativo a esta matéria – Plano Nacional Para a Prevenção e Investigação do Crime de Incêndio Florestal – de onde constam as principais linhas orientadoras de toda a sua atividade, que é aplicado por todas as suas Unidades, havendo um cronograma de ações obrigatórias, todos os anos revisto e atualizado, e que padronizou a intervenção da PJ em todo o território nacional.

É no âmbito desse Plano que funciona o Gabinete Permanente de Acompanhamento e Apoio que congrega e articula, nos planos interno e externo, institucional e operacional, tudo o que estiver relacionado com a investigação deste tipo de crime.

Já anteriormente, no ano de 1995, o Gabinete de Psicologia e Seleção da EPJ iniciou um estudo científico sobre os Perfis Criminais do incendiário florestal, trabalho pioneiro a nível internacional, e que dispõe, atualmente, de uma amostra de 452 casos estudados, que permite conhecer melhor as características dos incendiários, dos crimes cometidos e das motivações associadas ao seu cometimento.

É, pois, este estudo, que todos os anos é atualizado com novos casos, um auxiliar precioso nas atividades de prevenção e investigação levadas a cabo pela PJ.

IV. Externamente, a PJ sempre privilegiou, e privilegia, o contacto direto e pessoal com todas as outras entidades relacionadas com esta temática, sobretudo com a GNR, mas também com os bombeiros, as estruturas da Proteção Civil, os autarcas e com os cidadãos em geral, num conjugado de esforços em que ninguém pode ser dispensado.

A PJ dispõe de “Oficiais de Ligação” no CNOS (nível nacional) e nos CDOS (nível distrital) da ANPC, onde estão representadas essas e outras entidades, de forma a receber e a prestar informação relativamente à prevenção e investigação do crime de incêndio florestal.

V. Com todo este enquadramento, a Polícia Judiciária todos os anos, no âmbito das suas atividades de prevenção tem “controlado” dezenas de suspeitos.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

POLÍCIA JUDICIÁRIA

Gabinete do Diretor Nacional

No âmbito das suas atividades de investigação deteve também já, num total acumulado desde 2003, 582 incendiários, sendo que 60 foram detidos no ano de 2012 e 83 no ano de 2013.

VI. Demonstrada que está a proficuidade da atividade da PJ neste âmbito, cremos, que não há qualquer razão para introduzir alterações de fundo nesta matéria no plano legislativo.

S.m.o. dever-se-á, antes, melhorar a aplicação das leis já em vigor, com particular ênfase quanto aos dispositivos da LOIC, do Código de Processo Penal (CPP) e da Lei de Política Criminal que regem a investigação e o processo penal, com particular atenção aos normativos que disciplinam as relações entre os diversos órgãos de polícia criminal.

De facto, os entorses que se têm verificado, com particular acuidade no ano de 2013, resultam de uma deficiente aplicação (ou mesmo não aplicação) dos normativos em causa quanto aos deveres de cooperação entre as polícias (cfr. artº. 10 º nº 1 da LOIC) e de comunicação de situações de incêndio florestal doloso que são da competência investigatória reservada da PJ.

Registaram-se vários casos, com particular incidência nas zonas norte e centro do país, em que, perante a notícia do cometimento deste tipo de crime, nada foi comunicado à PJ, ou foi comunicado tardiamente, impedindo a investigação, ou impedindo uma investigação pronta e eficaz que poderia ter levado a uma mais rápida identificação e detenção do autor do ilícito.

Tal não poderá suceder de futuro.

Casos houve em que, havendo elementos para desenvolver uma investigação com sucesso, os factos foram apenas comunicados ao MP, que só os comunicou à PJ duas ou três semanas depois (atraso este motivado pelas férias judiciais), podendo o suspeito continuar a cometer crimes!



S. R.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

POLÍCIA JUDICIÁRIA

Gabinete do Diretor Nacional

Ora, as leis vigentes que disciplinam esta matéria são claras: se outro órgão de polícia criminal, que não a PJ, tiver conhecimento, por qualquer meio, da ocorrência de um crime de incêndio doloso, está obrigado aos seguintes procedimentos:

- a)** deve comunicar o facto ao Ministério Público no mais curto prazo, que não pode exceder 10 dias (art^{os}. 2^o n^o 3, 1^a parte, da LOIC, 243^o n^o 3 e 248^o n^o 1 do CPP);
- b)** deve abster-se de praticar atos de investigação, ou melhor de desenvolvimento da investigação, podendo apenas praticar os atos cautelares necessários e urgentes para assegurar os meios de prova (art^{os}. 2^o n^o 3, parte final, e 5^o n^o 1 da LOIC), pois nos termos deste último normativo “o órgão de polícia criminal que tiver notícia do crime e que não seja competente para a sua investigação apenas pode praticar os atos cautelares necessários e urgentes para assegurar os meios de prova” (neste sentido dispõe também o art^o. 10^o n^o 2 da LOIC).

Este regime já decorria do CPP (cfr. art^{os}. 249^o, 171^o n^o 2 e n^o 4 e 173^o, por exemplo), tendo, contudo, ganho contornos mais precisos com a publicação das leis que organizam a investigação criminal já referidas, primeiro com a Lei n^o. 21/2000 de 10.8 (alterada pelo Decreto-Lei n^o. 305/2002 de 13.12) – veja-se o seu art^o. 6^o n^o 2 - e depois, de uma forma ainda mais evidente, com a Lei 49/2008 atualmente em vigor.

Por força destes normativos, se o OPC que primeiro teve conhecimento do crime não for o competente, não pode, em princípio, praticar atos materiais de investigação criminal, tais como formalizar a inquirição de testemunhas ou de suspeitos, realizar reconstituições e reconhecimentos, fazer exames ao local do crime, pedir a realização de buscas, deter fora de flagrante delito³, etc., etc. Deve,

³ Ressalvadas as situações de flagrante delito, em que tanto o incêndio negligente como o doloso admitem a detenção por qualquer autoridade judiciária, entidade policial ou cidadão (art^os. 255^o n^o 1 do CPP 274^o do Código Penal), entendemos que outro órgão de polícia criminal, em princípio e salvo situações excepcionais urgentes, não poderá efetuar detenções fora de flagrante delito pelo crime de incêndio florestal, porque esta forma de detenção só é admissível no crime doloso e a investigação deste compete, de forma reservada, à PJ. Na verdade, para que uma autoridade de polícia criminal possa ordenar a detenção fora de flagrante delito, para além de outros requisitos, exige-se que seja admissível a aplicação da prisão preventiva (art^o. 257^o n^o 2 a) do CPP). Ora esta medida de coação, nos termos do art^o. 202^o n^o 1 do mesmo diploma (e ressalvadas as hipóteses de

S.  R.
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
POLÍCIA JUDICIÁRIA

Gabinete do Diretor Nacional

contudo, praticá-los se a sua realização se impuser por razões de urgência avaliada em concreto, tendo em vista evitar que os meios de prova se percam irremediavelmente.

O OPC materialmente incompetente para a investigação tem ainda o dever de preservar o local do crime, recolher informações preliminares sobre testemunhas e suspeitos e de praticar todos os outros atos que visem acautelar os meios de prova.

Logo que o OPC tiver elementos que permitam concluir pela sua incompetência para a investigação, deve remeter o processo *para o OPC competente, no mais curto prazo, que não pode exceder vinte e quatro horas*, com conhecimento à autoridade judiciária (artº. 5º nº 2 da LOIC; neste sentido também dispõe o seu artº. 10 nº 2);

Parece-nos ainda pertinente trazer à colação os normativos que regem a definição de prioridades da política criminal e o modo como elas devem ser postas em prática: o crime de incêndio florestal é de prevenção e investigação prioritária (artºs. 3º nº 1 d) e 4º nº 1 d) da Lei nº. 38/2009 de 20.7), estando os OPC´s vinculados ao seu cumprimento (artº. 11º da Lei nº. 17/2006 de 23.5 - Lei Quadro da Política Criminal).

Nos termos do nº 1 do artº. 11º da Lei nº. 38/2009, relativamente a estes crimes, há um dever acrescido de cooperação entre os órgãos de polícia criminal tendo em vista a sua prevenção e investigação, “*designadamente através da partilha de informações, de acordo com os princípios da necessidade e da competência, nos termos da Lei de Organização da Investigação Criminal*”.

Em suma: o quadro legislativo é suficientemente preciso e claro, sabendo-se já que, quando respeitado por todos, é eficaz.

Cada órgão de polícia criminal deve exercer as suas competências e respeitar, não invadindo, as que estão atribuídas a outro.

entrada ou permanência ilegal ou pendência de processo de extradição), só pode ser aplicada a crime cometido na forma dolosa.



S. R.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

POLÍCIA JUDICIÁRIA

Gabinete do Diretor Nacional

Havendo notícia de um crime de incêndio doloso e não sendo a PJ a primeiro ter dele conhecimento, deve o órgão de polícia criminal (normalmente a GNR) comunicar de imediato à PJ (e ao MP) a ocorrência, bem como toda a informação recolhida, para que esta comece a investigação de imediato, convocando o mais precocemente possível todos os seus recursos – técnicos, periciais, materiais e humanos – e experiência na matéria, de modo a que, desde o início⁴, ela decorra sob o seu controle.

Não se desconhecendo que a PJ não é órgão de polícia criminal de proximidade, destes sugere-se, espera-se e deseja-se uma efetiva e atuante colaboração, em especial no período crítico dos incêndios florestais, com a criação de canais perfeitamente identificados a quem deverá ser atribuída a responsabilidade de tratar, centralizar e difundir a informação relevante para as investigações, tornando mais eficiente e eficaz o trabalho policial.

Nos tempos que correm todos os órgãos de polícia criminal, como é sabido, têm recursos limitados e fortes restrições nos seus orçamentos.

Daí que não devem desperdiçar energias, nem recursos, em tarefas que não lhes competem e para os quais também não têm as necessárias habilitações, pondo em causa a investigação e a prova.

Tal deve levar a que, em matéria de incêndios florestais dolosos, e para que se garantam os melhores resultados investigatórios:

- a PJ se concentre na prevenção e investigação criminal, como sempre fez e fará;
- os demais órgãos de polícia criminal se concentrem, reforçando-o, no segmento que legalmente lhes compete – segurança pública, vigilância,

⁴ O exame ao local do crime é cada vez mais a peça chave da moderna investigação criminal, assumindo particular importância a sua preservação até à chegada dos investigadores e peritos da PJ. Estes estão especialmente habilitados para a recolha de tudo aquilo que pode levar ao esclarecimento do crime e dos seus autores. A correta recolha, acondicionamento, transporte e entrega de todos os elementos de prova, com posterior encaminhamento para o LPC, onde são sujeitos às adequadas perícias e exames, são aspetos fundamentais em que a PJ já deu provas da sua especial habilitação para o efeito.

S.  R.
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
POLÍCIA JUDICIÁRIA

Gabinete do Diretor Nacional

patrulhamento e prevenção estrutural e de proximidade –, sob pena de o núcleo essencial da sua atividade ser irremediavelmente descuidado.

Uma nota final para referir o papel disciplinador e orientador fundamental que o Ministério Público deve ter nesta problemática, como titular da ação penal e garante do cumprimento da Constituição e das leis: ou no âmbito de cada processo (o que nem sempre se verifica) ou, como nos parecerá mais eficaz, de forma hierárquica, máxime através da Procuradoria-Geral da República, emanando diretivas que não mais permitam sucessivos atropelos à LOIC, ao CPP e à Lei de Política Criminal.

VII. Complementarmente, parecem-nos ainda pertinentes as seguintes sugestões:

a) maior envolvimento das autoridades judiciárias no aprofundamento desta temática, designadamente com a sua sensibilização para a aplicação de medidas de coação ou de segurança que sejam privativas de liberdade, sobretudo na “época crítica”, de modo a evitar que os incendiários, com grande propensão para a reincidência, tenham oportunidade de voltar a delinquir.

Tal deverá ter também implicações quando os suspeitos são julgados e condenados, pois a aplicação de uma pena de prisão suspensa na sua execução poderá não ser suficiente para os dissuadir, podendo pensar-se no cumprimento da pena efetiva de prisão durante os meses de verão;

b) maior envolvimento das autoridades de saúde, dado que muitos dos incendiários são dependentes do consumo de álcool e apresentam distúrbios psicológicos e psiquiátricos;

c) nos períodos mais críticos, mobilização acrescida de meios da GNR, da Proteção Civil e das Autarquias (e se necessário das Forças Armadas) para atividades de vigilância sistemática da floresta.



CNA – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA -

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública
Filiada na Coordenadora Europeia - Via Campesina - Sede em Bruxelas

SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

a) Falta de meios nomeadamente recursos financeiros disponíveis.

O congelamento - que já tem anos - da elaboração/execução dos PROF, repercute-se negativamente na elaboração dos Planos Municipais de Ordenamento Florestal o que, por sua vez, se repercute negativamente nos Planos (concretos) Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios com repercussões negativas no funcionamento operativo - e bem dirigido - das Comissões Municipais de Defesa e Protecção da Floresta, contra Incêndios e não só.

O poder político deve deixar de se preocupar na produção de mais legislação “avulsa” sobre a Floresta/Incêndios. Deve concentrar-se na operacionalização do essencial que advém da Lei de Bases da Política Florestal e dos PROF.

Portanto: - ORDENAMENTO FLORESTAL E PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS DEVEM SER AS PRIORIDADES.

A propósito dos tais “constrangimentos” causados pelas tróikas, o único caminho orçamental-financeiro é deixar de dar dinheiro público ao sistema financeiro. Senão não há dinheiro público para custear matérias tão importantes como a que estamos a analisar... No actual sistema é bom de ver : - ganham os banqueiros; perdemos nós.

b) Redes primárias e Faixas de Gestão de Combustíveis. Quem deve ou não assumir a responsabilidade, isso depende...

Depende da realidade em concreto. Depende da Região e do País. Depende do tipo de propriedade florestal: - grande, pequena ou média. Na grande propriedade, que paguem os titulares ou usufrutuários ou que haja Modulação e Plafonamento dos recursos técnicos e financeiros públicos a afectar. Mesmo as ZIF têm problemas porque também para elas escasseiam os recursos públicos - ou pelo menos escasseiam para a maior parte das ZIF.

E ainda mais escasseiam para os Baldios e Grupo de Baldios.

CORTES ORÇAMENTAIS “INCENDIÁRIOS”

De salientar que os cortes financeiros aplicados no PRODER integram cortes de 150 milhões de euros (e mais já) nas participações nacionais no investimento florestal. Por sinal, 150 milhões de Euros que é quanto custariam as Redes Primárias de Faixas de Gestão de Combustíveis à escala nacional !...

Aliás, nesses mesmos cortes aplicados ao PRODER, são atingidas algumas medidas destinadas à Prevenção de Incêndios Florestais como as atrás mencionadas.

- a) Certos constrangimentos com identificação dos titulares de parcelas florestais (e até em uso agro-alimentar) não podem ser ultrapassados nas condições actuais.

A “escritura pública” de uma (pequena) parcela de terreno (rústico) quase sempre fica mais cara que o valor comercial-patrimonial dessa parcela.

A “escritura pública” de uma pequena parcela-propriedade custa tanto como a “escritura pública” de uma grande parcela (que vale mais que a pequena, claro).

Portanto, quem vai actualizar os registos de propriedade?....

A GNR “está farta” de levantar autos. As Câmaras Municipais escusam-se a dar-lhes seguimento (e fazem bem, á partida).

A entrada no terreno de qualquer Entidade – criada ou a criar – nestas questões que mexem com direitos muitas vezes ancestrais (Baldios) e com propriedade privada – pequenos e médios Produtores Florestais – essa entrada no terreno tem que ser muito calma, muito persuasiva e demonstrativa do equilíbrio de interesses público e privado. Tem que tender para acções não coercivas ou atentatórias desses direitos.

A informação das Populações, a sua participação voluntária e interessada nos processos, são aspectos centrais nas intervenções a operar. E tem que haver formas muito concretas e visíveis de demonstrar que há benefícios a obter com intervenções estruturantes (fundiárias ou de outro tipo).

TEM QUE HAVER RECURSOS PÚBLICOS OU OUTROS, ATRACTIVOS

EM VEZ DA REPRESSÃO À CABEÇA – estilo “Multa na Hora” como se fala – e que será o pior que há a fazer...

- b) O Plano Nacional do Uso do Fogo, requer técnica e meios. Onde há disso ?

Se não há meios, não haverá Plano Nacional do Uso do fogo...à escala regional, quanto mais nacional...

- c) As equipas de Sapadores Florestais nas regiões de minifúndio carecem de maiores e mais continuados apoios públicos designadamente, financeiros. E que não venham agora dificultar tudo ainda mais com a imposição das Equipas de Sapadores Florestais terem que andar a fazer candidaturas ANUAIS aos (parcos) apoios públicos. Uma candidatura pode ou não ser aprovada. Candidaturas anuais geram incertezas demasiadas e desestabilizam...

Por outro lado, se os custos da limpeza das Matas recaírem integralmente sobre os Produtores Florestais, quem vai poder pagar esse serviço com o preço da Madeira sempre de rastos na Produção?

- d) Já se disse e repete-se: - nas actuais condições financeiras da gestão florestal, a repressão, só por si, não resolve nada e, pelo contrário, virá a agravar tudo.
- e) Já abordado em resposta anterior, todavia:

*Problemas financeiros: - atribuir mais meios públicos em vez de aplicar sucessivos cortes orçamentais

*legislação que privilegie-embarateça - muito - a “escritura pública” dos pequenos e médios proprietários-produtores florestais.

* Não desestabilizar os Povos Compartes dos Baldios com as ameaças de alterações – nocivas - da Lei dos Baldios. Não desestabilizar as Equipas de Sapadores Florestais com as candidaturas anuais e a redução de meios públicos.

f) Atribuir mais recursos públicos para apoiar tais acções (utilizando a modulação e plafonamento dessas ajudas públicas consoante as dimensões físicas ou económicas das explorações, equipamentos, infra estruturas, etc.

MAS SEMPRE DE FORMA NÃO COERCIVA E SEM VIOLAÇÃO DE DIREITOS.

E AINDA, se não principalmente :

TUDO O QUE FOI DITO DEVERÁ TER NA BASE UMA POLÍTICA FLORESTAL QUE GARANTA RENDIMENTOS AOS PEQUENOS E MÉDIOS PRODUTORES, através :

1 - Da melhoria dos Preços da Madeira, na Produção - o elemento por natureza estruturante.

2 - De mais apoios públicos (ao invés de cortes orçamentais).

3 - De um correcto Ordenamento Florestal com prioridade para os aspectos Sociais e Ambientais e não para os aspectos de interesse económico ou financeiros imediatos.

3.1 - Tal como alguém um dia disse : “afinal fazer Floresta não é a mesma coisa que fazer pau...” - o que remete para a tendência oficial, outra vez mais do que dominante, de incentivar, e por todas as formas, a plantação de eucalipto para as celulosas ou aglomerados e também já a pensar na biomassa.

Coimbra, 13 de Fevereiro de 2014

Pel' ACNA

João Dinis



CENTRO PINUS

Grupo de Trabalho da Assembleia da República para Análise da Problemática dos Incêndios Florestais

Contributo do Centro PINUS (solicitado por email a 30 de Janeiro de 2014)

O Centro PINUS agradece a oportunidade de se pronunciar sobre uma temática que constitui a **principal causa do decréscimo de área de pinho em Portugal**. No entanto, optou-se por não responder às questões colocadas por email, por um lado, por não se ter um posicionamento definido relativamente a algumas delas, bastante específicas e particulares, mas também por se entender que direccionam o debate para temáticas que poderão não ser, na nossa leitura, as mais relevantes no contexto da problemática dos incêndios florestais. De facto, as questões colocadas centram-se sobretudo na **gestão de combustíveis em espaços florestais**, o que, sendo um pilar fundamental, **só por si é manifestamente insuficiente para solucionar esta problemática**. De facto, a informação disponível sugere que, na sua essência, a problemática dos incêndios florestais é **de cariz sobretudo social e não florestal**.

Dando sequência a este pressuposto e reconhecendo-se limitada competência para nos pronunciarmos sobre temas de carácter social, apresentam-se seguidamente algumas sugestões que se julgam relevantes no contexto da problemática abordada, salvaguardando-se que a principal recomendação é de **priorização de uma abordagem social** (prevenção de ignições e Desenvolvimento Regional/Ordenamento do Território) **em detrimento da florestal** (gestão de combustíveis em espaços florestais).

1. PNDFCI: metas e hierarquização de prioridades

Tendo em conta o desproporcionado contributo do comportamento humano, sugere-se que as metas formuladas priorizem a **redução do número de ignições** em detrimento do actual enfoque na redução de área ardida.

A nível de definição de **prioridades**, considera-se que os recursos devem ser prioritariamente direccionados para as **zonas de interface** entre áreas com actividade humana (agrícolas, urbanas ou outras) e áreas florestais, já que é nestas que se concentrarão com maior frequência as origens de ignições. A nível nacional, as regiões que apresentam simultaneamente elevado número de ocorrências e área ardida deverão ser avaliadas e consideradas com carácter prioritário na afectação de recursos até a tendência se inverter.

2. Ordenamento do Território

O enquadramento legal actual não é favorável a uma ocupação diversificada e equilibrada dos espaços florestais, condição essencial a uma redução da vulnerabilidade destes aos incêndios florestais. A **suspensão das metas dos PROF**, acrescida da publicação do **Decreto-Lei 96/2013**, favorece a intensificação de uma tendência de **homogeneização dos espaços florestais**, pelo que a reposição das referidas metas é um tema que merece a maior urgência.

3. Desmistificar os estrangulamentos atribuídos ao minifúndio

O questionário enviado aborda “a melhor forma de promover emparcelamento de forma a aumentar a dimensão das áreas a gerir”. No entanto, **a pequena dimensão da propriedade não deverá ser encarada exclusivamente como um problema**, já que pode constituir uma **oportunidade** neste contexto. As zonas de minifúndio são mais favoráveis a paisagens **diversificadas**, em **mosaico**, com **elevada diversidade de combustibilidade**. O desafio adicional para a rentabilidade financeira que as zonas de minifúndio representam pode ser solucionado por uma associação, ou mesmo simples articulação, da sua gestão. A associação da gestão e da propriedade deverá ser abordada como **dois temas distintos**. Se ambos constituem um desafio, a associação da propriedade é certamente mais complexa e exige maiores recursos, enquanto um enfoque na associação da gestão pode dar frutos num prazo mais curto e exigindo menores recursos.

4. Adequação dos incentivos financeiros

O facto de os incentivos financeiros não serem acessíveis à esmagadora maioria de potenciais beneficiários tem constituído um grave estrangulamento, com reflexos também na problemática dos incêndios florestais. De facto, numa floresta em se realizam **investimentos** e com **gestão activa** certamente o risco de incêndio será menor. Deste modo, a adequação destes instrumentos financeiros, com a sua **simplificação** e **eliminação de investimentos ou áreas mínimas**, seria um contributo fortemente positivo para minimizar a problemática dos incêndios florestais.

A experiência passada de intervenção no contexto do Nemátodo da Madeira do Pinheiro, em que em situações **de manifesto interesse público** e após afixação de **edital**, uma entidade local (autarquia ou OPF) actua em substituição do proprietário poder-se-á justificar e ser útil no contexto da prevenção de incêndios florestais.

5. Gestão de áreas de regeneração natural

Após os incêndios, uma das consequências mais frequentes é a criação de extensas áreas de regeneração natural de pinhal. Dependendo das opções de gestão destas áreas, podem tornar-se também uma importante causa de incêndios de grande dimensão, pela elevada acumulação de combustível. Desde modo, a prioridade na afectação de recursos de DFCI para a gestão de áreas de regeneração natural de pinhal, nomeadamente em zonas de elevado risco de incêndio, seria uma das **apostas estratégicas mais relevantes**, quer para a problemática dos incêndios florestais, quer para a sustentabilidade da Fileira do Pinho e competitividade do país.

Centro PINUS, 13 de Fevereiro de 2014



ACRÉSCIMO

Contributo à consulta formulada pelo Grupo de Trabalho para Análise da Problemática dos Incêndios Florestais

Preâmbulo

A Acrécimo agradece a consideração manifestada pelo Grupo de Trabalho, constituído por iniciativa da Senhora Presidente da Assembleia da República, ao permitir que esta associação expresse o seu contributo num tema que assume elevada preocupação política, social, económica e ambiental.

A Acrécimo considera contudo que esta problemática decorre de uma consequência, determinada por uma causa.

Numa visão, autodefinida como eco-social, entendemos que o declínio na viabilidade do negócio florestal, a causa, está subjacente à ausência de adequadas práticas de gestão florestal, o efeito, o que tem gerado um acréscimo de risco na propagação dos incêndios florestais, a consequência que se tende a agravar com as alterações climáticas. Esta visão está na base das respostas às questões que gentilmente nos colocaram.

Questões e respostas

- a) Quais os principais estrangulamentos que identifica no âmbito do SNDFCI e quais as prioridades que o poder político deve ter em conta e procurar resolver, tendo em conta os constrangimentos a que o país está obrigado devido ao Programa de Assistência Económica e Financeira?***

O SNDFCI enfrenta problemas decorrentes da causa e consequente efeito que, não estando na origem, potenciam condições para uma mais fácil propagação dos incêndios florestais.

A causa consubstancia-se na incapacidade, em parte significativa do território nacional, das superfícies florestais e silvestres gerarem rendimento que permita custear a adoção de práticas comerciais e de princípios técnicos florestais, o que em comum integram o conceito de gestão florestal, ao qual se associa ainda a componente da sustentabilidade.

Assumindo que o abandono da gestão de parte significativa dos espaços florestais e silvestres nacionais se consubstancia num modelo de gestão determinado pelas perspetivas de rendimento que as mesmas possam gerar, o facto é que este modelo não permite a concretização das operações silvícolas mínimas, sequer para a defesa das mesmas em caso de incêndio florestal. Isto, a par da concretização de medidas de proteção também contra a proliferação de pragas e de doenças.

Tendo em consideração os constrangimentos decorrentes do Programa de Assistência Económica e Financeira, que podem condicionar no imediato a adoção de medidas de carácter estrutural, como o reforço da pesquisa, bem como o estabelecimento de um serviço de extensão florestal, suscita-se vivamente à concretização de medidas que, previstas no documento “Um Estado Melhor” aprovado em Conselho de Ministros a 30 de outubro de 2013, não acarretam acréscimo de encargos líquidos para o Estado.

Face ao reconhecido decréscimo do rendimento empresarial líquido na silvicultura, bem como o desequilíbrio existente nas relações comerciais nas principais fileiras de produção lenhosa, deverá o poder político, também no setor silvo-industrial, atribuir “maior importância às funções de regulação, supervisão e inspeção”, “por serem uma condição essencial da garantia de funcionamento dos mercados e das entidades que neles interagem”.

Todavia, numa abordagem de carácter estrutural, importa ter em consideração a aposta na pesquisa e na extensão, no imediato, na definição dos apoios às florestas a integrar o Programa de Desenvolvimento Rural 2014/2020.

A utilização presente do termo extensão visa reforçar que, a componente de divulgação e de assistência técnica à produção florestal, deverá estar claramente associada à produção de resultados pela investigação, servindo a extensão como veículo de transmissão destes mesmos resultados aos agricultores e demais gestores e proprietários de superfícies florestais e silvestres.

b) Sendo as Redes primárias de Faixas de Gestão de Combustíveis uma infraestrutura fundamental e porque continuam a existir áreas de responsabilidade menos claras, quem considera que deve assumir o seu planeamento, execução e manutenção nas áreas onde não há ZIF's constituídas ou que não sejam da administração central ou local?

As responsabilidades pela concretização de operações florestais, mesmo as integradas na DFCI, atendendo às características das superfícies florestais portuguesas, ou seja a posse de mais de 90% das mesmas por privados, devem estar tanto quanto possível dependentes destes agentes, no caso, devidamente organizados em estruturas representativas, com as quais o Estado deverá estabelecer contratos-programa.

A atual incapacidade, em parte significativa do País, em gerar rendimento a partir do negócio silvícola para custear os custos com o planeamento, execução e manutenção destas Redes, justificam, no âmbito do Interesse Público, a comparticipação do Estado nestes encargos.

Assume-se aqui claramente que, esta intervenção do Estado decorre da sua incapacidade, até ao momento, de assegurar dois elementos fundamentais em termos de DFCI: (1) a presença ativa de pessoas nos meios rurais, pela contenção do êxodo rural e inversão das migrações interior-litoral; e, (2) a viabilização dos negócios silvícolas e, conseqüentemente, à sustentação, à sustentabilidade e à responsabilização social dos investimentos silvo-industriais.

- c) Um dos problemas muitas vezes levantados com o qual é igualmente justificada a reduzida taxa de execução das faixas de gestão de combustíveis (rede primária e secundária), tem que ver com a falta de capacidade de identificação dos proprietários e o inconsequente levantamento dos autos por parte da GNR. Como podem ser ultrapassados estes problemas?***

A identificação dos detentores das superfícies florestais, em especial no caso português, com a maior taxa mundial das mesmas sob o regime privado, é “indispensável”, tal como mencionado no Programa do XIX Governo Constitucional. Sem esta identificação, do nosso ponto de vista, não existirão medidas de política florestal consequentes, quanto mais não seja, porque o Legislador desconhece o público alvo dos diplomas legais que produz (tradicionalmente muito centrados no arvoredo, não nos detentores do arvoredo).

- d) Como é que um Plano Nacional do Uso do Fogo poderia diminuir a continuidade da carga combustível horizontal e vertical e que entidades deveriam estar creditadas para o fazer? Qual o papel das OPF’s nesse Plano Nacional?***

O uso do fogo é uma das práticas possíveis para a diminuição da carga combustível.

Esta como outras práticas adequadas ao mesmo fim, deve assentar na opção dos detentores ou gestores das superfícies florestais e silvestres portuguesas, desejavelmente enquadrado no âmbito do negócio florestal (produção de bens e prestação de serviços a partir destas superfícies).

Assim, uma intervenção das OPF neste domínio é determinante, assumindo o Estado as consequentes funções de formação e supervisão.

- e) Considera importante que as Equipas de Sapadores Florestais continuem a fazer serviço público durante uma parte importante do ano? Quais são os constrangimentos e benefícios que este serviço público trás para a gestão operacional das ESF? A função das ESF no dispositivo de Especial de Combate a Incêndios está apropriada às características destas equipas?***

A esmagadora maioria das superfícies florestais portuguesas estão submetidas ao regime privado, todavia, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 2.º da Lei n.º 33/96, de 17 de agosto, cabe a todos os cidadãos a responsabilidade de as conservar e proteger. Desta forma, é justificável a intervenção das ESF na concretização de serviço público.

No que respeita ao combate a incêndios, a Acrécimo defende a criação de corpos especializados de sapadores florestais bombeiros, num modelo similar ao existente na região francesa da Aquitânia, facto que determina o nosso posicionamento sobre o reforço das funções das ESF também neste domínio.

- f) Até onde deve ir a responsabilidade civil dos proprietários e produtores florestais na não gestão? Ou seja, um proprietário florestal deve ser penalizado se a sua opção de não gestão contribuir para causar danos em terceiros?***

Como mencionado na abordagem à alínea a), a opção pela não gestão decorre das expectativas de rendimento do negócio florestal.

Desta forma, a responsabilização dos proprietários e produtores florestais tem de ser inserida no pressuposto de que o Estado assegure previamente as funções que lhe estão atribuídas, designadamente no que sob o rendimento dos negócios silvícolas possa incidir.

A responsabilização dos proprietários e dos produtores florestais privados é uma meta. Existem contudo pressupostos: o Estado, enquanto pessoa de bem, deve

assumir previamente as suas próprias responsabilidades, o que até hoje não conseguiu demonstrar.

g) A não execução da prevenção estrutural, nomeadamente no que diz respeito às Faixas de Gestão de Combustível (rede primária e rede secundária), associa-se a dois problemas de dimensões diferentes: i) financeiro; ii) identificação do proprietário. Como podem ser ultrapassados e quais as alterações, também legislativas, que podem ser implementadas?

Um fator determinante para a ultrapassagem dos problemas está bem definido no próprio Programa do Governo, a identificação dos agentes para uma mudança de estratégia na fruição de bens e de serviços a partir das florestas em Portugal.

Estamos convictos que a atuação na consequência só será efetiva se os esforços forem dirigidos à sua causa.

A viabilização de negócios a partir dos espaços florestais e silvestres, esmagadoramente sob o regime privado e num País de economia aberta, é fundamental. Este deve assentar não só na produção de bens, mas também na prestação de serviços, inclusive os que já hoje são prestados embora sem valor financeiro definido.

Mais do que na produção de mais diplomas legais, pratica que se tem mostrado ineficiente, importa redefinir a estratégia, assente nas pessoas e nos negócios que estas podem desenvolver em meio rural. Para o efeito, defendemos a aposta em três vetores essenciais: (1) na pesquisa; (2) na extensão; e, na regulação dos mercados.

Estamos ainda convictos que, o enquadramento da DFCI deve ultrapassar a própria estratégia florestal, deve enquadrar-se num âmbito mais alargado, numa estratégia de desenvolvimento rural.

h) Conhecida que é a dimensão da nossa propriedade com pequenas áreas, dificultando o ordenamento florestal, qual a melhor forma de promover o emparcelamento de forma a aumentar a dimensão das áreas a gerir e promover uma melhor gestão florestal em toda as suas vertentes (rentabilidade, espécies, prevenção, etc)?

O modelo das Zonas de Intervenção Florestal pode ser um veículo para ultrapassar as especificidades, assumidas como menos adequadas, à viabilização de negócios sustentados, sustentáveis e socialmente responsáveis a partir das propriedades rústicas com superfícies florestais.

Todavia, face ao seu carácter informal, este veículo deve ser encarado como um meio, não como um fim. Desta forma, entendemos que as ZIF são um mero passo para a constituição futura de sociedades de gestão de grupo.

Considerar as ZIF como um fim poderá ser um erro, com resultados similares aos obtidos com as áreas agrupadas constituídas no âmbito do Programa de Ação Florestal (I QCA), ou do Programa de Desenvolvimento Florestal (II QCA).

Lisboa, 14 de fevereiro de 2014



FLORESTA ATLÂNTICA

Assunto: Contributo escrito sobre incêndios florestais

Exmos Senhores

Como é do conhecimento público, por iniciativa da Senhora Presidente da Assembleia da República, foi constituído na Assembleia da República um **Grupo de Trabalho para Análise da Problemática dos Incêndios Florestais**, tendo esse grupo que apresentar um relatório no final de 190 dias.

Tendo em conta o despacho da Senhora Presidente da Assembleia da República, é intenção deste Grupo de Trabalho centrar-se mais no Sistema Nacional da Floresta Contra Incêndios. Este sistema, constituído por três pilares gerais (Prevenção Estrutural e Sensibilização; Combate, Rescaldo e Vigilância pós-incêndio; Vigilância, Detecção e Fiscalização), foi considerado por todos os agentes que o integram um grande avanço em comparação com o anterior, muito particularmente, por definir e identificar muito bem as responsabilidades e competências. Passados 8 anos da sua publicação e de ter sido alvo de uma alteração em 2009, importa perceber se há (ou não) alterações, atualizações ou correções a fazer por forma a responder aos desafios de hoje.

Pelo exposto, solicitamos o vosso contributo, dando a vossa resposta às questões colocadas, por forma a possibilitar a busca das melhores soluções, para minimizar o flagelo dos incêndios florestais.

Dado o prazo apertado que este GT tem para elaborar as suas conclusões, solicitamos que o vosso contributo nos chegue até ao dia 14 de fevereiro para o seguinte endereço: joaquim.ruas@ar.parlamento.pt

a) Quais os principais estrangulamentos que identifica no âmbito do SINDFCI e quais as prioridades que o poder político deve ter em conta e procurar resolver, tendo em conta os constrangimentos a que o país está obrigado devido ao Programa de Assistência Económica e Financeira?

Privilegiar o conhecimento em detrimento da despesa. Criar programas de formação teórico prática, orientados por formadores devidamente capacitados, sobre fogo florestal. Avaliar a eficiência (portanto técnica e económica) da Escola Nacional de Bombeiros. Gerir os cargos da proteção civil em função do conhecimento, experiência e desempenho. Obrigar a que exista participação e comunicação entre a defesa e o combate, de forma a que os últimos saibam pelo menos onde trabalharam os outros. Criar condições para que as decisões de combate a incêndios florestais sejam tomadas com o contributo de especialistas.

b) Sendo as Redes primárias de Faixas de Gestão de Combustíveis uma infraestrutura fundamental e porque continuam a existir áreas de responsabilidade menos claras, quem considera que deve assumir o seu planeamento, execução e manutenção nas áreas onde não há ZIF's constituídas ou que não sejam da administração central ou local?

A administração central deve continuar a assumir esta responsabilidade, pois tratam-se de estruturas de âmbito regional e suprarregional. Existem condições na legislação que permitem já a atuação adequada.

c) Um dos problemas muitas vezes levantados com o qual é igualmente justificada a reduzida taxa de execução das faixas de gestão de combustíveis (rede primária e secundária), tem que ver com a falta de capacidade de identificação dos proprietários e o inconsequente levantamento dos autos por parte da GNR. Como podem ser ultrapassados estes problemas?

Também aqui a legislação permite facilmente a substituição dos proprietários. De qualquer forma deverá ser avaliada a eficácia destas estruturas e sobretudo o seu grau de utilização pelas forças de combate. A gestão de combustíveis é demasiado cara para ser apenas o mero cumprimento de um compromisso legislativo. Não nos esqueçamos que é no combate e não na prevenção que temos desperdiçado somas colossais, pelo que avaliemos antes se aqueles que devem utilizar a prevenção o fazem, ou mesmo se o sabem fazer.

d) Como é que um Plano Nacional do Uso do Fogo poderia diminuir a continuidade da carga combustível horizontal e vertical e que entidades deveriam estar creditadas para o fazer? Qual o papel das OPF's nesse Plano Nacional?

Qualquer ação de fogo controlado diminui a continuidade de combustível, seja ela vertical ou horizontal...A quase totalidade das OPF não têm conhecimentos específicos suficientes para fazer planeamento a esta escala no que se refere à temática do Uso Controlado do Fogo. Quem o deveria fazer são os que comprovarem que o sabem fazer, pelo conhecimento e experiência que demonstrem.

e) *Considera importante que as Equipas de Sapadores Florestais continuem a fazer serviço público durante uma parte importante do ano? Quais são os constrangimentos e benefícios que este serviço público trás para a gestão operacional das ESF? A função das ESF no dispositivo de Especial de Combate a Incêndios está apropriada às características destas equipas?*

É extremamente importante que continuem a fazer serviço publico e as funções estão apropriadas. São a única estrutura que faz prevenção e primeira intervenção e que, portanto, rentabiliza as ações de prevenção.

f) *Até onde deve ir a responsabilidade civil dos proprietários e produtores florestais na não gestão? Ou seja, um proprietário florestal deve ser penalizado se a sua opção de não gestão contribuir para causar danos em terceiros?*

Até ao mesmo ponto em que vai a responsabilidade do estado, devendo que todos deverão ser responsabilizados, o mesmo devendo acontecer para quem é pago e responsável pelo combate e não o execute devidamente.

g) *A não execução da prevenção estrutural, nomeadamente no que diz respeito às Faixas de Gestão de Combustível (rede primária e rede secundária), associa-se a dois problemas de dimensões diferentes: i) financeiro; ii) identificação do proprietário. Como podem ser ultrapassados e quais as alterações, também legislativas, que podem ser implementadas?*

Nos locais onde existe obrigatoriedade já existe regulamentação que soluciona o problema!

h) *Conhecida que é a dimensão da nossa propriedade com pequenas áreas, dificultando o ordenamento florestal, qual a melhor forma de promover o emparcelamento de forma a aumentar a dimensão das áreas a gerir e promover uma melhor gestão florestal em toda as suas vertentes (rentabilidade, espécies, prevenção, etc)?*

Obrigando os proprietários a procederem a cadastro simplificado em tempo definido, sendo que após o seu termo todas as áreas não registadas passam para domínio público em banco de terras de venda e aluguer, com prioridade para os confrontantes.

Antecipadamente gratos pelo vosso contributo, recebam os nossos melhores cumprimentos.

Joaquim Ruas



EMANUEL OLIVEIRA
(FORMADOR NA ÁREA DE INCÊNDIOS FLORESTAIS)

A EFICIÊNCIA DO SNDFCI

Muito há a dizer relativamente à eficiência do SNDFCI, mas centremo-nos pois em duas temáticas que se encontram interligadas: a execução dos PMDFCI/prevenção estrutural e operacional e o combate aos incêndios florestais.

O SNDFCI é constituído por diversas componentes distribuídas por diversas entidades que já mostraram ao longo das últimas décadas uma enorme dificuldade de se integrarem. Receberam as competências sem contudo terem recebido o *know-how* de quem no passado integrava e coordenava todas essas competências, logo existe alguma incapacidade de estruturar processos interligados e continuados no tempo. Recordo pois que a floresta requer planos a longo prazo, programas para 50 anos ou mais, pois uma floresta não se faz a curto prazo!

É certo que o PNDFCI estabeleceu orientações estratégicas considerando estes problemas, mas aquilo que é tido em conta por quem se encontra à frente de cada componente, são as metas do Plano, desconhecendo os processos estabelecidos para tratar cada um dos problemas diagnosticados.

A título meramente de exemplo, em 2007 deu-se início no país a um programa que deveria estender-se no tempo e no espaço e que visava a gestão de combustíveis com recurso ao fogo controlado para tratar áreas à escala da paisagem coordenada por uma estrutura técnica formada e capacitada – o Grupo de Análise e Uso do Fogo (GAUF), interligado com técnicos dos respectivos GTF's e apoiado por 4 estruturas operacionais - Sapadores Florestais, GIPS/GNR, Bombeiros e FEB.

Em 2014 o país deveria de ter:

- 15 equipas GAUF (45 técnicos) a trabalhar todo o ano nas áreas críticas e tratar milhares de hectares por ano. Estes técnicos poderiam até ser técnicos de GTF's capacitados e mediante protocolo com o ICNF, à semelhança do serviço público das equipas de Sapadores Florestais.
- Técnicos de GTF's com conhecimento em análise de incêndios e planeamento DFCI para produzirem uma 2ª geração de PMDFCI mais eficaz e eficiente
- Estruturas operacionais mais capacitadas sem custos acrescidos significativos e com conhecimento aprofundado sobre comportamento de fogo, segurança e uso de fogo melhorado
- Rede Primária executada e milhares de hectares tratados.

Chegamos a 2014 e o que temos realmente:

- Uma experiente equipa de relatórios de grandes incêndios
- 5 equipas GAUF (5 técnicos) que atuam 3 meses por ano
- Técnicos entregues a multitarefas nos gabinetes municipais.
- As estruturas operacionais continuam com grandes carências formativas sobre segurança em incêndios florestais, sobre o comportamento do fogo e sobre o uso do fogo de supressão.

Emanuel de Oliveira * formação.incendioflorestais@gmail.com * ID SKYPE: emanuelrenato
Blogs: <http://meteofogo.blogspot.pt/> * <http://pyro-fogosflorestais.blogspot.pt/>

A EXECUÇÃO DOS PMDFCI

No que respeita à execução dos PMDFCI, aquilo que assistimos desde a constituição dos GTF's foi apenas a criação de gabinetes com técnicos "multitarefa", não se focando naquilo para o qual foi criado – a floresta e o trabalho florestal. Por outro lado, temos a elaboração de excelentes planos que na prática, numa larga maioria, não são executados. Logo, apesar de se encontrarem bem elaborados de pouco valem se não são executados. Contudo, o financiamento aos municípios para funcionamento dos GTF's mantém-se igual para todos, os que elaboram planos e os que não, os que executam as acções previstas e os que não. E onde está o papel de supervisão do Estado nesta matéria? Hoje, praticamente temos um técnico em cada município, no entanto é um técnico que na maioria dos casos, encontra-se longe da população, não sai ao terreno, carecendo do importante papel de extensão rural/florestal, de aproximação à população no dia-a-dia.

O problema é estrutural. Recordemos pois que a gestão florestal, a planificação e a execução ao nível de DFCl, as acções de prevenção, a fiscalização, a vigilância fixa e móvel e a responsabilidade do combate faziam parte apenas de uma única estrutura – a Direcção Geral das Florestas. Com o passar dos anos, desde 1976, as diversas políticas governamentais até hoje, foi de distribuir cada uma destas competências por diversos organismos, nas mais diversas escalas (nacional, regional e local) e natureza jurídica (pública e privada). Daí resultar uma completa desestruturação em matéria de DFCl, pois existem vários actores que não estão interligados, pois têm preocupações, sensibilidades e visões diferentes, logo existe uma grande dificuldade em traçar uma linha directriz transversal e comum, pelo que podemos compreender perfeitamente a dificuldade desta Comissão Parlamentar. Em nenhum país da Europa se vê tamanha divisão de competências ao nível da DFCl. Daí a razão de Portugal ser o território que mais arde no espaço mediterrânico.

A título de exemplo, observemos a realidade no Alto Minho

O território do Alto Minho é maioritariamente ocupado por espaços florestais, dos quais 44% são não arborizados e 27 % arborizados (Fonte: PROF Alto Minho). Em termos de área o território ocupa cerca de 221 945 hectares, dos quais 147 291 hectares correspondem a espaços florestais, sendo que destes cerca de 51 060 hectares são baldios submetidos ao Regime Florestal. Poderíamos então dizer que existe uma potencial riqueza no sector florestal. É certo! Contudo, desde 1975 até 2013, a área ardida acumulada nesta quatro décadas é de cerca de 270 mil hectares, ou seja em 40 anos ardeu uma área superior à área do território do Alto Minho, o que faz desta região o território do espaço mediterrânico com maior número de incêndios e uma elevadíssima área ardida.

Ano após ano, perdemos floresta, perdemos o potencial de regeneração e perdemos riqueza. O abandono da agricultura, o despovoamento das comunidades de montanha, a perda da gestão florestal e a desestruturação e dispersão de competências do SNDfCl têm vindo a agravar a situação dos incêndios

florestais, conduzindo desde 1998 a um espectacular aumento dos grandes incêndios florestais com mais de 1000 hectares.

O COMBATE – 1ª intervenção

Ao nível do combate e centrando-nos na 1ª intervenção, se por um lado esta tem tido uma elevada eficácia, devido ao investimento nas diversas equipas de combatentes que constituem o DECIF, permitindo reduzir a área ardida. Por outro lado, esta 1ª intervenção tem igualmente contribuído para um aumento da carga de combustível que mais tarde arderá em incêndios com comportamentos de elevada intensidade do fogo e de severidade, acarretando uma maior complexidade para o dispositivo de extinção, dando origem a grandes incêndios como aqueles que assistimos em 2012 no Algarve, em 2013 em Alfândega da Fé e no Centro de Portugal. Isto é aquilo que denominamos o paradoxo do fogo: **“quanto menos arde mais há para arder”**. **Só se rompe esta condição quando procedemos à eliminação da carga de combustível de forma preventiva**. Há décadas atrás este era um processo “natural” por via da necessidade das populações rurais, hoje impõem-se as respectivas medidas no âmbito da DFCI.

Actualmente existem meios para executar as acções para a gestão de combustíveis de modo menos oneroso e sustentável: recurso ao uso do fogo controlado que apresenta custos muito reduzidos e o corte do combustível para alimentação de pequenos sistemas de aproveitamento da biomassa para energia, resolvendo o problemas dos custos energéticos com equipamentos escolares, piscinas municipais e outros equipamentos públicos. Para além de ajudar a resolver o problema da acumulação do combustível e reduzindo a dependência energética, a vantagem reside também na geração de emprego no meio rural, combatendo o despovoamento e permitindo que o sistema seja sustentável.

No futuro breve, o país deverá aproveitar o novo quadro comunitário precisamente para investir na reforma florestal, tendo em vista a sua sustentabilidade e potenciando o desenvolvimento do sector.

OS FOGOS FLORESTAIS VS FOGO CONTROLADO

Se falamos de fogos florestais, falamos para além dos incêndios florestais, do fogo controlado e das queimadas. Neste sentido, no que respeita ao uso do fogo técnico – fogo controlado, Portugal mais uma vez recuou no uso desta técnica, ficando a taxa de execução muito abaixo das necessidades do território. **O fogo quer natural quer o seu uso tradicional para a gestão dos combustíveis sempre fez parte do território**, contudo com a alteração do uso dos solos e o abandono da agricultura nas últimas décadas, a necessidade do seu uso para a gestão de combustíveis e renovação de pastos foi perdendo-se, o que implica ciclicamente a acumulação de elevadas cargas de combustível que alimentam incêndios cada vez maiores e mais severos.

Na década de 80, no Alto Minho, executavam-se milhares de hectares de povoamentos de pinheiro-bravo tratados com recurso ao uso do fogo controlado, o que permitia aumentar a resiliência destes

Emanuel de Oliveira * formação.incendioflorestais@gmail.com * ID SKYPE: emanuelrenato
Blogs: <http://meteofogo.blogspot.pt/> * <http://pyro-fogoflorestais.blogspot.pt/>

povoamentos. Hoje, anualmente, o Alto Minho apresenta escassas centenas de hectares de área tratada com fogo controlado e a técnica aplica-se exclusivamente em áreas de matos.

Entre o ano 2007 e 2010 foi desenvolvido o programa GeFoCo (Gestão do Fogo Controlado) que permitiu dar um novo impulso à gestão dos combustíveis com recurso a essa técnica e com resultados importantes. Importa ainda salientar que não podemos cair no erro de retirar o fogo do espaço florestal, é necessário implementar um novo GeFoCo, recorrendo às equipas de profissionais vocacionados para esta tarefa – os sapadores florestais – enquadrados e geridos por técnicos credenciados. É essencial aumentar o número de operacionais na área da prevenção, pois como toda a gente sabe, o combate assume encargos muito mais elevados, cujos orçamentos, normalmente, implicam reforços a meio da época para dar uma resposta mais eficaz.

ALGUMAS CONCLUSÕES

- Importa levar a cabo o SNDFCI, mas de acordo com os processos estabelecidos para tratar cada um dos problemas diagnosticados, o que implica rigor na execução e não reduzir a DFCI à elaboração de planos.
- A Floresta requer um programa a longo prazo, no mínimo de 50 anos.
- Hoje, mais do que nunca e, após constataremos a situação dos incêndios florestais, parece existir a necessidade de criar-se uma organização estrutural que articule numa só organização o SNDFCI.
- Um novo programa para a gestão dos combustíveis com recurso ao uso do fogo técnico, à semelhança do GeFoCo é obrigatório implementar-se dada a sua eficácia e eficiência.
- À semelhança da prevenção, o combate deve ser avaliado quanto à sua eficiência. Não podemos avaliar o combate apenas pela sua eficácia, importa saber quanto custou a extinção de um incêndio para proteger que valor real. Visto que o dispositivo de extinção, assim como o SNDFCI são financiados pelos contribuintes, existe a necessidade de conhecer o valor em causa quer na prevenção, quer no combate e o valor real do património florestal.



**ANEFA – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EMPRESAS
FLORESTAIS, AGRÍCOLAS E DO AMBIENTE**

Contributo escrito sobre incêndios florestais



a) Quais os principais estrangulamentos que identifica no âmbito do SNDFCI e quais as prioridades que o poder político deve ter em conta e procurar resolver, tendo em conta os constrangimentos a que o país está obrigado devido ao Programa de Assistência Económica e Financeira?

Ano após ano, assistimos a um interesse quase perverso em falar de incêndios florestais, deixando para trás o valor ambiental, social e económico da floresta.

Culpa-se o Inverno chuvoso e as temperaturas elevadas, culpa-se políticos e até proprietários pelo abandono das terras, aponta-se a falta de meios de combate, e deixa-se no ar, como que uma “nuvem de fumo” a derradeira causa dos incêndios florestais.

A verdade é que este flagelo depende essencialmente da carga combustível e do ordenamento florestal, ou da falta deste.

Com um cenário severo de alterações climáticas, pouco resta fazer em relação às condições meteorológicas que se anunciam. Não podemos esperar por um Verão menos quente, ou um Inverno menos húmido e propício ao desenvolvimento de vegetação, é preciso sim investir na floresta, na sua manutenção e preservação, ou seja, é necessário que o Programa de Desenvolvimento Rural cumpra o seu propósito.

Não podemos ignorar, que na passagem dos anteriores Quadros Comunitários, houve um longo período sem investimento na floresta nacional. Assim, o PDR deveria ser o principal “meio de combate” aos incêndios florestais, pois uma vez operacionalizado, permite que Municípios, empresários, proprietários e produtores florestais tenham dinheiro para investir na floresta, efectuando as necessárias acções de silvicultura preventiva nas suas áreas.

Deste modo, parece claro a necessidade de mudar mentalidades, e de se inverter o conceito de prioridade. A sustentabilidade da floresta, elemento essencial na preservação do ambiente, a economia nacional e o desenvolvimento rural, é posta em causa todos os anos, sem que se compreenda afinal que, os incêndios florestais se “combatem” no Inverno.

Assim, é fundamental que haja uma gestão activa da floresta, um correcto planeamento e ordenamento e acima de tudo investimento no espaço florestal.

A limpeza de mato ou a gestão de combustíveis, é sem dúvida importante para a redução de material lenhoso e eliminação dos chamados “combustíveis finos”, mais propensos à ignição, mas é igualmente relevante referir que para além do resultado das operações em si, o facto de se efectuar estas acções implica que as matas estejam permanentemente vigiadas pelos prestadores de serviços que executam estes serviços, e que tão bem conhecem o terreno, funcionando como primeira intervenção na prevenção dos incêndios florestais.

É tempo de pôr em prática todas as alternativas de que dispomos. Financiamento para novas arborizações, operacionalização do PDR, uso do Fundo Florestal Permanente directamente para a floresta e meios de combate acessórios aos já utilizados, uma vez que há semelhança de outros países europeus, em Portugal estamos a descurar a hipótese de combater os incêndios com maquinaria e equipamento florestal (por exemplo máquinas de rastos) e respectivos operadores que tão bem conhecem a floresta, traduzindo-se numa mais-valia.

b) Sendo as Redes primárias de Faixas de Gestão de Combustíveis uma infraestrutura fundamental e porque continuam a existir áreas de responsabilidade menos claras, quem considera que deve assumir o seu planeamento, execução e manutenção nas áreas onde não há ZIF's constituídas ou que não sejam da administração central ou local?

Será em primeiro lugar fundamental perceber o que se entende por "áreas de responsabilidade menos claras". As áreas ou são privadas, ou do Estado, ou são os chamados baldios, mas em qualquer das situações os responsáveis estão definidos.

Seja como for, e excluindo as áreas onde os proprietários privados estão bem identificados, assume-se que a execução das redes primárias de faixas de gestão de combustível são um serviço público, pelo que neste caso concreto, consideramos que o recurso às equipas de sapadores florestais, poderá ser benéfico, já que se trata essencialmente de serviço público, para o qual estas equipas já são financiadas.

c) Um dos problemas muitas vezes levantados com o qual é igualmente justificada a reduzida taxa de execução das faixas de gestão de combustíveis (rede primária e secundária), tem que ver com a falta de capacidade de identificação dos proprietários e o inconstante levantamento dos autos por parte da GNR. Como podem ser ultrapassados estes problemas?

Os problemas de estruturação da rede primária e secundária vai muito para além da propriedade privada. Esta é claramente uma estratégia de actuação nacional, e que deve mobilizar os esforços da Administração central e local.

Para uma correcta implementação das faixas de gestão de combustível é necessário que haja investimento disponível, por exemplo através do PDR, e este não deve estar condicionado a projectos dos privados.

A ANEFA considera, que há semelhança da fitossanidade, o problema dos incêndios florestais deve ser objecto de uma candidatura de fileira e integrada.

De pouco vai adiantar investir na prevenção a nível individual, se não houver uma estratégia de âmbito nacional, que abranja todo o território de uma maneira coesa.

Não queremos com isso retirar a responsabilidade dos proprietários e produtores florestais, no entanto, sabemos que não é só a área privada que arde, o que significa que este é um problema, de facto, para além do regime de propriedade.

d) Como é que um Plano Nacional do Uso do Fogo poderia diminuir a continuidade da carga combustível horizontal e vertical e que entidades deveriam estar creditadas para o fazer? Qual o papel das OPF's nesse Plano Nacional?

Seria fundamental colocar em prática um Plano Nacional do Uso do Fogo, uma vez que como já referimos, é sem dúvida importante a redução de material lenhoso e eliminação dos chamados "combustíveis finos", mais propensos à ignição.

Deste modo, estaríamos efectivamente a promover a prevenção dos incêndios florestais, em envíos de continuamente recorrer ao combate.

Existem já empresas credenciadas para o efeito, e consideramos que esse deve ser o caminho. São técnicos especializados na gestão de fogo controlado e que executam estas operações com a segurança e know-how exigidos. Não nos podemos esquecer que a aplicação destas técnicas levanamente pode ter consequências desastrosas e que todo o cuidado e alertas devem estar devidamente equacionados.

E é por essa mesma razão que consideramos que as OPF's nem sempre têm um papel efectivo neste plano. Em primeiro lugar, porque estas apenas deveriam realizar serviços, seja de que natureza for, aos seus associados, e em segundo porque apesar de poderem ter um técnico com a credenciação necessária, todos sabemos as limitações ao nível da formação dos Sapadores Florestais, que seriam, quem neste caso, iria implementar o Plano.

e) Considera importante que as Equipas de Sapadores Florestais continuem a fazer serviço público durante uma parte importante do ano? Quais são os constrangimentos e benefícios que este serviço público trás para a gestão operacional das ESF? A função das ESF no dispositivo de Especial de Combate a Incêndios está apropriada às características destas equipas?

Sendo as Equipas de Sapadores Florestais financiadas com dinheiros públicos, faz todo o sentido estas realizarem serviço público. Deveria ser alias essa a sua prioridade de actuação, assim como das próprias OPF's.

Estas estruturas são altamente financiadas pelo Estado, e consequentemente por todos nós contribuintes, mas a verdade é que acabam por estar ao serviços das OPF's a realizar trabalho especializado, a particulares, muitas vezes até a proprietários que não integram nenhuma OPF. Esta é uma questão que a ANEFA já abordou por diversas vezes, e que se prende com a concorrência desleal feita às empresas privadas que actuam no sector florestal.

As Organizações de Produtores Florestais, financiadas pela Tutela, têm na sua génese o objectivo de realizar a chamada "extensão florestal", aconselhando e sensibilizando produtores e proprietários para uma correcta gestão florestal, no entanto, o que se observa na sua maioria, é que estas Estruturas prestam serviços como se duma empresa se tratasse.

A questão é que as OPF's não estão sujeitas à carga fiscal aplicada às empresas, e utilizando recursos humanos custeados pelo Estado, como é o caso das equipas de sapadores, que deveriam cingir-se ao serviço público, acabam por entrar em concorrência directa com as empresas, desvirtuando por completo o mercado.

Acima de tudo não compreendemos como é possível continuar-se a criar barreiras às PME quando estas são responsáveis por gerar riqueza e investimento local, e como é que Estruturas financiadas, e supostamente sem fins lucrativos, estejam a operar como se fossem operadores económicos, praticando preços abaixo do mercado.

f) Até onde deve ir a responsabilidade civil dos proprietários e produtores florestais na não gestão? Ou seja, um proprietário florestal deve ser penalizado se a sua opção de não gestão contribuir para causar danos em terceiros?

Obviamente que os proprietários e produtores têm de ser responsabilizados pela não gestão dos seus espaços florestais, mas a ANEFA também considera que é necessário dar-lhes as "ferramentas" que permitam optar uma gestão activa. Só deste modo poderá ser imputada uma penalização, pois o facto de nada fazerem passou a ser uma escolha e não uma inevitabilidade.

É por isso que acreditamos que se o Fundo Florestal Permanente fosse devidamente aplicado na floresta, a par de outros instrumentos de financiamento, poderia constituir uma boa "ferramenta de gestão florestal".

Portugal é até o único país europeu que desenvolveu um Fundo de apoio à floresta. Aquando dos incêndios de 2003, onde se perdeu quase meio milhão de hectares de floresta, foi criado o Fundo Florestal Permanente (FFP), gerado através de um imposto aplicado aos combustíveis e pago por todos os contribuintes.

Este fundo, que visava relançar o investimento no sector, gera anualmente entre 20 a 30 milhões de euros, que deveria ajudar a ultrapassar alguns destes constrangimentos, no entanto, dez anos e cerca de 250 milhões de euros volvidos, o FFP contribuiu ZERO% para a sustentabilidade da floresta nacional!

Contas feitas, estes cerca de 250 milhões de euros, dariam para arborizar mais de 170 mil hectares ou para limpar cerca de 350 mil, ajudariam na criação de mais de 17 mil postos de trabalho permanentes, e ao nível de receitas do Estado, representaria cerca de 62 milhões de euros de contribuição para a Segurança Social.

Acima de tudo, estes 250 milhões de euros, que são por direito da nossa floresta, ao serem investidos em silvicultura preventiva, evitariam grande parte dos incêndios e a perda de muitas vidas, e poderia ter evitado muitos dos acontecimentos do passado período estival.

g) A não execução da prevenção estrutural, nomeadamente no que diz respeito às Faixas de Gestão de Combustível (rede primária e rede secundária), associa-se a dois problemas de

dimensões diferentes: i) financeiro; ii) identificação do proprietário. Como podem ser ultrapassados e quais as alterações, também legislativas, que podem ser implementadas?

Como já foi referido anteriormente, esta é uma questão que ultrapassa em muito a propriedade privada.

Não se pode condicionar a prevenção estrutural pela justificação antiga de não haver cadastro. Tem de ser um esforço nacional e que implica uma tomada de posição da administração central.

A questão financeira, sempre premente, deve ser uma vez mais equacionada na optica de investimento e não como mais uma despesa para a Tutela.

Se irremediavelmente terão de despender verbas para o combate, seria mais sensato apostar na prevenção, comprovadamente menos dispendiosa e mais eficaz. Recorde-se que, no período entre 2000 e 2004, foram gastos em prevenção cerca de 150 milhões de euros, contrastando com os 330 milhões gastos no combate aos incêndios, o que transfigura uma clara falta de estratégia. Em 2003, o custo tido em prevenção, combate, perdas de bens e serviços e recuperação, ascenderam os 1.026,7 milhões de euros, no entanto em 2004, os gastos em prevenção rondaram os 52, 6 milhões, ou seja, 20 vezes menores ao efectivamente necessário.

Na verdade, o milhão de euros gastos em 2003, daria para arborizar mais de 700 mil hectares ou para limpar cerca de 1.400 mil hectares.

h) Conhecida que é a dimensão da nossa propriedade com pequenas áreas, dificultando o ordenamento florestal, qual a melhor forma de promover o emparcelamento de forma a aumentar a dimensão das áreas a gerir e promover uma melhor gestão florestal em toda as suas vertentes (rentabilidade, espécies, prevenção, etc)?

A propriedade de pequena dimensão é uma realidade nacional e com a qual temos de saber lidar. Esta situação não vai mudar, pelo que as políticas nacionais têm de tomar esta questão em consideração.

Sabendo que a ideia inerente à criação das Zonas de Intervenção Florestal era o incentivo ao agrupamento de explorações, emparcelamento de propriedades e desincentivação do seu fraccionamento, a ANEFA congratulou-se com a sua implementação, em 2005, acreditando que este novo modo de gestão contribuiu para o correcto ordenamento florestal.

No entanto, quase dez anos depois, e constituídas que estão mais de 250 ZIF, o seu objectivo primordial está longe de ser concretizado. A verdade é que apesar dos números significativos, poucas foram as ZIF's que efectivamente "saíram do papel" e estão operacionais.

Muitas vezes se apontou a falha de concretização no terreno por falta de meios financeiros, mas a verdade é que a verba já direccionada para as ZIF's daria para arborizar mais de 120 mil ha ou para limpar cerca de 40 mil ha de floresta. A verdade diz então que não é por falta de financiamento que as Zonas de Intervenção Florestal não saíram do papel, mas sim porque uma vez mais este dinheiro está a ser direccionado para apoio ao planeamento, e criação e manutenção de estruturas organizativas ligadas à produção.

O que ganhou então o sector florestal com a implementação das Zonas de Intervenção Florestal?

As ZIF's permitiram um novo olhar sobre o espaço florestal, e a procura de informação e conhecimentos sobre as oportunidades da floresta numa dimensão mais profissional, mas o propósito singular de gestão activa com impacto na redução do risco de propagação de incêndios foi claramente vencido, e prova disso é a dimensão de área ardida em 2010 e em 2013.

Se queremos uma gestão operacional e profissional da nossa floresta é necessária uma revisão fulcral da estratégia adoptada, com consequentes efeitos na implementação no terreno. Têm de ser apuradas responsabilidades e perceber exactamente para que serviu todo este investimento.

Assim no entender da ANEFA, há que fazer uma reflexão profunda sobre a realidade da nossa floresta e aplicar um modelo de gestão que se adequa a estes princípios.

Mais de 3 milhões de hectares de floresta, 87% de proprietários privados e média da parcela inferior a 1 ha, espelham bem as dificuldades que o sector florestal enfrenta. A fragmentação excessiva tem impactos directos na falta de rentabilidade dos povoamentos, acresce a dificuldade de mecanização e consequentemente de gestão profissional, e aumenta o risco de incêndios.

As ZIF's podem ter um papel determinante na resolução deste problema, mas é necessário ajustar o modelo inicial. Actualmente são as organizações de cariz associativo de proprietários e produtores florestais, que lideram os processos de constituição de ZIF, mas a subsídio-dependência destas estruturas organizativas tendem a penalizar a implementação das acções no terreno, pois grande parte da verba atribuída é depois utilizada para a manutenção da estrutura em si e não para o desempenhar da função atribuída.

Esta tem sido uma constante e, ano após anos, tem penalizado fortemente a floresta, que em última instância é quem mais perde por falta de investimento. Embora tenhamos consciência da importância do movimento associativo, não podemos estar continuamente a cometer os mesmos erros, e a insistir num modelo de gestão mais que condenado. Quantos milhões mais serão preciso desperdiçar para vermos que a operacionalização de uma gestão profissional no terreno, não passa apenas por ganhar dimensão, mas sim pelo envolvimento de empresas, isentas e financeiramente independentes, com capacidade técnica e coerência social e económica, para responder aos diversos desafios.

Para superar estes constrangimentos, a ANEFA propôs em tempos a criação de Sociedades de Gestão Florestal, que se regem nos seguintes termos:

1. Sociedades comerciais de direito privado, aptas a um modelo de gestão e exploração conjunta, das várias áreas florestais agrupadas;
2. A área mínima de constituição da Sociedade de Gestão Florestal deve ser de 25ha;
3. A área mínima de adesão à Sociedade de Gestão Florestal deve ser de 0,5ha;
4. A Sociedade deve ser composta por um mínimo de dois titulares;
5. A Sociedade deve ser composta pelos próprios proprietários, devendo estar igualmente prevista a participação de terceiros, em caso de entrada de capitais alheios, por via de investimento privado;
6. Para o efeito do exposto no número anterior, deve ser previamente estabelecida a correspondência entre o capital investido e o valor por hectare de área florestal;
7. O capital Social da Sociedade, é composto pelo valor atribuído pelo hectare de área florestal e o capital alheio investido, e deve perfazer o capital mínimo fixado na lei para as Sociedades por quotas;
8. A gestão do património das áreas agrupadas deve ser atribuída exclusivamente a empresas com capacidade técnica e coerência social e económica, denominadas de Entidade Gestora, e independente da organização da Sociedade de Gestão Florestal;
9. A constituição das áreas agrupadas geridas pela Entidade Gestora, pressupõe a cedência de direitos de uso da terra dos seus proprietários a esta entidade;
10. A Entidade Gestora deve ter como objectivo a gestão e exploração das áreas florestais agrupadas, e comercialização dos seus produtos (lenhosos e/ou não lenhosos), num período mínimo de 25 anos;
11. A Entidade Gestora poderá, a todo o tempo, ser substituída, sendo para o efeito necessária a concordância de pelo menos 50% dos titulares da Sociedade de Gestão Florestal;
12. As receitas provenientes da exploração e comercialização dos bens associados, devem ser equitativamente distribuída em função do rendimento obtido por cada área aderente, e em função do valor dos direitos de uso cedidos / capital investido.
13. A Sociedade de Gestão Florestal e a Entidade Gestora têm de possuir um sistema de contabilidade organizada, ou um sistema de contabilidade simplificada, nos termos das normas da Rede de Informação e Contabilidade Agrícolas (RICA) ou outros equiparados e reconhecidos para o efeito;

Assim, conta-se que empresas privadas com interesse na gestão das áreas florestais possam investir em áreas de minifúndio, condenadas pela sua estrutura e abandono da propriedade, salvaguardando uma gestão profissional e promovendo uma economia de escala.

A ANEFA acredita que este modelo é um passo importante para uma floresta sustentável, já que beneficia todos os agentes do sector:

- O proprietário, que não tendo capacidade de investimento, vê garantido o seu rendimento na exploração;
- As empresas, que chamadas a participar na gestão das áreas florestais contribuem para o desenvolvimento da economia nacional e criação de novos postos de trabalho;

- A Indústria, que verá o território nacional mais capacitado e vocacionado para a resposta em matéria-prima;
- O Estado, que não tendo de substituir o proprietário absentista na sua gestão, poupa recursos e consegue de um modo mais eficaz o cumprimento do Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- A Floresta, que deixa de estar ao abandono, tendo o devido valor ambiental, social e económico atribuindo, cumprindo assim melhor o seu propósito como sumidouro de carbono, suporte à biodiversidade, protecção dos recursos aquíferos e do solo, combate à desertificação e fixação das populações em zonas rurais.



BALADI – FEDERAÇÃO NACIONAL DE BALDIOS



Contributo para o Grupo de Trabalho para Análise da Problemática dos Incêndios Florestais

Resposta da BALADI às questões colocadas:

a) Quais os principais estrangulamentos que identifica no âmbito do SNDFCI e quais as prioridades que o poder político deve ter em conta e procurar resolver, tendo em conta os constrangimentos a que o país está obrigado devido ao Programa de Assistência Económica e Financeira?

- A impossibilidade de atribuir o comando do combate a incêndios a operacionais locais, eventualmente regionais ao nível da NUT 3, e deixar de possibilitar o "desvio" para comandos operacionais externos à região.
- Por outro lado poderia existir a submissão à comissão de recrutamento e seleção para a administração pública (CRESAP) dos comandos distritais da Protecção Civil, ou Comandos NUT 3 (os únicos de comando no terreno), os quais deveriam reportar diretamente ao Comandante Nacional da Protecção Civil (Comandante NUT 1 coadjuvado pelos Comandantes NUT 2).
- Outra das situações a ter em consideração era a de deixar de ter uma infinidade de planos que não têm executor atribuído e passar à responsabilização de uma única entidade para a prossecução/execução da DFCL.

b) Sendo as Redes primárias de Faixas de Gestão de Combustíveis uma infraestrutura fundamental e porque continuam a existir áreas de responsabilidade menos claras, quem considera que deve assumir o seu planeamento, execução e manutenção nas áreas onde não há ZIF's constituídas ou que não sejam da administração central ou local?

- Imprescindível a possibilidade de instituição de parcerias com contratos plurianuais, sustentados na criação de emprego rural, com inequívoca profissionalização, e de âmbito local. As OPF e as Entidades Gestoras de Baldios, através das suas Equipas de Sapadores Florestais (ESFs), deveriam poder ser privilegiadas no processo.
- O Fundo Florestal Permanente (FFP), que neste momento deveria ter uma "folga" de aplicação, deveria ser totalmente dirigido a alavancagem de um processo deste tipo.
- Para além disso os GTFs das Câmaras Municipais poderiam ser apoiados pelo FFP de uma forma mais regrada, tendo como objetivo o reforço do apoio às equipas de sapadores existentes.

c) Um dos problemas muitas vezes levantados com o qual é igualmente justificada a reduzida taxa de execução das faixas de gestão de combustíveis (rede primária e secundária), tem que ver com a falta de capacidade de identificação dos proprietários e o inconsequente levantamento dos autos por parte da GNR. Como podem ser ultrapassados estes problemas?

- Grande parte das faixas de gestão de combustíveis, nomeadamente redes primárias, situam-se em terrenos baldios presentemente sob co-gestão da Administração Pública (em alguns concelhos

Baladi, Federação Nacional dos Baldios

Rua Mar. Teixeira Rebelo, Prédio dos Quinchosos, Loja T. 5000-525 Vila Real; TeL 259 348 151(2); Fax: 259 348 153



seguramente mais de 90%) pelo que o proprietário não é de facto o problema.

- A inexistência de faixas ou o seu grave atraso na implementação, sobretudo na região norte, também será um dos factores que não ajudará a sua execução.
- Basta que se pretenda intervir no terreno para que os proprietários apareçam. E porque não criar medidas forfetárias para a implementação das medidas de DFCI? Seria bastante melhor aplicada essa solução em detrimento da que hoje em dia se proclama, possibilitando que projectos de mais de 500.000 euros, ou mesmo de valor superior, vejam o apoio ser concedido e pago "...com dispensa de apresentação de faturas ou documentos contabilísticos de valor probatório equivalente." em PRODER – página 8 da OTE n.º 20_2008.

d) Como é que um Plano Nacional do Uso do Fogo poderia diminuir a continuidade da carga combustível horizontal e vertical e que entidades deveriam estar creditadas para o fazer? Qual o papel das OPFs nesse Plano Nacional?

- A questão de existir um Plano Nacional do Uso do Fogo (PNUF) será importante, indiscutivelmente, no entanto não será por aí a solução. Consideramos que a solução advirá sempre de "dentro", nomeadamente da manutenção da atividade agrícola, silvo pastoril e silvícola, já que pensamos que será inglório pensar que a dado momento, sem qualquer população rural, estejamos a preservar um espaço sem que nele exista qualquer interesse intrínseco para além do uso amíúde do fogo, de forma a evitar "grandes incêndios".
- Hoje em dia temos de identificar os que nos poderão apoiar na gestão do território rural, nos quais certamente estarão os que nos possibilitarão o benefício do uso do fogo, mas que essencialmente se centrarão naqueles que trabalham o território. Temos de ser corajosos o suficiente para acreditar que os projetos de 1 (um) hectare quase nada de maior valia trazem para a continuidade da utilização do espaço territorial.
- Definitivamente deveríamos identificar uma entidade responsável pela execução de fogo controlado, assumir o PNUF e responsabilizar essa entidade pela execução.
- Em áreas contínuas e com ESFs disponíveis é possível actuar com relevância na gestão de combustíveis com o uso de fogo controlado. A possibilidade de os técnicos afectos às entidades gestoras de baldios e às OPFs obterem a credenciação de fogo controlado através de cursos menos onerosos, deveria ser uma prioridade. Os valores atualmente praticados para frequência de um curso de fogo controlado são exageradamente elevados e condicionam a execução de qualquer Plano que possa vir a ser aprovado.

e) Considera importante que as Equipas de Sapadores Florestais continuem a fazer serviço público durante uma parte importante do ano? Quais são os constrangimentos e benefícios que este serviço público trás para a gestão operacional das ESF? A função das ESF no dispositivo de Especial de Combate a Incêndios está apropriada às características destas equipas?

Baladi, Federação Nacional dos Baldios

Rua Mar. Teixeira Rebelo, Prédio dos Quinchosos, Loja T. 5000-525 Vila Real; **Tel:** 259 348 151(2); **Fax:** 259 348 153



- Importante e imprescindível.
- Entretanto a necessidade da sua integração no combate será incontornável. As equipas de sapadores deverão evoluir profissionalmente, assumindo-se como os verdadeiros profissionais na defesa da floresta contra os fenómenos abióticos. O saber estar no terreno, o desejo de defender o terreno que lhas está adstrito assim como o voluntarismo com que se disponibilizam para o apoio ao combate em áreas adjacentes às "suas", torna-os como os veículos mais importantes na defesa contra os incêndios, sejam eles florestais ou rurais.
- Os Sapadores Florestais são fundamentais na primeira intervenção, atualmente existem muitos incêndios que são evitados com esta intervenção logo no início.
- Já agora seria importante referir que, no caso das ESF de Entidades Gestoras de Baldios, consideramos que o serviço publico é feito num período superior aos 50% previstos, já que o serviço executado nos baldios ocorre em áreas cogeridas existindo assim uma discriminação de financiamento. De referir que as outras ESF geridas por outras entidades, quer associativas quer privadas, prestam serviços que são remunerados para o serviço privado, possibilitando assim a captação de verbas importantes para a sua sustentabilidade.
- Por outro lado a falta de ligação ao dispositivo de combate é um forte constrangimento. Os Sapadores não são bombeiros e o comando não os integra na estrutura de combate dando-lhes funções de vigilância e rescaldo. Devia poder existir uma ligação do Comando ao Chefe de Equipa dos Sapadores, já que desta forma o conhecimento do terreno das ESFs seria melhor aproveitado. As ESFs têm um conhecimento real do terreno, do estado dos caminhos e do também do comportamento do fogo, que devia ser melhor aproveitado.

f) Até onde deve ir a responsabilidade civil dos proprietários e produtores florestais na não gestão? Ou seja, um proprietário florestal deve ser penalizado se a sua opção de não gestão contribuir para causar danos em terceiros?

- A situação não deverá ser tão objetivada.
- Efetivamente de nada valerá se um proprietário gerir a sua área (caso gerir seja apenas reduzir a carga combustível) se o seu vizinho mantiver a carga combustível existente, no entanto teremos sempre de considerar que não estaremos perante situação tão óbvias como isso. A análise "crua e nua" das situações de incêndio, e nomeadamente das que mais prejuízos criaram nos últimos anos, poderá contrariar as soluções que passarão pela responsabilização dos proprietários. Poderão sim identificar as devidas responsabilidades das cadeias de comando, as quais não terão a devida competência de cadeia de comando, em combate a incêndios florestais ou rurais. O conhecimento do terreno assim como das dinâmicas de utilização do espaço são imprescindíveis.
- Poderíamos falar e necessidade absoluta de incorporar a mais valia que é a dinâmica dos proprietários rurais que abnegadamente estão sempre na disposição de defender os seus pertences

Baladi, Federação Nacional dos Baldios

Rua Mar. Teixeira Rebelo, Prédio dos Quinchosos, Loja T. 5000-525 Vila Real; TeL 259 348 151(2); Fax: 259 348 153



e conseqüentemente em criar as condições de defesa dos pertences dos seus vizinhos. A criação de equipas de apoio á intervenção, necessariamente constituídas por habitantes das povoações, organizados a nível de Freguesia os quais estarão muito mais disponíveis do que eventualmente as pessoas possam pensar. As limitações impostas á participação da população local terá sido um dos “leitmotifs” das calamidades que tiveram lugar.

- Só se pode entender esta questão de penalização dos Proprietários se acompanhada de uma forte campanha de sensibilização devidamente direccionada para a especificidade do actual mundo rural.. Que fará o Estado se todos os proprietários de terrenos abandonados lhe entregar todos os terrenos sem valor ou rendimento, será sustentável a diminuição da carga combustível sem perspectivas de retorno do investimento?

g) A não execução da prevenção estrutural, nomeadamente no que diz respeito às Faixas de Gestão de Combustível (rede primária e rede secundária), associa-se a dois problemas de dimensões diferentes: i) financeiro; ii) identificação do proprietário. Como podem ser ultrapassados e quais as alterações, também legislativas, que podem ser implementadas?

- Na situação concreta das áreas para constituição da Rede Primária situadas nas áreas comunitárias submetidas a cogestão, verifica-se um vulgar e incompreensível incumprimento da legislação aplicável, já que a sua constituição não passa pela constituição de uma Declaração de Utilidade Pública (n.º 2 do Art.º 14º do Decreto-Lei n.º 17/2009 de 14 de Janeiro). Não se trata de uma questão economicista, trata-se sim de uma simples questão de negação de direito e conseqüente incumprimento legal.
- A Rede Primária (RP) não deve ser necessariamente um custo. Deveremos ter a possibilidade de olhar para a sua implementação não apenas na perspectiva técnica mas também na perspectiva económica e não economicista. A rentabilização das faixas de RP poderá passar pela sua adaptação a situações que não necessitem de intervenções adicionais para além das já previstas e orçamentadas, transformando-se em áreas economicamente sustentadas e potenciadoras da dinâmica local.
- Por outro lado a rede secundária (RS), não podendo ser tão aproveitada, não deverá deixar de ser utilizada numa perspectiva de rentabilização agro-silvo-pastoril.
- Para todos os efeitos consideramos que a retirada de toda e qualquer carga vegetal não será a solução por excelência. Também poderemos aceitar que será quase impossível aproveitar a totalidade das zonas que se deverão criar no âmbito da RP e RS, já que alcançar o plano será sempre uma meta de difícil obtenção, no entanto não deverá ser impeditivo de se tentar.

h) Conhecida que é a dimensão da nossa propriedade com pequenas áreas, dificultando o ordenamento florestal, qual a melhor forma de promover o emparcelamento de forma a aumentar a dimensão das áreas a gerir e promover uma melhor gestão florestal em toda as suas vertentes (rentabilidade,

Baladi, Federação Nacional dos Baldios

Rua Mar. Teixeira Rebelo, Prédio dos Quinchosos, Loja T. 5000-525 Vila Real; **Tel:** 259 348 151(2); **Fax:** 259 348 153



espécies, prevenção, etc)?

- A rentabilidade da floresta terá sempre que passar com um incentivo do Estado à sua preservação. A sua dinâmica no ecossistema, produção de O₂, fixação de CO₂, para além de outras funções, é um benefício para todos nós. Assim deveremos todos participar na sua manutenção e apoio à sua gestão. Não poderemos querer que apenas os retornos imediatos dos investimentos florestais, caso das espécies de mais rápido crescimento, estejam presentes no horizonte dos pequenos proprietários. Existindo uma política pró ativa no apoio à manutenção de outros ecossistemas, depressa se adaptariam as novas formas de gestão, sejam elas em associação ou segundo outras figuras de gestão.
- A questão da fiscalidade em áreas rurais poderá vir a ter uma importância ao possibilitar um incremento na atitude mais ativa por parte do proprietário, sem que no entanto se vejam as situações apenas pelo lado da intervenção de controlo da vegetação (redução da carga combustível). Vejamos a necessidade de termos por vezes de não intervir em áreas específicas de forma a que a evolução possa ser potenciada. Nesta matéria consideramos que a mais valia efetiva das áreas comunitárias poderá ter um papel muito eficaz no apoio à alteração da dispersão da propriedade privada.
- Se conseguirmos encarar a propriedade comunitária como a que será passível de deter o benchmarking necessário à ativação da evolução na gestão florestal (ou do território rural), conseguindo a mobilização dos compartos enquanto proprietários privados, poderemos estar na presença de uma das soluções para a resolução do problema.
- Reforçar a aposta nos Grupos de Baldios (GB), Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e noutra forma de agregação será sempre desejável e, cremos, de uma eficácia objetiva.

O Presidente da BALADI

Armando da Silva de Carvalho

Baladi, Federação Nacional dos Baldios

Rua Mar. Teixeira Rebelo, Prédio dos Quinchosos, Loja T. 5000-525 Vila Real; **Telex** 259 348 151(2); **Fax** 259 348 153



**AJAP – ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS
AGRICULTORES DE PORTUGAL**



PROBLEMÁTICA DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

AJAP - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal
Rua D. Pedro V, 108 - 2º
1269-128 Lisboa
E-mail: ajap@ajap.pt

(14.02.14)

No seguimento do contacto dirigido pela Comissão de Agricultura e Mar no âmbito da **Análise da Problemática dos Incêndios Florestais**, a AJAP – Associação dos Jovens Agricultores de Portugal – apresenta o seu contributo, mediante resposta às questões formuladas.

a) Quais os principais estrangulamentos que identifica no âmbito do SNDFCI e quais as prioridades que o poder político deve ter em conta e procurar resolver, tendo em conta os constrangimentos a que o país está obrigado devido ao Programa de Assistência Económica e Financeira?

O SNDFCI está organizado de uma forma muito direccionada para o combate, assentando a sua estratégia numa forte capacidade de intervenção no combate e uma fraca e estática estrutura de prevenção. Esta desproporcionalidade está fortemente elencada na incapacidade do Estado de estabelecer prioridades na gestão do território, pelo que as medidas de apoio ao sector deveria basear as suas prioridades em função dos interesses nacionais e não deixados ao livre arbítrio dos agentes locais exclusivamente. O Estado pode e deve promover majorações para as acções que elenquem na estruturação da rede nacional de organização territorial, sem que simultaneamente comprometa outras medidas ou acções.

b) Sendo as Redes primárias de Faixas de Gestão de Combustíveis uma infraestrutura fundamental e porque continuam a existir áreas de responsabilidade menos claras, quem considera que deve assumir o seu planeamento, execução e manutenção nas áreas onde não há ZIF's constituídas ou que não sejam da administração central ou local?

As infra-estruturas de gestão territorial em DFCI são uma responsabilidade do Estado enquanto gestor do bem comum/público, assim o Estado deverá assumir as suas responsabilidades à imagem do que se sucede com as linhas de alta tensão que sendo de direito privado estão sujeitas a normas e regras do interesse público. Não pode ingerir no direito privado mas pode impor procedimentos em nome de um bem comum, com as naturais contrapartidas para os donos da terra.

c) Um dos problemas muitas vezes levantados com o qual é igualmente justificada a reduzida taxa de execução das faixas de gestão de combustíveis (rede primária e secundária), tem que ver com a falta de capacidade de identificação dos proprietários e o inconsequente levantamento dos autos por parte da GNR. Como podem ser ultrapassados estes problemas?

Este problema não sucede com as novas linhas de alta tensão, porquê? A questão muitas vezes passa pela carga de problemas que os proprietários ganham com a sua identificação como proprietários de tais terrenos sem que haja qualquer contrapartida. Por outro lado, a ausência de cadastro é nesta medida decisiva porque torna efectivamente complicada a tarefa de identificar os titulares das terras.

d) Como é que um Plano Nacional do Uso do Fogo poderia diminuir a continuidade da carga combustível horizontal e vertical e que entidades deveriam estar creditadas para o fazer? Qual o papel das OPF's nesse Plano Nacional?

A utilização de fogo prescrito é uma ferramenta de gestão de combustíveis vantajosa do ponto de vista financeiro por isso pode e deve ser uma opção técnica a ter em consideração e que tem sido negligenciada pela tutela. Em termos gerais a elaboração de um Plano Nacional do Uso do Fogo seria um avanço no modelo de gestão territorial, contudo há que ter em consideração que nos últimos anos houve uma ausência de investimento na formação e credenciação de agentes para a utilização desta técnica o que poderá ser um constrangimento.

As OPF são organizações locais com grande conhecimento do território e normalmente com responsabilidade na gestão de equipas de sapadores, que conhecem de perto os proprietários e produtores florestais. Por esta ordem de ideias as OPF são fundamentais por um lado, para identificar os locais e as situações em que esta ferramenta pode ser utilizada, como para estabelecer com os proprietários uma conduta de actuação que participe activamente na utilização controlada do fogo. Por outro lado, dispõem de meios de primeira intervenção e silvicultura preventiva que são incontornáveis na preparação das acções de fogo controlado.

e) Considera importante que as Equipas de Sapadores Florestais continuem a fazer serviço público durante uma parte importante do ano? Quais são os constrangimentos e benefícios que este serviço público trás para a gestão operacional das ESF? A função das ESF no dispositivo de Especial de Combate a Incêndios está apropriada às características destas equipas?

Sim, efectivamente as equipas de sapadores são hoje a única ferramenta que o Estado possui para desempenhar acções efectivas no terreno, por isso são muito importantes. Contudo, a incapacidade do Estado em estabelecer prioridades e a inconstância do programa de sapadores florestais cria sérios constrangimentos ao planeamento das actividades das ESF, já que o delineamento das acções ao abrigo do serviço público é feito de forma descoordenada e pouco atempada.

As equipas de sapadores têm características de grande mobilidade mas reduzida capacidade de combate por isso devem ser utilizadas prioritariamente em acções de vigilância e primeira intervenção. Acresce que o seu enquadramento em teatro de operações é diferenciado quer em termos de seguros, de responsabilidades e de formação para realizarem as funções que lhes atribuem.

f) Até onde deve ir a responsabilidade civil dos proprietários e produtores florestais na não gestão? Ou seja, um proprietário florestal deve ser penalizado se a sua opção de não gestão contribuir para causar danos em terceiros?

Raramente a não gestão é uma opção, o que se verifica é que o desconhecimento do estado dos terrenos, as restrições orçamentais de cada um, e muito laxismo associado à desresponsabilização estão na origem de muitas situações de abandono e ausência de gestão. Deve por isso impor-se um modelo de responsabilização sobre os proprietários que se baseie nos mesmos pressupostos de quem é proprietário de um imóvel (prédio, etc...) adaptando à realidade rural.

A não gestão só deve ser considerada como tal quando figurar num plano de gestão aprovado exactamente como área de matos a manter seja para efeitos da cinegética seja para efeitos de conservação e preservação de habitats.

g) A não execução da prevenção estrutural, nomeadamente no que diz respeito às Faixas de Gestão de Combustível (rede primária e rede secundária), associa-se a dois problemas de dimensões diferentes: i) financeiro; ii) identificação do proprietário. Como podem ser ultrapassados e quais as alterações, também legislativas, que podem ser implementadas?

É fundamental que o Estado defina prioridades, nomeadamente estabelecer um plano de cadastro de propriedades em zonas de interesse nacional, nomeadamente onde passam as faixas. Em termos financeiros o estado deve aproveitar as medidas do quadro comunitário e majorar as intervenções na criação ou manutenção das faixas. Em termos de identificação de proprietários as autarquias locais e em especial a Juntas de Freguesias podem ter um papel determinante uma vez que conhecem o terreno e as pessoas.

h) Conhecida que é a dimensão da nossa propriedade com pequenas áreas, dificultando o ordenamento florestal, qual a melhor forma de promover o emparcelamento de forma a aumentar a dimensão das áreas a gerir e promover uma melhor gestão florestal em toda as suas vertentes (rentabilidade, espécies, prevenção, etc)?

Não há uma forma de promover o emparcelamento enquanto a posição de ser proprietário de um terreno não representar qualquer responsabilidade, ou seja nenhum proprietário irá alienar as suas propriedades, mesmo que pequenas, sem que tenha um interesse (porque elas têm sempre um valor sentimental).

É pois inevitável para implementar o emparcelamento de forma voluntária, dinamizar o mercado de compra e venda de propriedades criar um mecanismo de responsabilização que obrigue quem não produz a vender, arrendar ou ceder a terra a quem a quiser explorar, dando primazia aos vizinhos.



FNAPF – FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE PROPRIETÁRIOS FLORESTAIS

a) Quais os principais estrangulamentos que identifica no âmbito do SNUFCI e quais as prioridades que o poder político deve ter em conta e procurar resolver, tendo em conta os constrangimentos a que o país está obrigado devido ao Programa de Assistência Económica e Financeira?

- 1) O ICNF é a autoridade florestal nacional, mas não exerce essa autoridade, uma vez que lhe foi retirada a componente policial
- 2) Enfraquecimento e esvaziamento funcional do ICNF
- 3) Não cumprimento dos POM
- 4) Não cumprimento dos PMDFCI
- 5) Não assumpção da implementação total da rede primária como desígnio
- 6) Laxismo das Câmaras Municipais
- 7) Não se verificam condicionalismos à edificação
- 8) Não se tem cumprido a compartimentação dos povoamentos monoespecíficos e equiênicos com uma superfície contínua superior a 50 ha
- 9) Pouca sensibilização e informação
- 10) Podia haver um melhor aproveitamento do fogo controlado através da participação do maior número possível de técnicos credenciados
- 11) Não houve benefícios na passagem da coordenação da vigilância para a GNR (RNPV)

Para a FNAPF a grande prioridade passa por implementar a totalidade da rede primária através do aproveitamento dos fundos estruturais, do serviço público prestado pelas ESF, do aproveitamento dos técnicos credenciados em fogo controlado, etc.

b) Sendo as Redes primárias de Faixas de Gestão de Combustíveis uma infraestrutura fundamental e porque continuam a existir áreas de responsabilidade menos claras, quem considera que deve assumir o seu planeamento, execução e manutenção nas áreas onde não há ZIF's constituídas ou que não sejam da administração central ou local?

A Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustíveis deve ser planeada superiormente pelo ICNF. A execução destas faixas deve ser da responsabilidade do Estado, podendo no entanto haver uma coordenação no aproveitamento dos fundos estruturais por organismos do Estado, entidades gestoras de ZIF, OPF, etc. A sua manutenção deve estar a cargo do Estado, podendo haver igualmente uma coordenação no aproveitamento dos fundos estruturais por organismos do Estado, entidades gestoras de ZIF, OPF, etc.

c) Um dos problemas muitas vezes levantados com o qual é igualmente justificada a reduzida taxa de execução das faixas de gestão de combustíveis (rede primária e secundária), tem que ver com a falta de capacidade de identificação dos proprietários e o insequente levantamento dos autos por parte da GNR. Como podem ser ultrapassados estes problemas?

Através de Edital, invocando o superior interesse público. No entanto, na rede primária, os proprietários devem ser ressarcidos pela perda de rendimento. A falta de capacidade de identificação dos proprietários só pode ser resolvida com o cadastro. Enquanto o cadastro não é executado, pode-se ultrapassar este constrangimento com o que já está consagrado na legislação (n.º 4, Artigo 15.º e n.º 10, Artigo 15.º do DL 17/2009).

d) Como é que um Plano Nacional do Uso do Fogo poderia diminuir a continuidade da carga combustível horizontal e vertical e que entidades deveriam estar creditadas para o fazer? Qual o papel das OPF's nesse Plano Nacional?

O fogo controlado é uma ferramenta muito útil, eficaz e económica para executar e manter as faixas, nos locais onde o uso do fogo seja possível. Há bastantes técnicos credenciados em fogo controlado que, por falta de oportunidade, não colocam em prática os seus conhecimentos. O ICNF poderia organizar equipas de queima com estes técnicos, o que poderia aumentar bastante a capacidade de intervenção e ultrapassar alguns constrangimentos. A FNAPF considera que o aproveitamento destes técnicos seria uma mais valia para a componente da prevenção. As OPF que tenham nos seus quadros técnicos credenciados em fogo controlado poderiam, com os seus próprios

meios (equipas de sapadores florestais) e/ou em colaboração com os bombeiros executar e manter as faixas através de contratos programa.

e) Considera importante que as Equipas de Sapadores Florestais continuem a fazer serviço público durante uma parte importante do ano? Quais são os constrangimentos e benefícios que este serviço público trás para a gestão operacional das ESF? A função das ESF no dispositivo de Especial de Combate a Incêndios está apropriada às características destas equipas?

Segundo o n.º 1 do art. 46º da Lei n.º 27/2006 – Lei de Bases da Protecção Civil, os sapadores florestais são um agente de protecção civil. Os Sapadores Florestais são elementos que trabalham todo o ano na floresta, realizam silvicultura preventiva, conhecem pormenorizadamente a rede viária e a rede divisional e conhecem o comportamento do fogo, sendo o seu trabalho inestimável na DFCI. Como tal, consideramos importante a realização do serviço público. Os constrangimentos prendem-se sobretudo com a não actualização do apoio ao funcionamento (35.000€ desde 1999), com a degradação do equipamento e viaturas e com as exigências crescentes, quer na carga burocrática, quer no volume de trabalho de silvicultura preventiva.

Consideramos que a função das ESF no DECIF está apropriada, tendo em conta que um incêndio florestal, para além da 1ª intervenção e rescaldo, tem várias fases e tipos de fogo e as equipas com meios ligeiros devem efetuar trabalhos adequados ao seu equipamento. O trabalho das ESF é impagável em situações de projecções de fogo, focos secundários, reacendimentos, defesa de pessoas e bens, de acesso único a viaturas ligeiras, etc. Tal como a legislação prevê, as ESF sob a superior direcção do Comandante de Operações de Socorro, têm sempre um importante papel a desempenhar no apoio ao combate, por tudo o que foi anteriormente dito, mas também pelo seu grande conhecimento do território (caminhos, rede divisional, povoamentos, pessoas e bens, etc).

f) Até onde deve ir a responsabilidade civil dos proprietários e produtores florestais na não gestão? Ou seja, um proprietário florestal deve ser penalizado se a sua opção de não gestão contribuir para causar danos em terceiros? Consideramos que há duas situações a distinguir. Uma relativa às faixas

envolventes aos aglomerados populacionais e a todas as edificações, cuja execução é da responsabilidade dos proprietários, e outra na restante área. No primeiro caso o proprietário florestal deve ser penalizado. Na restante área, devem-se criar condições para incentivar a gestão e penalizar o absentismo através de medidas fiscais. Mas para atingirmos esse objectivo há algo de essencial a fazer: o cadastro. De qualquer forma não é admissível que uma parcela totalmente abandonada pelo seu proprietário, ponha em causa, não só em termos de DFCI, mas também na fitossanidade, uma outra que cumpre o PGF ou as mais básicas regras de gestão florestal.

g) A não execução da prevenção estrutural, nomeadamente no que diz respeito às Faixas de Gestão de Combustível (rede primária e rede secundária), associa-se a dois problemas de dimensões diferentes: i) financeiro; ii) identificação do proprietário. Como podem ser ultrapassados e quais as alterações, também legislativas, que podem ser implementadas?

O Estado tem de estabelecer a rede primária como uma infraestrutura prioritária. A sua implementação é difícil e complexa, mas se na construção de uma estrada todos estes problemas são ultrapassados, porque não o hão-de ser também nesta situação?

O anúncio da execução da rede primária deve ser efectuado por Edital, invocando o superior interesse público. Os proprietários identificados devem receber um subsídio por perda de rendimento.

A execução da rede primária deve ser executada, fazendo o aproveitamento de todas as disponibilidades existentes nos diferentes fundos do quadro comunitário de apoio, dos recursos existentes (técnicos, sapedores florestais, municípios, etc).

h) Conhecida que é a dimensão da nossa propriedade com pequenas áreas, dificultando o ordenamento florestal, qual a melhor forma de promover o emparcelamento de forma a aumentar a dimensão das áreas a gerir e promover uma melhor gestão florestal em toda as suas vertentes (rentabilidade, espécies, prevenção, etc)?

Proibir o fraccionamento da propriedade e incentivar o emparcelamento, através de isenções fiscais e notarias na permuta de propriedades com esse fim. Uma forma de efectuar o emparcelamento funcional é através de áreas agrupadas ou ZIF.

14/2/2014
A Direção da FNAPP



FORESTIS – ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DE PORTUGAL

Dado o prazo apertado que este GT tem para elaborar as suas conclusões, solicitamos que o vosso contributo nos chegue até ao dia 14 de fevereiro para o seguinte endereço: loaquim.ruas@ar.parlamento.pt

a) Quais os principais estrangulamentos que identifica no âmbito do SNDFCI e quais as prioridades que o poder político deve ter em conta e procurar resolver, tendo em conta os constrangimentos a que o país está obrigado devido ao Programa de Assistência Económica e Financeira?

A existência de um enquadramento técnico e legal completo e robusto que inclui e relaciona os diferentes níveis de aplicação territorial, associada à existência de planos estratégicos a nível nacional e regional é sem dúvida uma das mais-valias do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (SNDFCI) e revela uma grande consciência ao nível político sobre a importância das questões relacionadas com a prevenção de incêndios florestais.

Contudo, são alguns os **estrangulamentos verificados no âmbito do SNDFCI**, dos quais destacamos os seguintes:

- a) A falta de uma componente de sensibilização
- b) Desadequada regulamentação, acompanhamento e avaliação dos sapadores florestais
- c) Os atrasos no estabelecimento e aprovação da Rede primária
- d) A ausência de um comando único perceptível e operacional
- e) Ausência de um quadro bem definido dos diversos agentes de proteção civil e da articulação e complementaridade entre si
- f) Necessidade de formação, equipamento e suporte logístico a todas as forças em ação no teatro de operações
- g) Prevenção – Gestão Florestal

De forma a resolver estes estrangulamentos, é urgente a implementação das seguintes medidas, que consideramos prioritárias:



- Efetuar uma **revisão adequada do Programa de Sapadores Florestais e do respetivo enquadramento legal**, de forma a assegurar a continuidade do importantíssimo Serviço Público desenvolvido pelas equipas de Sapadores Florestais no terreno, e à qual atual revisão em curso não responde.
- No âmbito do próximo **Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) 2014-2020**, e da sua articulação com outros programas de apoio comunitários e/ou nacionais, **deve ser assegurado um desenho, estruturação e implementação de medidas de apoio ao investimento e produtivo e de defesa que sejam ajustadas e adequadas à realidade florestal das regiões Norte e Centro do País**, e que promovam o acesso e enquadrem a **majoração aos projetos das Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e das Organizações de Proprietários Florestais (OPF)**, permitindo, desta forma aplicação e cumprimentos dos diversos planos de gestão e defesa.
- Relativamente aos apoios do **Fundo Florestal Permanente (FFP) Retomar as ações de apoio ao funcionamento de ZIF**, no sentido de dar continuidade à estratégia implementada até 2011 e promover o ordenamento e gestão dos espaços florestais a uma escala que permita uma defesa efetiva do património florestal e uma melhoria em termos de viabilidade económico-financeira das explorações florestais das regiões Norte e Centro do País.
- **A elaboração do cadastro florestal com recurso a sistemas de informação geográfico colaborativo entre o Estado e as Organizações de Proprietários Florestais**, tem sido apresentada pela Forestis como a medida necessária e fazível para contornar estas e outras questões e **permitir a evolução para outros níveis de planeamento, operacionalização, verificação e atuação**.

b) Sendo as Redes primárias de Faixas de Gestão de Combustíveis uma infraestrutura fundamental e porque continuam a existir áreas de responsabilidade menos claras, quem considera que deve assumir o seu planeamento, execução e manutenção nas áreas onde não há ZIF's constituídas ou que não sejam da administração central ou local?



As redes primárias de faixas de gestão de combustível são, de acordo com o Artigo 18º do Decreto-Lei nº 124/2006, pela redação dada pelo Decreto-Lei nº 17/2009, definidas pelos planos distritais de defesa da floresta contra incêndios e obrigatoriamente integrados no planeamento municipal e local de defesa da floresta contra incêndios.

A responsabilidade de elaboração do planeamento, da preparação da execução e da manutenção da Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustíveis, não deve ser diferenciada em função da figura de gestão aplicável ao território, ou parte dele, e deve caber à autoridade florestal nacional, o ICNF, em articulação com as Comissões de Defesa da Floresta, independentemente de se reportarem a sobreposições com Zonas de Intervenção Florestal, áreas sob gestão da administração central ou local ou áreas sob gestão privada individual.

No caso da Autoridade Florestal não ter meios, pode no que respeita à **realização dos trabalhos de execução e manutenção, articular com as Organizações de Proprietários Florestais (OPF)** com intervenção ativa em cada território e que demonstrem interesse e capacidade técnica e operacional para o efeito. **Estas intervenções deverão ser financiadas integralmente por dinheiros públicos**, por via de programas ou fundos públicos nacionais ou europeus.

Tendo em conta a **penalização, por condicionalidade ou restrição, imposta pela rede primária à gestão dos espaços florestais**, deve ser **considerada a criação de mecanismos de compensação para os proprietários/gestores afetados**, no caso de os mesmos não virem a ser declaradas de utilidade pública, conforme previsto no Artigo 16º do Decreto-Lei nº 124/2006, pela redação dada pelo Decreto-Lei nº 17/2009, e de não observância da correspondente aplicação do Código das Expropriações.

De realçar que **a execução de Redes Primárias de Faixas de Gestão de Combustíveis, carece de um adequado enquadramento legal e respetiva regulamentação**. Na situação presente existe um traçado de rede primária de faixas de gestão de combustível mas sem um regulamento operacional facto que inviabiliza a sua execução.

- c) Um dos problemas muitas vezes levantados com o qual é igualmente justificada a reduzida taxa de execução das faixas de gestão de combustíveis (rede primária e***



secundária), tem que ver com a falta de capacidade de identificação dos proprietários e o inconsequente levantamento dos autos por parte da GNR. Como podem ser ultrapassados estes problemas?

De facto, a **inexistência de Cadastro Florestal em cerca de 2/3 do território nacional, nas regiões onde o minifúndio é representativo**, para além de se configurar como um elevado custo de contexto para os proprietários florestais privados das regiões Norte e Centro do País, apresenta-se como um **constrangimento muito significativo no que respeita à aplicação e verificação de cumprimento legal.**

A elaboração do cadastro florestal com recurso a sistemas de informação geográfica colaborativo entre o Estado e as Organizações de Proprietários Florestais, tem sido apresentada pela Forestis como a medida necessária e factível para contornar estas e outras questões e **permitir a evolução para outros níveis de planeamento, operacionalização, verificação e atuação.**

De referir que as **Organizações de Proprietários Florestais dispõem de um vasto conhecimento do território e de muita informação e sobre a titularidade predial florestal nas respetivas regiões**, que com o devido enquadramento, legal e normativo, poderão ser utilizados no âmbito da elaboração do cadastro florestal, que se pretende ativamente participado pelos proprietários florestais, **recorrendo, por exemplo, à definição e aplicação incentivos fiscais.**

Contudo, na nossa **opinião, a não execução das faixas e mosaicos de gestão de combustível, deve-se em grande parte, aos seguintes fatores:**

- **A aprovação dos traçados das Redes Primárias de faixas de gestão de combustíveis não ocorreu de forma equilibrada no território Nacional.** A título de exemplo, a aprovação da Rede Primária para os distritos da Região Norte, ocorreu entre janeiro e maio de 2013, enquanto para outros distritos do país se encontram aprovadas desde 2010.
- **Deficiente e desajustado desenho das medidas de apoio previstas no plano de desenvolvimento rural PRODER para esses efeitos**, nomeadamente, nos territórios inseridos em Zonas de Intervenção Florestal (ZIF). Situação esta que foi



revista, embora tardiamente, pela Autoridade de Gestão do PRODER no que respeita à possibilidade notificação dos proprietários por via de Edital.

- **As obrigações relacionadas com a execução das faixas de gestão de combustíveis da Rede Secundária não recaem apenas nos proprietários florestais mas sim sobre várias entidades** (ex.: Rede Elétrica Nacional, Entidades gestoras de polígonos industriais, Estradas de Portugal, SA.) de acordo com o estipulado no Artigo 15º do Decreto-Lei nº 124/2006, pela redação dada pelo Decreto-Lei nº 17/2009.

No que respeita ao financiamento da execução devem ser estabelecidas e criadas medidas de apoio adequadas e devidamente tipificadas, podendo também ser **definidas prioridades de atuação**, incidindo nas zonas mais problemáticas e que possuam uma maior recorrência de incêndios, com o objetivo de promover a racionalização dos custos de implementação e respetiva manutenção.

As medidas de apoio financeiro aos proprietários florestais para execução das faixas de gestão de combustível poderão ser formalizadas **sob a forma de um apoio anual fixo que contemple a perda de rendimento dos espaços e o cumprimento de um conjunto de operações silvícolas mínimas**, à semelhança dos apoios à atividade agrícola que obrigam ao cumprimento das regras de condicionalidade.

Um dos incentivos para **promoção da execução da gestão dos combustíveis na rede secundária** poderá passar pela possibilidade de **dedução das despesas incorridas neste âmbito em sede do imposto sobre rendimentos IRS**, independentemente da atividade económica do proprietário florestal.

Relativamente à **falta de consequência dos autos levantados neste âmbito**, esta **situação deverá ser ultrapassada com uma alteração legislativa que permita que as forças autuantes possam também efetuar a instrução do processo e aplicação da respetiva coima**.

Outro aspeto que deveria ser alvo de enquadramento legal é responsabilização dos titulares das edificações confinantes com espaços florestais (definidos como tal nos



respetivos PDM), ou das entidades que legitimaram a sua construção, pelo ónus da intervenção para salvaguarda das pessoas e bens.

d) Como é que um Plano Nacional do Uso do Fogo poderia diminuir a continuidade da carga combustível horizontal e vertical e que entidades deveriam estar creditadas para o fazer? Qual o papel das OPF's nesse Plano Nacional?

Por encerrar uma técnica de gestão de combustíveis com grande impacto na prevenção estrutural, pela possibilidade de tratamento de grandes áreas num curto espaço de tempo e com custos consideravelmente mais reduzidos quando comparado com outras técnicas, a preparação e implementação de um Plano Nacional de Uso do Fogo é importante para a aplicação do Fogo controlado e Queimadas.

Este plano deve ser formulado num quadro global e integrador ao nível nacional, e construído com uma arquitetura modular a ser aplicada num sentido *bottom-up* ao nível do planeamento e priorização de intervenção, integrando os objetivos e metas locais e a sua articulação com os objetivos estratégicos setoriais e nacionais em termos de defesa da floresta contra incêndios.

Devem estar inequivocamente definidos os critérios e responsabilidades de acompanhamento da sua operacionalização, da sua monitorização e da avaliação de resultados, sendo identificados os agentes/entidades intervenientes em cada nível de atuação, bem como as formas de financiamento necessárias à execução de todas as fases e atividades, do planeamento à execução e avaliação.

Um plano único permite agilizar a aplicação do fogo técnico e queimadas aumentando os índices de utilização desta técnica. No entanto, a sua arquitetura deve permitir uma evolução dinâmica e possibilidade de revisão periódica.

A sua preparação deve ser da responsabilidade do ICNF e das Federações de proprietários florestais, a sua elaboração da responsabilidade das Comissões de Defesa da Floresta, OPF e ICNF, e as ações previstas devem ser incorporadas nos instrumentos de planeamento de defesa da floresta contra incêndios já existentes. A execução das ações de fogo deve ser ancorada nas OPF, equipas de Sapadores Florestais e técnicos florestais credenciados para



o efeito, através do estabelecimento de contratos programa com as OPF no sentido da execução anual mínima dos objetivos propostos.

A criação de plataforma web que disponibilize informação do plano (localização e características das parcelas e respetiva prescrição e planos operacionais de queima, que permita, de forma expedita comunicar a realização das queimas e reportar a execução das mesmas.

No que respeita ao uso do fogo de supressão, em incêndios florestais (fogo tático e o contrafogo) não vemos enquadramento no âmbito de um Plano desta natureza.

e) Considera importante que as Equipas de Sapadores Florestais continuem a fazer serviço público durante uma parte importante do ano? Quais são os constrangimentos e benefícios que este serviço público trás para a gestão operacional das ESF? A função das ESF no dispositivo de Especial de Combate a Incêndios está apropriada às características destas equipas?

A atuação das equipas de Sapadores Florestais num contexto de Serviço Público constitui uma resposta consolidada, eficiente e insubstituível de intervenção em matéria de prevenção dos incêndios florestais, contudo.

Contudo, passados 15 anos da criação dos sapadores persiste a falta **de uma definição clara do conceito de Serviço Público**, não em termos conceptuais, mas em termos legais e regulamentares, tornando-se de vital importância **definir, de forma adequada e concreta, o Serviço Público, de modo a que não surjam dúvidas aos que o vão implementar e avaliar e também definir o conceito de requisição das equipas.**

Devem, por isso, ser **definidas as condições de funcionamento e salvaguarda das equipas de Sapadores Florestais** (pessoas e equipamentos) **durante o período de requisição para trabalho no Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro, enquanto agentes da proteção civil.**

A realização do **Serviço Público** por parte das equipas de Sapadores Florestais **não esgota nos dias de trabalho contabilizados pelo ICNF** nas várias atividades desenvolvidas, desde a silvicultura preventiva à sensibilização, da vigilância e 1ª



intervenção ao apoio ao rescaldamento. Além disso, o reconhecimento local dos Sapadores Florestais como agentes da proteção civil, leva a que as equipas executem outras ações de Serviço Público, durante grande parte do ano, algum deste pago pelas autarquias locais, como a execução dos Planos Municipais de Defesa da Floresta, a proteção de pessoas e bens aquando da ocorrência de condições climáticas adversas e como a realização de ações de Sensibilização.

Constata-se que o **financiamento é desadequado**, no volume e na forma, em função das exigências do Serviço Público. Recorde-se que o **montante anual de apoio ao funcionamento das equipas não é revisto desde a criação do Programa de Sapadores Florestais em 1999**. Nestes 15 anos, houve uma clara diminuição real do pagamento do serviço público por influência da inflação conjugada pela não atualização do montante anual pago às equipas em contrapartida do serviço público prestado, uma vez que **os custos de funcionamento das equipas agravaram-se em 30% neste período** e o montante anual se mantém em 35.000€. (ex: O preço de 1 litro de gasóleo no ano 2000 era de 0,68€ e no ano de 2013 era de 1,45€; O salário mínimo mensal passou de 318,2€ em 2000 para 485€ em 2013; Fonte: PORDATA)

O **custo de oportunidade relacionado com a prestação de outros serviços** tem sido um aspeto completamente ignorado pelo Estado, facto que leva a que as entidades gestoras das equipas assumam prejuízos relevantes ou, em alternativa, imputem aos proprietários florestais privados um acréscimo de custos, imprescindíveis à para a viabilidade e sustentabilidade económica e financeira das equipas. Podemos, assim, considerar que cerca de 20% do Serviço Público contratado com o Estado, que deveria ser integralmente pago por este, é assumido diretamente pelas Entidades Gestoras das equipas e/ou pelos proprietários florestais.

Complementarmente **deve ser assegurada uma vigência plurianual do contrato entre a Entidade Gestora e o ICNF, por períodos de 5 anos**, consagrando verificações anuais do cumprimento mútuo das partes, para a renovação automática, bem como a possibilidade de atualizações ou revisões, nomeadamente no que se refere aos montantes dos apoios.

Para uma intervenção de serviço público mais eficiente, eficaz e nas melhores condições de segurança para os sapadores, as questões como o **reequipamento das equipas não**



podem ser descuradas, como tem vindo a verificar-se até à data, **principalmente no que respeita às equipas mais antigas, constituídas ao abrigo dos diplomas legais anteriores ao Decreto-Lei nº 109/2009, que representam 79% das 283 equipas operacionais**, e que apresentam problemas graves no que respeita à operacionalidade e segurança do equipamento coletivo e individual. Por exemplo, não existe um apoio às entidades gestoras que permita, no final da época de incêndios, repor o equipamento coletivo e individual danificado.

O planeamento **das intervenções de acordo com os dias a afetar às vertentes de silvicultura e de integração no DECIF do Serviço Público é outro dos constrangimentos a resolver**. Deve ser dada prioridade à disponibilização do tempo para ações de sensibilização e integração no dispositivo e o saldo restante para ações de silvicultura preventiva.

A atividade das equipas no âmbito do Serviço Público realizado durante o período crítico, e combinação de serviço normal com a entrada em vigilância armada, origina de forma recorrente **trabalhos contínuos que se estendem além do horário normal de trabalho e aos fins-de-semana**. A **inexistência de legislação laboral adequada aos sapadores florestais e a falta de um contrato de trabalho tipificado que enquadre o horário e atividade tão específica** são outros dos constrangimentos identificados.

Em resultado da falta de uma de um quadro de atribuição e funções claras e limitadas, os Comandantes de Operações de Socorro (COS) têm uma atitude arbitrária em relação às equipas de Sapadores Florestais. Em alguns casos, e com a justificação da falta de meios, são utilizadas como mais uma equipa de combate, enquanto em outras situações se verifica uma integração adequada no Dispositivo Especial de Combate a Incêndios (DECIF) e na realização das operações.

No que respeita ao enquadramento das equipas de Sapadores Florestais no DECIF realçamos o fato de que são estas equipas, que estão presentes no terreno todo o ano, as primeiras a chegar e a atuar de imediato na fase de 1ª intervenção aos incêndios florestais, efetuando um trabalho extremamente válido e que na maioria das vezes faz a diferença em termos da dimensão e proporções do incêndio.



A atuação das equipas de sapadores florestais no DECIF tem-se constatado de enorme relevância. No entanto, encontra-se fragilizada pelo facto dos seus **profissionais não estarem devidamente formados e equipados para o exercício de ações de apoio ao combate aos incêndios florestais**. Neste contexto, ou se opta por dotar estas equipas da formação e equipamentos necessários à sua participação no apoio ao combate aos incêndios florestais ou, em alternativa, por **afetar as equipas de sapadores florestais exclusivamente a ações de sensibilização, vigilância, 1ª intervenção, rescaldo e vigilância pós-incêndio**. Esta segunda alternativa parece-nos mais adequada à real vocação das equipas de sapadores florestais bem como de maior utilidade e eficácia para o Dispositivo Especial de Combate a Incêndios.

Dado o exposto, no cenário atual, e no âmbito do DECIF, as equipas de Sapadores Florestais devem estar afetas apenas à vigilância, à 1.ª intervenção, ao rescaldo, à vigilância pós-incêndio e, eventualmente, outras tarefas de apoio, face ao conhecimento profundo que possuem dos territórios, essencial para a função de guias de equipas de combate, localização de acessos e oportunidades. Devem, por isso, estar afastadas do combate direto aos incêndios florestais, uma vez que não possuem a preparação e, acima de tudo, os meios de segurança adequada.

f) Até onde deve ir a responsabilidade civil dos proprietários e produtores florestais na não gestão? Ou seja, um proprietário florestal deve ser penalizado se a sua opção de não gestão contribuir para causar danos em terceiros?

Ao proprietário florestal, por não ser razoável, não devem ser imputados os custos pela salvaguarda ou defesa de bens ou serviços públicos nem tão pouco devem ser onerados na prevenção e combate a um risco que assume características de risco e crime público como são os incêndios.

Em alternativa as penalizações e danos causados pelos incêndios devem ser considerados crime económico e serem imputados a quem os origina sendo que cada vez mais frequentemente os autores são identificados.

Os proprietários, por sua vez, incluem-se no grupo dos lesados, que teriam que ser indemnizados por perdas, tal como acontece já hoje aos agricultores que recebem apoios por perda de culturas e animais.



A limpeza como barreira efetiva aos incêndios só assume essa dimensão no caso de faixas com a dimensão das que compõem a rede primária cuja competência de gestão cabe ao Estado.

g) A não execução da prevenção estrutural, nomeadamente no que diz respeito às Faixas de Gestão de Combustível (rede primária e rede secundária), associa-se a dois problemas de dimensões diferentes: i) financeiro; ii) identificação do proprietário. Como podem ser ultrapassados e quais as alterações, também legislativas, que podem ser implementadas?

R: Contributo consta da resposta à alínea c).

h) Conhecida que é a dimensão da nossa propriedade com pequenas áreas, dificultando o ordenamento florestal, qual a melhor forma de promover o emparcelamento de forma a aumentar a dimensão das áreas a gerir e promover uma melhor gestão florestal em toda as suas vertentes (rentabilidade, espécies, prevenção, etc)?

A a pequena dimensão e a dispersão das explorações florestais dificultam o planeamento e a gestão activa da floresta. As Zonas de intervenção florestal podem e devem criar condições para alterar esta situação, contudo precisam de instrumentos para motivar a adesão e participação activa dos proprietários de forma a reduzir a percentagem de não aderentes. Na nossa perspectiva os incentivos fiscais são um instrumento muito adequado.

Assim consideramos que se deve diligenciar no sentido de rever o regime fiscal sobre a propriedade florestal e os rendimentos dos proprietários

Propostas:

- ▶ Isenção de IMI para aderentes a Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), durante um período de 15 anos, como medida de incentivo à adesão dos proprietários às ZIF.
- ▶ Isenção de IMT para aquisição de parcelas de terreno contíguas dentro da área ZIF, durante os próximos 10 anos, como forma de incentivar o emparcelamento da propriedade florestal.
- ▶ Redução do Imposto de selo nos actos de compra e venda de parcelas florestais contíguas dentro das áreas ZIF, durante os próximos 10 anos, como forma de incentivar o emparcelamento da propriedade florestal.

- ▶ Revisão dos impostos sobre os rendimentos dos proprietários florestais. No caso dos fundos imobiliários florestais já foram atribuídas importantes isenções e incentivos fiscais no OE 2007 que aditou o artigo 22º B ao Estatuto dos Benefícios fiscais.
- ▶ O IVA para os produtos florestais deve também ser revisto, por exemplo a biomassa florestal deve ter taxas mais reduzidas do que o gasóleo.

A melhor forma de promover uma melhor gestão florestal em territórios das regiões do Algarve, Norte e Centro do País, onde é característico o minifúndio, passa pela **dinamização de estruturas de gestão agrupada dos espaços florestais, como as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF)**. Evidência da aceitação deste modelo de gestão é a adesão por parte dos proprietários florestais às 162 constituídas que agregam e gerem cerca de 850.000 hectares.

A falta de elegibilidade das entidades gestoras das ZIF para ações de investimento no PRODER e a descontinuidade dos apoios do Fundo Florestal Permanente à constituição e ao funcionamento das ZIF, verificada em 2011, vieram provocar desmotivação na dinâmica de participação dos proprietários florestais.

A ausência da prevista majoração e prioridade aos apoios ao investimento nas ZIF e a impossibilidade Entidades Gestoras das ZIF serem candidatas a esses mesmos apoios.

O **planeamento de gestão e defesa nas ZIF**, por via da elaboração de um Plano comum que tem como objetivos a definição das ações a implementar, que inclui as ações de prevenção de incêndios florestais, é um dos pontos fortes destas formas de gestão florestal agrupada.

O **diploma legal que enquadra as ZIF deve ser alvo de uma revisão**, nomeadamente, no que se refere à **tipologia e requisitos de constituição das ZIF em territórios onde coexistem diferentes tipologias de titularidade de gestão** Privados individuais – Baldios – Públicos, de forma a permitir a implementação do modelo ZIF.





**GEOTA – GRUPO DE ESTUDOS
DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE**

INCÊNDIOS FLORESTAIS EM PORTUGAL

Contributo para Grupo de Trabalho da Assembleia da República para Análise da Problemática dos Incêndios Florestais

Lisboa, 14 de Fevereiro de 2014

Por iniciativa da Senhora Presidente da Assembleia da República, foi constituído na Assembleia da República um Grupo de Trabalho para Análise da Problemática dos Incêndios Florestais, tendo esse grupo que apresentar um relatório no final de 190 dias.

Tendo em conta o despacho da Senhora Presidente da Assembleia da República, é intenção do Grupo de Trabalho centrar-se mais no Sistema Nacional da Floresta Contra Incêndios. Este sistema, constituído por três pilares gerais (Prevenção Estrutural e Sensibilização; Combate, Rescaldo e Vigilância pós-incêndio; Vigilância, Deteção e Fiscalização).

Passados 8 anos da sua publicação e de ter sido alvo de uma alteração em 2009, importa perceber se há (ou não) alterações, atualizações ou correções a fazer por forma a responder aos desafios de hoje.

Em particular, o GT pretende ver respondidas algumas questões, segundo nos comunicou no pedido de contributos, a saber:

- a) Quais os principais estrangulamentos que identifica no âmbito do SNDFCI e quais as prioridades que o poder político deve ter em conta e procurar resolver, tendo em conta os constrangimentos a que o país está obrigado devido ao Programa de Assistência Económica e Financeira?
- b) Sendo as Redes primárias de Faixas de Gestão de Combustíveis uma infraestrutura fundamental e porque continuam a existir áreas de responsabilidade menos claras, quem considera que deve assumir o seu planeamento, execução e manutenção nas áreas onde não há ZIF's constituídas ou que não sejam da administração central ou local?
- c) Um dos problemas muitas vezes levantados com o qual é igualmente justificada a reduzida taxa de execução das faixas de gestão de combustíveis (rede primária e secundária), tem que ver com a falta de capacidade de identificação dos proprietários e o inconsequente levantamento dos autos por parte da GNR. Como podem ser ultrapassados estes problemas?
- d) Como é que um Plano Nacional do Uso do Fogo poderia diminuir a continuidade da carga c ombustível horizontal e vertical e que entidades deveriam estar creditadas para o fazer? Qual o papel das OPF's nesse Plano Nacional?
- e) Considera importante que as Equipas de Sapadores Florestais continuem a fazer serviço público durante uma parte importante do ano? Quais são os constrangimentos e benefícios que este serviço público trás para a gestão operacional das ESF? A função das ESF no dispositivo de Especial de Combate a Incêndios está apropriada às características destas equipas?
- f) Até onde deve ir a responsabilidade civil dos proprietários e produtores florestais na não gestão? Ou seja, um proprietário florestal deve ser penalizado se a sua opção de não gestão contribuir para causar danos em terceiros?
- g) A não execução da prevenção estrutural, nomeadamente no que diz respeito às Faixas de Gestão de Combustível (rede primária e rede secundária), associa-se a dois problemas de dimensões diferentes: i) financeiro; ii) identificação do proprietário. Como podem ser ultrapassados e quais as alterações, também legislativas, que podem ser implementadas?
- h) Conhecida que é a dimensão da nossa propriedade com pequenas áreas, dificultando o ordenamento florestal, qual a melhor forma de promover o empacelamento de forma a aumentar a dimensão das áreas a gerir e promover uma melhor gestão florestal em toda as suas vertentes (rentabilidade, espécies, prevenção, etc)?

A posição que o GEOTA aqui apresenta cobre algumas dos aspectos referidos acima, directa ou indirectamente.

As causas

- Temos uma floresta dominada pela monocultura de pinheiro e eucalipto, espécies altamente combustíveis devido respectivamente à resina e aos óleos. Este tipo de mata é muito mais vulnerável ao fogo do que as matas dominadas pelos carvalhos, sobreiros, azinheiras e outras espécies autóctones;
- Temos um espaço rural e florestal em processo acelerado de despovoamento; as aldeias estão envelhecidas ou em vias de extinção por força da migração para as cidades, e o uso económico da floresta alterou-se substancialmente. Daqui decorrem três efeitos, todos contribuindo para a vulnerabilidade ao fogo: primeiro, os terrenos dedicados à agricultura de subsistência deram lugar a manchas contínuas de matos ou floresta; segundo, os matos da orla florestal deixaram de ser usados para lenha e cama de gados; terceiro, desapareceu a primeira linha de prevenção e combate aos incêndios, que eram as populações das aldeias;
- O Estado detém apenas 3% da floresta, correspondendo outros 12% a baldios sem gestão digna desse nome. Os restantes 85% pertencem a meio milhão de proprietários com uma dimensão média da propriedade de 5 ha, muitas vezes dividida em várias parcelas; este indicador é ainda menor nas regiões mais vulneráveis; não se conhece o proprietário de talvez metade dessas parcelas, devido às múltiplas sucessões e partilhas não registadas. Um ordenamento adequado só possível mediante o associativismo florestal, que em Portugal está ainda na infância;
- O número de profissionais da floresta, vulgo sapadores florestais, é insuficiente, e os diversos serviços públicos com intervenção no problema sofrem de crónica falta de meios humanos, materiais, preparação e coordenação. A prevenção, embora tenha melhorado nos últimos anos, continua a ser insuficiente;
- Os fogos postos são frequentes, com duas origens principais: os pirómanos, ainda mais excitados pelo tratamento espalhafatoso e emocional no mau sentido que os meios de comunicação dão ao problema; e os interesses económicos ou pessoais. A negligência é igualmente frequente, p.e. queimadas fora de controlo, pontas de cigarro acesas ou fogueiras mal apagadas;
- O dispositivo de combate aos incêndios florestais não está a funcionar devidamente, como foi tragicamente demonstrado este ano pela morte de vários bombeiros, especialmente jovens voluntários;
- O clima está a mudar. Nas nossas latitudes esta alteração traduz-se na maior frequência de fenómenos meteorológicos extremos, incluindo secas e ondas de calor. A probabilidade de propagação dos incêndios cresce dramaticamente quando ocorrem vários dias seguidos com temperaturas acima de 30 °C, o que é agravado em episódios de seca.

Em síntese, sofremos uma situação estrutural de alta vulnerabilidade aos incêndios florestais, com tendência para se agravar na ausência de medidas activas. Não se trata de um destino fatal, mas sim da completa ausência de uma política florestal e de ordenamento com qualquer estratégia ou coerência.

As consequências

Os incêndios florestais têm consequências muito graves, algumas óbvias, outras não:

- A perda de vidas humanas;
- A perda de habitações e outros bens materiais, bem como outros valores económicos da floresta, desde a madeira aos frutos, ao mel ou ao valor paisagístico e turístico, especialmente dramáticas em regiões pobres do interior, exactamente as mais vulneráveis aos incêndios;
- A desregulação do ciclo hídrico, com fenómenos de erosão, assoreamento das linhas de água, aumento da escorrência superficial e portanto da frequência e dimensão das cheias, redução da recarga de aquíferos com o conseqüente agravamento das secas;
- A perda de biodiversidade (apenas mitigada pelo facto de as áreas com maior interesse para a conservação serem menos vulneráveis aos incêndios que as monoculturas de pinheiro e eucalipto);
- A poluição atmosférica em larga escala provocada pelos incêndios.

As soluções

Podemos apontar sete conjuntos de medidas para solucionar o problema dos incêndios florestais:

1. *Desenvolvimento sustentável da floresta com espécies autóctones.*

A floresta entendida como valor estratégico nacional tem que ser planeada a cem anos: os nossos filhos e netos recolherão os resultados das boas ou más medidas que tomarmos hoje, tal como estamos agora a pagar a factura dos erros cometidos pelos nossos pais e avós.

Devemos apostar na expansão das espécies autóctones (carvalhos, sobreiro, azinheira, castanheiro, cerejeira, nogueira, etc). As vantagens são múltiplas: são menos vulneráveis aos incêndios; a longo prazo oferecem maior rendimento por hectare (para aplicações como o mobiliário ou a construção de qualidade); são mais compatíveis com o uso múltiplo da floresta (pastoreio extensivo, apicultura, turismo de natureza e cinegético); são melhores para a conservação do solo e a regulação do ciclo hídrico; têm rotações mais longas e maior biomassa em pé, donde funcionam como sumidouros de carbono.

Refira-se que há duas grandes condicionantes a esta expansão: o mau estado de muitos dos nossos solos, e o longo tempo de recuperação do investimento. O primeiro problema poderá ser parcialmente resolvido através da instalação de povoamentos mistos. A solução do segundo passará necessariamente por políticas de incentivos, como a valorização dos serviços dos ecossistemas, empréstimos a juro bonificado ou arrendamentos de longa duração.

Lamentavelmente, medidas recentes como a desregulamentação da Reserva Ecológica Nacional vão exactamente no sentido oposto.

2. *Associativismo florestal.*

Com a maior parte da área florestal na mão de micro-proprietários, o associativismo é indispensável para uma gestão consequente, em todas as vertentes: a perspectiva estratégica, a conservação dos recursos, a racionalidade económica, a produtividade, a certificação dos produtos florestais, a prevenção de incêndios.

O associativismo deve ser autónomo e de raiz local, mas ser incentivado, apoiado e reconhecido pelo Estado, sob pena de o tempo de maturação dessas estruturas ser demasiado longo. Este processo já se iniciou (é a única das medidas estruturais que já saiu do papel), mas o processo tem sido muito lento e insuficientemente apoiado pelos poderes públicos.

3. *Intervenção regular do Estado.*

O Estado deve incrementar seriamente a sua intervenção na floresta para garantir objectivos de longo prazo para fins de conservação da natureza, investigação científica, recreio e reservas económicas estratégicas.

Deverão ser reconstituídos os serviços florestais desmantelados ao longo das últimas décadas. A integração do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas poderá ser uma ferramenta positiva, mas só se a filosofia de sustentabilidade for cumprida e se o novo ICNF for dotado dos meios adequados (o que até agora não aconteceu).

No terreno, urge incrementar as equipas de sapadores florestais, dedicadas à prevenção e primeira intervenção na época de fogos, e a outras tarefas de gestão e conservação das matas ao longo do ano (p.e. regeneração das espécies autóctones, manutenção de caminhos e aceiros, eliminação de infestantes, condução de fogos controlados para reduzir a carga térmica).

A experiência nacional e internacional demonstra que estes profissionais são essenciais à boa gestão das matas.

4. *Prevenção na época de incêndios.*

Uma vez um fogo florestal iniciado, o factor mais importante na sua extinção é a rapidez da intervenção inicial.

Nos últimos anos as medidas de prevenção têm melhorado, mas não o suficiente: o rácio de despesas prevenção/combate continua a ser demasiado baixo.

Além do reforço dos meios de vigilância convencionais (torres de vigia, patrulhas de sapadores, melhores comunicações entre diferentes serviços), deve pensar-se em retomar o patrulhamento por unidades das Forças Armadas de áreas mais vulneráveis aos incêndios criminosos (uma medida com sucesso no passado).

5. *Formação e coordenação no combate aos incêndios.*

Há que acabar com a lógica dos feudos e montar sistemas que funcionem. Há que entregar o comando a quem sabe o que está a fazer, e mandar para a frente de combate só quem foi devidamente treinado para o efeito.

Missão:

O GEOTA cria cidadãos empenhados, motores de soluções eficazes e equitativas para promover o património natural e cultural, em Portugal e no Mundo.

Organização Não Governamental de Ambiente, de
Utilidade Pública, com actividades desde 1981

5/5

O trágico número de bombeiros mortos em serviço este ano deve fazer reflectir na adequação (ou falta dela) do actual dispositivo de combate aos incêndios florestais; se não por outro motivo, em honra aos que deram a vida pela sociedade. A melhor homenagem que lhes pode ser feita é garantir que tais tragédias não se repitam.

6. Desmontar os interesses económicos.

Sabe-se que muitos incêndios resultam de interesses económicos diversos.

Não cabe aqui fazer quaisquer acusações, mas vale a pena eliminar situações que criam, objectivamente, beneficiários dos incêndios florestais.

Para além das medidas gerais de política florestal, podemos citar outras duas, especificamente relacionadas com os incêndios, que deverão ser equacionadas:

- a) a colocação dos meios aéreos de combate a incêndios sob tutela da Força Aérea, como missão de serviço público;
- b) a criação de “bolsas de madeira” pelo Estado e/ou associações, para parquear devidamente a madeira queimada e evitar a sua desvalorização.

7. Melhorar o ordenamento do território.

Áreas periurbanas misturadas com floresta aumentam dramaticamente a vulnerabilidade e a perda de bens em caso de incêndio; o despovoamento das aldeias e do interior do País têm o mesmo efeito.

Políticas sérias de desenvolvimento regional no interior e ordenamento do território mais rigoroso reduzem esta vulnerabilidade.

Em síntese, as soluções para resolver o problema dos incêndios florestais não são simples, mas estão equacionadas e estudadas há muito tempo. Assim haja vontade e coragem política para as aplicar.

Contactos: João Joanaz de Melo, membro do GEOTA, geota@geota.pt



**CONFAGRI/FENAFLORESTA – CONFEDERAÇÃO
NACIONAL DAS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS E DO
CRÉDITO AGRÍCOLA DE PORTUGAL E FEDERAÇÃO
NACIONAL DAS COOPERATIVAS DE PRODUTORES
FLORESTAIS**



Grupo de Trabalho para Análise da Problemática dos Incêndios Florestais



Página
1/6

Contributo escrito sobre os
incêndios florestais

Data do documento:
15/02/2014

Data de envio para a AR:
15/02/2014

Objectivo

Perceber se há (ou não) alterações, atualizações ou correções a fazer por forma a responder aos desafios de hoje do Sistema Nacional da Floresta Contra Incêndios. Este sistema é constituído por três pilares gerais (Prevenção Estrutural e Sensibilização; Combate, Rescaldo e Vigilância pós-incêndio; Vigilância, Detecção e Fiscalização).

Comentários

CONFAGRI – Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, CCRL
FENAFLORESTA – Federação Nacional das Cooperativas de Produtores Florestais, FCRL.

Comentários e propostas

A CONFAGRI e a FENAFLORESTA agradecem a oportunidade de se pronunciarem sobre esta assunto, pois entendem ser de especial relevância. Tal oportunidade assume maior relevância uma vez que ano após ano podemos constatar as mesmas debilidades do sistema, quer em matérias de sensibilização e prevenção, quer em matérias de combate.

No cerne das perguntas enviadas estão as faixas primárias de gestão de combustíveis (FPGC), consideradas à partida como uma **estrutura fundamental**. Tal premissa não nos parece correcta, uma vez que não conhecemos estudos que o provem, o que de certa forma nos condiciona a resposta.

Em Portugal, 17% do território comporta Matos, e estas FPGC poderão ser interessantes nessas zonas, damos como exemplo a Unidade de Demonstração em Pampilhosa da Serra, onde a Rede Primária executada no âmbito do Projecto EEAGrants, teve o seu impacto.

Para pelo menos, metade dos cerca de 35% de território florestal, que intercala as superfícies arborizadas e temporariamente desarborizadas com Eucalipto e Pinheiro bravo, que ainda por cima é muito fragmentado e com elevados deficits de gestão (que acentuarão no futuro se a actual politica de pagamento da industria, sobretudo da fileira do Pinho e Eucalipto, não se alterar), as **FPGC** não serão de certeza a solução. Segundo Fernandes (2006) "a realidade defrauda as expectativas com demasiada frequência mesmo quando os corta-fogos são largos, em França (Rigolot, 2002) como na Califórnia (Weatherspoon & Skinner, 1996), pois é raro que se verifiquem simultaneamente as restantes



condições necessárias para que um incêndio se detenha num corta-fogo”, e acrescentamos, principalmente no caso do eucalipto com os seus conhecidos focos secundários a longa distância (500 a 1000 m).

A somar a isto julgamos que a implementação e também manutenção (em intervalos de 3-4 anos) destas faixas, num País como o nosso, sob um programa de Assistência Económica e Financeira e onde cerca de 85% da floresta é privada, **não será tarefa fácil nem economicamente sustentável.**

A estas considerações, gostaríamos de referir que as perguntas conduzem-nos automaticamente a uma resposta e a uma constatação, a nosso ver falsa: a existência de “*não gestão*” da floresta e que o emparcelamento é a resposta a esse problema.

Por vezes misturam-se assuntos e questões fundamentadas em pressupostos e análises para as quais não temos “provas” suficientemente robustas.

Não podemos porém deixar de felicitar a vontade demonstrada pela Senhora presidente da Assembleia da República, no sentido de criar este grupo de trabalho de forma a analisar, avaliar e propor caminhos, num relatório que todos desejamos que seja posteriormente uma ferramenta útil.

Assim, respondendo às questões colocadas:

- a) Quais os principais estrangulamentos que identifica no âmbito do SNDFCI e quais as prioridades que o poder político deve ter em conta e procurar resolver, tendo em conta os constrangimentos a que o país está obrigado devido ao Programa de Assistência Económica e Financeira?*

O Programa de Assistência Económica e Financeira segundo é conhecido termina este ano. Irão manter-se as restrições orçamentais no âmbito do SNDFCI?

Consideramos que devem ser priorizadas no apoio financeiro a coordenação e a prevenção estrutural.

Nos diversos relatórios e estudos sobre os grandes incêndios e o seu combate, ainda subsistem dificuldades de coordenação, de comunicação e de orientação.



Grupo de Trabalho para Análise da Problemática dos Incêndios Florestais



Página

3/6

b) Sendo as Redes primárias de Faixas de Gestão de Combustíveis uma infraestrutura fundamental e porque continuam a existir áreas de responsabilidade menos claras, quem considera que deve assumir o seu planeamento, execução e manutenção nas áreas onde não há ZIF's constituídas ou que não sejam da administração central ou local?

Não concordamos conforme referido na introdução do pressuposto desta questão.

Apesar de terem sido apoiadas no passado, há vários anos que não se apoia a constituição e principalmente a manutenção e funcionamento das ZIF. Assim nesta questão, além do pressuposto, a pergunta em si parte do princípio que onde há ZIF o planeamento, a execução e a manutenção das Faixas de Gestão de Combustíveis funcionam.

Consideramos que, nas áreas onde as ZIF's estão constituídas, deverão ser as mesmas a manter essa responsabilidade, pois teoricamente as entidades gestoras das ZIF têm o conhecimento do terreno e a ligação aos proprietários, fazendo sentido que executem e as mantenham. É do conhecimento de todos porém, a inoperacionalidade das mesmas devido à falta de aposta política das mesmas. Por este motivo, se seguirmos o mesmo caminho, de não apoiar, nem priorizar o funcionamento das ZIF's, não concordamos que sejam as ZIF's a manter sequer essa responsabilidade, mas sim a administração local.

Nas regiões, nas zonas, onde não há ZIF's constituídas consideramos que se deve primeiramente promover a constituição de ZIF's. Deve-se assim promover a constituição de ZIF's, ZIF's geridas por entidades locais.

Acresce ainda que em muitos concelhos, as redes primárias (que deveriam estar definidas nos planos municipais de DFCL), não estão definidas.

c) Um dos problemas muitas vezes levantados com o qual é igualmente justificada a reduzida taxa de execução das faixas de gestão de combustíveis (rede primária e secundária), tem que ver com a falta de capacidade de identificação dos proprietários e o inconstante levantamento dos autos por parte da GNR. Como podem ser ultrapassados estes problemas?

As ferramentas já existem.



Grupo de Trabalho para Análise da Problemática dos Incêndios Florestais



Página

4/6

d) Como é que um Plano Nacional do Uso do Fogo poderia diminuir a continuidade da carga combustível horizontal e vertical e que entidades deveriam estar creditadas para o fazer? Qual o papel das OPF's nesse Plano Nacional?

Para se efetuar o fogo controlado são necessários cumprir alguns requisitos e não são as entidades que ficam acreditadas mas, sim os técnicos. Consideramos que deve seguir o mesmo procedimento. Conforme podemos ver em <http://www.icnf.pt/portal/florestas/dfci/efc>

Quanto às OPF's, as mesmas têm identificadas as suas competências. Ou seja, poderia ser integrado nos trabalhos das equipas de sapadores florestais.

Esta questão está um pouco confusa, pois existe um Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, um Plano de Fogo Controlado (O Plano de Fogo Controlado é o documento onde se determina as ações a desenvolver com recurso ao uso da técnica de fogo controlado, e se define a prescrição das condições de queima mais convenientes para a sua execução, que é submetido a aprovação da Comissão Municipal de Defesa da Floresta, sendo executado no médio ou longo prazo em função das prescrições e objetivos específicos) e um Plano Operacional de Queimas (O Plano Operacional de Queima (POQ) é o instrumento que mais conhecimento requer para a utilização da técnica do fogo controlado, que deve ser planificado para cada parcela individual de tratamento, previamente identificadas no Plano de Fogo Controlado (PFC).)

e) Considera importante que as Equipas de Sapadores Florestais continuem a fazer serviço público durante uma parte importante do ano? Quais são os constrangimentos e benefícios que este serviço público trás para a gestão operacional das ESF? A função das ESF no dispositivo de Especial de Combate a Incêndios está apropriada às características destas equipas?

Concordamos que se deve fazer serviço público durante o tempo que se julgue adequado à dimensão das áreas públicas presentes na sua área de atuação e severidade do período crítico de incêndios florestais. A ser aumentado terá que ser justamente remunerado. O benefício mais significativo para a gestão das equipas de sapadores é a garantia de trabalho para uma parte significativa do ano. Os constrangimentos devem-se sobretudo ao valor pelo qual este serviço é remunerado atualmente e pelos períodos do ano (sobretudo durante a vigilância) afetos a estes serviços de forma quase ininterrupta, o que impossibilita a prestação de qualquer serviço aos proprietários privados nesta fase do ano. Além disso as prioridades estabelecidas pelos GTF, nem sempre são as mais adequadas



Grupo de Trabalho para Análise da Problemática dos Incêndios Florestais



Página

5/6

Propomos ainda, que se avalie também a possibilidade de equipas fazerem menos serviço público, se acordado entre a tutela e a entidade gestora das ESF.

- f) Até onde deve ir a responsabilidade civil dos proprietários e produtores florestais na não gestão? Ou seja, um proprietário florestal deve ser penalizado se a sua opção de não gestão contribuir para causar danos em terceiros?*

Para responder a esta questão seria necessário entender o que significa a não gestão.

Gostariamos de referir que o mato não é sinónimo de lixo. Não sendo a floresta umas árvores que crescem entre o alcatrão, é impossível não haver mato numa floresta.

Não consideramos viável esta penalização direta, a denominada "multa na hora" pois não reconhecemos capacidade técnica adequada aos agentes da Guarda Nacional Republicana para perceber o "grau de culpa" entre os diferentes gestores florestais. Não podemos deixar de referir que o proprietário florestal é o principal interessado em que não arda, o primeiro a prevenir e o primeiro a combater um incêndio florestal.

- g) A não execução da prevenção estrutural, nomeadamente no que diz respeito às Faixas de Gestão de Combustível (rede primária e rede secundária), associa-se a dois problemas de dimensões diferentes: i) financeiro; ii) identificação do proprietário. Como podem ser ultrapassados e quais as alterações, também legislativas, que podem ser implementadas?*

A falta de Cadastro é o maior constrangimento. A sua não priorização começa a tornar-se desgastante e um prejuízo de milhões para todos nós em Portugal.

No que respeita à rede primária, a responsabilidade é da administração. Propomos porém, uma alteração, sobretudo devido ao aumento crescente do eucalipto. Assim, pensamos que deveria ser substituída ou reforçada, pela criação de mosaicos de gestão de combustíveis "itinerantes", ou seja criados através da disciplina de corte (por espécie) das zonas a implementar esses mosaicos.

Consideramos ainda que na rede secundária, caso não aconteça, poderia o Estado realizar.

Além disso, na nossa opinião, o maior problema está na inoperância das câmaras municipais na aplicação da lei.



Grupo de Trabalho para Análise da Problemática dos Incêndios Florestais



Página

6/6

h) Conhecida que é a dimensão da nossa propriedade com pequenas áreas, dificultando o ordenamento florestal, qual a melhor forma de promover o emparcelamento de forma a aumentar a dimensão das áreas a gerir e promover uma melhor gestão florestal em toda as suas vertentes (rentabilidade, espécies, prevenção, etc)?

Devemos promover o emparcelamento sem dúvida, não devido à problemática dos incêndios, mas devido a muitas outras vertentes, gestão, rentabilidade, fitossanidade, entre outras. O emparcelamento deve ser promovido pela via fiscal, beneficiando os proprietários florestais que sigam esta estratégica. As medidas estocásticas, decididas sem coordenação e visão global têm-nos levado à situação atual. O emparcelamento só por si não é a solução para a problemática dos incêndios florestais, se não acompanhado de outras políticas referidas ao longo do questionário.

Concluindo o que mais nos preocupa é o facto de verificarmos que ainda em 2013, uma década após os acontecimentos graves de 2003, se registaram muitos dias com números de 200 a 300 ocorrências diárias. Conforme referido no preâmbulo do questionário, não compreendemos a estratégia das perguntas efetuadas. Contudo reafirmamos a nossa total disponibilidade para de uma forma séria e construtiva continuarmos a defender os proprietários florestais, as organizações de produtores florestais e as entidades que os representam. Precisamos de deixar de criticar os proprietários florestais pelos incêndios pois os proprietários florestais são os primeiros interessados na prevenção dos incêndios florestais, os primeiros no combate e os castigados com as perdas daí inerentes.

Desejamos a todo o grupo de trabalho e em especial à sua coordenação, uma análise cuidada das respostas dadas, mostrando a nossa total disponibilidade para quaisquer esclarecimentos quer por escrito quer presencialmente.



ASPROCIVIL – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TÉCNICOS DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL

Sistema Nacional De Defesa Da Floresta Contra Incêndios (SNDFCI)

O **SNDFCI** baseia-se em 3 pilares cuja centralidade assenta nas seguintes Entidades:

O Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas



Guarda Nacional Republicana - (GNR)
Combate, Rescaldo e Vigilância Pós-Incêndio
GIPS



(SEPNA) Investigação



Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)



Força Especial de Bombeiros (FEB)



(Meios aéreos)



No seguimento da solicitação de um contributo da ASPROCVIL relativo às questões apresentadas fizemos um especial enfoque no combate e prevenção de incêndios, de acordo com o solicitado, na medida em que consideramos estes os aspetos com mais condicionantes.

Diz a Lei que o "Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., no âmbito das suas competências como autoridade nacional para a conservação da natureza e biodiversidade, é, em particular, responsável pela gestão das Áreas Protegidas de âmbito nacional, incluindo a elaboração, avaliação e revisão dos respetivos planos de ordenamento".

Assim pensamos que deverá ser a este Instituto que caberá a responsabilidade de zelar pela limpeza das propriedades do Estado, assim como atividades na floresta.

Limpeza, abertura de caminhos, construção de pontos de água, reflorestação:

No que diz respeito à limpeza, apesar de há muitos anos consecutivamente se debater a necessidade de nos períodos do Outono e Inverno ser os melhores períodos para se executarem trabalhos de limpeza e abertura de caminhos, trabalhos que deveriam ser feitos pelos privados, pelas câmaras municipais (nos termos da Lei-124/2006 n.º 4), e pelo Estado, sendo que, em especial o Estado, poderia utilizar no apoio a estes trabalhos, nomeadamente para queima de sobrantes, a FEB, os GAUF, os sapadores florestais, os produtores florestais, e outros. Como muito pouco é feito nesta área, é obvia a quantidade de manta morta e conseqüente carga térmica que todos os anos se verifica existir nas florestas.

Propomos por isso a criação de qualquer estrutura de resposta a esta necessária e imprescindível medida de prevenção, que poderia passar pela criação de um "ECIN" de Inverno em que se convidariam os operadores do setor (SMPC, Associações de Agricultores, Bombeiros, FEB, GAUF, SF etc...) para se envolverem nesta ação...

Relativamente ao Bombeiros, parece-nos evidente o interesse da maioria dos CB, desde houvesse uma compensação para os elementos envolvidos e para as respetivas Associações que como se sabe, estão a atravessar momentos muito complicados do ponto de vista financeiro.

A falta em muitos locais de pontos de água para abastecimento dos veículos dos bombeiros e dos helicópteros.

A abertura de caminhos (aceiros) que possibilitem a chegada rápida dos meios terrestres às frentes de incêndios, servindo simultaneamente como linhas corta-fogo, evitando que os incêndios progridam facilmente.

A gestão da Floresta tendo em conta que deveria ser feito o "emparelamento de espécies" com resistências diferentes ao fogo.

A falta de limpeza junto às habitações, não cumprindo a legislação em vigor, “distância de 50 mts”.

Foi anunciado pela Ministra da Agricultura, que estava a ser feita uma alteração à lei para entrar em vigor ainda este ano, no que respeita à aplicação das coimas, considerando que a GNR passa as multas, no entanto, uma vez mais os Presidentes das Câmaras Municipais, desvinculam-se dos objetivos de prevenção e normalmente, não obrigam os proprietários autuados a pagar, passando assim para a responsabilidade da GNR a cobrança das respetivas coimas.

Um outro aspeto a ter em conta ao nível das parcerias de ação relativas a medidas de prevenção é que a fiscalização deverá também concentrar-se por um lado no comportamento de condutores, veraneantes e utilizadores dos espaços verdes, mas também, Concessionárias de Estradas e Autoestradas que, nos termos dos seus contratos de concessão deverão garantir faixas de gestão de combustível nas suas áreas e muitas vezes não cumprem o estipulado, provocando o aumento das ignições.

Equipas GAUF

Conforme Diretiva Operacional Nacional nº 2 DECIF 2013, apenas para este ano estiveram disponíveis na Fase CHARLIE, 18 elementos com 6 veículos, Ora, este numero é manifestamente insuficiente, ainda para mais, quando se sabe que cada vez mais se está utilizar o fogo (contrafogo) no combate aos grandes incêndios, ou mesmo no ataque inicial.

Assim era necessário para o ano de 2014 reforçar estas equipas, quer para o período preventivo, na queima de combustível, quer para a utilização destas equipas no combate aos incêndios.

Nestes termos sugere-se que seja reformulado o contexto da certificação destes elementos de forma a que, existam elementos capazes de, na dependência e controle dos respetivos CDOS's, desenvolverem necessárias ações de contrafogo que sejam propostas pelo COS e aceites pelo CODIS (ou seu representante)

Atendendo ao exposto, entendemos como necessário formar bombeiros ao nível de elementos de comando e de chefias, nesta área, para que não se repetisse situações gravíssimas que ocorreram no ano de 2013, que segundo já é conhecido, alguns responsáveis dos bombeiros usaram os contra fogo sem estarem habilitados para tal, conforme exige a Lei vigente.

A utilização deste método de combate se não for usado devidamente, “com autorização e conhecimento do COS”, pode por em risco a vida dos combatentes que se encontram no terreno.

GIPS da GNR



Conforme Diretiva Operacional Nacional nº 2 DECIF 2013, esta Força da GNR participou no Dispositivo Especial e Combate a Incêndios Florestais, com 591 elementos e 73 veículos.

Dos elementos acima referidos, cerca de 135 formaram equipas de 1ª intervenção nos helicópteros ligeiros e médios de Ataque Inicial (AI) ao serviço da ANPC, que operaram nos Distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Coimbra, Faro, Leiria, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu, e os restantes elementos entre outras missões, operaram com os veículos ligeiros de combate a incêndios (VLCI), formando equipas terrestres de apoio aos meios aéreos.

Independentemente dos bons resultados obtidos no combate aos incêndios florestais, esta força da GNR com os meios terrestres (VLCI) tendo como local de partida os CMA's, percorreram por vezes distâncias consideráveis, para dar apoio às suas equipas helitransportadas, conforme estava superiormente determinado, sem qualquer justificação, consideramos que mais perto das ocorrências existiam Corpos de Bombeiros que rapidamente chegaram aos locais de incêndio com os meios adequados e quando necessário musculados.

Assim, e porque os GIPS no combate aos incêndios florestais só atuam nas Fases Bravo, Charlie e Delta quando da abertura dos CMA's da ANPC, (durante aproximadamente 5 meses), ocupando nesta atividade cerca de 600 elementos, elementos estes que se tem constatado serem necessários no reforço dos comandos territoriais em ações policiais, entendo que esta força da GNR deveria ser utilizada nestas missões e não no combate aos incêndios florestais para que não estão verdadeiramente vocacionados.

Obviamente que se tal decisão for aceite, parece-nos, que haverá que reformular o contexto do apoio terrestre aos meios aéreos, e a sua ligação com o necessário ataque ampliado.

Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)



Considerando que a publicação da Lei Orgânica da ANPC, motivou alterações substanciais na estrutura operacional desta Entidade, nomeadamente com a criação dos CADIS, e a extinção dos adjuntos distritais dos CDOS, e a nomeação de alguns novos CODIS, nomeadamente militares sem qualquer ou pouca experiência em ações de Proteção Civil, num calendário pouco oportuno, consideramos que é urgente, que todos os elementos nomeados frequentassem cursos de Comando e de Estado Maior na ENB, assim como de combate aos incêndios florestais.

QREN - Meios e Equipamentos

Para colmatar uma lacuna existente, e seguindo um novo paradigma, era necessário que através do QREN ou de outros fundos de apoio, a ANPC iniciasse urgentemente um levantamento das necessidades de novos VFCL nos corpos de bombeiros, considerando o desgaste anual destes equipamentos, alguns já com muitos anos de serviço que não dão a resposta operacional necessária.

Naturalmente, que dada a situação financeira das Associações de Bombeiros, estes VFCL deveriam ser financiados na totalidade pela ANPC e pelas Câmaras Municipais.

Era uma política seguida pelo extinto SNB, que há mais de 10 anos deixou de existir. Sendo a ANPC a fornecer estes veículos, teria a vantagem como no passado de se voltar a uniformizar os equipamentos dos CB's do País.

Obviamente que este novo paradigma, serviria para outros tipos de veículos especiais que equipariam os CB's conforme a sua classificação (tipo) e as suas áreas de atuação.

Este princípio deveria ser aplicado também ao nível da formação de Bombeiros e Quadros de Comando e de Oficiais quanto a novas Técnicas de Gestão da Emergência e de Teatros de Operações, nomeadamente a utilização de TI, como os programas de Gestão da Emergência e SIG's.

Por fim, esta formação deveria ter como sequência a implementação deste tipo de Software em todas as Associações de Bombeiros.

Força Especial de Bombeiros – FEB



Propostas:

1. Que os GIPS deixem de participar nas missões de combate aos incêndios florestais.
2. Que as equipas helitransportadas dos GIPS, sejam substituídas por equipas formadas pela FEB, que conforme a Diretiva Operacional Nacional nº 2 DECIF 2013 participou no dispositivo com 236 elementos e 50 veículos.
3. Considerando a Diretiva em epígrafe, o Dispositivo dispunha na Fase Charlie de 2013, com 12 helicópteros ligeiros (equipas de 5 elementos), e 2 helicópteros médios (equipas de 9 elementos). Se para o ano de 2014, estiverem previstos os mesmos meios aéreos no que se refere aos helicópteros de Ataque Inicial (AI), serão no total necessários 78 elementos para formarem estas equipas.
4. Considerando que a FEB é constituída por 260 elementos, incluindo comando e chefias, e caso esta Força substitua os GIPS, poderá haver a necessidade de um reforço sazonal das equipas helitransportadas para que estas gozem as folgas semanais a que têm direito, ou para substituição de elementos que eventualmente se encontrem ausentes por baixas por doença ou inatividades temporárias.
5. Assim caso se verifique a necessidade de se recrutar mais pessoal, o mesmo deveria ser oriundo dos Corpos de Bombeiros, requisitados às Associações Humanitárias pela ANPC, através da ENB, que faria com os bombeiros um contrato de trabalho com a duração de 6 meses.
6. Estas equipas helitransportadas mistas, seriam sempre formadas maioritariamente por elementos da FEB, assim como comandadas por estes, dada a sua formação nesta área, e experiência já demonstrada.
7. Caso não houvesse interessados em participar nestas equipas sazonais nos Corpos de Bombeiros, poder-se-ia tentar uma mobilização nos Centros de Emprego, após o que se daria a formação de Bombeiro aos mesmos, sem a qual, naturalmente não estavam aptos a desenvolver a missão.

8. Os indivíduos mobilizados nos Centros de Empregos seriam formados pela FEB através da ENB.

9. Igualmente em alguns Distritos, senão em todos, não se justifica que a FEB, tendo como local de partida os CMA's, percorra com os VLCI por vezes distâncias consideráveis, para dar apoio às suas equipas helitransportadas, a exemplo dos GIPS, existindo Corpos de Bombeiros mais perto que mais rapidamente chegam aos locais de incêndio.

10. Os veículos ligeiros de Combate a Incêndios (VLCI) ao serviço dos GIPS da GNR seriam entregues pelo MAI à ANPC, que depois de pintados e caracterizados, destinariam-se às Associações Humanitárias de Bombeiros, cujas suas áreas de atuação se encontrem inseridas em zonas florestais críticas, e a carência de veículos deste tipo o justifiquem. Esta entrega obrigaria à existência de um protocolo entre a ANPC e as Associações Humanitárias.

11. Este seria um novo paradigma, de certeza bem recebido no seio dos bombeiros, considerando que o combate aos incêndios florestais ficaria como em anos anteriores na responsabilidade do principal agente de proteção civil, para que está especial e verdadeiramente vocacionado e formado.

Notas finais:

a) De salientar pela sua necessidade, conforme já foi referido anteriormente, os cerca de 600 elementos que constituem os GIPS poderiam eventualmente ir reforçar os Distritos carentes de efetivos em ações policiais para que estão verdadeiramente preparados.

b) A eventual entrega dos VLCI às AHB, iria reforçar os parques de veículos dos Corpos de Bombeiros, colmatando algumas carências graves.

c) Estas mudanças traduzir-se-iam numa poupança substancial de verbas, considerando que parte das equipas helitransportadas, seriam recrutadas sazonalmente nos Corpos de Bombeiros.

d) As alterações a ocorrerem no âmbito do combate aos incêndios Florestais terão de ser céleres, considerando a necessidade de se concluir atempadamente a Diretiva Operacional Nacional para 2014 – DECIF

Meios aéreos ao serviço da ANPC

Aviões “CANADAIR”:



Em anos anteriores, com exceção dos dois últimos anos, quer os extintos SNB, e SNBPC, e a atual ANPC, alugaram 2 aviões deste tipo, de modelo antigo “CL-215”, que pela sua idade e apesar da manutenção permanente das empresas, estes aviões tinham muitas avarias o que implicava muitas horas de “INOP”, pondo em causa a sua utilização nos ataques ampliados. Tinham ainda uma dificuldade operacional, o combustível que utilizam “Avgas” já raro em muitos aeroportos e aeródromos punha em causa o seu abastecimento. Os novos aviões “CANADAIR 415”, conforme foto em epígrafe, já utilizam o combustível “Jet A1” existente em todos os aeroportos e aeródromos, a sua velocidade de cruzeiro, assim como a sua capacidade operacional é superior, tirando-se maior rendimento destas aeronaves. Nos dois últimos anos não foram alugados aviões deste tipo.

A falta de aviões CANADAIR no dispositivo é uma falha grave, considerando a excepcional capacidade de combate destas aeronaves, não é por qualquer razão que os Países do Mediterrâneo, nomeadamente Espanha, França, Itália e Grécia, têm estes meios próprios. Portugal deveria possuir pelo menos 4 aeronaves deste tipo, e aproveitar as verbas disponíveis da Comunidade Europeia para apoio à aquisição destes aviões.

Deverá ter-se sempre em conta que entre 85% a 90% dos incêndios, são extintos no ataque inicial (AI), tornando-se os restantes incêndios mais complicados de extinguir, e nestes é necessário utilizar o ataque ampliado, com meios musculados, em Portugal temos meios terrestres suficientes, mas não temos meios aéreos pesados para apoiar os meios terrestres, considerando que apenas constam no dispositivo 5 helicópteros Kamov para todo o País.

Aviões “AIR TRACTOR 802 ANFIBIO”:



“Terrestre”



“AT-802ª Anfíbio”

Nos últimos 2 anos a ANPC, alugou para o Dispositivo 4 aviões anfíbios deste tipo, cuja capacidade operacional no ataque ampliado é superior aos terrestres pela rapidez de abastecimento de água, mas manifestamente insuficiente (apenas 4 aviões), para proteger o País, considerando que não foram alugados os aviões CANADAIR.

Estes aviões têm uma capacidade operacional de ataque de 3.100 lts de água e um depósito de espumífero de 68 lts. Caso se continue a não alugar aviões Canadair, o mínimo aconselhável para o Dispositivo serão 8 aeronaves.

Helicópteros “KAMOV”



Foram adquiridas pelo Estado 6 aeronaves deste tipo, que têm sido utilizadas pela ANPC e em alguns casos pela PSP e pela GNR. Considerando que caiu uma destas aeronaves, atualmente só se encontram 5 ao serviço.

No que diz respeito ao combate aos incêndios florestais, estas aeronaves têm cumprido bem as missões para que são mobilizadas, considerando ser um helicóptero potente, com capacidade para suspender um balde de transporte de água de cerca de 3.000 lts.

No que respeita a outras operações ao serviço da ANPC, “ São utilizadas 2 aeronaves deste tipo durante todo o ano, estacionadas nas BPH de Santa Comba Dão e Loulé nomeadamente no resgate e transporte de sinistrados e recolha de órgãos”, existem alguns constrangimentos, nomeadamente quer na entrada da “maca suspensa de resgate” (que para facilitar a sua entrada na aeronave, foi necessário desmontar um banco traseiro), assim como a sua altura útil no interior da aeronave ao centro, que prejudica a intervenção da equipa médica do INEM, quando estes técnicos de saúde operam com esta aeronave.

Foi-me dado conhecimento, sem o poder afirmar, que a manutenção destas aeronaves é extraordinariamente cara, em relação a outras existentes no mercado, e os concursos públicos para a sua manutenção têm ficado desertos.

Na última Lei Orgânica da ANPC (Dec.º Lei 73/2013) , foi criada a Direção Nacional de Meios Aéreos, e os meios aéreos do Estado que se encontram a operar na EMA que vai ser extinta, passarão para a responsabilidade da ANPC. Tenho dúvidas que esta

mudança resulte, no entanto os custos anuais da EMA, para operar 9 meios aéreos são elevados, e talvez injustificados.

Comandantes Operacionais Municipais (COM)

A Lei 65/2007 criou a figura do COM no seu art.º 13º, porém este comandante não tem competência de comando, mas sim de coordenação, conforme a alínea f) deste mesmo art.º.

É um "Comandante" que Coordena e articula...

Esta situação não faz qualquer sentido, considerando que a figura do COM na organização do SMPC é de estrutura e não de conjuntura, quando em incidentes no concelho a que pertence, na ausência do comandante do CB da área do incidente, e se já se encontrarem no TO diversos meios, deveria o COM assumir as funções de COS, e não de coordenação.

Convém a este respeito dizer que o COM, além do que atrás se disse, é também uma figura muito importante ao nível de todo o trabalho de Planeamento da Emergência e de apoio, nomeadamente logístico no que toca a meios e recursos, nomeadamente, máquinas, alimentação, combustível etc..

Esta Lei igualmente não define o perfil do COM, assim como não exige que o mesmo seja oriundo dos bombeiros com provas dadas, ou seja licenciado na área da proteção civil.

Nestes termos, pode assim o Presidente da Câmara Municipal, nomear quem bem entenda sem que o nomeado tenha qualquer tipo de experiência na área do socorro e de Teatros de Operações.

Ainda diz o SIOPS que o COM se liga diretamente em situações especiais de emergência com o CONAC e não com o CODIS da ANPC. Igualmente isto não faz qualquer sentido, considerando que quem está a acompanhar as ocorrências no CDOS são os CODIS e não o CONAC.

Assim esta Lei a continuar, deveria ser alterada, dando ao COM as funções de coordenador do SMPC, de comando quando este se deslocasse para os TO's a mando do Presidente da Câmara e de ligação direta com os CODIS, quando exercesse as funções de COS, além disso, no caso de existirem mais de que um CB no concelho envolvido no TO, nunca deveria ser comandante de um desses CB o COS.

O COM deve ter fardamentos e distintivos próprios, que constem na Lei, assim como formação permanente ao nível de Estado Maior.

A sua nomeação deveria continuar ser (EFETIVA) obrigatória em todos os concelhos, como já o é atualmente, sendo os Presidentes das Câmaras Municipais sancionados se

não cumprissem a Lei, pois atualmente só cerca de 28% dos Municípios cumprem esta Lei da Assembleia da República.

Sobre esta matéria, a ASPROCIVIL apresentou uma queixa no Provedor de Justiça em 2013 que irá ter desenvolvimentos em 2014.

Planos de Emergência Municipais:

Tal como acontece com ilegalidade ostensiva e declarada por parte dos municípios do NÃO CUMPRIMENTOS DA LEI DE BASES APROVADO NA ASSEMBLEIA DA RÉPÚBLICA (Lei 65/2007) QUANTO À NOMEADÇÃO DOS COM'S, O MESMO ACONTECE COM OS PLANOS DE EMERGÊNCIA ONDE MENOS DE 30% DAS CÂMARAS MUNICIPAIS TEM OS PLANOS DE ÚLTIMA GERAÇÃO ATUALIZADOS E APROVADOS.

E se no caso, poderemos discutir a bondade da existência ou não dos COM's, embora num Estado de Direito, o não concordar com a Lei, não dá o direito de não a cumprir... No caso dos Planos de Emergência este argumento não colhe... pois ninguém contesta, incluindo os Srs. Presidentes de Câmara, a utilidade dos mesmos, no entanto, somente pouco mais de 1/3 das Câmaras os têm aprovados...

Ora é nossa opinião, que se uma das razões dos incêndios está relacionada com a ausência de políticas de formação e informação, de medidas de autoproteção e de prevenção que precisam de ser implementadas e de ser fiscalizadas, elas deveria começar pela ASSEMBLEIA DA RÉPÚBLICA fazer aplicar a Lei relativa do Planeamento da Emergência e à nomeação dos COM's... Isso seria um sério contributo que esta prestigiada Instituição do Estado e da Democracia de Portugal daria sem qualquer custo... Bastava fazer cumprir a Lei pelos Municípios Portugueses que tão grosseiramente se recusam a cumprir.

LISBOA, 14 DE FEVEREIRO DE 2014

A ASPROCIVIL



RICARDO RIBEIRO
Presidente



CAP – CONFEDERAÇÃO DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL

Sugestões para minimizar o flagelo dos incêndios de âmbito rural

A análise da problemática dos incêndios florestais não pode ser feita com base apenas no desempenho do SINDFCI. Se pretendermos obter um resultado que se ajuste à realidade, não podemos nunca isolar o desempenho do SINDFCI, deixando de lado a realidade dos espaços rurais e povoamentos florestais portugueses, a existência ou não de gestão e a sua sustentabilidade ou insustentabilidade económica.

Importa ainda ter em conta o ordenamento (ou desordenamento) do nosso território.

O ordenamento do território e a sustentabilidade económica são questões determinantes numa análise rigorosa a este tema tal como a avaliação dos diversos instrumentos legislativos e ainda dos diversos intervenientes públicos e privados.

a) Quais os principais estrangulamentos que identifica no âmbito do SINDFCI e quais as prioridades que o poder político deve ter em conta e procurar resolver, tendo em conta os constrangimentos a que o país está obrigado devido ao Programa de Assistência Económica e Financeira?

Quase tudo está mais ou menos previsto e mais ou menos bem legislado no âmbito do SINDFCI. As dificuldades surgem ao nível da sua implementação no terreno e da desresponsabilização de todos os intervenientes públicos nesta matéria, começando no próprio estado central, autarquias e EPs, que regra geral não cumprem aquilo que está legislado.

Tendo em conta os problemas estruturais que caracterizam grande parte dos nossos espaços rurais/florestais, que levarão anos a ultrapassar e as limitações económicas que enfrentamos, o desafio consiste em evitar

Na nossa opinião, o tempo de que precisamos para alterar o actual estado das coisas, só o podemos conseguir através de uma diminuição drástica no número de ocorrências. Não parece possível suportar um sistema que agente dias e dias seguidos 300, 400, 500 ocorrências diárias, totalizando dezenas de milhar anualmente. Se tivermos menos ocorrências teremos certamente menos incêndios.

Como atingir este objectivo?

*Com uma **abordagem realmente séria e responsável** a um problema que é sobretudo comportamental,*

- Sensibilização (televisão, rádio, jornais, campanhas dirigidas a classes profissionais e acções de proximidade junto das populações)

- Vigilância activa (GNR, ESF, Forças Armadas)

- Fiscalização (ICNF, GNR e Autarquias)

- Justiça (maior consistência)

b) *Sendo as Redes primárias de Faixas de Gestão de Combustíveis uma infraestrutura fundamental e porque continuam a existir áreas de responsabilidade menos claras, quem considera que deve assumir o seu planeamento, execução e manutenção nas áreas onde não há ZIF's constituídas ou que não sejam da administração central ou local?*

Obviamente que deve ser o ICNF, em articulação com as autarquias e sempre que possível envolvendo as OP.

c) *Um dos problemas muitas vezes levantados com o qual é igualmente justificada a reduzida taxa de execução das faixas de gestão de combustíveis (rede primária e secundária), tem que ver com a falta de capacidade de identificação dos proprietários e o inconsequente levantamento dos autos por parte da GNR. Como podem ser ultrapassados estes problemas?*

A implementação das redes primária e secundária não é uma questão da GNR, muito menos uma questão de coimas. É uma questão estrutural que se resolve com actuação coordenada no terreno e com dinheiro. Sendo uma questão estrutural deve ser financiada através de fundos estruturais e sendo de âmbito nacional a sua execução tem de ser coordenada pelo ICNF.

d) *Como é que um Plano Nacional do Uso do Fogo poderia diminuir a continuidade da carga combustível horizontal e vertical e que entidades deveriam estar creditadas para o fazer? Qual o papel das OPF's nesse Plano Nacional?*

O fogo controlado é uma ferramenta de gestão de espaços florestais que consiste no uso do fogo sob condições, normas e procedimentos com objectivos específicos e quantificáveis. Trata-se de uma prática segura que visa reduzir o risco de incêndio, protegendo áreas florestais, aglomerados urbanos e equipamentos.

Para se atingir um adequado Plano Nacional de Uso de Fogo, é fundamental que sejam implementados correctamente os diversos regulamentos municipais para actividades cujo exercício implique o uso do fogo controlado, em total sintonia com o Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, estabelecendo regras claras para a utilização de fogo, bem como medidas de segurança adequadas a uma mais eficaz prevenção de incêndios florestais e também da protecção de pessoas e bens.

Devem ser credenciados para o efeito os membros da equipa de sapedores florestais, bombeiros, bem como os técnicos das Organizações de produtores florestais e GTF's.

As OPF's devem colaborar na elaboração e implementação dos referidos planos, tanto ao nível municipal como regional, bem como realizar e acompanhar as acções de fogo controlado.

e) *Considera importante que as Equipas de Sapedores Florestais continuem a fazer serviço público durante uma parte importante do ano?*

Depende do que for considerado serviço público, da percentagem de tempo que possa ocupar uma ESF e da época em que ele tiver de ser prestado.

Quais são os constrangimentos e benefícios que este serviço público trás para a gestão operacional das ESF?

As ESP são parcialmente financiadas pelo Estado, é legítimo que prestem serviço público. No entanto, este financiamento parcial não assegura a sustentabilidade de uma ESF, a organização que a gere tem de complementar o orçamento e só o pode fazer através da prestação de serviços.

Desejavelmente o serviço público prestado pelas ESF deve ser direccionado para o período crítico.

A função das ESF no dispositivo de Especial de Combate a Incêndios está apropriada às características destas equipas?

Tendo em conta o equipamento de que dispõem, a formação dos seus elementos e o conhecimento que têm do terreno, parece-nos que as funções que actualmente estão atribuídas às ESF são correctas e não devem ser alteradas.

f) Até onde deve ir a responsabilidade civil dos proprietários e produtores florestais na não gestão? Ou seja, um proprietário florestal deve ser penalizado se a sua opção de não gestão contribuir para causar danos em terceiros?

Em primeiro lugar e talvez na maioria dos casos, a não gestão não é uma opção, é uma fatalidade. É consequência da conjugação de um conjunto de factores que acabam por conduzir ao abandono, pelo desinteresse económico que aquilo que normalmente se considera gestão, apresenta.

Em segundo lugar, um país tem a obrigação de conhecer a totalidade dos donos do seu território, o que não acontece em Portugal, apesar da quantidade e qualidade dos instrumentos de que actualmente podemos dispor para o efeito (o Sistema de Identificação Parcelar pode ser um exemplo).

Em casos em que o proprietário esteja identificado e que exista uma situação manifesta e injustificada de não gestão e que essa situação possa pôr em risco terceiros, obviamente que se deve proceder de acordo com a lei em vigor.

No entanto, é importante ter em conta em situações de proximidade em relação a construções urbanas se essas construções respeitam o PDM e se estão devidamente licenciadas de modo a salvaguardar também a posição

g) A não execução da prevenção estrutural, nomeadamente no que diz respeito às Faixas de Gestão de Combustível (rede primária e rede secundária), associa-se a dois problemas de dimensões diferentes: i) financeiro; ii)

identificação do proprietário. Como podem ser ultrapassados e quais as alterações, também legislativas, que podem ser implementadas?

Não nos parece que a identificação do proprietário possa constituir uma dimensão do referido problema, parece-nos antes uma desculpa para uma incapacidade, uma falsa questão. Como já dissemos anteriormente, as redes primária e secundária devem ser consideradas estruturais, constituem infra-estruturas nacionais ou regionais. Uma estrada, uma auto-estrada ou uma linha de caminho de ferro também o são. Ora não temos conhecimento, de que a não identificação de um ou mais proprietários pudesse ter constituído impedimento à implementação de uma destas obras.

Deve existir uma entidade coordenadora de nível nacional, a que deve ser atribuída a missão e os recursos (humanos e orçamento) para a implementar, procurando as formas mais adequadas para abordar cada situação, seja por parceria ou contratação.

Esta tarefa deve ser atribuída ao ICNF tirando partido do seu actual formato embora seja certamente necessário reforçar algumas áreas da sua estrutura, recuperar algumas funções que já teve no passado e que nunca devia ter perdido.

Em matéria financeira, OE e Fundos Estruturais devem assegurar a base de implementação/manutenção destas infra-estruturas. Seria com certeza um bom investimento público e um bom gerador de emprego no interior do país.

h) Conhecida que é a dimensão da nossa propriedade com pequenas áreas, dificultando o ordenamento florestal, qual a melhor forma de promover o emparcelamento de forma a aumentar a dimensão das áreas a gerir e promover uma melhor gestão florestal em toda as suas vertentes (rentabilidade, espécies, prevenção, etc)?

Existem já alguns instrumentos que podem contribuir para esse objectivo, designadamente :

As ZIFS, caso venham obter personalidade jurídica.

Áreas agrupadas

A certificação florestal em grupo

O aumento da rentabilidade dos povoamentos por via da concentração da produção, com vista a um melhor escoamento comercial pode contribuir para uma melhor gestão e conseqüentemente o ordenamento florestal nas zonas de pequena propriedade. Tal situação carece duma adequada assistência técnica que pode ser assegurada pelas Organizações de Produtores florestais, com apoio do futuro PDR.

No entanto, para que se possam desenvolver políticas conducentes ao emparcelamento de pequenas propriedades, é necessário identificar previamente a propriedade das terras, ou seja completar o cadastro predial rústico.

Por outro lado, pode-se por exemplo discriminar positivamente e de forma acentuada os investimentos que venham a ser feitos em áreas agrupadas através de fundos públicos. Também pela via fiscal se podem conseguir ganhos consideráveis se forem diminuídas as taxas de IMI ou isentados de taxa de IMI, os proprietários que promovam uma gestão agrupada .

Lisboa 14 de Fevereiro de 2014

CAP

Rua Mestre Lima de Freitas, nº 1 • 1549-012 Lisboa • Tel.: +351 21 710 00 00 • Fax: +351 21 716 61 22 • Email: cap@cap.pt • Site: www.cap.pt



AIMMP – ASSOCIAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE MADEIRA E MOBILIÁRIO DE PORTUGAL



aimmp Associação das Indústrias de Madeira
e Mobiliário de Portugal

Ex.ma Senhora
Presidente da Assembleia da República
Grupo de Trabalho para Análise da
Problemática dos Incêndios Florestais
Palácio de S. Bento
1249-068 LISBOA

ASSUNTO: Análise da Problemática dos Incêndios Florestais

Porto, 05 de Março de 2014

Ex.ma Senhora Presidente,

Permita-me, antes de mais, elogiar V.Ex.a, de forma muito sincera e particularmente feliz, pela iniciativa de constituição de um Grupo de Trabalho para Análise da Problemática dos Incêndios Florestais.

Na qualidade de Presidente da AIMMP, Associação das Indústrias de Madeira e Mobiliário de Portugal, têm sido inúmeras as minhas intervenções públicas, incluindo através das televisões e dos jornais, com pedidos de atenção por este tema de importância fundamental para o futuro de Portugal. Este assunto “meche” comigo porque, para além da contínua destruição do sector que represento, leio, vejo e oiço tanta asneira sobre os incêndios que me provocam profundamente.

Ainda mais feliz porque é do meu entendimento que este assunto ultrapassa a intervenção de um qualquer Ministério de forma isolada e, até, em parte, o próprio Governo. Tenho, para mim, que os incêndios florestais em Portugal são, **DESDE 1989** (vide a evolução do número de ignições), um assunto de ESTADO, de REGIME e de TERRORISMO ECONÓMICO E PSICOLÓGICO. Ora, a Assembleia da República é o local certo para discussão destes temas sendo que, pela natureza, tipologia e enfiamento dado às questões que me são colocadas, adivinho que o seu resultado não vai dar em nada, ou seja, vai resultar na mesma inconsequência do relatório anterior feito há 8 anos, conforme se poderá verificar pelos anexos.

Como em tudo na vida, normalmente nascente de discussão de “diálogos de surdos”, **NADA ACONTECE POR ACASO E MUITO DIFICILMENTE POR UMA ÚNICA RAZÃO**. A econometria ensina-nos que os “efeitos” resultam de uma correlação de variáveis que, no seu todo, “explicam”, “pesam” e “influenciam” a variação de acontecimentos. Ora, ninguém pode afirmar que os incêndios em Portugal têm uma única causa porque, na verdade, elas são diversas. Mas há uma afirmação que podemos fazer com uma grande margem de segurança: **“CERCA DE 60% DAS IGNIÇÕES SÃO DE ORIGEM CRIMINOSA DULOSA, AS CAUSAS PARA ESSE CRIME PODEM SER DIVERSAS!”**.

Pelos diversos estudos publicados pela AFN/ICNF e outras entidades, 1% das ignições têm causa natural, 25% são de origem criminosa intencional, 35% resultam de crime de negligência e 39% DE CAUSA DESCONHECIDA... Ora, para mim, não existe causa desconhecida, EXISTE AUTOR DESCONHECIDO! Para além da causa natural (1%), todas as outras ou são CRIME INTENCIONAL OU SÃO CRIME POR NEGLIGÊNCIA PORQUE PARA HAVER INCÊNDIO TEM QUE EXISTIR INTERVENÇÃO HUMANA! Mais, ninguém consegue incendiar uma floresta com facilidade apenas com um único fósforo ou apenas um cigarro e que não o possa combater de imediato, a menos que prepare um conjunto de combustíveis / inflamáveis para que o seu uso resulte na proliferação “incontrolável” do fogo... Mais, também por dados fornecidos pelas autoridades já referidas, **MAIS DE 40% DAS IGNIÇÕES ACONTECEM EM HORÁRIO NOTURNO**, esvanecendo as teorias do calor, do vento, do abandono das terras (apenas por mera chalaça em 1989 veio tudo para a cidade...), das teorias da floresta jardim, etc. Aliás, os incêndios também são objecto de MODA, como os sapatos e as roupas, já foram culpados os madeireiros, os



aimmp Associação das Indústrias de Madeira
e Mobiliário de Portugal

“pic-nic”, as festas e os foguetes, os bombeiros, os aviões, os malucos, os equipamentos florestais, a falta de limpeza, a propriedade privada, a dimensão da propriedade, a falta de faixas de corte, as redes primárias e secundárias, a falta de cadastro, a responsabilidade civil dos proprietários, a prevenção estrutural, etc, etc, enfim, está quase tudo proibido e tudo escrito sobre estes assuntos e AS IGNIÇÕES CONTINUAM AO MESMO NÍVEL TODOS OS ANOS! FANTÁSTICO!!!!

Agora, anda por aí a proliferar, a ONDA DA CULPA DOS PROPRIETÁRIOS, DA LIMPEZA E DA “MULTA NA HORA”! E dessas mensagens, quiçá “orientadas”, o sistema vai criando “doutrinas” das quais resultam as vossas perguntas colocadas à volta dos seguintes temas:

Estrangulamentos que identifica no âmbito do SNDFCI

Execução das faixas de gestão de combustíveis (rede primária e secundária)

Redes primárias de Faixas de Gestão de Combustíveis uma infraestrutura fundamental

A falta de capacidade de identificação dos proprietários e o inconsequente levantamento dos autos por parte da GNR.

Plano Nacional do Uso do Fogo poderia diminuir a continuidade da carga combustível horizontal e vertical

Equipas de Sapadores Florestais continuem a fazer serviço público durante uma parte importante do ano

Responsabilidade civil dos proprietários e produtores florestais na não gestão

A não execução da prevenção estrutural... quais as alterações, também legislativas, que podem ser implementadas

A dimensão da nossa propriedade com pequenas áreas

No final, “empurrámos o assunto com a barriga para a frente” através de uma qualquer legislação e as ignições continuam mas o POLÍTICO INSTALADO E NA SUA DEFESA FICA COM O ARGUMENTO DE QUE “ATÉ FEZ MAIS UMA LEI CONTRA OS INCÊNDIOS...!”

NOTE-SE QUE, O NÚMERO DE IGNIÇÕES EM PORTUGAL NÃO TEM NADA A VER COM ESTES ASSUNTOS! PARA QUE SE INSISTE NESTES TEMAS? POR MAIS BEM REDIGIDO E MAIS DEBATIDOS QUE SEJAM ESTES ASSUNTOS, OBVIAMENTE QUE FAZEM PARTE DO SISTEMA, O PROBLEMA VAI-SE MANTER E NOS PRÓXIMOS ANOS VAI CONTINUAR A ARDER APROXIMADAMENTE 100.000 HA POR ANO E A OCORREREM CERCA DE 20.000 IGNIÇÕES ANUAIS! MESMO QUE EM LUGAR DE DOIS, O GOVERNO COMPRE 6 AVIÕES CANADAIROS...

Eu não consigo compreender a necessidade de tanta legislação sobre a floresta!!! 95% absolutamente inútil. É como alguém decidir criar emprego por Lei ou Decreto-Lei...

Aliás, se a questão está na proibição e no combate, desafio esta Comissão a fazer um capítulo sobre a evolução dos meios e gastos pelo Estado ao longo dos últimos 20 anos e legislação proibitiva publicada no mesmo período e correlaciona-la com a evolução do número de ignições!!! Dessa forma, poderíamos aferir do mérito das medidas públicas tomadas ao longo dos anos e concluir pela qualidade da nossa Governação nesta matéria!!! **PARA MIM, O IMPORTANTE SÃO OS RESULTADOS!**

A título demonstrativo da nossa realidade e das falsas teorias que por este País proliferam sobre incêndios, vejamos no quadro seguinte a evolução do número de ignições nos países do sul da Europa, sem esquecer das devidas comparações em função das dimensões geográficas de cada um deles:



aimmp Associação das Indústrias de Madeira
e Móvel de Portugal

	Portugal	Espanha	França	Itália	Grécia	Total
Média 1980-1989	7.381	9.515	4.910	11.575	1.264	34.645
Média 1990-1999	22.250	18.152	5.538	11.164	1.748	58.851
Média 2000-2009	24.949	18.337	4.951	7.259	1.695	56.645
Média 1980-2009	18.194	15.335	4.951	9.999	1.569	50.047
TOTAL	545.805	452.848	148.531	299.977	47.058	1.501.409

POR FAVOR, NÃO CULPEM OS PROPRIETÁRIOS, A GNR, A LIMPEZA E A DIMENSÃO DA PROPRIEDADE!!!! TODOS OS RESTANTES TEMAS QUESTIONADOS E DA MODA, QUE REFERI, PODEM CONTRIBUIR PELA POSITIVA OU NEGATIVA (CONFORME O CASO), OBTIVAMENTE, PARA A MENOR PROLIFERAÇÃO E MELHORIA DO COMBATE!!!! MAS A PEDRA DE AQUILES NÃO ESTÁ NESSES TEMAS!

O sistema Nacional da Floresta Contra Incêndios, constituído por três pilares gerais, já custa anualmente ao País mais de 140 milhões de euros!!!: Prevenção Estrutural e Sensibilização; Combate, Rescaldo e Vigilância pós-incêndio; Vigilância, Detecção e Fiscalização.

Do meu ponto de vista, Portugal está muito bem servido do lado do combate, note-se que a área média ardida por ocorrência nos últimos 20 anos baixou de 18 ha para o intervalo entre 1 e 7 ha por ocorrência!!

Ora, então onde poderão estar as causas para o crime (sem ordem de prioridade definida)?

- Rentabilidade das espécies de crescimento rápido vs investimento;
- Eucaliptização do País, consulte-se a evolução das áreas das espécies e as coincidências da evolução do número de ignições nos anos subsequentes ao aparecimento das fábricas de celulose e papel em Portugal;
- Perturbações mentais, psicológicas, sentimentos de revolta, vingança, etc;
- Proveitos decorrentes do combate aos mais diversos níveis e de meios, temos uma indústria de incêndios instalada em Portugal e não esquecer que existem vídeos que demonstram incêndios colocados por pára-quadras...;
- Pequenas queimadas agrícolas no âmbito do trabalho de limpeza / reconversão de plantações;

ENTÃO O QUE É QUE É NECESSÁRIO FAZER? REDUZIR O NÚMERO DE IGNIÇÕES PARA OS NÍVEIS DE 1985. E, PARA ISSO, É NECESSÁRIO INVESTIR NA INVESTIGAÇÃO!!!! VIGILÂNCIA, DETECÇÃO, FISCALIZAÇÃO E PUNIÇÃO! NÃO É ATRAVÉS DO COMBATE OU DE LEGISLAÇÃO QUE DESCOBRIMOS QUEM PROVOCA UMA MÉDIA DE 20.000 IGNIÇÕES POR ANO!!!

Neste âmbito é necessário definir três conceitos básicos e atacar cada um deles:

- AUTORES DAS IGNIÇÕES: QUEM SÃO E SE ATUAM POR NEGLIGÊNCIA OU POR DOLO; (INVESTIGAÇÃO)
- CAUSAS PARA A MOTIVAÇÃO DAS IGNIÇÕES: NATURAIS, COMERCIAIS, FINANCEIRAS, PSÍQUICAS, CONVENIÊNCIA OPERACIONAL DO HOMEM QUE TRABALHA AS TERRAS E A FLORESTA. (INVESTIGAÇÃO)
- PREVENÇÃO E COMBATE: PLANEAMENTO, GESTÃO E MANUTENÇÃO DE MEIOS E RECURSOS (GOVERNAÇÃO)

Note-se, a este propósito, que Portugal acabou com os guardas florestais, os postos de vigia não funcionam, a polícia judiciária do Porto (distrito com recorde de número de ignições anuais tem duas ou três pessoas a trabalhar no assunto com meios escassos e a punição não existe porque mesmo depois de identificados os



aimmp Associação das Indústrias de Madeira
e Mobiliário de Portugal

criminosos, **NÃO ACONTECE NADA!** Que tal a alteração da lei de penalização de forma a prender os autores nos meses de verão ou estarem nesses meses permanentemente georreferenciados para serem controlados na sua proximidade à floresta e aos locais onde ocorrem os incêndios????

Em suma, para mim, FAZER FLORESTA SIGNIFICA PLANTAR ÁRVORES (com critério na escolha das espécies, com ordenamento micro e macroeconómico, com manutenção / gestão das parcelas) E NÃO QUEIMAR AS EXISTENTES!

Resta-me, informar que Portugal já teve cerca de 1200 serrações e neste momento são cerca de 350. Mesmo assim, a indústria de madeira e mobiliário, em conjunto, no ano de 2013 bateu o seu recorde histórico de exportações ultrapassando os 2 mil milhões de euros, sendo que mais de 75% constitui incorporação nacional e, no seu todo, empregam cerca de 55.000 pessoas. **SE CONTINUARMOS A QUEIMAR O NOSSO PINHEIRO BRAVO AO MESMO RITMO DOS ÚLTIMOS 20 ANOS, ENTÃO EM 10 ANOS TEREMOS ESTE SECTOR A IMPORTAR MADEIRA E A UTILIZAR EUCALIPTO NA FABRICAÇÃO DE PAINÉIS.**

Com os meus melhores cumprimentos e disponível para audição parlamentar,

Vítor Poças

Presidente da AIMMP

Incêndios Florestais - Portugal Totais Nacionais

Ano	Ocorrências	Área Ardida			Área média por ocorrência
		Povoamentos	Matos	Área Total	
1980	2 349	29 215	15 036	44 251	18,84
1981	6 730	63 650	26 148	89 798	13,34
1982	3 626	27 436	12 121	39 556	10,91
1983	4 539	32 428	15 383	47 811	10,53
1984	7 356	26 578	26 131	52 710	7,17
1985	8 441	79 440	66 815	146 254	17,33
1986	5 036	58 612	30 910	89 522	17,78
1987	7 705	49 848	26 420	76 269	9,90
1988	6 131	8 627	13 807	22 434	3,66
1989	21 896	62 166	64 071	126 237	5,77
1990	10 745	79 549	57 703	137 252	12,77
1991	14 327	125 488	56 998	182 486	12,74
1992	14 954	39 701	17 310	57 011	3,81
1993	16 101	23 839	26 124	49 963	3,10
1994	19 983	13 487	63 836	77 323	3,87
1995	34 116	87 554	82 058	169 612	4,97
1996	28 626	30 542	58 325	88 867	3,10
1997	23 497	11 466	19 068	30 535	1,30
1998	34 676	57 393	100 975	158 369	4,57
1999	25 477	31 052	39 561	70 613	2,77
2000	34 109	68 646	90 958	159 605	4,68
2001	26 947	45 617	66 695	112 312	4,17
2002	26 576	65 164	59 455	124 619	4,69
2003	26 219	286 055	139 784	425 839	16,24
2004	22 165	56 271	73 836	130 108	5,87
2005	35 824	213 921	125 168	339 089	9,47
2006	20 444	36 320	39 738	76 058	3,72
2007	20 316	9 829	39 535	49 364	2,43
2008	14 930	5 461	12 103	17 565	1,18
2009	26 136	24 097	63 323	87 421	3,34
2010	22 026	46 079	87 011	133 091	6,04
2011	25 318	20 161	50 032	70 193	2,77
2012	21 176	48 502	61 730	110 232	5,21
2013 *	19 000	52 500	89 000	141 500	7,45

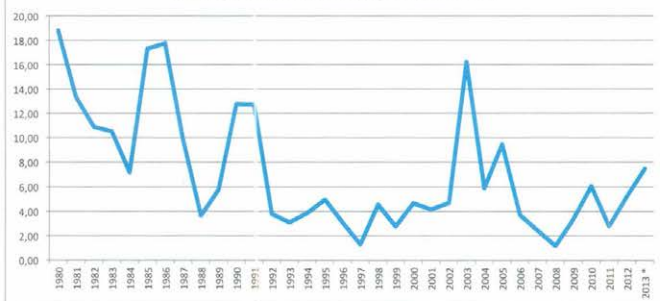
* Estimativa

	Ocorrências	Área Ardida			Área média por ocorrência
		Povoamentos	Matos	Área Total	
Média anual	18 750	56 373	53 446	109 820	7
2013	19 000	52 500	89 000	141 500	7

Evolução do número de ignições vs áreas ardidas



Evolução da área ardida por ocorrência





UNAC – UNIÃO DA FLORESTA MEDITERRÂNICA

SAPADORES FLORESTAIS

PROPOSTA DE REGIME JURÍDICO

(Alteração ao Decreto-Lei n.º 109/2009, de 15 de Maio)

ANÁLISE E COMENTÁRIOS

05-02-2014

UNAC – UNIÃO DA FLORESTA MEDITERRÂNICA



1. ENQUADRAMENTO

Na sequência do envio da Proposta de alteração do regime jurídico do programa de sapadores florestais (Decreto-Lei n.º 109/2009, de 15 de Maio), a UNAC- União da Floresta Mediterrânica, promoveu um processo de análise e discussão sobre este documento junto das suas associadas que possuem equipas de sapadores florestais:

- ACHAR – Associação de Agricultores da Charneca;
- AFLOBEI – Associação de Produtores Florestais da Beira Interior;
- APFC – Associação dos Produtores Florestais do Concelho de Coruche e Limitrofes;

O presente documento constitui, assim o resultado da reflexão conjunta que estas entidades realizaram sobre a referida proposta.

2. ANÁLISE E COMENTÁRIOS

Artigo 4.º

Formação do sapador florestal

1 - A certificação de sapador florestal é obtida após conclusão com aproveitamento de curso específico, constituído pelas unidades de formação do Catálogo Nacional de Qualificações que conferem as competências necessárias para o exercício das funções definidas no artigo anterior e ministrado por entidade formadora acreditada, que integre a rede de entidades formadoras no âmbito do Sistema Nacional de Qualificações.

2 - Os sapadores florestais que exerçam funções de chefe de equipa devem ter ainda uma formação complementar à de sapador florestal, na área de gestão e liderança de equipa, enquadrada no Catálogo Nacional de Qualificações.

3 - A definição das unidades de formação a que se referem os números anteriores é aprovada por despacho do Conselho Diretivo do ICNF, I.P.

4 - O ICNF, I.P., em articulação com as entidades titulares das equipas de sapadores florestais, o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e outras entidades formadoras acreditadas, deve promover a realização de planos plurianuais de formação, que respondam às necessidades de formação profissional dos sapadores florestais.

Da leitura do articulado não é perceptível se a obrigatoriedade de formação certificada pelo IEFP é aplicável às equipas já existentes, independentemente do tempo de formação, experiência, etc., o que deveria ser esclarecido e diferenciado.

Artigo 5.º

Equipa de sapadores florestais

1 - A unidade de base de operação dos sapadores florestais é a equipa, constituída por cinco sapadores florestais e chefiada por um deles, a quem cabe a coordenação dos demais na realização das ações decorrentes da atividade da equipa.

2 - Quando se verifique a saída de um dos elementos da equipa de sapadores florestais, a contratação de novo elemento deve ocorrer no prazo máximo de 3 meses a contar da data da cessação da prestação de trabalho do anterior sapador.

3 - *A equipa de sapadores florestais pode ter na sua constituição até dois elementos sem a qualificação profissional a que se refere o n.º 1 do artigo 4.º, a qual deve ser obtida no prazo de um ano a contar da data da contratação do respetivo elemento, sob pena de este ficar impedido de continuar a exercer essas funções.*

O tempo disponível (1 ano) para contratar um sapador sem formação específica, e para que frequente um curso do IEPF pode ser insuficiente. Normalmente os cursos precisam de 15 formandos como número mínimo, e pode não decorrer nenhum curso na área geográfica da equipa no prazo de 1 ano.

PROPOSTA

- O prazo previsto de 1 ano deve ficar condicionado ao cumprimento pelo ICNF do disposto no n.º 4 do artigo 4.º, isto é, que o ICNF, I.P., em articulação com as entidades titulares das equipas de sapadores florestais, o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e outras entidades formadoras acreditadas, promoveu a realização de ações de formação na área geográfica da ESF em causa.

Artigo 8.º**Área de intervenção das equipas de sapadores florestais**

2 - *A área de intervenção por equipa de sapadores florestais deve abranger uma superfície de floresta contígua igual ou superior a 2 500 hectares e não pode sobrepor-se a área de intervenção de outras equipas.*

Não concordamos com a área mínima definida de 2.500 ha, a qual não permite sequer a rentabilização de uma equipa de sapadores florestais (na silvicultura preventiva) e é muito pouco exigente/ambiciosa face às necessidades de responsabilização para a 1.ª intervenção numa determinada área.

PROPOSTA

- Área de intervenção mínima de 5.000 hectares (eventualmente, e para salvaguardar áreas muito específicas, com condições orográficas/acessos com muitas limitações, ponderar áreas entre 2.500 há e 5.000 há, mas que devem ser casos excepcionais e devidamente fundamentados).

Artigo 9.º**Entidades titulares de equipas de sapadores florestais**

As equipas de sapadores florestais podem ser detidas por entidades coletivas, públicas ou privadas, detentoras ou gestoras de espaços florestais, ou outras que tenham por objeto a promoção do associativismo entre os proprietários ou produtores florestais, com vista à gestão e defesa da floresta e dos interesses a ela associados, nomeadamente:

- a) Entidades gestoras de zonas de intervenção florestal (ZIF);*
- b) Organizações de produtores florestais;*
- c) Órgãos de gestão dos baldios e suas associações;*
- d) Autarquias locais;*
- e) Organismos da administração direta e indireta do Estado.*

Não concordamos com a designação proposta, que possibilita que as freguesias se possam candidatar à constituição das equipas de sapadores florestais. Com este tipo de candidaturas não estão asseguradas condições mínimas de acompanhamento técnico e de coordenação da equipa em causa, como exigido no artigo 17.º.

Para além disso, e face à escassez de recursos financeiros do FFP, e às limitações que isso acarreta para o que poderiam ser as suas funções, é necessário reduzir o peso financeiro das ESF no FFP pelo que se recomenda a não elegibilidade das entidades públicas para a constituição das ESF.

PROPOSTA

➤ eliminação da alínea d) e e);

Artigo 14.º**Plano anual e relatório de atividades**

Não faz qualquer sentido que no plano de atividades seja exigido a delimitação cartográfica de serviços futuros que não se sabe onde vão ocorrer. Este é um procedimento sem qualquer rigor e que não acrescenta nada ao plano ou à sua análise pelo ICNF. O plano pode, e deve, propor tipologias de intervenções (isto é, que tipo de serviços preferenciais a ESF vai prestar) e metas quantitativas, associadas à rentabilização (hectares realizados, etc.). A única delimitação cartográfica que pode fazer sentido é a associada à prestação do serviço público, mediante indicação do ICNF.

Também não faz sentido exigir planos e relatórios de atividades e não proceder à sua análise e divulgação (ultimo relatório de atividades disponível no website do ICNF é de 2010).

PROPOSTA

- No plano de atividades são definidas e quantificadas as atividades a desenvolver, incluindo obrigatoriamente o serviço público.
- O ICNF procede à elaboração e divulgação do Plano do Programa de Sapadores Florestais até 30 de Janeiro e do Relatório do Programa de Sapadores Florestais até 30 de Março.

Artigo 15.º**Serviço público**

1 - As equipas de sapadores florestais estão obrigadas a prestar serviço público de natureza e extensão a definir pelo ICNF, I.P., ouvidas as respetivas entidades titulares.

2 - O serviço público desenvolve-se ao longo do ano, em períodos alternados e de acordo com o tipo de atividade a desenvolver, compreendendo um período mínimo de 60 e um máximo de 120 dias de trabalho.

3 - As ações a desenvolver no âmbito do serviço público devem ser descritas no plano anual de atividades da equipa de sapadores florestais e o resultado desse serviço objeto de relatório a publicar no sítio da Internet do ICNF, I.P.

4 - Aquando da execução de ações de vigilância, primeira intervenção em incêndios florestais, apoio a operações de rescaldo e vigilância pós-incêndio, a equipa de sapadores fica exclusivamente adstrita à realização dessas ações.

5 - Por razões de interesse público enquadradas na ação de proteção civil, as equipas de sapadores florestais podem ser chamadas, pelo ICNF, I.P., a atuar em locais situados fora da sua área de intervenção

Considerando o que vinha estipulado do passado, o serviço público corresponderia a 5 meses de trabalho (descontando o mês de férias estipulado legalmente). Isto significa que só serão possíveis um máximo de 110 dias de trabalho (22 dias X 5 dias).

Não se percebe o objetivo pretendido com o texto do n.º 2? Significa que apenas são elegíveis no serviço público atividades que se prolonguem por um período mínimo de 60 dias em contínuo? Quando fora do período crítico isto não é possível.

Também não existe qualquer referência para o facto do serviço público na área da silvicultura preventiva e manutenção e proteção de povoamentos florestais, ter de ser prestado na área de intervenção.

PROPOSTA

- O serviço público desenvolve-se ao longo do ano, ~~em períodos alternados e de acordo com o tipo de atividade a desenvolver,~~ compreendendo um período ~~mínimo de 60 e um~~ máximo de 120 110 dias de trabalho.
- Salvaguardando o disposto no n.º 5, as equipas de sapadores florestais só estão obrigadas a prestar serviço público na sua área de intervenção.

Artigo 17.º**Obrigações das entidades titulares de equipas de sapadores florestais**

e) Garantir a operacionalidade do equipamento individual e coletivo da equipa de sapadores florestais e a sua manutenção ou substituição, no caso de perda ou deterioração grave, ou sempre que não assegure a funcionalidade e segurança da equipa de sapadores florestais;

Esta obrigatoriedade de reequipamento das equipas de sapadores pela entidades detentoras não pode ser condicional. Se, comprovadamente, o tempo de vida útil dos equipamentos coletivos terminar e estes se encontrarem inoperacionais ou com custos de utilização inoportáveis, o ICNF deverá proceder ao reequipamento.

PROPOSTA

- Extinto o tempo de vida útil dos equipamentos coletivos, e estes se encontrem inoperacionais ou com custos de utilização inoportáveis, por fatores não imputáveis aos seus utilizadores, o ICNF deverá proceder ao reequipamento.

Artigo 18.º**Apoios às Equipas de Sapadores Florestais**

1 - O Estado pode conceder apoio financeiro para formação profissional, aquisição de equipamento e funcionamento das equipas de sapadores florestais.

2 - As fontes de financiamento podem ser nacionais ou comunitárias, não podendo em caso algum haver sobreposição de apoios.

3 - Os apoios devem ser concedidos sob a forma de subsídio, a fundo perdido ou reembolsável, mediante a formalização de candidaturas a programas de apoio que enquadrem a atividade das equipas de sapadores florestais, de acordo com os domínios referidos no anterior n.º 1.

4 - A concessão de apoio ao funcionamento das equipas de sapadores florestais reveste a forma de subsídio a fundo perdido e tem como contrapartida a prestação de serviço público.

Este artigo é um dos mais relevantes e determinantes para a continuidade do Programa de Sapadores Florestais, já que os principais problemas colocam-se com os montantes afetos ao funcionamento, com a sua periodicidade/estabilidade e com o reequipamento, em particular o relativo ao equipamento. A simplificação efetuada face ao DL 109/2009 é demasiado redutora e não responde a estes problemas.

Por outro lado, não concordamos com a modalidade de apoios reembolsáveis nem com a ausência de um período temporal mínimo de cinco anos para o funcionamento.

Não concordamos também com a ausência da obrigatoriedade da atualização dos montantes de apoio. Esta deve ser uma questão de princípio e de transparência entre as entidades gestoras de equipas de sapadores florestais e a Administração Pública. Como é natural, fatores como a inflação, aumento dos combustíveis, aumento do salário mínimo, etc., têm influência na rentabilização das equipas de sapadores florestais, as quais têm 6 meses da sua atividade afeto ao serviço público. Se os 35.000 € não sofrem atualizações anuais, representam um aumento dos encargos e um aumento da necessidade de gerar receitas nos 6 meses de serviço privado.

PROPOSTA

- Incluir artigo com atualização anual dos apoios ao funcionamento;
- Em caso de impossibilidade por restrições orçamentais, incluir mecanismo de contabilização e de redução equivalente do n.º de dias de serviço público (ou seja, se os custos aumentam e não é possível atualizar os apoios, pelo menos que esse valor seja convertido em dias de trabalho, descontados no serviço público);
- Os apoios ao funcionamento das equipas assumem a forma de subsídio, a fundo perdido, por períodos de cinco anos.
- O apoio anual a atribuir pelo Estado ao funcionamento das equipas de sapadores é correspondente aos trabalhos de serviço público de gestão florestal e defesa da floresta referentes a seis

meses de funcionamento ao serviço do Estado, num montante anual não superior a € 40 000, sendo da responsabilidade das entidades detentoras das equipas as despesas decorrentes da contratação dos sapadores, incluindo salários, encargos sociais e seguros, as despesas de funcionamento e as de enquadramento técnico da equipa.

Face à escassez de recursos financeiros do FFP, e às limitações que isso acarreta para o que poderiam ser as suas funções, é necessário reduzir o peso financeiro das ESF no FFP. Para isso, e no que concerne às ESF detidas por entidades públicas é necessário introduzir uma redução do apoio, o qual deve ser de 50% do apoio das entidades privadas.

PROPOSTA

- Os apoios concedidos à ESF detidas por entidades públicas têm uma redução de cerca de 50% face aos apoios concedidos às entidades privadas.

O relatório do ICNF "Programa de Sapadores Florestais - Análise de 11 Anos de Atividade" de 2009 identificava que:

"(...) Tendo por base que o PSF funciona há 11 anos, conclui-se que 4% (10 eSF de 1999), já ultrapassaram os limites de vida útil dos seus equipamentos, e 9% (22 eSF de 2000) estão a atingir o mesmo limite de vida útil dos equipamentos, pelo que requeriam um reequipamento completo. (...)"

Isto significa que, atualmente, uma % superior a 13% dos equipamentos/viaturas já ultrapassou o seu limite de vida útil, podendo comprometer as funções da ESF.

PROPOSTA

- Em função da análise do tempo de vida útil dos equipamentos coletivos, designadamente as viaturas, o ICNF procederá à sua substituição no âmbito do reequipamento das equipas de sapadores florestais.

A UNAC – UNIÃO DA FLORESTA MEDITERRÂNICA

A UNAC representa os interesses dos produtores florestais do espaço mediterrânico português junto das instituições nacionais e europeias, através de uma estratégia de intervenção de cariz técnico-político. Acompanha e analisa todos os processos e iniciativas com relevância e interesse para os seus associados, como é o caso das políticas rurais, florestais, ambientais e fiscais.

Através da UNAC, as organizações de produtores florestais do espaço mediterrânico definem posições comuns sobre temas estratégicos e transversais, desenvolvendo contributos e participações válidas, construtivas e tecnicamente fundamentadas.

OBJECTO

- Promover a protecção da floresta mediterrânica e o desenvolvimento do mundo rural;
- Promover e defender os interesses económicos e sociais da região em geral e dos seus associados;
- Articular e coordenar as estruturas das Associações.

ASSOCIAÇÕES FILIADAS

Actualmente, a UNAC possui como associadas as principais organizações de produtores florestais do espaço mediterrânico:

- ACHAR – Associação de Agricultores da Charneca
- AFLOBEI – Associação de Produtores Florestais da Beira Interior
- AFLOSOR – Associação de Produtores Florestais da Região de Ponte de Sôr
- ANSUB – Associação de Produtores Florestais do Vale do Sado
- APFC – Associação dos Produtores Florestais do Concelho de Coruche e Límítrofes
- SUBERÉVORA – Associação de Produtores Florestais

Tem uma área territorial de influência de dois milhões de hectares, representando cerca de 700.000 hectares de áreas agro-florestais e cerca de 16.000 produtores.

UNAC-UNIÃO DA FLORESTA MEDITERRÂNICA

R. Mestre Lima de Freitas, n.º 1, 1549 - 012 Lisboa

Tel.: + 351 21 710 00 14

Fax: + 351 21 710 00 37

E-mail: ncalado@unac.pt

www.unac.pt

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

GRUPO DE TRABALHO PARA ANÁLISE DA PROBLEMÁTICA DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

Contributo escrito sobre incêndios florestais

14-02-2014

UNAC – UNIÃO DA FLORESTA MEDITERRÂNICA



1. ANÁLISE DA PROBLEMÁTICA DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

Na sequência da solicitação efectuada pelo Grupo de Trabalho para Análise da Problemática dos Incêndios Florestais, a UNAC- União da Floresta Mediterrânica, promoveu um processo de análise e discussão sobre as questões colocadas, sendo o presente documento o resultado da reflexão realizada.

a) Quais os principais estrangulamentos que identifica no âmbito do SNDFCI e quais as prioridades que o poder político deve ter em conta e procurar resolver, tendo em conta os constrangimentos a que o país está obrigado devido ao Programa de Assistência Económica e Financeira?

O problema principal, determinante para qualquer estratégia de sucesso em DFCL, é a ausência de uma gestão florestal activa.

O objectivo de promover uma gestão florestal activa, desenvolvido e exemplificado nas perguntas abaixo, deve ser central no âmbito do SNDFCI.

É inútil desenvolver as Redes primárias de Faixas de Gestão de Combustíveis se, em paralelo, não se faz uma aposta forte, nem que seja por prioridades, na promoção da gestão florestal activa. A gestão florestal implica rentabilidade e muitas vezes esta está relacionada com a dimensão.

Outra questão essencial é os seguros florestais, os quais são essenciais para uma actividade económica e para a promoção de uma gestão profissional, ainda que estivessem restringidos às ZIF e à região Sul do País (zonas que oferecessem maior capacidade de gestão do risco).

b) Sendo as Redes primárias de Faixas de Gestão de Combustíveis uma infraestrutura fundamental e porque continuam a existir áreas de responsabilidade menos claras, quem considera que deve assumir o seu planeamento, execução e manutenção nas áreas onde não há ZIF's constituídas ou que não sejam da administração central ou local?

Com excepção do planeamento, o qual deve ser coordenado pelo ICNF, e dada a situação do País (actual e futura) consideramos que a administração central ou local não tem capacidade para fazer a execução e manutenção.

Consideramos também que a prioridade deveria ser para áreas onde existem ZIF e OPF, e onde estas entidades podem, desde que com um programa de apoio financeiro bem estruturado, assumir o seu planeamento, execução e manutenção.

- c) *Um dos problemas muitas vezes levantados com o qual é igualmente justificada a reduzida taxa de execução das faixas de gestão de combustíveis (rede primária e secundária), tem que ver com a falta de capacidade de identificação dos proprietários e o inconsequente levantamento dos autos por parte da GNR. Como podem ser ultrapassados estes problemas?***

Isto é um falso problema, uma vez que existe a possibilidade de recorrer ao Edital.

- d) *Como é que um Plano Nacional do Uso do Fogo poderia diminuir a continuidade da carga combustível horizontal e vertical e que entidades deveriam estar creditadas para o fazer? Qual o papel das OPF's nesse Plano Nacional?***

Seria importante mas dadas as limitações técnicas para a sua execução (muito dependente das condições meteorológicas o que gera poucos dias de trabalho possíveis por ano) consideramos que deveria ser orientado para a gestão do risco associado, por exemplo, à silvopastorícia nas regiões Norte e Centro, ou para a gestão de combustíveis noutras regiões.

Sabe-se que, por necessidades de restabelecimento da capacidade forrageira, são provocados muitos incêndios com este fim. O objectivo deveria centrar-se em dar resposta a estes problemas de forma proactiva, envolvendo os pastores e identificando as necessidades de intervenção. Com o problema da capacidade forrageira resolvida de forma tecnicamente adequada, seria reduzida a proporção deste tipo de ocorrências.

- e) *Considera importante que as Equipas de Sapadores Florestais continuem a fazer serviço público durante uma parte importante do ano? Quais são os constrangimentos e benefícios que este serviço público trás para a gestão operacional das ESF? A função das ESF no dispositivo de Especial de Combate a Incêndios está apropriada às características destas equipas?***

Consideramos importante que as Equipas de Sapadores Florestais continuem a fazer serviço público, em particular o relativo às acções de vigilância e primeira intervenção. Para esse fim é necessário resolver um conjunto de problemas relacionados com o Programa de Sapadores Florestais, tais como os montantes afectos ao funcionamento, com a sua periodicidade/estabilidade e com o reequipamento.

O ICNF procedeu recentemente a uma consulta para a alteração do regime jurídico do programa de sapadores florestais (Decreto-Lei n.º 109/2009, de 15 de Maio onde estas questões estão explicadas em detalhe.

Em anexo segue documento da UNAC com a análise à proposta de alteração do regime jurídico do programa de sapedores florestais.

f) Até onde deve ir a responsabilidade civil dos proprietários e produtores florestais na não gestão? Ou seja, um proprietário florestal deve ser penalizado se a sua opção de não gestão contribuir para causar danos em terceiros?

A sua opção de não gestão não é responsável pela ocorrência do incêndio, mas sim pela sua progressão ou intensidade.

Se ele toma uma opção de não gestão, uma opção consciente, isso é devido aos seguintes factores:

- percepção de risco muito elevada;
- falta de capacidade de investimento;

Com estes pressupostos, não nos parece que a responsabilização civil resolva estes bloqueios. Mais uma vez, é necessário criar condições que tornem a gestão mais rentável e com menor risco, e isso passa por aumentar a escala das unidades de gestão florestal. Identificam-se alguns exemplos:

- Aumento da área mínima de divisão da propriedade, revendo a legislação actual e penalizando fiscalmente o fraccionamento
- Criação de incentivos atractivos para a adesão à ZIF;
- Criação de incentivos atractivos para a cedência da gestão à ZIF;
- Constituição de Linha de Crédito de Longo Prazo que visa financiar a aquisição de prédios rústicos florestais por parte de proprietários e produtores florestais aderentes à ZIF que queiram comprar terrenos na ZIF;
- Constituição de Linha de Crédito de Longo Prazo que visa financiar o arrendamento de prédios rústicos florestais, por parte de entidades gestoras de ZIF (constituição de unidades de exploração que justifiquem em termos económicos e ambientais a exploração florestal, designadamente através do emparcelamento por arrendamento de prédios rústicos que, isoladamente, não permitiam a sua exploração, com o objectivo de servirem como unidades de demonstração para os aderentes da ZIF).
- Criação de mecanismos financeiros para “equivalência” das ZIF aos FIIF (Fundo Especial de Investimento Imobiliário Florestal) transformando os prédios rústicos dos aderentes à ZIF em unidades de participação.

g) A não execução da prevenção estrutural, nomeadamente no que diz respeito às Faixas de Gestão de Combustível (rede primária e rede secundária), associa-se a dois problemas de dimensões diferentes: i) financeiro; ii) identificação do proprietário. Como podem ser ultrapassados e quais as alterações, também legislativas, que podem ser implementadas?

A análise deve ser realizada num momento anterior à não execução das Faixas de Gestão de Combustível, já que o problema principal reside na ausência de gestão.

Esta é a principal questão que tem de ser resolvida para não se correr o risco de intervenções episódicas nas Faixas de Gestão de Combustível associadas aos programas de apoio.

A dimensão financeira pode ser assegurada através do PDR 2014-2020.

h) Conhecida que é a dimensão da nossa propriedade com pequenas áreas, dificultando o ordenamento florestal, qual a melhor forma de promover o emparcelamento de forma a aumentar a dimensão das áreas a gerir e promover uma melhor gestão florestal em toda as suas vertentes (rentabilidade, espécies, prevenção, etc)?

Dado todo o investimento realizado nas ZIF, consideramos que esta deve ser a forma a desenvolver.

No entanto, e dados os objectivos das ZIF na legislação regulamentadora:

- a) Garantir uma adequada e eficiente gestão dos espaços florestais, com a atribuição concreta de responsabilidades;*
- b) Ultrapassar os bloqueios fundamentais à intervenção florestal, nomeadamente a estrutura da propriedade privada, em particular nas regiões de minifúndio;*
- c) Infra -estruturar o território, tornando -o mais resiliente aos incêndios florestais, garantindo a sobrevivência dos investimentos e do património constituído;*
- d) Conferir coerência territorial à intervenção da administração central e local e dos demais agentes com intervenção nos espaços florestais e evitar a pulverização no território das acções e dos recursos financeiros;*
- e) Concretizar territorialmente as orientações constantes na Estratégia Nacional para as Florestas, nos instrumentos de planeamento de nível superior, como o Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, os planos regionais de ordenamento florestal (PROF), os planos directores municipais (PDM), os planos municipais de defesa da floresta contra incêndios (PMDFCI), os planos especiais de ordenamento do território e outros planos que se entendam relevantes;*
- f) Integrar as diferentes vertentes da política para os espaços florestais, designadamente a gestão sustentável dos espaços florestais, conservação da natureza e da biodiversidade, conservação e protecção do solo e dos recursos hídricos, desenvolvimento rural, protecção civil,*

fiscalidade, especialmente em regiões afectadas por agentes bióticos e abióticos e que necessitem de um processo rápido de recuperação.

Como se concretizam estes objectivos?

Como tem sido a resposta do investimento, isto é, quais foram as prioridades das Intenções Investimento/Região:

Alentejo – 52,5% na gestão (ação 131 do PRODER);

Norte – 36,6% na prevenção (ação 231 do PRODER);

Centro – 30,3% na prevenção (ação 231 do PRODER); 33,6% no NMP (ação 233 do PRODER)

Ou seja, a eventual resposta das ZIF está a ser direccionada pelas taxas de comparticipação (100%); prevenção sem gestão não tem eficácia!

Fazendo uma reflexão estruturada sobre as ZIF:

ELEMENTO DE REFLEXÃO	OBSERVAÇÕES
Principal ponto fraco	<p>Mentalidade/falta de cultura associativa do proprietário florestal e ausência de ZIF com efeito demonstrador, que funcione como “estímulo”</p> <p>Ausência de cadastro, de vantagens directas e explícitas na adesão à ZIF e de mecanismos eficientes que fomentem a adesão à ZIF e/ou a cedência da gestão nas áreas de minifúndio (para a desfragmentação da propriedade).</p> <p>Exemplo - as FAQ do ICNF:</p> <p>Quais as principais vantagens para um proprietário/produtor florestal aderir a uma ZIF?</p> <div style="border: 1px dashed black; padding: 5px; margin-top: 10px;"> <p>As principais vantagens de aderir a uma ZIF, principalmente em zonas de minifúndio, são, em princípio, a maior facilidade de elaborar e pôr em prática formas tecnicamente adequadas de gestão e de defesa das suas florestas contra incêndios e outros agentes bióticos e abióticos.</p> </div>
Principal ponto forte	Modelo de organização e gestão territorial que assegura eficiência, rentabilidade/produktividade e escala de intervenção
Principal ameaça	<p>Falta de articulação entre a concepção dos instrumentos de apoio ao investimento e o funcionamento das ZIF enquanto veículo promotor/executor de investimento</p> <p>(Dificuldades legais/burocráticas/financeiras)</p>
Principal oportunidade	Concepção do futuro programa de apoio ao investimento (2014-2020) e maior consciência para a necessidade de aumento da oferta de matéria-prima florestal
Ação e/ou estratégia	Identificar os mecanismos necessários para dotar a ZIF de capacidade de gestão (e não só de intervenção episódicas associadas aos programa de apoio) e/ou de capacidade para fomentar a gestão/infraestruturação do

	<p>território (adesão ser atractiva)</p> <p>Alteração das regras dos programas de apoio ao investimento (2014-2020) que condicionam/dificultam o modelo de intervenção florestal conjunta (DFCI e Sanidade)</p>
<p>Reflexão sobre as ZIF's</p>	<p>Importa uma reflexão sobre os objectivos pretendidos para as ZIF:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Infraestruturação e defesa do território? - Gestão (activa e efectiva) conjunta? - Comercialização - intervenção nos mercados, acesso a canais de distribuição mais apropriados ou montagem de redes de comercialização? <p>Que não pode esquecer</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A tipologia de proprietários: <ul style="list-style-type: none"> o Os que encaram a propriedade como um património (ausência de gestão); o Os que encaram a propriedade como um investimento; 2. A tipologia da propriedade: <ul style="list-style-type: none"> o Pequena dimensão, sem escala para assegurar rentabilidade com gestão individual; o Média/Grande dimensão, com escala para assegurar rentabilidade com gestão individual, mas sem escala para assegurar rentabilidade/eficácia em acções de DFCI e pragas/doenças. <p>Após a definição dos objectivos pretendidos, devemos analisar as limitações da ZIF (enquanto modelo):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de gerir inúmeros proprietários (num modelo sem entrega de gestão)? - Capacidade de gerar receitas para assegurar funcionamento? - Enquadramento fiscal? - Capacidade financeira para execução de obra/projectos? <p>E Limitações externas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Inadequação dos instrumentos de apoio ao investimento; - Falta de incentivos claros e vantagens na adesão à ZIF; - Financiamento do funcionamento da ZIF no médio-longo prazo; <p>Após isto, penso que se poderia avaliar de que forma a ZIF pode funcionar, as alterações necessárias ao modelo e aos instrumentos de apoio, e a necessidade de outras figuras/modelos de gestão florestal.</p>

RECOMENDAÇÕES

- Abordagens diferenciados em função dos proprietários e das tipologias florestais
- Ter em consideração as expectativas dos produtores
- Transformar um proprietário num gestor vs. Cedência da gestão

- Mecanismos que fomentem a adesão à ZIF e/ou a cedência da gestão nas áreas de minifúndio
- Depois do planeamento - como:
 - Operacionalizar a gestão e a prevenção?
 - Mobilizar os proprietários e produtores?
- Fiscalidade e programas de apoio ao investimento ajustados às características da actividade florestal (baixa rentabilidade e elevado período de recuperação do investimento)

A UNAC – UNIÃO DA FLORESTA MEDITERRÂNICA

A UNAC representa os interesses dos produtores florestais do espaço mediterrânico português junto das instituições nacionais e europeias, através de uma estratégia de intervenção de cariz técnico-político. Acompanha e analisa todos os processos e iniciativas com relevância e interesse para os seus associados, como é o caso das políticas rurais, florestais, ambientais e fiscais.

Através da UNAC, as organizações de produtores florestais do espaço mediterrânico definem posições comuns sobre temas estratégicos e transversais, desenvolvendo contributos e participações válidas, construtivas e tecnicamente fundamentadas.

OBJECTO

- Promover a protecção da floresta mediterrânica e o desenvolvimento do mundo rural;
- Promover e defender os interesses económicos e sociais da região em geral e dos seus associados;
- Articular e coordenar as estruturas das Associações.

ASSOCIAÇÕES FILIADAS

Actualmente, a UNAC possui como associadas as principais organizações de produtores florestais do espaço mediterrânico:

- ACHAR – Associação de Agricultores da Charneca
- AFLOBEI – Associação de Produtores Florestais da Beira Interior
- AFLOSOR – Associação de Produtores Florestais da Região de Ponte de Sôr
- ANSUB – Associação de Produtores Florestais do Vale do Sado
- APFC – Associação dos Produtores Florestais do Concelho de Coruche e Limitrofes
- SUBERÉVORA – Associação de Produtores Florestais

Tem uma área territorial de influência de dois milhões de hectares, representando cerca de 700.000 hectares de áreas agro-florestais e cerca de 16.000 produtores.

UNAC-UNIÃO DA FLORESTA MEDITERRÂNICA

R. Mestre Lima de Freitas, n.º 1, 1549 - 012 Lisboa

Tel.: + 351 21 710 00 14

Fax: + 351 21 710 00 37

E-mail: ncalado@unac.pt

www.unac.pt





CONTRIBUTOS ESCRITOS DE AUTARQUIAS



Câmara Municipal do Porto

- a) Quais os principais estrangulamentos que identifica no âmbito do SNDFCI e quais as prioridades que o poder político deve ter em conta e procurar resolver, tendo em conta os constrangimentos a que o país está obrigado devido ao Programa de Assistência Económica e Financeira?

Um dos grandes problemas da floresta portuguesa é o da subavaliação económica no curto-prazo, ou seja, a rentabilidade da fileira florestal no curto prazo é somente possível, como fazem os produtores florestais associados à indústria do papel dedicando-se a mono cultura de uma espécie de crescimento rápido – o eucalipto, sendo esta realidade desvirtuada com estamos perante espécies autóctones, que naturalmente necessitam de muito mais tempo e reciprocamente no ressarcimento de mais-valias para os proprietários.

- b) Que competências em matéria de fogos florestais se devem manter ou alterar por forma a aumentar as taxas de execução dos PMFDCI?

Esta questão de algum modo está correlacionada com a g), já que uma parte significativa das ações, que não raramente ficam por executar, se prendem com a falta de escala do(s) espaço(s) a gerir.

- c) A nomeação do Comandante Operacional Municipal é da competência do Presidente da Câmara Municipal, contudo, nem todas as autarquias ainda o fizeram. Considera importante alterar o sistema de nomeação e passar a ser por um sistema de concurso? Considera que o COM deve ter alguma especialidade em Proteção Civil?

No que concerne ao município do Porto, não se coloca esta questão em virtude de o COM ser, por inerência, o comandante do BSB Porto.

- d) O atual modelo de ativação dos diferentes planos municipais (Emergência, Proteção Civil, etc.) carece de alguma alteração? Em que sentido?

A ativação dos planos de emergência carece de uma decisão da respetiva comissão de proteção civil, deste modo, a única alteração que deverá ser, eventualmente, alterada é da entidade que preside às comissões distritais de proteção civil, ou seja, não deve ser o elemento de comando operacional distrital (CODIS) da estrutura da ANPC a assumir essa posição, porquanto doutrinariamente no sistema(s) de proteção civil da EU esse é

um papel que cabe aos gestores políticos. Neste sentido, como mera proposta a presidência das comissões distritais poderá ser assumida por dois dos presidentes de camara municipal do distrito, isto, para antecipar o fato de nenhum ser juiz em causa própria em matéria de esgotamento dos meios e recursos do escalão municipal.

- e) A autarquia está disponível para assumir a gestão diária e operacional do(s) posto(s) de vigia do seu concelho, como seja garantir a contratação dos vigilantes e a sua manutenção? Se sim, em que medida?

Esta questão não se coloca no caso do Porto.

- f) Qual a posição da autarquia em relação à possível passagem da competência da instrução contraordenacional para outra entidade que não as câmaras municipais ou o pagamento imediato das multas por falta de cumprimento do DL 124/2006, alterado pelo DL17/2009? Que preocupações devem estar associadas no caso de o procedimento ser alterar?

Do ponto de vista académico e em termos do cumprimento de objetivos, a distância entre a entidade fiscalizadora e o infrator, beneficia essa premissa e, neste caso em particular, este assunto a ser tratado pelas forças de segurança, PSP e GNR, seria um reganhar de credibilidade junto das populações e, por essa via, uma extraordinária ação de sensibilização em matéria de prevenção de incêndios florestais.

- g) Conhecida que é a dimensão da nossa propriedade com pequenas áreas, dificultando o ordenamento florestal, qual a melhor forma de promover o emparcelamento de forma a aumentar a dimensão das áreas a gerir e promover uma melhor gestão florestal em toda as suas vertentes (rentabilidade, espécies, prevenção, etc.)?

Salvo melhor opinião criando incentivos/penalizações que “empurrem” os proprietários para a agregação e consequentemente para a gestão integrada do espaço florestal.

a)

- 1) Sendo as variáveis a considerar no desenvolvimento dos incêndios florestais: clima, topografia o e combustível e apenas esta última passível de manipular, deveremos centrar a defesa da floresta da diminuição da carga combustível;
- 2) O ordenamento do território apenas concerne às zonas urbanas ou urbanizáveis, que são reguladas em PDM, sendo o restante território esquecido. Os Planos Municipais defesa da floresta contra incêndios vieram tentar colmatar esta lacuna, no entanto é necessário melhorar a sua articulação com os PDM's. Este "desordenamento" está-se a agravar com o novo regime legal das arborizações que liberaliza as plantações de eucalipto.
- 3) Tendo os terrenos urbanos um valor económico significativamente superior, não deverá ser o proprietário rural a ter o ónus da gestão do combustível, que implica em minifúndio, o termo da capacidade produtiva. É necessário valorizar o terreno rural que é garante de qualidade vida.
- 4) A possibilidade de realizar faixas de 100 m em redor de aglomerados populacionais, que em tempos foi financiada pelo Fundo Florestal Permanente e que resultava de candidatura das autarquias locais, constituía uma boa solução. Permitia a segurança das habitações, sem onerar o proprietário rural e libertava o combate das zonas de interface. Eventualmente deveria considerar-se esta possibilidade em detrimento da rede Primária, que apresenta custos inoportáveis e que uma vez instalada será impossível de manter sem exponenciar os custos associados.
- 5) Os Planos de Gestão Florestal foram financiados (pelo ICNF através de protocolos com associações de produtores florestais) e desenvolvidos, sem a participação dos Baldios, num processo pouco claro que resultou, no caso do território de Monção, com 18 unidades de baldio, em 4 Planos aprovados, esta situação é transversal a todo o território do Alto Minho e impede que os Baldios apresentem candidaturas, impediu ao anterior quadro comunitário, e impede novamente. As acções de arborização dos inúmeros hectares ardidos e a beneficiação dos espaços florestais baldios só poderão ser concretizadas através de fundos comunitários a que, repetidamente não podem aceder.

b)

O Alto Minho é caracterizado por minifúndio mas também por elevada percentagem de baldios, pelo que apresenta condições de excelência para apresentar taxas de execução elevadas. São os baldios, maioritariamente geridos, em regime de co-gestão pelo que se pode inferir que as partes são inoperantes.

Parte destes territórios apresentam fontes de rendimento consideráveis (pedreiras, eólicas) que deveriam ser reinvestidas no mesmo baldio.

c)

Existe uma obrigação legal para nomear um COM, no entanto o incumprimento deste normativo tem merecido alguma aceitação, sem que os decisores políticos tenham em algum momento sido chamados a justificar a o seu incumprimento.

O sistema de nomeação não necessitará de ser alterado e nesse sentido não devem existir prévias exigências de formação.

d)

Não parece relevante.

e)

Alguns postos de vigia necessitam de obras de diversas ordem por forma a funcionarem, com respeito pela dignidade dos trabalhadores, e estas tem vindo a ser realizadas pelas autarquias, assim como a beneficiação dos acessos, que sendo em zonas serranas se permitem acesso a veículos todo o terreno, que os vigias, por norma não possuem. Se queremos o nosso território vigiado temos que fazer, mais ninguém fará, mas não será exequível a gestão diária dos mesmos e menos ainda a contratação dos vigilantes

f)

O processo associado à instrução contraordenacional é muito exigente em tempo e recursos humanos, se a entidade a receber esta competência tiver os meios necessários as taxas de aplicação de coimas poderão aumentar. Se isso tem implicações positivas na defesa da floresta é discutível.

Como agentes de proximidade não estamos vocacionados para aplicação cega de coimas.

g)

Valorização dos terrenos e contrapartidas financeiras.



Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

a) Em nosso entendimento, o fundamental problema na temática de Incêndios Florestais reside sem dúvida na falta de prevenção. Não obstante ser comum a todas as entidades que interferem na problemática de incêndios florestais afirmarem no sentido de que a falta de meios (sobretudo, financeiros) para uma prevenção tecnicamente correta é exígua ou, quanto a nós, simplesmente não existe, é do nosso profundo sentimento de que, é aqui que reside o verdadeiro problema que, sistemática e anualmente, vai dizimando o nosso rico património florestal.

De facto, a superfície do território continental destinada ao uso florestal conheceu profundas alterações, com o intuito de aumentar a área florestada para daí se obterem recursos económicos e melhoria das condições sociais das populações, mas contribuindo, por outro lado, para um conseqüente aumento da probabilidade de ocorrência de incêndios. E esta probabilidade aumenta exponencialmente quando estas áreas florestadas são deixadas praticamente ao abandono, porque a grande maioria dos seus proprietários não tem meios económicos para proceder à respetiva limpeza. Há outros fatores que associados contribuem também para o estrangulamento do SNDFCI, como seja o uso do solo, a falta de mobilização dos terrenos, mas essencialmente o abandono das propriedades, fruto do envelhecimento progressivo das populações, mas também da fraca rentabilidade agrícola.

Somos também de opinião que se faz notar, pela negativa, a ausência da figura do governador civil e que veio criar alguma anarquia na coordenação. Será urgente reencontrar novamente uma figura coordenadora em toda a hierarquia e facilitadora na interligação.

b) Relativamente às competências em matéria de fogos florestais, no geral, consideramos que estão bem atribuídas; no entanto, sugerimos que a nível de fiscalização, esta aumente e passe apenas pela GNR ou pelo próprio ICNF ficando, por conseguinte, os municípios à margem dessa situação. Para aumentar a taxa de execução dos PMDFCI será essencial disponibilizar capacidade financeira e meios técnicos às

autarquias para, desta forma, dispor de capacidade para cumprir com todas as obrigações/competências que lhe estão atribuídas em defesa dos espaços florestais.

c) Não nos parece que seja muito relevante qualquer alteração no sistema de nomeação do COM. Parece-nos muito mais importante a sua formação especializada, direcionada para os requisitos das funções a desempenhar e estipuladas na lei n.º 65/2007, de 12 de novembro. A Fundação CEFA e a ENB têm vindo a ministrar alguma formação nesta matéria, mas somos de opinião que a formatação dos conteúdos deveriam ser revisto e adequados às competências e exigências do cargo e o seu ingresso deveria estar sempre condicionado à frequência e aprovação desta formação.

d) Os planos de emergência de proteção civil são ativados quando existe iminência ou ocorrência de uma situação de acidente grave, ou catástrofe, da qual se prevejam danos elevados para as populações, bens e ambiente, que justifiquem a adoção imediata de medidas excepcionais de prevenção, planeamento e informação, prevendo ainda quem pode fazer a sua ativação. Não carece, portanto, em nosso entendimento de qualquer alteração.

e) O sistema de vigilância no que toca à questão de incêndios florestais, jamais deverá centrar-se a nível de qualquer autarquia, devendo antes ser da competência de uma autoridade. Reforçamos esta ideia, já que bastam as diversas competências a nível desta temática estarem diluídas por vários organismos/entidades, passando a ser mais uma nessas condições o que, em nosso entendimento, será de evitar.

f) A aplicação do direito contraordenacional no âmbito do SNDFCI deve ser centralizado numa única entidade a nível nacional, de forma a uniformizar e coordenar a ação fiscalizadora das demais entidades intervenientes, garantindo a equidade dos processos. É também nossa opinião que o procedimento contraordenacional deve ser repensado de forma a libertar as câmaras municipais do encargo administrativo, no âmbito da instrução de processos e decisão de contraordenações. Todavia pensamos que a aplicação destas medidas vem agravar ainda mais a já débil situação económica dos cidadãos, essencialmente idosos, sem grandes meios para poderem fazer essa limpeza, recendo até que este possa ser motivado para um aumento de ignições.

g) Uma das formas de promover o emparcelamento a curto prazo pode passar por exemplo pela criação de ZIF's, agrupamentos florestais, associações de produtores florestais, em que as áreas pertencentes a cada proprietário são consideradas como um todo. A médio/longo prazo deveriam ser implementadas medidas que restringissem a divisão de parcelas inferiores a determinada área, por exemplo 5 ha. Deveriam ainda surgir medidas de incentivo ao emparcelamento, como por exemplo quando se trata da divisão de propriedades em herança, impedir-se a divisão de artigos e tornar gratuito o emparcelamento de parcelas contíguas.



Câmara Municipal de Sátão

- a) Quais os principais estrangulamentos que identifica no âmbito do SNDFCI e quais as prioridades que o poder político deve ter em conta e procurar resolver, tendo em conta os constrangimentos a que o país está obrigado devido ao Programa de Assistência Económica e Financeira?

Vários são os problemas que temos vindo a assistir com o crescente aumento dos incêndios. A floresta portuguesa tem vindo a ser alvo de danos significativos quer em termos de destruição de espécies singulares quer em áreas ardidas. Outro fator é a devastação originada por um incêndio florestal pode tornar-se mais suscetível e originar outro tipo de riscos tais como deslizamentos e cheias ou a contaminação dos aquíferos, quando é sujeita a chuvas intensas.

Nos últimos anos, o crescente aumento das áreas residenciais na direção da floresta, os seus habitantes ficam sujeitos a um risco acrescido a este tipo de fenómenos.

Face a isto, as áreas a que o poder político deve apostar é no reforço dos 3 pilares do SNDFCI.

A sensibilização, retomando os *slogans* “Entre a cinza e o verde, você decide”, “Projeto RespirAr”, “FlorestArte”, “Prosepe”, “Portugal sem fogos depende de todos”, e entre outras campanhas.

Outra das medidas a implementar é a prevenção deste flagelo.

Neste pilar, uma forma que nos parece viável, é retomar os programas através do exército português, nomeadamente o “Plano Vulcano”, em que através do exercito português na beneficiação de infraestruturas, compreendendo a reparação de caminhos e limpeza de aceiros. Neste caso, deveriam ser os concelhos que apresentam maior risco de incêndio e/ou face às estatísticas que mais sofrem com os incêndios.

Na vigilância, apostar nos jovens, são eles que conhecem os terrenos, são eles que transmitem a mensagem de melhor forma. Neste caso, a retoma do programa “Voluntariado Jovem para as florestas”

Na resposta, o apoio ao agente de proteção civil, bombeiros.

- b) **Que competências em matéria de fogos florestais se devem manter ou alterar por forma a aumentar as taxas de execução dos PMFDCI?**

Aumentar ações de sensibilização na população nas várias faixas etárias, aumentar os meios associados a DFCEI e a combate de incêndios florestais através de equipas sapadores florestais.

Aumentar a dinamização de atividades de prevenção estrutural, nomeadamente a intervenção segundo faixas de gestão de combustível do tipo: Rede Primária, Mosaicos e Rede Secundária.

Em zonas devidamente identificadas e de série ameaça aos incêndios florestais, a gestão no espaço florestal passaria por usar o fogo como ferramenta essencial. Nesta perspetiva, os bombeiros locais terem formação específica do uso deste método.

- c) **A nomeação do Comandante Operacional Municipal é da competência do Presidente da Camara Municipal, contudo, nem todas as autarquias ainda o fizeram. Considera importante alterar o sistema de nomeação e passar a ser por um sistema de concurso? Considera que o COM deve ter alguma especialidade em Proteção Civil?**

Antes de iniciar, informamos que o município de Sátão tem nomeado o seu COM.

Quanto à figura do COM a que alude a lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, permitenos tecer algumas considerações.

Pese embora a lei assim o determine, é do conhecimento que ainda existem muitos municípios que não o nomearam. Nota-se igualmente que há uma lacuna pois a lei não determina taxativamente qual o seu vencimento, daí o facto de haver uma discrepância muito grande entre os municípios.

A lei de bases da proteção civil (lei n.º 27/2006, de 3 de julho) estabeleceu a estrutura orgânica de enquadramento, coordenação, direção e execução da política de proteção civil.

Estabelece de igual modo uma cadeia de comando em caso de emergência. A nível nacional existe uma Comissão Nacional de Proteção Civil presidida pelo Ministro da Administração Interna que integra, também, o Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC). A nível Distrital, dado a abolição do Governador Civil, ficou uma falha na Lei, sendo este cargo “ocupado” pelo CODIS (de caráter operacional e não político) que preside, existe a Comissão Distrital de Proteção Civil. Por fim, a nível

municipal existe a Comissão Municipal de Proteção Civil presidida pelo respetivo Presidente de Câmara, na qual se integra um COM por ele nomeado.

Porém, analisando as estruturas de direção e comando constata-se que, quer a nível nacional quer a nível distritais os correspondentes comandantes têm como competências, entre outras, assegurar o **comando** e controlo das situações que pela sua natureza ou gravidade requeiram a sua intervenção.

Todavia, o COM, embora com a designação de comandante, em lado nenhum da legislação têm como competências o **comando** das situações que requeiram a sua intervenção, mas, somente, são referenciadas como competências de assegurar a **coordenação** institucional das operações de socorro de âmbito municipal.

Por tal facto, para evitar eventuais e potenciais conflitos e choques de competência com as estruturas de âmbito nacional/distrital, somos da opinião que esta figura do COM, na nossa perspetiva indispensável a sua continuação, no entanto financiadas à semelhança dos GTF, deveria pertencer à ANPC e à própria autarquia.

Desta forma, não havia interrupção da cadeia de comando e, acima de tudo, assentava em comandos operacionais de socorro de âmbito nacional, distrital e municipal.

d) O atual modelo de ativação dos diferentes planos municipais (Emergência, Proteção Civil, etc.) carece de alguma alteração? Em que sentido?

Nos últimos anos, temos assistido a inúmeros acidentes naturais e tecnológicos com alguma gravidade para a população e bens.

A resposta nestas situações tem de ser efetiva e bem articulada. O modelo atual de ativação parece-nos correta, ou seja, reunida a Comissão Municipal de Proteção Civil.

e) A autarquia está disponível para assumir a gestão diária e operacional do(s) posto(s) de vigia do seu concelho, como seja garantir a contratação dos vigilantes e a sua manutenção? Se sim, em que medida?

No que concerne à vigilância, somos da opinião que esta deveria ser reforçada, ou seja, retomar com o Voluntariado Jovem. Este reforço permitia dois pontos, um na própria vigilância ativa e dinâmica o outro na sensibilização junto das populações.

Relativamente aos postos de vigia e seus vigilantes, este município tem a disponibilidade para assumir a gestão operacional. Esta gestão cerce no entanto de alguns apoios por parte da tutela.

- f) Qual a posição da autarquia em relação à possível passagem da competência da instrução contraordenacional para outra entidade que não as câmaras municipais ou o pagamento imediato das multas por falta de cumprimento do DL 124/2006, alterado pelo DL17/2009? Que preocupações devem estar associadas no caso de o procedimento ser alterar?

Relativamente à passagem da competência para outra entidade que não as câmaras municipais, este município não se opõe. No entanto, são as câmaras municipais capazes de dar resposta mais efetiva, são elas que conhecem melhor os espaços, têm melhores condições para executar os processos. Não podendo descuidar a sensibilização, informação e formação, na área da floresta e sua gestão, os municípios estando mais perto das populações e conhecendo a realidade, deveria ser esta parte reforçada.

Na nossa opinião, deveriam os municípios que apresentam um espaço florestal superior a 50% serem detentores de Equipas Sapadores Florestais.

Município de Viana do Castelo

a) Quais os principais estrangulamentos que identifica no âmbito do SNDFCI e quais as prioridades que o poder político deve ter em conta e procurar resolver, tendo em conta os constrangimentos a que o país está obrigado devido ao Programa de Assistência Económica e Financeira?

Sobre os principais estrangulamentos que identificamos no SNDFCI, destacamos os seguintes:

- Falta de apoios financeiros para as CMDF executarem os Planos Municipais de DFCI, sobretudo as ações de conservação de caminhos florestais e silvicultura preventiva;
- Elevada exigência para a elaboração dos PMDFCI e falta de contributos das entidades para a sua elaboração;
- Falta de cadastro florestal;
- Falta de políticas adequadas ao planeamento e gestão florestal, devidamente articuladas com os municípios, do que é exemplo a recente legislação sobre o regime jurídico das ações de arborização e rearborização. Neste domínio, entendemos ainda que o planeamento e gestão da floresta devem ser também definidos através dos Planos Diretores Municipais, pois trata-se do documento mais próximo dos cidadãos, que integra e regulamenta os vários usos do solo, ficando a meio termo no caso dos espaços florestais, o que causa diversos problemas, pois a estratégia municipal para o ordenamento e gestão do uso do solo florestal fica dependente de outras estratégias e regulamentos, com políticas e serviços que geram diversos entendimentos e mesmo antagonismos e que resultam em desmotivação por parte dos agentes e dos proprietários relativamente à floresta. O PDM deve gerir todo o solo municipal e não ser apenas um documento dedicado ao urbanismo.
- Verifica-se ainda falta de comunicação e articulação adequadas entre as diversas entidades. Na prática, aos municípios incumbe a elaboração e gestão do PMDFCI. No entanto, os projetos que são executados ao nível da floresta e da pastorícia não lhes são devidamente comunicados, assim como os financiamentos atribuídos no âmbito dos apoios comunitários, resultando por vezes em desarticulação de políticas. O planeamento e a gestão florestal ficam assim muito dispersos por várias entidades do ministério da agricultura, não sendo comunicada esta informação aos municípios de uma forma regular e abrangente, nem as decisões articuladas com eles, o que dificulta o planeamento e a gestão da DFCI.

b) Que competências em matéria de fogos florestais se devem manter ou alterar por forma a aumentar as taxas de execução dos PMDFCI?

- O ICNF deve ser dotado de capacidades de gestão dos Perímetros Florestais, sobretudo ao nível da manutenção das infraestruturas, como caminhos e pontos de água, e ao nível da silvicultura preventiva, o que não se verifica na atualidade;

- Todas as entidades com presença nas CMDF devem comunicar à Presidência todos os investimentos e ações previstas anualmente para DFCI assim como a respetiva execução;

- Devem ser atribuídos apoios financeiros às CMDF para a execução dos PMDFCI.

c) A nomeação do Comandante Operacional Municipal é da competência do Presidente da Camara Municipal, contudo, nem todas as autarquias ainda o fizeram. Considera importante alterar o sistema de nomeação e passar a ser por um sistema de concurso? Considera que o COM deve ter alguma especialidade em Proteção Civil?

O sistema de nomeação ou de concurso não nos parece relevante para a DFCI, mas uma especialização ou experiência em proteção civil entendemos importante.

d) O atual modelo de ativação dos diferentes planos municipais (Emergência, Proteção Civil, etc.) carece de alguma alteração? Em que sentido?

Não consideramos que a forma de ativação dos planos também seja relevante, pois o empenho de todas as entidades é satisfatório, pelo menos no concelho de Viana do Castelo.

e) A autarquia está disponível para assumir a gestão diária e operacional do(s) posto(s) de vigia do seu concelho, como seja garantir a contratação dos vigilantes e a sua manutenção? Se sim, em que medida?

Não entendemos que a gestão dos postos de vigia deve ser exercida pelos municípios. Deviam ser os serviços florestais (ICNF) a desempenhar essa função, tal como já o foram. E devem recorrer a pessoal altamente especializado e não pessoal indiferenciado, como por vezes se verifica. Isto porque, os serviços florestais, enquanto gestores dos Perímetros Florestais, são ainda a entidade com maior responsabilidade de gestão no terreno e com conhecimento e tradição na vigilância da floresta.

f) Qual a posição da autarquia em relação à possível passagem da competência da instrução contraordenacional para outra entidade que não as câmaras municipais ou o pagamento imediato das multas por falta de cumprimento do DL 124/2006, alterado pelo DL17/2009? Que preocupações devem estar associadas no caso de o procedimento ser alterar?

A autarquia é favorável à passagem da competência da instrução contraordenacional para outra entidade fiscalizadora. Sobre o pagamento imediato das multas entendemos adequado, por vezes, mas devem ser sempre observadas as condições sociais dos proprietários e ponderar em caso de se verificarem dificuldades.

g) Conhecida que é a dimensão da nossa propriedade com pequenas áreas, dificultando o ordenamento florestal, qual a melhor forma de promover o emparcelamento de forma a aumentar a dimensão das áreas a gerir e promover uma melhor gestão florestal em toda as suas vertentes (rentabilidade, espécies, prevenção, etc.)?

Não entendemos o emparcelamento como prioritário neste momento, mas sim a realização do cadastro, que entendemos uma medida prioritária. Só depois se poderão equacionar melhor eventuais ações de emparcelamento.



CÂMARA MUNICIPAL
DE BEJA

1. Enquadramento legal

O DL N.º 17/2009, de 14 de janeiro que altera o DL n.º 124/2006, de 28 de junho, define o Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, adiante designado por SNDFCI, sendo que este assenta em três pilares fundamentais, o primeiro relativo à prevenção estrutural, o segundo referente à vigilância, deteção e fiscalização e o terceiro respeitante ao combate, rescaldos, e vigilância pós-incêndio. Este sistema prevê um conjunto de medidas e ações de articulação institucional, de planeamento e de intervenção relativas à prevenção e proteção das florestas contra incêndios, compatibilizando os instrumentos de ordenamento e planeamento, de sensibilização, de ordenamento do território florestal e silvicultura, infraestruturização, vigilância, deteção, combate, rescaldos, vigilância pós-incêndio e fiscalização, a levar a cabo pelas entidades públicas com competências na defesa da floresta contra incêndios e entidades privadas com intervenção no setor florestal.

O sistema estabelece, sem margem para dúvidas, as responsabilidades da prevenção estrutural, que cabe ao atual Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, da vertente da vigilância, deteção e fiscalização, que compete à Guarda Nacional Republicana e por último do combate, rescaldos e vigilância pós-incêndio, sob alçada da Autoridade Nacional da Proteção Civil.

Ao nível municipal, as comissões municipais de defesa da floresta contra incêndios são estruturas de articulação, planeamento, e coordenação dos programas nesta área.

Os planos municipais de defesa da floresta contra incêndios contêm as ações necessárias à defesa da floresta, contemplando ações de prevenção, incluindo a programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a ocorrência de incêndios.

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra incêndios de Beja foi aprovado em 2008, estando ainda em vigor, pela Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Este Plano apresenta-se como um instrumento de planeamento e intervenção no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios. As ações previstas têm sido preconizadas pelas diferentes entidades em conformidade com o mesmo.

A Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Beja foi instalada em 19 de Abril de 2005, apresentando uma atividade regular desde essa data.

Habitualmente, a Comissão reúne duas vezes por ano, uma antes do período crítico de incêndio, com o objetivo claro de apresentar e aprovar o Plano Operacional Municipal para o concelho e em Novembro para se proceder ao balanço da época de fogos.

2. Principais estrangulamentos do SNDFCI e Prioridades do poder político

Uma das grandes dificuldades encontradas no SNDFCI centra-se na execução do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios por parte dos municípios e das entidades envolvidas, e em grande medida decorre da atual crise financeira e económica que o país atravessa, havendo cada vez menor disponibilidade de verbas para a problemática da defesa da floresta contra incêndios. Dada a transversalidade das dificuldades financeiras, comum às entidades com responsabilidades em matéria de defesa da floresta contra incêndios, tem-se constatado um decréscimo nas ações de sensibilização, divulgação, vigilância, de combate e de intervenção operacional, concentrando-se as execuções e ações aos mínimos no sentido do cumprimento restrito do plano. Este constrangimento poderia eventualmente ser ultrapassado através da transferência de verbas, por exemplo, do Fundo Florestal Permanente para os municípios e para as entidades competentes em matéria de defesa da floresta contra incêndios, passando estes a executar as intervenções contempladas no plano municipal, com orçamento acrescido e devidamente alocado para tal.

Outra falha encontrada no SNDFCI prende-se com a necessidade de fiscalização do cumprimento das ações e medidas preconizadas no plano municipal pelas entidades públicas e privadas com responsabilidades no âmbito da defesa da floresta contra incêndios. Essa entidade fiscalizadora deveria integrar um nível nacional, verificando as taxas de execução dos planos no terreno.

Os atuais planos de Defesa da Floresta Contra Incêndios, tal como entendidos à luz da sua elaboração, 2007, revelam-se muito ambiciosos, prevendo um vasto conjunto de medidas e ações de concretização dispendiosa para as entidades envolvidas, que convinha dada a conjuntura económica atual, redefinir e priorizar, no sentido da otimização dos meios, recursos, e principalmente atender às características territoriais e de ocupação florestal do concelho em causa.

3. Taxas de execução dos PMDFCI

Seria de todo benéfico a criação de um programa operacional na área do sistema da defesa da floresta contra incêndios, que permitisse aos municípios, mediante candidatura, aceder a fundos para aquisição de serviços com vista à elaboração, revisão ou atualização dos planos municipais de defesa da floresta contra incêndios, bem como a implementação de medidas, projetos e ações preconizados pelos mesmos, garantindo a implementação a uma taxa de execução perto dos 100%.

4. Comandante Operacional Municipal e SNDFCI

De acordo com o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (DL n.º 72/2013, de 31 de maio, alteração ao DL n.º 134/2006, de 25 de julho) que define o conjunto de estruturas, normas e procedimentos que asseguram que todos os agentes de proteção civil atuam, no plano operacional, articuladamente sob um comando único, sem prejuízo da respetiva dependência hierárquica e funcional, estabelece no n.º 2 do artigo 12.º que o chefe da primeira força de socorro, a chegar ao local da ocorrência, designado por comandante de operações de socorro (COS), assume imediatamente o comando da operação, garantindo a criação de um sistema evolutivo de comando e controlo da mesma, caso necessário.

Por outro lado, das estatísticas que dispomos, não podemos correlacionar a ligação direta ente o n.º de incêndios e áreas ardidas com a nomeação, ou não, dos comandantes operacionais municipais.

5. Critérios de ativação dos Planos de Emergência de Proteção Civil

Como é do conhecimento geral, muitos dos planos de emergência de proteção civil da área do distrito de Beja, encontram-se em fase de revisão e aprovação pela entidade que tutela esta matéria, isto é, a Autoridade Nacional de Proteção Civil. Nestes planos determinam-se os critérios de ativação dos mesmos, e que dependem diretamente dos riscos naturais, tecnológicos e mistos presentes no território concelhio, da população residente e flutuante, das vulnerabilidades sociais, económicas e geográficas presentes. Cada concelho, encerra uma realidade diferente e respostas diferentes ao flagelo dos incêndios.

Neste âmbito, oferece-nos dizer que o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Beja foi aprovado pela Comissão Nacional de Proteção Civil em 28 de janeiro, aguardando-se a sua publicação em *Diário da República*.

6. Vigilância Fixa do SNDFCI

Na área do município de Beja apenas existe um posto de vigia localizado no perímetro florestal da Cabeça Gorda e Salvada, que não está integrado na rede nacional de postos de vigia, mas que se torna relevante em termos de vigilância na maior macha florestal do concelho de gestão pública a cargo das freguesias respetivas.

Neste sentido, o município de Beja, encontra-se disponível para assegurar a sua gestão diária e operacional, desde que ressarcida para tal.

7. Processo contraordenacional do SNDFCI

De acordo com o n.º 1 do artigo 40.º do DL n.º 17/2009, de 14 de janeiro, o levantamento dos autos de contraordenação previstos, compete às autoridades policiais e fiscalizadoras, bem como às câmaras municipais.

A instrução dos processos de contraordenação compete ao ICNF e às câmaras municipais conforme o tipo de infração.

Quanto ao pagamento imediato das multas por falta de cumprimento do DL 124/2006, alterado pelo DL 17/2009, convém ter em consideração que muitos dos proprietários florestais e/ou agricultores, atualmente, não executam as faixas de gestão de combustível em tempo útil, por falta de liquidez financeira.

Numa perspetiva pedagógica e facilitadora do cumprimento da lei, para além das coimas previstas nesta legislação deveria existir um mecanismo de incentivos fiscais

para quem cumpre com o previsto no SDFCI assim como majorações nas candidaturas aos fundos comunitários do próximo quadro Portugal 2020, o que se revelaria em benefícios concretos para os particulares e entidades públicas no cumprimento das responsabilidades explanadas no SDFCI.

Por outro lado, as câmaras municipais deverão reforçar junto dos serviços de fiscalização, o levantamento de autos de notícia e autos de contraordenação e fazer despoletar o início da instrução dos processos contraordenacionais como previsto por lei.

8. Dimensão da propriedade e ordenamento florestal

O concelho de Beja ocupa uma área total de cerca de 114 714 hectares (Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, 2012), em que a área agrícola ocupa 73% de área total e a área florestal e incultos cerca de 22,5%. Trata-se de um concelho essencialmente agrícola, constatando-se que a ocupação florestal concentra-se em terrenos marginais e de declive mais acentuado.

Na área do concelho de Beja, a dimensão da propriedade não é um fator limitante para o planeamento e ordenamento florestal, dada a dimensão média das explorações agrícolas. Contudo, pensamos que uma das formas de ultrapassar a dificuldade de agrupar áreas florestais no centro e norte do país, será através de incentivos fiscais, com benefícios diretos para os pequenos agricultores e proprietários florestais tendo em vista uma melhoria da gestão florestal, aumentando rendimentos e prevenindo grandemente o risco de incêndio.



RESPOSTAS ÀS QUESTÕES COLOCADAS PELO GRUPO DE TRABALHO



MAI – MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA



Exma. Senhora
Chefe do Gabinete de
Sua Excelência
a Secretária de Estado dos Assuntos
Parlamentares e da Igualdade
Palácio de S. Bento (A.R.)
1249-068 LISBOA

S/ Referência	S/ Comunicação	N/ Referência	Data
1493	04-03-2014	Of. 2815/2014 Proc. 869_52/2014 Reg. 2240/2014	09-05-2014

Assunto: Informação solicitada pelo “Grupo de Trabalho para o Acompanhamento da Problemática dos Incêndios Florestais” relativa aos apoios públicos dados, desde 2006 até 2013, em matéria de incêndios florestais

Encarrega-me Sua Excelência o Ministro da Administração Interna de enviar a V. Exa. resposta ao Requerimento melhor identificado em epígrafe, dirigida a este Membro do Governo.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Luis Farinha

Anexo: o referido
GB/es

Encarrega-me Sua Excelência o Ministro da Administração Interna de responder às matérias que constituem atribuições dos respetivos serviços e organismos, a que se referem designadamente as perguntas 3, 4 do primeiro grupo e 5 do segundo grupo.

O financiamento atribuído pelos governos civis aos corpos de bombeiros não era tratado de forma autónoma relativamente a outro tipo de subsídios pelo que, se mostra muito difícil identificar todas as situações verificadas ao longo dos anos. Relativamente a esta matéria, a que se refere a questão 3., é enviado em anexo um ficheiro com uma tabela do Financiamento QREN 2006-2013 e os dados disponíveis dos Financiamentos concedidos pelos Governos Civis.

Os investimentos feitos pelo Ministério da Administração Interna de 2006 a 2013 em matéria de incêndios florestais, a que se refere a questão 4., vão explicitados em dois ficheiros que se anexam. O primeiro discrimina as despesas diretamente relacionadas com o combate a incêndios florestais elaborados a partir do orçamento da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) e vai acompanhado de um gráfico que demonstra a evolução da despesa suportada com o combate aos fogos florestais. O segundo quadro apresenta a totalidade da execução orçamental da ANPC entre 2006 e 2013.

Relativamente à questão 5., do segundo grupo, anexa-se um ficheiro com o número de Equipas de Intervenção Permanente, sua constituição e localização por distrito e, bem assim, a indicação do reforço do dispositivo de combate a incêndio no corrente ano.



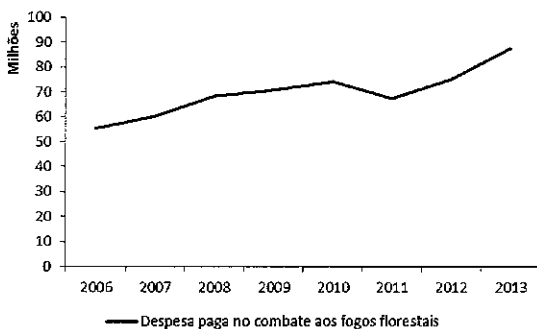
ANEXO 9 - EQUIPAS DE INTERVENÇÃO PERMANENTE/GRUPOS DE INTERVENÇÃO PERMANENTE, POR DISTRITO

DISTRITOS	EIP		GIPE	
	Nº EQUIPAS	Nº ELEMENTOS	Nº EQUIPAS	Nº ELEMENTOS
AVEIRO	21	105	-	-
BEJA	8	40	-	-
BRAGA	12	60	-	-
BRAGANÇA	12	60	1	7
CASTELO BRANCO	10	50	1	7
COIMBRA	9	45	-	-
ÉVORA	6	30	-	-
FARO	5	25	-	-
GUARDA	8	40	-	-
LEIRIA	12	60	1	5
LISBOA	-	-	9	55
PORTALEGRE	2	10	-	-
PORTO	11	55	-	-
SANTARÉM	11	55	-	-
SETUBAL	1	5	-	-
VIANA DO CASTELO	2	10	-	-
VILA REAL	7	35	-	-
VISEU	12	60	1	5
TOTAL	150	750	13	74

Informa-se que o dispositivo de combate a incêndios (ECIN) irá ser reforçado este ano (2014), durante a fase mais crítica, em 50 equipas com 250 elementos.

Despesa paga no combate aos fogos florestais entre 2006 e 2013:

2006 – 55.347.286
 2007 – 60.379.968
 2008 – 68.377.589
 2009 – 70.755.081
 2010 – 74.233.318
 2011 – 67.342.628
 2012 – 74.991.198
 2013 – 87.413.638



Esta evolução é explicada sobretudo pelo aumento consistente da despesa relativa aos meios aéreos de combate a incêndios florestais, que representavam cerca de 25 M€ anuais em 2006, 43,5 M€ em 2010 e 43,7 M€ em 2013.



EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2006 A 2013

Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Total Geral	769.252.824,22	803.950.249,60	769.150.333,68	769.402.210,09	769.197.016,63	768.679.052,77	871.211.076,97	874.401.650,05



MAR – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR



Exma. Senhora
Chefe do Gabinete de Sua Excelência a
Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares
e da Igualdade
Palácio de São Bento
1249-068 Lisboa

C/c Gab SEFDR

SUA REFERÊNCIA
1494

SUA COMUNICAÇÃO DE
04-03-2014

NOSSA REFERÊNCIA
N.º: 5177/2014
ENT.: 870/2014
PROC. N.º: 100/2014

DATA
06-05-2014

ASSUNTO: PEDIDO DE INFORMAÇÃO FINANCEIRA RELATIVA AOS APOIOS PÚBLICOS DADOS EM MATÉRIA DE INCÊNDIOS FLORESTAIS

Em referência ao vosso ofício n.º 1494, de 4 de março de 2014, sobre o assunto acima mencionado, encarrega-me a Senhora Ministra da Agricultura e do Mar, de remeter a V. Ex.ª, a resposta ao Grupo de Trabalho para o acompanhamento da problemática dos Incêndios Florestais, conforme anexo que se junta.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

José Pedro Martins

ANEXOS: DOC. CIT.
7/66

Resposta ao Grupo de Trabalho para o acompanhamento da problemática dos Incêndios Florestais

A. Informação financeira relativa aos apoios públicos desde 2006 até 2013:

1. Desde 2006 até 2013 o PRODER aprovou cerca de 600 projetos com um investimento total de cerca de 70 milhões de euros e apoio PRODER de 50 milhões de euros, relativos a medidas florestais relacionadas com os incêndios.
2. O investimento e apoio aprovados no período de 2006 a 2013 no âmbito do Eixo II- prevenção e Proteção da Floresta do Fundo Florestal Permanente, totaliza cerca de 154 milhões de euros.
3. Não aplicável ao MAM.
4. No âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios a responsabilidade do Ministério da Agricultura e Mar (MAM) centra-se em ações de prevenção estrutural, nas vertentes de sensibilização, planeamento, organização do território florestal, silvicultura e infraestruturação.

Assim, em matéria de investimentos em incêndios florestais o orçamento do Ministério da Agricultura e Mar é marginal:

	2009	2010	2011	2012	2013
Receitas Gerais (€)	8.259,29	76.875,00	108.447,50	0,00	0,00
Receita Própria (€)	95.435,68	518.936,69	486.708,99	507.656,57	115.721,68
Comunitário (€)	158.209,55	247.784,89	200.624,10	107.109,91	41.905,49

O padrão de evolução registado e a menor materialidade dos valores reflete o facto desta competência não se situar na esfera do Ministério da Agricultura e do Mar.

B. Dados complementares relativos a 2014 (ou em alternativa 2013)

1. Não aplicável ao MAM.
2. Em 2014 estarão operacionais 269 equipas de Sapadores Florestais (SF), contabilizando 1.345 elementos (Quadro 1). A informação com a localização das equipas e as respetivas áreas de intervenção encontra-se nas Figuras 1 e 2.
3. Atualmente existem 271 municípios com Gabinete Técnico Florestal constituído (215 municipais e 56 intermunicipais). A sua distribuição encontra-se na Figura 3.
4. Relativamente aos PMDFCI há registo de 272 aprovados na primeira geração (Quadro 2). Atualmente muitos encontram-se em processo de revisão contabilizando-se já 17 aprovados na segunda geração. A Figura 4 representa a referida distribuição.
5. Não aplicável ao MAM

**Quadro 1:** Número de equipas de Sapadores Florestais operacionais por Distrito, e respetivo número de elementos.

Distritos	N.º concelhos abrangidos	N.º equipas de SF Operacionais	N.º elementos	Distritos	N.º concelhos abrangidos	N.º equipas de SF Operacionais	N.º elementos
Aveiro	8	9	45	Leiria	10	14	70
Beja	6	6	30	Lisboa	7	9	45
Braga	10	15	75	Portalegre	12	13	65
Bragança	10	10	50	Porto	12	14	70
C. Branco	10	20	100	Santarém	12	17	85
Coimbra	17	24	120	Setúbal	1	1	5
Évora	3	3	15	V. do Castelo	10	23	115
Faro	9	8	40	Vila Real	10	28	140
Guarda	13	27	135	Viseu	21	28	140
Total					181	269	1.345

Quadro 2: Planos Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios aprovados

DISTRITO	Número de PMDFCI
Aveiro	18
Beja	14
Braga	14
Bragança	12
Castelo Branco	11
Coimbra	17
Évora	13
Faro	16
Guarda	14
Leiria	16
Lisboa	14
Portalegre	15
Porto*	16
Santarém	21
Setúbal	13
Viana do Castelo	10
Vila Real	14
Viseu	24
TOTAL	272

*O município do Porto não é considerado por apresentar uma área residual de espaços rurais.

Figura 1: Localização das equipas de Sapores Florestais operacionais

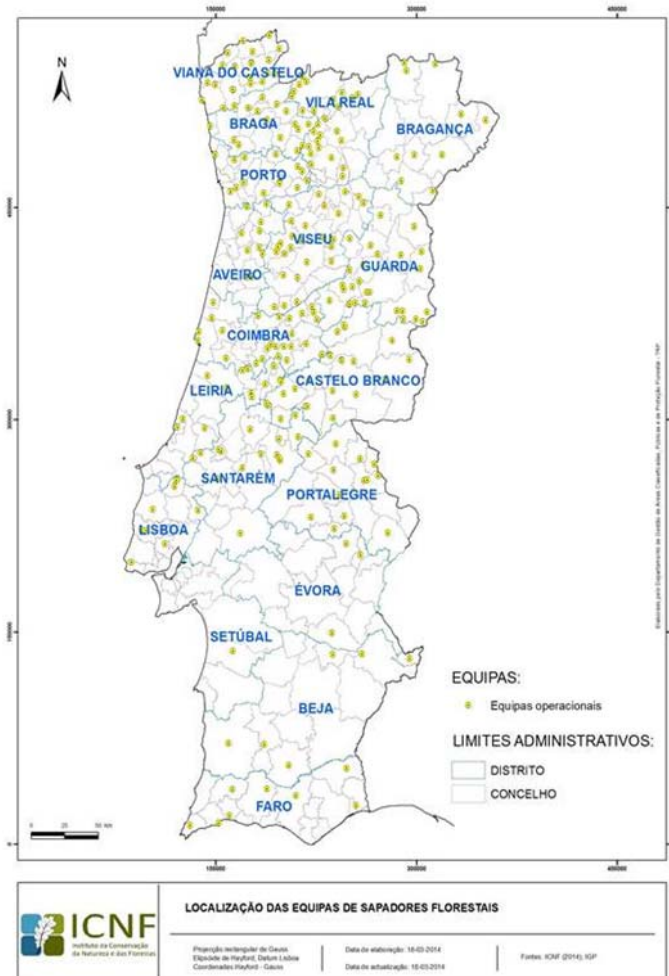


Figura 2: Áreas de intervenção das equipas de Sapadores Florestais operacionais

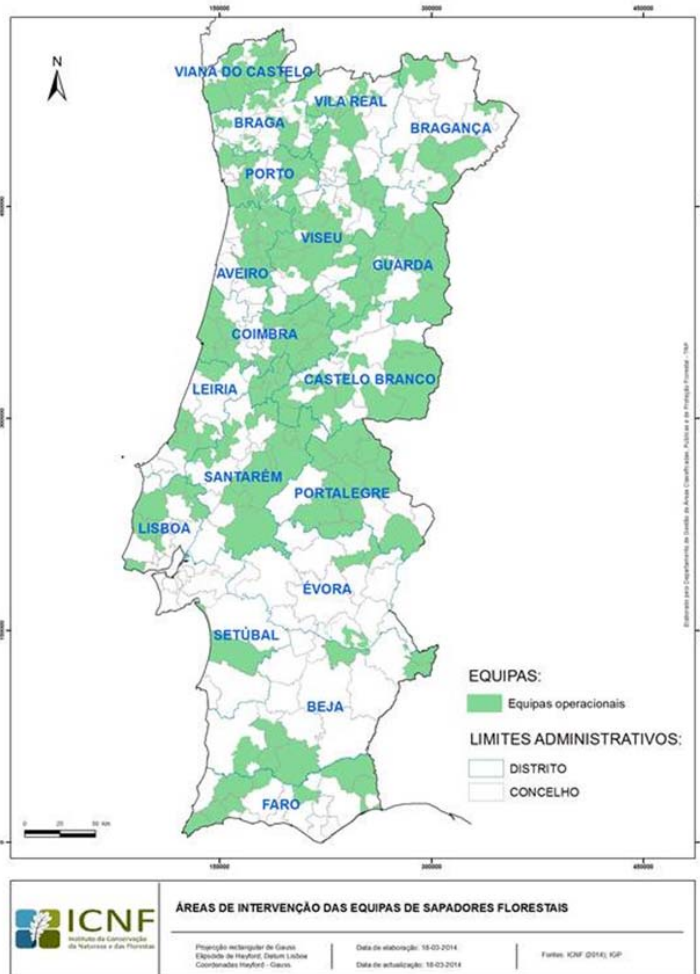


Figura 3: Distribuição dos Gabinetes Técnicos Florestais constituídos, municipais e intermunicipais

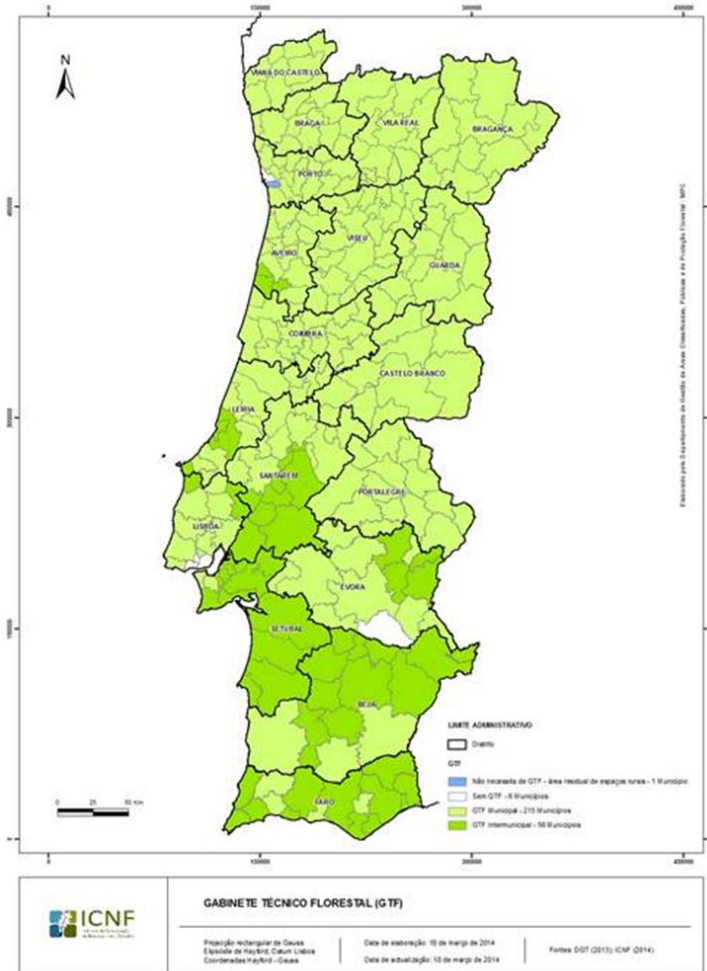
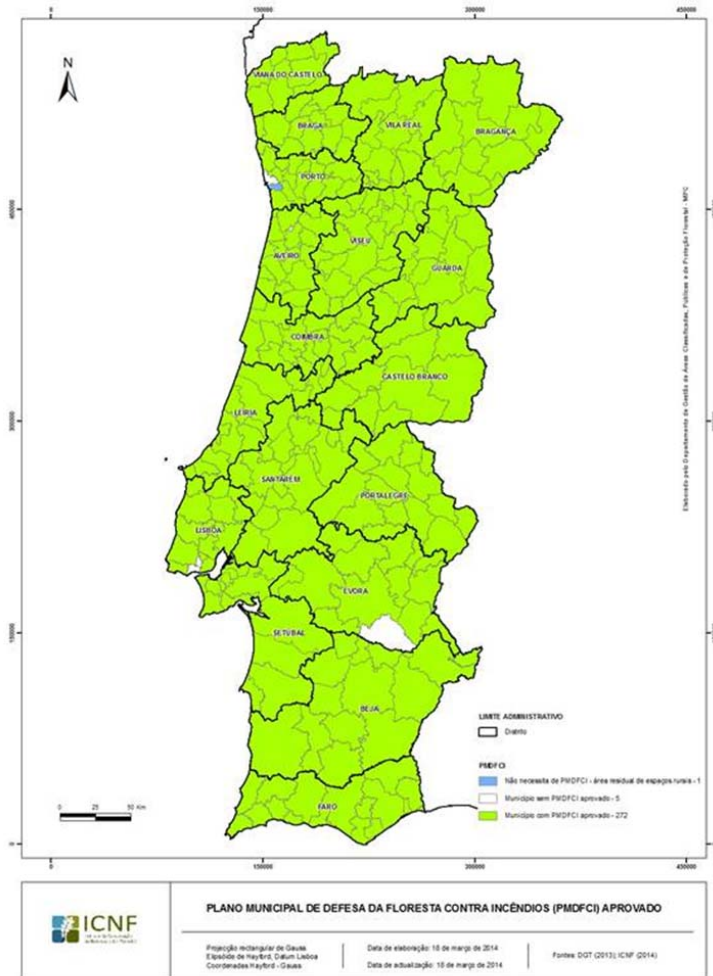


Figura 4: Situação dos Planos Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios, por município





ISBN 978-972-556-665-7



9 789725 566657